

**UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**HELKOM VIANA TELLES**

**UM TECIDO ENCHARCADO DE TENSÕES: AS FORMAS ELEMENTARES DA  
MEMÓRIA DO SINDITÊXTIL – BAHIA.**

**Salvador – Bahia  
2009**

**HELKOM VIANA TELLES**

**UM TECIDO ENCHARCADO DE TENSÕES: AS FORMAS ELEMENTARES DA  
MEMÓRIA DO SINDITÊXTIL – BAHIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadoras: Professora Cecília Maria Bacelar Sardenberg e Professora Lina Maria Brandão de Aras.

**Salvador – Bahia  
2009**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a memória social do Sinditêxtil - Bahia. Compreendemos a memória como uma importante dimensão constituinte das classes sociais e procuramos investigar as diferentes variações que a memória pode assumir no interior de um mesmo grupo, atentando para o modo como o enquadramento social da memória foi realizado a partir de experiências culturais como trabalho, gênero, ideologia política e geração. Esse não é um processo pacífico. Construção social da memória envolve um conjunto de lutas pelo controle das representações sobre o passado implicando na produção de lembranças e esquecimentos.

Metodologicamente, nos valem de contribuições oriundas da história oral e das ciências sociais, em particular, a técnica da entrevista narrativa.

Concluimos que na memória social do Sinditêxtil - Bahia há duas formas narrativas essenciais e um elemento afetivo que atuam como centros semânticos que estruturam e conferem significados às demais narrativas, constituindo-se enquanto as suas formas elementares, a saber, a narrativa da tomada do sindicato, a narrativa das lutas heróicas travadas nos anos 1980 em prol dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização do Brasil. Há também o sentimento de orgulho nostálgico em relação a esse passado recordado. O período anterior a 1982 é remetido ao esquecimento e marcado com sinais negativos. A memória das diretoras e dos diretores mais antigos é permeada por um forte enquadramento partidário, não observável nos diretores mais novos. Para os primeiros, a história da instituição sindical confunde-se com a história do controle do seu grupo partidário sobre a instituição.

Palavras-chave: Memória – Gênero – Sindicato.

## ABSTRACT

This work has as purpose to analyze the social memory of Sinditêxtil - Bahia. We understand memory as an important dimension that comprises the social classes and we sought to investigate the different variations that memory can take within a same group, highlighting the way how the social fitting of memory was carried out from cultural experiences such as work, gender, political ideology and generation. This is not a peaceful process. The social construction of memory comprises a set of fights for the control of the representations on the past, causing the production of remembrances and oblivions.

Methodologically, we make use of contributions from the oral history and social sciences, in particular, the technique of narrative interview.

We concluded that in the social memory of Sinditêxtil - Bahia, there are two essential narrative forms and an affective element that act as semantic cores, structuring and giving meanings to the other narratives, constituting as its elementary forms, namely, the narrative of takeover of the labor union, the narrative of the heroic fights that occurred in the 1980's for the worker's rights and the redemocratization of Brazil. There is also the feeling of nostalgic proud regarding this remembered past. The period before 1982 is sent to the oblivion and is marked with negative signs. The memory of the older directors is covered by a strong partisan fitting, which is not noticeable in the younger directors. For the former, the history of the union institution mixes up with the history of the control of their partisan group over the institution.

Keywords: Memory – Gender – Union.

**Para Cecília e Lina.**

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Armando Jatobá da Silva Teles e Regina Viana da Silva Teles.

Aos meus padrinhos José Guilherme e Sônia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Ao professor Franklin Oliveira.

Aos colaboradores, Cremilda, Seu Edson, Souza e Cristina e outros.

À Priscila Rodrigues e Isabele Cardoso.

A Pedro Paulo.

Ao CNPq e no ano final e à FAPESB.

**"A memória é uma velha louca que joga comida  
fora e guarda trapos coloridos".**

**Austin O'Malley**

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>09</b>
<b>Capítulo I. A Memória Coletiva em Questão .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo II. Fazendo-se Classe .....</b>	<b>71</b>
<b>Capítulo III. A Memória Silenciada de Seu Edvaldo .....</b>	<b>116</b>
<b>Capítulo IV. As Mulheres Guerreiras .....</b>	<b>142</b>
<b>Capítulo V. Os Homens e a Experiência Sindical .....</b>	<b>178</b>
<b>Considerações Finais: As Formas Elementares da Memória do Sinditêxtil .....</b>	<b>226</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>237</b>
<b>Referências .....</b>	<b>239</b>
<b>Apêndice A - Roteiro de Entrevista: Antigos Sindicalistas .....</b>	<b>249</b>
<b>Apêndice B - Roteiro de Entrevista: Novos Sindicalistas .....</b>	<b>255</b>
<b>Apêndice C - Papel Riscado Por Silvânia No Primeiro Contato .....</b>	<b>258</b>



<b>Anexo A - Sinditêxtil: Mais de Duas Décadas de Lutas .....</b>	<b>259</b>
<b>Anexo B - Elizete Souza, Iglesias Cabelo e Henrique Santana exibem as marcas da violência policial. Foto Publicada no Jornal A Tarde de 18 de março de 1983 .....</b>	<b>263</b>
<b>Anexo C - Logomarca do Sinditêxtil Indicando o Ano de 1942 como a Data da Fundação .....</b>	<b>264</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a memória social do Sinditêxtil e trata-se, em realidade do desdobramento de questões que surgiram durante a elaboração da dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, que versou sobre a história do mesmo sindicato referente ao período de 1937 a 1953<sup>1</sup>. As questões suscitadas pela reconstrução da trajetória do sindicato apontavam para a necessidade de aprofundar a compreensão sobre memória e história e explorar as articulações entre a memória social, as relações de gênero e indagar sobre as interconexões entre os conflitos sociais e o esquecimento social.

Após a etapa da qualificação, a avaliação da banca examinadora apontou para a necessidade de reduzir a gama dos objetivos propostos. A partir daí a orientação dada à pesquisa foi centrada nos seguintes objetivos: identificar as principais recordações que integram a memória social dos sindicalistas; analisar as suas distintas formas e significados que a militância sindical assumiu para homens e mulheres; discutir as articulações entre classe social, gênero e memória e compreender o caráter social do esquecimento.

As disciplinas oferecidas pelo programa de doutorado em Ciências Sociais da UFBA forneceram importantes elementos para que a discussão teórica sobre memória pudesse avançar. A disciplina “Memórias e Narrativas”<sup>2</sup>, nos estimulou a realizar uma leitura mais cuidadosa da obra de Halbwachs, buscando suas relações com a teoria bergsoniana sobre a memória e a sua contextualização no campo da Escola Francesa de Sociologia, destacando o problema das relações entre a memória e a ausência do conceito de cultura na tradição francesa. O esforço para compreender o pensamento de Halbwachs (1990, 2004) nos levou ao interessante debate travado com Bloch (1998) sobre o problema da memória e da tradição oral.

A perspectiva sob qual abordamos a memória neste trabalho é debitária das contribuições de HALBWACHS (1950,1958) que a compreende enquanto uma importante dimensão constituinte das classes sociais, pensadas mais a partir das suas representações do que em função do papel que desempenham no processo produtivo. Nesse sentido, não é

---

<sup>1</sup> Ver VIANA-TELLES (2004).

<sup>2</sup> Disciplina ministrada pelo Professor Edson Farias.

compreender uma classe social sem levar em conta suas representações sobre o passado, as suas tradições.

No entanto, como FENTRESS & WICKHAM (1992), acreditamos que a memória é mais social que coletiva, no sentido de ser portadora de diferenças, tanto no plano das narrativas, dos fatos e processos históricos descritos por essas narrativas como no plano dos significados atribuídos aos mesmos. Contudo, foi precisamente isto que o tratamento oferecido por Halbwachs ao problema da memória ignorou: as variações que a memória pode assumir no interior de um mesmo grupo. Entretanto, é exatamente neste aspecto que desejamos destacar em nosso trabalho.

Além do círculo institucional descrito por HALBWACHS (2004) em termos de instituições como família e classe social, há, nas sociedades complexas, outras possibilidades para que o enquadramento da memória seja realizado. Nesta pesquisa, procuramos compreender a importância que experiências culturais possuem para a análise da memória social. Dentre elas destacamos as diferenças suscitadas pelo trabalho, gênero, ideologia política e pelos horizontes geracionais.

O trabalho de enquadramento social do passado não é um processo pacífico, como a leitura de HALBWACHS (1990) sugere. Além da existência de diferenças na memória social, é necessário apontar a existência de conflitos, contradições e, mais precisamente, de uma disputa pelo passado, pela possibilidade de nomeá-lo, hierarquizá-lo, atribuir-lhe valores e, até mesmo, de produzir “heróis”, ou seja, os indivíduos que, em função do papel real ou imaginário que desempenharam na história de um determinado grupo, têm parte de sua biografia pessoal transformada em símbolo dos ideais e valores que norteiam ou inspiram as ações desse mesmo grupo. No caso do Sinditêxtil, as lembranças referentes a Daniel Almeida e Elizete Souza desempenham exatamente esse papel.

A luta pelo passado é uma etapa fundamental da luta pela legitimação do presente. E é, sobretudo, ela que determina o que ou quem deve ser esquecido, ao definir quem ou o que deve ser lembrado. O esquecimento aqui, não é pensado como uma consequência do afastamento de um grupo, como afirmou HALBWACHS (1994). Ao contrário, entendemos que o esquecimento, como a lembrança, é também socialmente construído. Além da possibilidade de compartilhar de um conjunto de lembranças ou representações socialmente elaboradas, a pertinência a um determinado grupo implica em adquirir diretrizes para esquecer, não-lembrar,

ou simplesmente calar-se. Desse modo, é exatamente por pertencermos a determinado grupo que podemos (e devemos) esquecer. Essa perspectiva abre espaço para discutir as relações entre poder e memória, memória e violência. A partir disso podemos entender que aqueles que foram tragados pelo esquecimento social foram, também, condenados ao silêncio.

Desse modo, o estudo da memória social do Sinditêxtil aparece, para nós, como importante exatamente por revelar as disputas que permeiam a construção social de lembranças e esquecimentos. É essencialmente uma memória recortada por tensões políticas na qual coexistem diferentes enquadramentos sociais como militância partidária, militância sindical, gênero e a experiência de trabalho relativa ao grupo profissional. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de importantes diferenças nas representações que constituem essa memória, é possível identificar a presença de centros semânticos que conferem significado e demarcam o passado nas narrativas que colhemos. A análise da memória social enquanto um sistema simbólico implica na pesquisa das representações que ocupam um papel preponderante dentro dele, constituindo-se enquanto as suas formas elementares.

No entanto, a pesquisa da produção e transmissão social das recordações é algo que ultrapassa a esfera cognitiva levando o pesquisador a confrontar-se com as intensas manifestações de emoções e sentimentos humanos por elas mobilizados. A análise dos depoimentos que o leitor lerá nos capítulos seguintes procurou evidenciar isso. No território da memória, a afetividade é todo um continente.

No processo de construção do objeto de pesquisa, foi importante a elaboração de uma discussão apropriada sobre o problema das categorias e das representações coletivas que nos foi proporcionado pelas disciplinas “Tópicos Avançados de Metodologia”<sup>3</sup> e “Tópicos Avançados em Teoria Social”<sup>4</sup>. Já a discussão sobre o tema das representações sociais foi sugerida a partir dos encontros com o grupo de orientandos da minha orientadora, a professora Sardenberg<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Disciplina ministrada pelo Professor Antônio Silva Câmara. Devemos a ele a nossa iniciação nos “mistérios” do kantismo.

<sup>4</sup> Disciplina ministrada pela Professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho.

<sup>5</sup> As reuniões do grupo tinham como objetivo a troca de experiências e a discussão coletiva dos projetos. Também recebíamos orientações teórico-metodológicas valiosas e um importante acolhimento afetivo.

A disciplina de “Análise do Discurso I”, cursada na Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia<sup>6</sup> nos mostrou algumas possibilidades da teoria da análise do discurso para a pesquisa com memória social.

Na modalidade de aluno especial, cursamos na Pós-Graduação em Educação da Uneb, a disciplina de “História de Leituras e Narrativas de Formação<sup>7</sup>”, importante para que nos familiarizássemos com alguns aspectos da memória social até então pouco estudados, a saber, as relações entre memória e literatura, memória e autobiografia e memória e espaço social.

No capítulo I, elaboramos uma revisão da literatura referente ao problema da memória. Tratado de forma interdisciplinar, o tema traz à tona debates oriundos do campo da Historiografia e das Ciências Sociais, a exemplo da releitura dos textos de HALBWACHS (2004,1990) por BLOCH (1998) que evidencia, entre outras coisas, a necessidade de considerar a dinâmica geracional para apreender a memória.

A crítica ao conceito de memória coletiva elaborada por FRENTESS & WICKHAM (1992) e a articulação entre poder, esquecimento e silêncio proposta por POLLAK (1989) nos forneceram ferramentas conceituais importantes para início da pesquisa. No decorrer do trabalho de pesquisa, também nos apropriamos da discussão proposta por HALBWACHS (1950,1958) acerca das relações entre classe social e memória, uma vez que a abordagem desse autor oferece um ponto de vista original acerca das classes sociais e dos sindicatos, a saber, uma perspectiva da classe que pensa as suas relações com o campo das representações. Esse ponto de vista mostrou-se bastante útil tanto para rever o período da história do Sinditêxtil anteriormente estudado, como a fase referente a 1982 e 1994. Apresentamos essa discussão no capítulo II.

Ao ler esse capítulo, o leitor pode ter a impressão de que existe uma lacuna histórica em nosso trabalho, referente aos anos compreendidos entre 1954 e 1979. No contexto de um programa de estudos referente à história do Sinditêxtil, sim. No que diz respeito à proposta inicial desta pesquisa, não. É preciso lembrar que não nos propusemos a resgatar a história recente do sindicato, mas identificar e compreender as suas recordações coletivas, ou melhor, as suas representações acerca do passado da instituição.

---

<sup>6</sup> Disciplina ministrada pela professora Iracema Luiza de Souza.

<sup>7</sup> Disciplina ministrada pelo Professor Eliseu Clementino.

De fato, a pesquisa realizada sobre o período dos anos 1940 e 1950 pouco acrescentou para a compreensão da memória social dos atuais sindicalistas, uma vez que ela é exatamente fundada no esquecimento ou no desconhecimento acerca dessa fase. Possivelmente, o mesmo aconteceria com os fatos referentes aos anos compreendidos entre 1954 e 1979.

Esse mesmo objetivo nos permite refutar críticas que apontassem a necessidade da realização de uma pesquisa documental mais apurada relativa aos anos 1980. Os jornais consultados no Capítulo II foram utilizados não tanto pela sua relevância enquanto documentos históricos, mas por considerarmos que se constituíam em um importante suporte para a memória dos sindicalistas. Eles integravam um arquivo particular de Elizete, uma ex-diretora do Sinditêxtil. Esse arquivo é referente ao passado do grupo político que controla o sindicato desde 1983. Esse material fica arquivado bem próximo à sala do tesoureiro e à secretaria do sindicato, mas nem todos os diretores tem acesso a ele, apesar de muitos saberem da sua existência.

Esse arquivo não se mistura com o outro, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, que possui documentos referentes aos anos situados entre as décadas de 1930 e 1970 e fica localizado dois andares abaixo, no subsolo do prédio do sindicato. Além de recortes de jornal, ele contém diversas fotografias que, infelizmente, não tivemos autorização para reproduzir. Esse é o arquivo do Sinditêxtil referente à sua história mais recente. Em realidade, a mudança do nome do sindicato para Sinditêxtil foi parte importante das operações de resignificação de um passado referente a uma instituição sindical dotada de orientação política bem diferente da que o Partido Comunista do Brasil imprimiu ao sindicato a partir dos anos 1980. Uma pesquisa documental mais ampla nos conduziria sem dúvida a um conhecimento mais completo dos eventos que tiveram lugar nas décadas mais recentes da história do sindicato. Teríamos então uma discussão histórica que poderia realçar com mais vivacidade os contornos dos fatos representados na memória, mas não necessariamente iluminaria essa mesma memória.

De fato, um campo interessante de estudo foi revelado por essa pesquisa, a saber, a memória e a história dos trabalhadores que, na década de 1980, através dos movimentos sindicais, contribuíram para o processo de redemocratização do Brasil. Esse é um tema que aparece em várias das memórias, mas a sua exploração exigiria a elaboração de um projeto de pesquisa muito mais amplo que o nosso, uma vez que envolveria, não apenas a memória de

um grupo de sindicalistas, mas de vários sindicalistas. Desse modo, no que diz respeito à história do Sinditêxtil, há janelas cronológicas que permanecem abertas aguardando pelo interesse de outros pesquisadores.

O trabalho de campo referente a essa pesquisa ocorreu entre o julho de 2007 e março de 2008. No entanto, nosso contato com o sindicato teve início muito tempo antes, mais precisamente em 1997, durante a presidência de Barbosa<sup>8</sup>. Durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado entre os anos de 2002 e 2004, freqüentamos assiduamente o arquivo mais antigo do sindicato. As observações que realizamos naquele período nos auxiliaram a dimensionar melhor a influência do cargo de presidente do sindicato sobre a instituição como um todo. Na gestão de Barbosa, tivemos livre acesso aos arquivos e ao espaço da instituição como um todo. Na gestão de Itamar Oliveira Reis<sup>9</sup> recebidos por um clima de desconfiança generalizada. Quando Vânia, a ex-secretária da tesouraria nos cedeu uma folha do bloco de notas com o logotipo do sindicato, ela não o fez sem antes riscar toda a folha, para que eu não escrevesse nada lá. Além disso, não nos foi franqueado o acesso a nenhum arquivo ou documento a não ser aqueles aos quais já nos referimos.

Acreditamos que esse tratamento é o reflexo de um processo de disputas internas que se desenrolam há algum tempo dentro do Sindicato. Espaço de jogos políticos, as disputas e lutas são o tecido mesmo da história e da memória da instituição. Mas há uma particularidade no presente, quando várias diretoras se ressentiam das limitações que lhes foram impostas pela atual presidência. Efetivamente, esse era um dado inerente às condições objetivas e intersubjetivas da pesquisa. No capítulo 4, oferecemos um comentário mais detalhado sobre esse assunto.

No trabalho de campo nos servimos de contribuições oriundas das ciências sociais e da história oral. Usualmente, em cada capítulo há indicações sobre as condições técnicas e ao processo de interação social no qual as entrevistas ocorreram. Essa era uma preocupação de MALINOWSKY (1978): o fornecimento de um “relato honesto” dos dados ao leitor. Utilizamos dois instrumentos de registro das principais atividades do trabalho de campo. Um bloco de notas em que anotávamos nomes e dados de contatos como telefones e e-mails e onde também registrávamos, durante as entrevistas, nomes de pessoas ou lugares para serem

---

<sup>8</sup> Gestão referente ao período compreendido entre os anos de 1997 a 2000 e 2001 a 2004.

<sup>9</sup> Gestão referente ao período compreendido entre os anos de 2005 a 2008.

posteriormente pesquisados, ou questões a serem feitas ao entrevistado. Num outro caderno, fazíamos o registro das impressões do campo, bem como anotações referentes à condução das entrevistas<sup>10</sup>, o que era feito em casa e no mesmo dia em que os eventos ocorreram.

Trabalhamos com um corpus composto por 14 entrevistados, num total de 19 entrevistas, já que Barbosa, Hilda e Tristã foram entrevistados por duas vezes e Seu Valdo, três. Contamos com auxílio de terceiros em apenas duas das entrevistas. Verificamos que as recomendações de ALBERTI (2006) quanto à organização de uma equipe de entrevistadores e transcritores, além da utilização de um espaço específico para a realização da pesquisa com história oral são, de fato, relevantes.

A delicada trama de relações presente na realização de uma entrevista exige que o pesquisador concentre toda a sua atenção no entrevistado e em sua interação com ele, o que não pode ser feito quando a sua atenção está preocupada com o término ou a troca da fita, com a confirmação da gravação. A presença de uma segunda pessoa manuseando esses equipamentos e, até mesmo, conferindo o roteiro da entrevista, libera o pesquisador para uma interação mais fluída com o depoente.

A audibilidade de alguns trechos de entrevistas poderia ter sido consideravelmente melhorada se tivéssemos realizado as entrevistas em um ambiente em que a presença de ruídos fosse minimizada. Infelizmente isso não ocorreu. Via de regra, os entrevistados escolhiam o local da entrevista e elas ocorreram em praças, nas sedes do Sinditêxtil de Salvador e Camaçari, residências e no Sindicato dos Bancários.

Por fim, é de grande valia a organização de uma equipe de transcrição com o conhecimento prévio dos objetivos do projeto e dos procedimentos que o pesquisador considera desejáveis para a indexação e o tratamento do material em questão. Treinamos uma pessoa especificamente para esse fim. No entanto, ela não pode dar continuidade ao trabalho e tivemos de contratar o serviço de outras pessoas. As entrevistas tiveram ao todo três diferentes

---

<sup>10</sup> Utilizamos um gravador portátil modelo Sony TCM-20DV e fitas cassete de 60 e 90 min de duração. As fotos foram feitas com um celular Samsung modelo SGH - X660. Optamos pelo gravador em lugar de aparelhos mais modernos como mp3 ou mp4 players, por nos sentirmos mais seguros com o primeiro, uma vez que ele oferece uma confirmação visual imediata de que a gravação está sendo feita. Sua desvantagem está no processo de manuseio da gravação para transcrição. Nesse quesito, um arquivo digitalizado pode ser transcrito ou tratado (os trechos pouco audíveis) com mais facilidade. As fitas de 90 min, pelo maior tempo de duração da gravação, oferecem uma maior tranquilidade ao pesquisador, que ao realizar entrevistas sozinho, necessita atentar também, para o momento de substituição da fita, que às vezes ocorre no meio de uma declaração importante.



transcritores e a qualidade dos trabalhos realizados sem a negociação prévia dos procedimentos de tratamento e indexação mostrou-se consideravelmente inferior.

Para a preparação e a realização das entrevistas nos baseamos nas discussões propostas por ALBERTI (2006), BAUER (2000), GASKEL (2000) e FLICK (2000). Os autores citados sugerem a organização prévia da entrevista com base na elaboração de um roteiro. No entanto, a execução da mesma exige menos controle e mais a habilidade do pesquisador em estimular o entrevistado a discorrer livremente sobre um determinado tema de modo a revelar o seu ponto de vista particular sobre o mesmo.

Essa orientação mostrou-se útil para revelar o horizonte semântico a partir do qual as recordações eram estruturadas, em particular a técnica da entrevista narrativa (JOCHELOUITCH & BAUER, 2000). Para a pesquisa em questão foram elaborados dois roteiros. Um especificamente desenvolvido para a entrevista com Seu Valdo e outro destinado aos que se tornaram diretores do sindicato após 1982.

O que podemos dizer sobre os roteiros é que eles ajudam a orientar a “conversa” com o entrevistado. Nenhum deles foi seguido à risca, mas forneceram um mínimo referencial comum, um plano de assuntos em que ambos os interlocutores podiam interagir e nesse sentido minimizaram o estranhamento existente entre ambos já que o entrevistado tinha a impressão de que conhecíamos algo sobre a sua experiência. A rapidez na realização das transcrições permite atualizar os roteiros e torná-los instrumentos mais dinâmicos. Na fase de tratamento dos dados os roteiros também são úteis para controlar e selecionar os dados que serão discutidos pelo pesquisador. Não utilizamos os roteiros com a intenção de fazer necessariamente as mesmas perguntas a todos os entrevistados, mas de imprimir uma orientação comum às entrevistas e possibilitar que um posterior trabalho de categorização pudesse ser realizado com elas de modo a identificar diferenças e continuidades importantes nas narrativas.

Com base nessas diferenças, estruturamos a divisão dos capítulos de modo a destacar as continuidades existentes nas narrativas das mulheres no Capítulo IV e dos homens no Capítulo V. O recorte de gênero foi fundamental para reconhecer diferentes formas de lembrar e contar as suas lembranças. Para fazer essa discussão nos baseamos nos trabalhos de SARDENBERG (1998,1997, 1996-a, 1996-b), PISCITELLI (1993), JELIN (2002), BERTAUX – WIAME (1993), entre outras.

O capítulo sobre as recordações de Seu Valdo revela, quando contrastado aos demais, que um notável processo de esquecimento social teve lugar no Sinditêxtil. Seu Valdo se recorda da fundação do *Syndicato* dos Operários Tecelões em 1937. Recorda-se também da história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem e da seqüência dos seus presidentes até os anos 1970 e das lutas travadas pelos sindicalistas de seu tempo. No entanto, hoje a data tomada como referência para a fundação do sindicato – e que consta em seus documentos oficiais - é o ano de 1942, ano em que os tecelões e fiadores passaram a ser representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Porém, mesmo as lutas e a história referentes a esse período são desconhecidas pela maioria dos diretores e diretoras do Sinditêxtil. Para eles os anos anteriores a 1980 são revestidos de um significado negativo. Não se trata apenas de diferentes gerações de sindicalistas, mas de orientações políticas bem diversas.

As reflexões de OLIVEIRA (1998) nos forneceram uma boa compreensão sobre os diferentes momentos em que o trabalho de pesquisa se subdivide. Foi importante identificar, num dado momento, a necessidade de parar a escuta e a observação e começar a escrever. O texto de BECKER (1993) foi de grande valia para dirigir a nossa observação no sentido de qualificar as evidências oferecidas através das entrevistas e dos diálogos informalmente construídos.

É preciso também apontar que as discussões de EVANS-PRITCHARD (2005) nos auxiliaram a compreender a natureza complexa das relações sociais que constituem o trabalho de campo. As reflexões sobre as relações de poder no trabalho antropológico precisam levar em conta as situações em que o interlocutor ocupa uma posição privilegiada, porque isso tem um sem número de implicações sobre o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.

No nosso caso, quase sempre, foram os entrevistados que definiram as condições, o local e até a duração das entrevistas. Outras vezes, simplesmente não compareceram e nenhuma justificativa foi oferecida. Era nossa intenção colher o depoimento do Deputado Daniel Almeida. Barbosa, ex-presidente do sindicato. Infelizmente, esse encontro nunca ocorreu. No dia, horário e local marcado, estávamos lá, mas simplesmente não fomos atendidos. No caso de Elizete, temos ao menos um texto que ela nos enviou por e-mail, no qual discorre sobre a história do Sinditêxtil. Anexamos esse material ao final deste trabalho. Com ela também, não foi possível realizar nenhuma entrevista.

## CAPÍTULO I. A MEMÓRIA COLETIVA EM QUESTÃO

“As memórias são a reelaboração de um mundo extinto, mas nem por isso menos real”.

Afonso Arinos de Melo Franco

### 1.1.A Memória: A Reflexividade Antropológica e a Auto-reflexão Historiográfica

Nesta seção, trataremos da emergência da memória enquanto um objeto disputado por diferentes saberes no final do século XIX. Partimos, entretanto, de uma questão preliminar: identificar o conjunto de transformações que operam no campo científico da Antropologia e da História fazendo proliferar rapidamente o crescimento dos atuais estudos sobre a memória. Mais adiante trataremos de algumas das discussões que consideramos mais relevantes para a compreensão da memória social do Sinditêxtil.

A discussão epistemológica das décadas de 1950 e 1960 colocou em cheque os pressupostos que conferiam certeza aos enunciados das teorias científicas. A objetividade passou a ser considerada não como fundamento do raciocínio científico, mas como o resultado de um consenso sócio-cultural e histórico, um acordo intersubjetivo construído por uma comunidade de pesquisadores (MORIN, 1996). Questionou-se, assim, os princípios de uma ciência fundada a partir da expansão do racionalismo iluminista na medida em que observou-se que nenhum saber humano - mesmo aqueles que não se intitulam desse modo - está fora da humanidade. É preciso situar os estudos sobre a memória dentro desse movimento de efervescência intelectual.

O modelo de racionalidade da ciência moderna foi elaborado a partir da evolução científica do século XVI, segundo o domínio das Ciências Naturais distinguindo-se de formas de conhecimento vistas como não científicas, a saber, o senso comum e as humanidades (filosofia, direito, literatura, etc.). Dentre os seus pressupostos, podemos encontrar a separação entre homem e natureza, a busca de certezas e formulação de leis, a ordem e a estabilidade de um mundo entendido como mecanicamente determinado. Mesmo as Ciências Sociais emergiram, no século XIX, a partir do mecanicismo das Ciências Naturais (SANTOS, 2001).

Durkheim (2003), ao examinar o suicídio, não estava preocupado com as motivações dos suicidas, mas em reduzir o fenômeno às suas dimensões e regularidades exteriores.

O paradigma<sup>11</sup> moderno foi contestado pelo próprio avanço científico que o originou, a começar pela formulação do princípio da relatividade por Einstein. Ele revelou que as leis físicas e geométricas estavam assentadas em medições locais. Heisenberg demonstrou que não é possível observar e medir um objeto sem interferir no mesmo; o objeto que sai da medição, não é o mesmo que entrou, de modo que o sujeito interfere estruturalmente no objeto observado. Mesmo as leis da física são de caráter probabilístico, o que nos lança em um mundo de permanentes incertezas.

No novo paradigma que emerge, noções como desordem, imprevisibilidade, auto-organização e consciência foram introduzidas na compreensão dos fenômenos na natureza. Os cientistas naturais adotam questionamentos filosóficos e sociológicos, os estudos humanísticos são revalorizados. Se a ciência moderna avançou pela especialização, na atualidade, procura romper dualidades como natureza/cultura, subjetivo/objetivo, natural/social e avança através de um conhecimento local e global. Todo conhecimento é entendido como autoconhecimento e a incerteza do conhecimento transforma-se na chave para o conhecimento do mundo.

POPPER (1975), ao propor a “teoria do holofote” como referencial para a compreensão do trabalho científico, critica a concepção tradicional das ciências naturais que defende serem as percepções antecedentes ao conhecimento. Desde Kant, as percepções não são consideradas puras, concorrendo para produzi-la, tanto os sentidos como os elementos mentais. A ciência, para Popper, baseia-se não na percepção, mas sim, na observação. A observação supõe o desempenho de um papel ativo por parte do sujeito; ela é planejada, preparada. As observações são orientadas por problemas, hipóteses, ou seja, por princípios de seleção, ou, mais simplesmente, expectativas.

De acordo com Popper, cada ciência possui um “horizonte de expectativas (soma total de expectativas conscientes e subconscientes)” que desempenha o papel de moldura de referência através da qual, as ações, experiências e observações ganham sentido. As observações podem invalidar essa moldura e, desse modo, fazer com que o conhecimento

---

<sup>11</sup> Nas palavras de Thomas Kuhn: “Considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, forneceram problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1997, p.13).

alcance um nível superior e constituindo um novo horizonte de expectativas. Apesar de importantes para o processo de testagem das hipóteses, as observações têm um papel secundário em relação a aquelas. O trabalho científico nunca está, portanto, livre de suposições, uma vez que emerge do trabalho pré-científico, o que envolve igualmente os mitos e suposições.

Para KUHN (1997), o desenvolvimento científico das ciências naturais não se dá pela acumulação de descobertas e invenções individuais. As concepções científicas e épocas passadas não eram menos científicas ou idiossincráticas que as atuais. As diretrizes metodológicas de uma ciência não são insuficientes para ditarem conclusões substantivas para as questões científicas. Nos estágios iniciais do desenvolvimento de uma ciência há uma contínua competição entre “diversas concepções de natureza distintas”, todas compatíveis com os ditames da observação e método científico:

“Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época (...) A pesquisa eficaz raramente começa antes que uma comunidade científica pense ter adquirido respostas seguras para pergunta como os seguintes: Quais as entidades fundamentais que compõem o universo? Como interagem essas entidades umas com as outras e com os sentidos? Que questões podem ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções?” (KUHN 1997, p.23).

As revoluções científicas constituem “alterações nos compromissos profissionais” decorrentes do aparecimento de “anomalias” que substituem a tradição corrente da prática científica. A partir daí têm início investigações extraordinárias que dão origem a novas bases (“compromissos”) que orientam a pesquisa científica. Desse modo a edificação de uma nova teoria não se dá através de um mero incremento da teoria anterior, mas envolve a reformulação da teoria que lhe precedeu e a reavaliação dos dados que produziu.

OLIVEIRA (1998) entende que no campo antropológico existe uma simultaneidade de paradigmas, não uma sucessão como se dá no modelo desenhado por Khun para as ciências naturais. Na Antropologia há uma matriz disciplinar que articula os paradigmas em uma única estrutura que os absorve sem, no entanto, anulá-los. Seriam eles: o racionalista, o estrutural funcionalista, o culturalista e o hermenêutico. Enquanto os três primeiros estão inseridos na

tradição iluminista, o último consiste em uma reação à razão iluminista. Sua introdução na matriz disciplinar originou tensões que levaram à renovação da disciplina problematizando elementos como a moderação na autoridade do autor; o processo de produção do texto etnográfico; a presença da historicidade na relação pesquisador/observado; discussão sobre os limites da ação científica. A crítica incide sobre a influência do poder da sociedade à qual pertence o pesquisador na situação do trabalho de campo:

“Em termos epistemológicos, diria, em primeiro lugar, que a objetividade concebida pelo positivismo – em que o pesquisador daria todas as cartas é puramente ilusória. Segundo e em decorrência disso, a relação que se impõe entre as partes envolvidas no processo cognitivo de monológica passa a ser dialógica, alterando a própria prática da chamada entrevista com a transformação do pesquisador e do seu informante em interlocutores. Isso significa que uma relação caracteristicamente marcada como uma via de mão única, passa a ser de mão dupla, consequência do diálogo tomado agora como essencial na busca – nem sempre e dificilmente alcançada – de simetria nas relações entre pesquisador e pesquisado” (OLIVEIRA, 1998, p. 67-68).

A introdução de uma abordagem hermenêutica na antropologia teve início com os trabalhos de GEERTZ (2000), para quem, na atualidade, as ciências sociais migram de explicações baseadas em leis, para explicações baseadas em casos e interpretações. As analogias nas atividades culturais (literatura, jogos, teatro) tornam-se recorrentes e adota-se uma abordagem hermenêutica da vida social. A antropologia interpretativa de Geertz, ao pensar a cultura enquanto texto (GEERTZ, 1989), problematizou a própria transformação dessa cultura em texto, ou seja, questionou o processo social de construção da escrita antropológica (GEERTZ, 2002). Ao fazê-lo, Geertz influenciou os antropólogos pós-modernos norte-americanos que passaram a inquirir, entre outras coisas, sobre o modo como as relações de poder influenciavam tanto na produção do texto etnográfico, bem como sobre essas mesmas relações de poder estruturavam o contexto da interlocução cultural entre o antropólogo e os nativos por ele pesquisados.

Para MARCUS (1994), no campo antropológico, a introdução da crítica pós-moderna centrou-se na crítica da etnografia (pesquisa e texto) estimulando estilos variados de reflexividade no texto monográfico. A chegada do pós-modernismo foi um acréscimo a já

existente crítica à hegemonia das ciências naturais, provocando reflexões sobre o caráter científico do trabalho de campo e as relações entre a antropologia e o colonialismo, intensificando a tendência para o trabalho com as convenções e a retórica etnográfica.

O processo de descolonização iniciado na década de 1950, aliado às mudanças no campo intelectual e aos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, possibilitaram o aparecimento de discussões que colocaram em questão o papel desempenhado pelo antropólogo no processo de construção da hegemonia política do Ocidente, problematizando a produção de representações legítimas sobre o outro e apontando as relações históricas específicas no processo de produção onde essas representações tem lugar: “Tais estudos sugerem que, se a escrita etnográfica não pode escapar de dicotomias e essências, ela pode, ao menos, lutar conscientemente para evitar representar outros abstratos e a-históricos” (JAMES, 1998, p.19).

O ponto de maior ênfase é o que se contrapõe ao cognitivismo moderno, a saber, o uso da sensibilidade, da reflexividade, do dialogismo, colocando em evidência dimensões éticas e epistemológicas da etnografia. Os elementos subjetivos do trabalho de campo e a crítica hermenêutica na teoria e na prática da pesquisa são ressaltados, abrindo a possibilidade para a criação de “textos polifônicos” ou “projetos colaborativos”.

Na teoria feminista<sup>12</sup>, a reflexividade subjetiva teve maior impacto<sup>13</sup>, assumindo inicialmente a forma de autobiografia e, mais tarde, como etnografia. A intertextualidade seria uma marca da etnografia contemporânea que procura trabalhar não somente com as representações já construídas pelos observados, como também com as representações construídas anteriormente por outros observadores. Marcus (1994) considera que as representações não são um mero complemento do trabalho antropológico, são fatos sociais que definem o discurso do etnógrafo e a sua posição literal em relação aos objetos.

Conceitos anteriormente tidos como básicos para a análise antropológica como tradições, rituais, sistemas de parentesco e estruturas de poder, sofreram um desgaste, perdendo a sua força como instrumentos de explicação e descrição etnográfica. Em contraponto, a identidade coletiva e individual transformou-se naquilo que dá à etnografia a sua identidade. A

---

<sup>12</sup> De acordo com BURKE (2005), a contestação da grande narrativa ocidental observava os elementos deixados de fora dela ou tornados invisíveis, a exemplo da luta pela libertação do terceiro Mundo. A contribuição do feminismo também foi importante para a história cultural ao desmascarar os preconceitos masculinos e destacar a contribuição das mulheres para a cultura, a exemplo da coleção organizada por Duby e Perrot (1995).

<sup>13</sup> Ver o interessante artigo de SARDENBERG (2002) “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”.

revisão dos elementos de construção dos sujeitos antropológicos envolve, entre outras coisas, uma discussão sobre a construção do tempo e do espaço, a problematização da voz do etnógrafo em seu texto e a apropriação dialógica de conceitos analíticos (MARCUS, 1991).

A problematização do espaço significa a ruptura com o conceito de comunidade, que pressupunha uma solidez homogênea de valores, identidade e conceitos compartilhados. Portanto, cabe agora ao pesquisador a tarefa de apreender uma dinâmica de formação da identidade<sup>14</sup> que se dá em múltiplos contextos e atividades.

O questionamento do tempo implica em uma ruptura com a determinação histórica enquanto principal elemento explicativo do presente etnográfico, ou seja, no abandono da metanarrativa historiográfica que aspirava a uma validade universal e na consideração de que o presente é construído pela memória coletiva e individual. Em consequência, a reflexão analítica e metodológica sobre a memória é colocada no centro dos debates antropológicos.

Com a modernidade ocorreu o deslocamento da função de oralidade e narração de histórias, de modo que a memória coletiva tende a ser mais bem apreendida através da memória individual e autobiográfica. Através das representações individuais, as representações coletivas são filtradas: “Através das autobiografias podem ser melhor avaliadas as experiências históricas carregas de memória que determinam a forma de movimentos sociais contemporâneos” (MARCUS, 1991, p.206).

A problematização da perspectiva implica na ruptura com o conceito de estrutura. Remete à passagem de uma metáfora visual, a estrutura (seja ela entendida sob a forma de um código, um comportamento observável ou mesmo sistemas subjacentes), a uma perspectiva da etnografia enquanto voz, significando isto uma tentativa de capturar a complexidade da diversidade multicultural. A consequência é a emergência da discussão sobre o problema da polifonia como um questionamento sobre as representações do etnógrafo. A compreensão da experiência de campo como um diálogo tem como objetivo uma tradução cultural, uma mudança dos conceitos do antropólogo diante do contexto interativo, entende que o pesquisador

---

<sup>14</sup> A pesquisa em História Oral tem revelado a importância de compreensão entre memória e identidade. A construção e reconstrução de lembranças implica na “reelaboração de representações e reafirmação de identidades construídas na dinâmica da história”. A memória constitui-se como fundamento da identidade: “os lugares da memória são os esteios da identidade social. Os monumentos evitam que o presente se transforme em processo contínuo descomprometido do passado e do futuro” (NEVES, 2000, p 112).



não deve mais justapor o seu mundo ao do outro enquanto objeto. A etnografia precisa elaborar uma crítica cultural dos seus próprios instrumentos conceituais de apreensão da realidade:

“A identidade do modelo teórico do etnógrafo não deve permanecer intacta se a do objeto de pesquisa se desmancha no ar. Todo projeto de pesquisa etnográfica tem, portanto, um caráter bifocal em um mundo que se torna cada vez mais integrado e adquire, contudo, uma totalidade pouco compreensível” (MARCUS, 1991, p.209).

Os trabalhos de história oral têm produzido avanços importantes tanto no que diz respeito à “polifonia”, como à pesquisa sobre memória e autobiografias. Considerar a polifonia implica em empreender uma séria reflexão sobre a construção das relações sociais presentes na experiência da pesquisa. No que se refere a esse último tópico, PORTELLI (1997) chama a atenção para a fluidez dos papéis de observador e observado. O entrevistador também está sob a observação do entrevistado.

Na Itália, a pesquisa em história oral foi consideravelmente enriquecida a partir das contribuições dos antropólogos italianos, nas décadas de 1940 e 1950, destacando-se em particular, o trabalho pioneiro de Ernesto De Martino (1976), que pensava a entrevista como uma troca entre dois sujeitos. O êxito do método da entrevista enquanto técnica, reside na obtenção dessa percepção por ambas as partes, no estabelecimento de uma “mutualidade” necessária para diminuir as distorções na comunicação. Para que isso se dê, é preciso estabelecer uma situação de igualdade, que na compreensão de De Martino implicava no restabelecimento de um diálogo entre dois mundos. Ele acreditava que tratar cidadãos e pessoas como objeto de pesquisa era um procedimento humilhante<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Nessa abordagem o intelectual é portanto portador de uma diferença, não de uma superioridade. Ele deve buscar permanentemente o entendimento e a identificação com o seu informante. Mas sem o questionamento e a redefinição da identidade do pesquisador, não é possível o reconhecimento do outro. A pesquisa deve ajudar a reconhecer a nossa semelhança apesar das nossas diferenças. Quando a interação entre observador e observado se dá em condições de igualdade, observador e observado são estimulados a pensarem de forma diferente sobre si mesmos. Para PORTELLI, o pressuposto positivista da não-interferência é um fetiche. Nossa presença ocasiona mudanças no objeto de estudo e essas mudanças devem ser consideradas como importantes resultados do nosso trabalho de campo: “O campo de trabalho é significativo como encontro entre dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos e conseqüentemente isolados e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos” (1997, p. 23).

Na História Oral, a relativização dos papéis sociais do pesquisador e do pesquisado leva à substituição do termo “informante” pela expressão “colaborador. A pesquisa em História Oral, na abordagem de HARRITS e SHARNBERG (1993, p.27), é pensada como um processo de aprendizado com o “contador de histórias”. Ao dar a palavra ao contador de histórias, a idéia é eliminar a categoria “fonte” como expressão da narrativa da História Oral, produzindo uma situação de igualdade no processo da pesquisa:

“O caminho da igualdade, nesta situação particular e no que nos diz respeito, passa pelo questionamento atento, o que não equivale a dizer que não devemos também ter um plano, mas sim que não devemos jamais permitir que nosso plano tenha um papel predominante. Em pé de igualdade com o contador de histórias, os entrevistadores podem contribuir para revelar a história desprezada – até aquela ignorada e suprimida na história de vida do próprio contador de histórias”.

O respeito à particularidade de cada indivíduo deve ser um dos fundamentos éticos do ofício do pesquisador da História Oral. A valorização das diferenças não se traduz somente em “boas maneiras no trabalho de campo”. Ela também emoldura as decisões relativas à interpretação das entrevistas, registro de subjetividades, narrativas e da memória, o que implica em não reivindicar para o pesquisador o monopólio da verdade. O reconhecimento das diferenças não implica, necessariamente, em um consenso sobre ela, o pesquisador pode documentar em seu texto final, não apenas a sua interpretação, mas as discordâncias do seu colaborador sobre a sua interpretação, assim como outras possíveis interpretações:

“Assim, sejam quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores dela fazem (...) Consequentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores” (PORTELLI, 1997, p.27).

Outra importante dimensão ética observada pela História Oral é a restituição dos resultados da pesquisa às comunidades pesquisadas. A restituição envolve criar a possibilidade de que os depoimentos transcritos sejam conferidos e até modificados pelos colaboradores e compreende a necessidade de elaborar cartas de cessão dos direitos da entrevista a serem assinadas pelos depoentes (ALBERTI, 2004). Restituir é também permitir que as comunidades possam refletir com mais clareza sobre a sua experiência, entendendo que isto não é um ato neutro, mas uma intervenção na história cultural dessas comunidades (PORTELLI, 1997, p.31).

Para SARLO (2005), está em curso um verdadeiro “giro subjetivo”, um momento que se contrapõe ao giro lingüístico dos anos 1970 e 1980. De acordo com PEREIRA (2000), a retomada atual das trajetórias individuais na história e nas ciências humanas é a expressão do retorno do sujeito antes preterido em favor das estruturas.

No campo da Historiografia, ocorre não um mero retorno acríptico ao sujeito, mas uma “mudança de escala” que leva à proliferação das interrogações sobre o indivíduo ou sobre os vínculos entre o individual e o coletivo. Está em curso uma guinada paradigmática que dá prioridade à ação dotada de sentido reabilitando a intencionalidade e as justificações dos atores e inserindo ator e cientista em uma relação intersubjetiva, na qual o sentido é procurado deixando de ser buscado nas estruturas.

As ciências humanas são humanizadas e a teoria da ação revista. A fenomenologia, a hermenêutica e a filosofia crítica alemã da história são retomadas: “O presente tornou-se uma categoria passada que ultrapassa nosso espaço de experiência e convida a uma releitura memorial e simbólica do passado (...) O fato social é percebido como um fato semântico, portador de sentido” DOSSE (2003, p.16).

A primeira pessoa do narrador foi reintroduzida pela história oral no campo científico com o objetivo de salvaguardar a recordação ou reparar uma identidade perdida. O testemunho assumiu o papel de “ícone da verdade” e se transformou no recurso mais importante para a reconstrução do passado. O combate pela memória também é o combate pela identidade. O vigor desse debate é debitário do processo político dos golpes militares que tiveram lugar, nos últimos trinta anos, na América Latina, da transição democrática que a eles se seguiu. Em vários estados da América Latina, para que se desse o restabelecimento da democracia, foi fundamental a reconstrução dos atos de violência estatal. Enquanto, no Brasil, a construção do pacto político que, nos anos 1980, reintroduziu a democracia no país implicou num

esquecimento da violência cometida contra a sociedade civil, em muitos outros países, a exemplo da Argentina, há uma demanda pela preservação da memória das vítimas e pela punição dos algozes militares:

“Se há dito muitas vezes vivemos na era da memória e o temor ou a ameaça de uma perda de memória responde mais que o apagamento efetivo de algo que deveria ser lembrado, a um tema cultural em países em que houve violência, guerra ou ditaduras militares, se entrelaça com a política (...) a memória tem sido o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho fez possível a condenação do terrorismo de Estado; a idéia do nunca mais se sustém porque sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde noutras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram a peça central da transição democrática...” (SARLO, 2005,p .24).

O testemunho se fortaleceu. Muitos, a exemplo de Walter Benjamin, no início do século XX, esperavam o seu fim definitivo. BENJAMIN (1996) afirma que a Primeira Guerra Mundial teria promovido um esgotamento do relato da experiência ao emudecer os homens que das suas frentes de batalha retornaram, fazendo desaparecer toda a experiência transmissível. Mas o fim do relato teria sido iniciado pela própria modernidade que extraiu do narrador o domínio da sua história ao introduzir novas formas de transmissão textual que substituíram as formas tradicionais baseadas na oralidade. De acordo com SARLO (2005), não é possível concordar com Benjamin. Faze-lo é afirmar a impossibilidade do relato da experiência na modernidade, após a Primeira Guerra Mundial e supor a existência de uma época plena de sentido, na qual não havia distanciamento entre o narrador e o seu ouvinte.

Na Filosofia da História de Walter Benjamin a memória aparece como a instância reconstrutora do passado. À maneira de Nietzsche, Benjamin denuncia o causalismo; como Bérghson, pensa os fatos da memória em uma dimensão física e temporal. O historiador, para ele, não reconstrói os fatos do passado, ele os recorda dando-lhes um caráter de passado presente. Critica o positivismo histórico que reduz a experiência subjetiva do passado convertendo-a em fato objetivo. Benjamin rebelou-se contra o positivismo adotando uma atitude romântica e messiânica de redenção do passado através da memória. Através dela, o passado seria

reinvestido de subjetividade. Mais que história, teríamos uma memória da história que produziria uma “restauração moral da experiência passada”. Essa posição é, no entanto, contraditória, pois supõe a construção da experiência em uma época caracterizada precisamente pela sua eliminação. Na atualidade, o sujeito, morto pelo estruturalismo<sup>16</sup> através da lingüística, teoria literária e ciências sociais, foi restaurado pelo campo de estudos sobre a memória e memória coletiva através da ascensão do testemunho:

“A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco havia experiência sem narração; a linguagem libera o mundo da experiência, a redime de sua imediatez ou do seu esquecimento e a converte no comunicável, quer dizer, no comum. A narração se inscreve na experiência em uma temporalidade que não é do seu acontecer (...) senão a de sua recordação. A narração também funda uma temporalidade que em cada repetição e em cada variante voltaria a atualizar-se” (SARLO, 2005, p.29).

Na historiografia, o recurso ao estudo das representações e da memória aparece como uma alternativa ao programa de estudos sobre mentalidades. A relação memória-história, antes presente no ideal do Estado Nacional como elemento central de construções identitárias, sofreu uma dissociação, conseqüência da crise das “escatologias revolucionárias”. As expectativas em relação ao futuro<sup>17</sup> se diluem, recolocando o presente em questão. A memória torna-se um

---

<sup>16</sup> Nos anos 1960 e 1970 o estruturalismo constitui-se enquanto paradigma da intelectualidade francesa, assumindo a dupla função de contestação e contracultura. Nos anos 1980 entra em crise com a morte de grande parte de seus intelectuais a exemplo de Sartre e Foucault (DOSSE, 1993, p.13).

<sup>17</sup> De acordo com (SILVA, 1988) a perda do sentido da experiência histórica refere-se ao fim do marxismo enquanto quadro teórico e ao fim do comunismo enquanto modelo cultural e político. Isto levou as ciências sociais a um questionamento sobre os seus postulados e à reformulação das suas categorias. Na historiografia ocorreu a reabilitação do sujeito, do evento e do político além do fim do programa da Nova História. Na historiografia francesa, ao contrário da tradição anglo-saxônica, havia um desprezo pelos debates epistemológicos, e uma ênfase das discussões metodológicas. A disciplina era legitimada pelo capital simbólico e pela função social do historiador enquanto elaborador e transmissor da história, uma vez que o ensino da história estava diretamente associado à construção da identidade nacional francesa, assumindo um caráter sagrado de preservação da memória nacional. Na atualidade, o campo historiográfico perde prestígio face à ruptura dos grandes paradigmas unificadores e à legitimidade adquirida por outras áreas de conhecimento a exemplo das ciências cognitivas e em particular, da filosofia. O fenômeno da memória e da representação aparece como um dos sintomas dessa crise que implica em uma revisão do estatuto do conhecimento histórico que se reaproxima dos modelos narrativos e literários superando a separação entre história e narrativa, antes defendida pelos Annales. A historiografia precisa construir a sua legitimidade face o fenômeno das identidades culturais, da memória e de um mercado editorial que favorece a

problema e um objeto fundamental para a História. Se antes se passava da história para a memória, na atualidade a passagem se dá da memória para a história (DOSSE, 2003).

Como consequência desse movimento, a escrita da história passou por uma revisão e as relações com o passado são retomadas a partir da noção de traço: “O impacto da memória obriga os historiadores a revisitarem os mesmos objetos a partir dos rastros deixados pela memória coletiva pelos fatos, homens, símbolos e emblemas do passado” (DOSSE, 2003, p.288). Nas pesquisas de DUBY (1973), JOUTARD (1977) e LAVABRE (1994) o objeto historiográfico deslocou-se do fato para as representações sobre o fato, para as lembranças, as representações sobre passado, indagando sobre suas permanências de longa duração. Esse novo olhar também coloca em questão as chamadas “zonas de sombra” da história nacional francesa a exemplo do trabalho de ROUSSO (1990) sobre o período de Vichy ou da investigação de STORA (1991) sobre a amnésia coletiva da Guerra da Argélia pelos franceses e argelinos. Mas se inflexão sobre a memória alcança todo esse vigor, isso se dá pelo fato de trazer para o primeiro plano as experiências dos atores, alinhando-se assim com a guinada pragmática das ciências humanas:

“A memória pluralizada, fragmentada, invade hoje por todos os lados o território do historiador. Instrumento maior de vínculo social de identidade individual e coletiva, ela se encontra no cerne de uma questão real e espera frequentemente do historiador que dê a ela posteriormente o sentido à maneira do psicanalista” (DOSSE, 2003, p.289).

Para LE GOFF, (1994, p.473), os novos referenciais teóricos da historiografia valorizam a produção de uma história científica, elaborada a partir da memória coletiva, implicando em uma “revolução da memória”. Ao mesmo tempo, a memória coletiva, pressiona a história implicando em um movimento de renúncia a uma temporalidade linear, abarcando tempos vividos múltiplos “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo”.

DOSSE (1998) afirma que o aumento do interesse historiográfico pela memória é efeito de um momento histórico que passou a valorizar a tradição em função dos efeitos da mesma sobre o presente. Mais precisamente, a instauração de uma “crise de futuro” na sociedade

---

publicação de obras voltadas para o grande público originando modismos e dificultando o próprio avanço científico.

ocidental terminou por transformá-la em um objeto de memória. Para SILVA (1998), se há uma crise de futuro, isto se dá em função de um ceticismo francês em relação ao presente. O modelo da identidade nacional francesa foi construído com base nos valores universais produzidos a partir da revolução de 1789, estando subentendida nessa universalidade a singularidade da nação francesa, de modo que a singularidade da história da França seria o seu caráter universal de nação depositária dos direitos humanos. A crise da modernidade torna esse modelo obsoleto levando a perda de valores e referências, originando a busca pelo refúgio na memória:

“O resgate dos lugares da memória nacional simboliza essa busca das origens e da tradição de um passado, muitas vezes idealizado frente a um presente sem história. A nação busca, na revalorização do passado, através do fenômeno da memória coletiva pontos de referências e valores seguros (...) A identidade cultural é uma construção, em grande parte ideal, cuja finalidade principal consiste em fazer apelo ao passado e ao futuro para reconfortar as certezas e dificuldades do presente” (SILVA, 1998, p.85).

Ao mesmo tempo, o debate sobre a teleologia presente no discurso histórico ganha força, problematizando o conceito de um tempo contínuo e progressivo nos termos postulados do historicismo. O trabalho de Benjamin aparece como uma alternativa a esse modelo, por possuir uma concepção diferenciada de tempo, um tempo estético, livre da noção de causalidade mecânica e concebendo o historiador enquanto um hermenêuta que lê o real como uma escrita, aberto à interpretação dos acontecimentos. O acontecimento significativo passa a ser valorizado enquanto processo fundador de identidades.

A força da memória evidencia-se, na importância que ações, eventos, comemorações, vestígios de ações assumem para determinados grupos sociais, ou seja, o processo de construção dos acontecimentos no tempo e a conservação do seu registro sob a forma de narrativas. Essas narrativas conduzem o historiador a relativizar a autoridade do seu próprio discurso científico, passando a vê-lo como mais uma narrativa ou um discurso secundário e a valer-se de outras abordagens de outras disciplinas sobre a memória a exemplo da psicanálise freudiana.

É preciso chamar a atenção para o fato de que, enquanto construção intelectual, a memória está numa encruzilhada entre o passado presente e futuro. Ela não deve ser buscada somente enquanto lembrança, mas também no processo criativo de produção de

reconstruções do passado. Na atualidade, o estudo da memória aparece como um desafio às pesquisas históricas, mas o historiador deve ter a percepção de que, dadas as múltiplas formas de transmissão da memória coletiva, ele não possui o controle sobre as interações entre a história e a memória. Se por um lado, existem outros narradores além dele, a memória é um campo interdependente para todas as ciências sociais:

“A memória que supõe a presença da ausência permanece o ponto de costura essencial entre o passado e o presente, deste difícil diálogo entre o mundo dos mortos e o dos vivos. (...) A história da memória é um imperativo e deve beneficiar-se de toda a contribuição crítica do ofício do historiador (...) A constituição ainda por vir de uma história social da memória permitiria pensar juntas essas duas exigências: uma memória sujeita à prova crítica da história não pode mais visar à fidelidade sem ter passado pelo crivo da verdade” (DOSSE, 1988, passim).

O historiador deve investigar o problema da memória a partir de duas abordagens: enquanto fonte histórica e como objeto da história. No primeiro caso, trata-se de estabelecer um intenso diálogo com a História Oral que, desde 1960, vem crescendo em importância, apontando para os testemunhos e tradições orais presentes em muitos documentos históricos. No segundo caso, estaríamos no plano de uma “história social do lembrar” (BURKE, 2006). Trata-se de apreender a lembrança, cujos princípios de seleção variam de acordo com lugares e grupos apresentando uma “maleabilidade” intrínseca. Para Burke, cabe à história social da lembrança não só investigar a construção e a transformação de formas de transmissão de memórias públicas ao longo do tempo, mas também, compreender os usos sociais do esquecimento.

A organização social da transmissão da memória varia de acordo com os diferentes meios de comunicação utilizados, a saber: tradições orais; relatos escritos (biografias, autobiografias e outros); imagens pictóricas, fotográficas ou em movimento; rituais, entendidos enquanto atos de memória, representações coletivas, modos de interpretar o passado e construir a identidade social. Em todos esses meios está presente a noção de “esquema”, utilizada por



Aby Walburg<sup>18</sup>. O esquema é a representação de um fato ou pessoa em termos de outra, como pode ser notado no trabalho de Paul Fussel (1975) sobre as representações dos combatentes sobre a Segunda Guerra Mundial, constatou haver entre eles a presença de esquemas utilizados para descrever a Primeira Guerra Mundial.

A freqüente leitura da Bíblia no início da Idade Moderna levou as pessoas a internalizarem os esquemas bíblicos que passaram a organizar suas percepções, sonhos e memórias (BURKE, 2006). Na própria Bíblia, diversos acontecimentos são apresentados como re-encenações de acontecimentos ocorridos através do esquema transformando o passado lembrado e até mesmo indivíduos em mito.

A discussão sobre o uso e natureza das fontes da História Oral traz elementos valiosos não somente para a Historiografia, como também para as Ciências Sociais<sup>19</sup>. A oralidade expressa uma dimensão afetiva da memória, colocando, para o pesquisador a necessidade de ultrapassar os hábitos com o trabalho textual, tornando necessário, por exemplo, observar o jogo da voz e do corpo, as mudanças no ritmo da fala, os tons de voz, recorrências, gestos, a duração

---

<sup>18</sup> Psicólogo social que estudou a poesia oral na Bósnia.

<sup>19</sup> Os cuidados no uso da fonte oral exigem um permanente diálogo crítico que permita evitar a folclorização da história oral. A oralidade provoca relativizações de verdades prontas, acabadas e universais, apresentando outras problemáticas que se tornam centrais, a exemplo das questões relacionadas à memória e à linguagem. O problema das fontes históricas também é discutido por PORTELLI (1997), para quem as fontes orais e escritas são diferentes, mas não excludentes, tendo características autônomas e funções particulares que, por sua vez, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. Contudo, há uma tendência para a depreciação ou supervalorização das fontes orais (fontes narrativas), o que termina por anular as suas qualidades específicas, transformando-as em meros suportes das fontes escritas ou solução de todos os problemas. Um exemplo de depreciação é a desvalorização das gravações em função das transcrições, muitas vezes até destruindo as gravações originais. Na verdade, a transcrição transforma objetos audiovisuais em simples objetos visuais, implicando em mudanças e problemas de interpretação. Com o objetivo de possibilitar a leitura, são inseridos, arbitrariamente, pelo transcritor, sinais de pontuação, a fim de indicar pausas distribuídas de acordo com as regras gramaticais. Contudo, não há coincidência com ritmos e pausas do sujeito falante, confinando o discurso dentro de regras lógicas e gramaticais não seguidas pelo mesmo. Em muitas entrevistas, os narradores mudam de um ritmo para outro quando sua atitude em relação à matéria muda. A desaceleração pode indicar dificuldade; a aceleração, a atenção sobre pontos mais familiares. Se isso pode ser percebido por quem ouve, não é acessível à leitura. “A expectativa da transcrição substituir o taípe para propósitos científicos é equivalente a fazer crítica de arte em reproduções, ou crítica literária em traduções. A mais literal tradução é, dificilmente, a melhor, e uma tradução, verdadeiramente fiel, sempre implica em certa quantidade de invenção. O mesmo pode ser verdade para a transcrição de fontes orais (...) o tom, volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita (...). A mesma afirmativa pode ter consideráveis significações contraditórias, de acordo com a entoação do relator que não pode ser representado objetivamente na transcrição, mas somente descrito aproximadamente nas palavras do próprio transcritor (...) pausas gramaticais regulares rendem a organizar o que é dito em torno de um modelo referencial bastante explicativo, ao passo que pausas de posição e comprimento irregulares acentuam o conteúdo emocional e pausas rítmicas muito pesadas lembram o estilo das narrativas épicas” (PORTELLI, 1997, p.27-28).

da narrativa dos eventos, enfim, a performance do depoimento. Portanto, uma necessidade metodológica, nos estudos sobre a memória, é a consideração do continente afetivo<sup>20</sup>:

“... a fonte oral radicaliza todos os problemas referentes ao uso do documento histórico em geral: memória, subjetividade do historiador, “crítica documental”, etc. Além disso, acrescenta aquilo que penso ser a especificidade da história oral: a oralidade mesma. Implica considerar não apenas as palavras, as orações e as frases registradas no gravador e transcritas no papel; mas a plenitude do depoimento com a qualidade de narrativa oral. Implica também, pensar a fonte oral impregnada de significados que emergem de diferentes performances corporais, negando, ratificando ou explicitando o conteúdo das palavras de uma forma distinta daquela expressa pela e na escrita” (D’ALMEIDA SANTANA, 1998, p.21).

São diversos os pesquisadores que destacam a centralidade da memória para os trabalhos da História Oral<sup>21</sup>. ALBERTI (2004, p.41) destaca a importância da História Oral para a apreensão da subjetividade e de uma pluralidade de memórias e representações sobre o passado, abarcando tanto o aspecto objetivo quanto subjetivo de um acontecimento. A questão é compreender com a memória torna-se um fato social; como uma percepção sobre o passado é construída no presente, num trabalho que combina, simultaneamente, os fatos do historiador e as representações do antropólogo: “as representações se utilizam de fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações” (ALBERTI, 2004, p.41). Esse processo envolve um movimento contínuo de disputas e negociações e desencadeamento de ações. A memória é pensada enquanto “arquivo provocado” - expressão tomada de empréstimo ao historiador Jean Jacques Burger – um tipo de fonte produzida depois do acontecimento.

A explosão contemporânea dos estudos sobre a memória na historiografia é pensada por SORGENTINI (2003) como o efeito de um processo de construção da autoreflexão, de uma

---

<sup>20</sup> Para apreender a dimensão afetiva e individual da memória, muitos pesquisadores lançam mão de recursos como a consideração dos sonhos, o uso de pronomes nas narrativas, as histórias de vida e “a construção de biografias individuais, nas quais a vida afetiva de cada pessoa estabelece as formas, por intermédio das quais as memórias sociais são vivenciadas, contribuindo para elas com suas próprias peculiaridades” (Domingues, 1999).

<sup>21</sup> Ver THOMPSON (1992), THOMSON (1997), POLLAK (1989, 1992), NIETHAMMER (1997).

crítica epistemológica que aponta para o fim do monopólio do historiador enquanto guardião dos segredos do passado. A memória não é redutível à história e a própria história se revela, ela própria, não mais do que uma perspectiva sobre o passado. Uma perspectiva, em muitos momentos, limitada frente às potencialidades da memória que ilumina aspectos do passado que, para a historiografia, permanecem obscuros. Uma reconstrução do passado, limitada pelas possibilidades do presente para compreendê-lo.

No campo das ciências sociais, o desgaste dos conceitos tradicionais diante da complexidade crescente dos movimentos sociais impulsionou o estudo sobre as identidades coletivas e sobre as interações construídas pelos atores sociais em suas vidas cotidianas (SANTOS, 1998). Esse movimento intelectual se alinhou com o aumento do interesse pela memória coletiva a partir da década de 1980. A memória passou a ser entendida como um elemento central do processo de construção das identidades coletivas:

“A memória nos trabalha e nós, por nossa parte, a modelamos. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade, que se abraçam uma a outra, se fecundam mutuamente, se fundem e se refundem para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, um relato (...) A maioria dos investigadores sublinha o interesse desse campo e estudo para a compreensão dos fenômenos humanos e sociais. Insistem igualmente sobre os laços consubstanciais entre a memória e a identidade e sobre o fato de que a memória, faculdade primeira, nutre a identidade. Se a identidade, a memória e o patrimônio são as três palavras chave da consciência contemporânea – que por demais podem reduzir-se a duas, se se admite que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, se afirma, a que vem a confirmar a identidade, tanto a nível individual como a nível coletivo (...) A memória é a identidade em ato...” (CANDAUI, 2001, p.14).

A crise das narrativas históricas levou à revalorização dos testemunhos orais, transformando a memória como objeto de análise e de discussões metodológicas. A partir da década de 1980, as pesquisas sobre memória passaram a ser associadas com os estudos sobre representações e identidades coletivas, tornando-se objeto de interesse dos cientistas políticos (SANTOS (2003). A abordagem da memória enquanto um texto simbólico passível de interpretação oferece contribuições importantes para a teoria social permitindo-a superar algumas das suas dicotomias como presente e futuro, indivíduo e sociedade, estrutura e ação.

Ou seja, além do seu caráter multidisciplinar, o campo da memória permite superar as antinomias teóricas anteriores como a oposição entre estrutura e ação. Os estudos sobre a memória são importantes para a compreensão dos processos de legitimação e integração social, processos que asseguram a estabilidade de um sistema cultural e normativo (MONTESPERELLI, 2004)<sup>22</sup>.

A memória, ao conservar e transmitir os significados institucionais que orientam a ação humana, é um peça central no mecanismo de legitimação, a exemplo da comemoração do passado e dos mitos encontrados nas sociedades tradicionais. Do mesmo modo, na religião, há uma solicitação constante dos trabalhos da memória. A produção de um fundo comum de recordações contribui para a produção de um sentido de pertinência, coesão e identidade sociais. Na atualidade, a complexidade coesiva da memória é questionada por uma crescente complexidade social. Isto não se deve ao desaparecimento das tradições, mas, pelo contrário, graças à multiplicação das formas de objetivação da memória, à produção, mescla e reinvenção de tradições.

A percepção dessa complexidade está presente nas reflexões de CANDAU (2002). Para ele, o etnógrafo dedicado à apreensão dos trabalhos da memória – e aí estão incluídas tanto as recordações como os esquecimentos – necessita, primeiramente, considerar as diversas escalas em que ele se dá, a exemplo da família, bairro, etc. Depois, é necessário ampliar a observação para apreender o processo de transmissão da memória na sociedade como um todo, abrindo-se a possibilidade da existência de múltiplos níveis de explicação (local, individual, coletivo, nacional, etc.) e a necessidade de encontrar as relações existentes entre eles.

CONNERTON<sup>23</sup> (1999) chama a atenção para as especificidades do rito e das práticas corporais no processo de transmissão da memória. As comemorações preservam o passado

---

<sup>22</sup> Ver (DOMINGUES, 1999, passim): “A memória social é a responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico, assumindo formas, ideais e materiais que se encontram concretamente imbricados e que podem ser separados apenas analiticamente. A memória social provê os padrões para a estruturação do imaginário, isto é, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da vida social, para o desenvolvimento das relações sociais e para o intercâmbio material com a natureza”.

<sup>23</sup> CONNERTON (1999, p.88) pensa o alfabeto enquanto uma prática de inscrição, através da qual as propriedades temporais da voz humana são transferidas para as propriedades espaciais da escrita (posição, ordem, distância relativa). A transição da oralidade para a escrita é pensada como a mudança de práticas de incorporação para práticas de inscrição que fixam o relato transmitido, de modo a dificultar a improvisação. Isso tem um sério

através de encenações, de simulações de uma cena recapturada que reintroduz o passado no presente. No entanto, além da representação através de palavras ou imagens, o passado também pode ser conservado através do corpo em sua capacidade de desempenhar ações específicas. A sedimentação da memória no corpo pode se dar através das práticas de “incorporação” e de “inscrição”. No primeiro caso, estão inseridas as práticas de comunicação corporal (sorriso, aperto de mão aceno) que ocorrem em situações de interação social, exigindo a presença do corpo do outro para que possam vir a ocorrer. No segundo caso, estão as práticas que captam e conservam a informação ainda que o organismo humano não mais a transmita. É possível encontrar isso na imprensa, na enciclopédia, na fotografia, mas, também, na memorização de posturas culturalmente específicas para realizar determinadas ações culturalmente determinadas. Trata-se de comportamentos não verbais, tão estruturados e automáticos que podem, inclusive, não ser reconhecidos como tais:

“A importância das posturas para a memória comunal é evidente. O poder e a posição social exprimem-se normalmente através de certas posturas em relação aos outros. A partir da maneira como as pessoas se agrupam e da posição dos seus corpos, relativamente aos corpos dos outros, podemos deduzir o grau de autoridade que se considera que cada um goza, ou que reivindica para si. Sabemos o que significa quando uma pessoa se senta numa posição elevada enquanto todos á sua volta ficam de pé; quando uma pessoa fica de pé e as outras se sentam; quando todos se levantam á entrada de alguém; quando alguém se inclina, faz vênias, ou em circunstâncias extremas, cai de joelhos perante outra que permanece de pé (...) tais inflexões evocam um padrão de autoridade aos atores como aos observadores e são, por seu lado, recordadas em muitas das nossas convenções verbais (...) quando falamos de infortúnios de toda a espécie, referimo-nos à mudança de circunstâncias como uma queda (...) Os nossos conceitos opostos de para cima e para baixo são oriundos da

---

impacto sobre a transmissão da memória coletiva, expondo-a ao ceticismo e à economia, substituindo as performances padronizadas recitadas pelos guardiões da memória dentro de um determinado padrão rítmico, que impõe limitações ao que pode ser dito e pensado. O alfabeto substitui o registro acústico pelo visual rompendo com as limitações da memória rítmica e estimulando o aparecimento de idéias novas, já que as informações ficam registradas para consulta posterior, de modo a liberar energias criativas antes direcionadas aos processos de memorização. Outra consequência é o desenvolvimento do ceticismo, pois somente quando foi possível comparar as múltiplas explicações sobre o mundo de modo a perceber as contradições existentes nas narrativas, apareceu a distinção entre o mito e a história.

nossa experiência corporal de verticalidade...” (CONNERTON, 1999, p.85).

Assim, as transformações sociais nas últimas três décadas ocasionaram largos efeitos epistemológicos nas comunidades de saberes dos cientistas sociais e historiógrafos, provocando intensos debates, redefinições teóricas e metodológicas. No curso desse processo, uma zona de investigações em comum parece ter emergido, a saber, o campo dos estudos transdisciplinares sobre a memória. Se para a antropologia, isto implicou no questionamento de suas possibilidades reais de apreensão da alteridade através da valorização da “voz” do outro, para a historiografia, significou o descentramento da história enquanto visão excepcional do passado. À semelhança dos questionamentos sobre a autoria e a autoridade etnográfica, as pesquisas sobre memória e oralidade possibilitaram uma relativização da importância do papel do historiador como narrador universal permitindo a emergência de micronarrativas ou vozes antes excluídas do projeto historiográfico tradicional.

Ao alinhar a história como forma de narrativa entre outras narrativas sobre o passado, a memória reintroduz a dimensão da alteridade para a historiografia. Se para a racionalidade ocidental, a observação das formas de vida social das sociedades ditas primitivas forneceu à antropologia um modelo alternativo de mundo, construindo uma reflexão relativista, a partir de relativização “feita de fora”, a partir do espaço, através do constructo simbólico que convencionou-se chamar de cultura, a memória implica uma relativização dessa mesma razão ocidental a partir do interior das sociedades quentes, a partir da multiplicidade de outros processos temporais.

A memória é, portanto, o “outro” da história. No caso das ciências sociais, a aproximação com algumas metodologias de pesquisa utilizadas pelos historiadores, a exemplo da História Oral, mostra-se bastante fértil na tarefa de investigação da memória coletiva e, em nosso caso, da memória social do Sinditêxtil.

## **1.2.O Campo dos Estudos Científicos Sobre a Memória**

Criticando a dicotomia “natureza x cultura”, LEROI-GOURHAN (1987) propõe considerar instinto e inteligência como dois diferentes modos de programação. No primeiro

caso teríamos um nível máximo de predeterminação genética, enquanto no outro, uma aparente indeterminação genética. Homens e animais possuem dispositivos cerebrais bastante diferentes. A compreensão do comportamento humano está assentada na compreensão do mecanismo da memória, enquanto suporte para a inscrição das cadeias de ação. Nessa abordagem, as sociedades animais possuiriam uma memória específica que fixaria o comportamento das suas espécies, enquanto as sociedades humanas possuiriam uma memória étnica que asseguraria a reprodução dos comportamentos.

Mais recentemente, a humanidade teria produzido uma memória mecânica responsável pela reprodução de “atos mecânicos encadeados”. A memória específica dos animais seria meramente o resultado de disposições hereditárias de aparelhagem nervosa. Enquanto os atos dos animais são baseados no olfato e no tato, os atos do homem recorrem primordialmente à visão e à audição. Existiria, portanto, uma estreita relação entre memória, liberdade e linguagem. Ao nível dos atos não há liberdade. Ela existe somente no plano dos símbolos, pois é ali que se processam as escolhas humanas. É a representação simbólica dos atos que permite que eles sejam confrontados e superados. Através da educação, o homem adquire o seu caráter operatório. Essa discussão implica na consideração da memória social:

“... as possibilidades de confrontação e de libertação do indivíduo baseiam-se numa memória virtual cujo conteúdo é pertença da sociedade (...) o homem é simultaneamente indivíduo zoológico e criador da memória social (...) Por ocasião do seu nascimento, o indivíduo encontra-se na presença de um corpo de tradições próprias à sua etnia e, desde a infância estabelecer-se-á um diálogo a diversos níveis entre ele e o organismo social. A tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana quanto o condicionamento genético o é às sociedades de insetos; a sobrevivência étnica baseia-se na rotina, enquanto o diálogo que vem a estabelecer-se suscita o equilíbrio entre a rotina e o progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, enquanto o progresso representa a intervenção das inovações individuais tendo em vista uma sobrevivência melhorada” LEROI-GOURHAN (1987, p.23).

O desenvolvimento tecnológico dos utensílios que se seguiu ao aparecimento do *homo sapiens* pode ser visto como o desenvolvimento de uma aparelhagem de memória social que

passou a condicionar as instâncias da evolução humana. A partir daí, todas as sociedades humanas tiveram que enfrentar o problema da inscrição e da conservação dos conhecimentos, cuja produção contínua aumentava de forma acelerada, numa cadeia que pode ser reconstruída até o aparecimento dos cérebros artificiais.

A chegada da escrita acelerou o processo de artificialização e de exteriorização da memória que teve início com a hominização (LEVY, 1998). Seu uso massivo transformou a aparência da memória, a tal ponto que passamos a conceber a lembrança como um registro. A semi-objetivação da memória no texto permitiu o desenvolvimento de uma tradição crítica, já que a escrita separa o conhecimento e o sujeito do conhecimento, permitindo ao mesmo colocar em questão aquilo o que sabe. Com a escritura, surgiu o processo de comunicação, no qual as mensagens podem ser separadas no tempo e no espaço de sua fonte de emissão e então recebidas fora do contexto em que foram produzidas, de modo independente da sua fonte oral. Ao longo da história, o desenvolvimento da escritura, do alfabeto e da impressão, em diferentes momentos históricos, trouxeram o avanço das formas de conhecimento teóricas e hermenêuticas sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais. Levy acredita que esse processo cria uma nova “ecologia cognitiva” capaz possibilidade de postular a exigência de uma verdade universal, objetiva e crítica.

O aparecimento da escrita permitiu armazenar uma maior quantidade de informações do que aquelas que antes eram apenas transmitidas oralmente. Além disso, possibilitou que gerações e diferentes grupos humanos se comunicassem no tempo e no espaço. A escrita tornou possível ultrapassar o limite de uma geração e forneceu aos seres humanos um processo de marcação, memorização e registro, além de permitir a passagem do auditivo ao visual, possibilitando reordenar e retificar frases e palavras. Enfim, o surgimento da escrita implicou em um aperfeiçoamento técnico e em uma transformação cognitiva sem precedentes para a espécie humana<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> VYGOTSKY (1987) observa que, na criança, o desenvolvimento da escrita possui uma história particular, distinta da história do desenvolvimento da fala – distinguindo-se também da comunicação oral em estrutura e funcionamento -, implicando em um elevado grau de abstração e distanciamento da realidade concreta, consistindo em uma espécie de “... fala em pensamento e imagens apenas, carecendo das qualidades musicais, expressivas e da entoação da fala oral. Ao aprender a escrever, a criança precisa se desligar do aspecto sensorial da fala e substituir as palavras por imagens de palavras. Uma fala apenas imaginada, que exige a simbolização de imagem sonora por meio de signos escritos (isto é, um segundo grau de representação simbólica), deve ser naturalmente muito mais difícil para a criança do que a fala oral, assim como a álgebra é mais difícil do que a aritmética. (...) A escrita



Essa “evolução” da escrita está imbricada com o desenvolvimento das forças produtivas e com a complexificação da organização social humana. No Egito, na Mesopotâmia e na China, a escrita veio de encontro às necessidades da vida econômica/financeira, política/administrativa e religiosa (a exemplo das genealogias, do calendário) e do que não podia ser fixado completamente na memória ou nos gestos. A escrita tornou-se o suporte para uma memória que era, ao mesmo tempo, urbana e monárquica. A cidade era o ponto focal de uma política da memória materializada em instituições criadas pelos reis como a exemplo dos arquivos, das bibliotecas, e dos museus (LE GOFF, 1994, p.464). Os reis mandavam gravar, em pedra, anais com as narrações dos seus feitos e faziam seus escribas redigirem detalhes dos seus feitos militares e dos progressos dos seus reinados.

A partir do século XIX, a memória tornou-se objeto de estudo dos mais diferenciados saberes científicos. O final do século XIX foi fértil em trabalhos relacionados à memória em vários campos de reflexão<sup>25</sup>. Esses trabalhos tinham em comum uma nova perspectiva sobre a memória, que deixava de ser pensada em termos de técnica e capacidade de retenção, passando a ser entendida mais como “um órgão central, responsável pela integridade de uma pessoa ou cultura ao longo do tempo” (NIETHAMMER, 1997, p.119).

### **1.2.1. Bérghson: a memória como representação individual**

A abordagem psicológica dos estudos sobre a memória e o esquecimento, no final do século XIX, privilegiava os estudos estatísticos. Nesse campo, destacaram-se os estudos pioneiros do psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus que procurava medir a capacidade de memorização de um indivíduo. Além da memória, também deu início às pesquisas sobre as atividades mentais complexas. Note-se que as investigações sobre memória mantinham-se

---

também é uma fala sem interlocutor, dirigida a uma pessoa ausente ou imaginária, ou a ninguém em especial – uma situação nova e estranha para a criança (...). Na conversação, todas as frases são impelidas por um motivo. O desejo ou a necessidade levam aos pedidos, as perguntas conduzem às respostas, e a confissão à explicação (...). Os motivos para escrever são mais abstratos, mais intelectualizados, mais distantes das necessidades imediatas. Na escrita somos obrigados a criar a situação ou a representa-la para nós mesmos. Isso exige um distanciamento da situação real”.

<sup>25</sup> Mendel (1865) postulava a existência de uma memória genética, uma estrutura de ordem onde está alojada a memória da hereditariedade biológica.

dentro dos parâmetros de investigação considerados válidos pelo positivismo, ou seja, a memória era abordada enquanto um fenômeno de ordem estritamente biológica passível de mensuração.

Quando Bérghson publicou “Matéria e Memória” em 1896, a análise da memória presente nessa obra é debitaria dos pressupostos expostos em sua tese de doutorado publicada em 1889, “*Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*”, obra que despertou grande interesse na comunidade intelectual da França e Inglaterra, por trazer uma concepção original sobre o tempo e o espaço<sup>26</sup>. Em “Matéria e Memória”, Bérghson distingue entre a memória-pura e a memória-hábito: a primeira está associada à duração e, a segunda, ao espaço<sup>27</sup>. Representando graficamente essas memórias, a segunda afigura-se à ponta de um cone em contato com o plano - o presente - enquanto o cone representa a memória em estado puro. A memória-hábito recorre à memória pura para acessar as memórias operatórias necessárias ao presente.

As teses de Bérghson são uma reação à idéia de memória como efeito das funções cerebrais e, mais além, uma reação ao modelo de pesquisa científica que, presa ao positivismo, estabelecia uma relação direta entre o cérebro e vida psíquica. Situa o campo de investigação da psicologia para além do material. Ele acreditava ser um equívoco estudar os fenômenos psíquicos como fenômenos físicos. Para ele existiam dois “eus”: o “Eu Superficial”, um “eu social”, representação espacial do “Eu profundo”, de ordem quantitativa; o “Eu Profundo”, de caráter subjetivo, a duração de nossa vida interior. Dada a importância de Bérghson para o desenvolvimento do conceito de memória coletiva por Halbwachs, vale a pena examinar, de perto, as suas principais idéias sobre a memória.

O conceito de imagem e representação é fundamental para a compreensão proposta por Bérghson em “Matéria e Memória”. O objetivo do autor é analisar a relação espírito e matéria. Para isso tenta diminuir as dificuldades inerentes ao dualismo, uma vez que considera que o

---

<sup>26</sup> De acordo com RUSSEL (2001), Henri Bergson foi o filósofo francês mais importante no final do século XIX e início do século XX. Filiado ao irracionalismo russeainiano e romântico, também criticava a ciência e aproximava-se dos pragmáticos por enfatizar a ação e combater uma prática filosófica e científica fundamentadas na idéia de precisão. Acreditava que a realidade não podia ser apreendida pelas formas rígidas produzidas por essa forma de raciocinar.

<sup>27</sup> Bérghson pensa o espaço como sendo homogêneo. Ele permite o desenrolar da vida em comum do homem. A duração é heterogênea e diz respeito à sucessão de estados da consciência. O que chamamos tempo é, portanto, uma projeção homogênea da duração no espaço, de modo que o tempo assume assim a forma de uma linha contínua.

realismo e o idealismo incorrem em equívocos filosóficos. Tenta apreender a matéria antes da dissociação filosófica produzida pelo realismo e idealismo, entre a sua existência e a sua aparência, estudando a relação entre o corpo e o espírito, tema que considera até então, bem pouco estudado. Admite uma solidariedade entre cérebro e pensamento. Essa solidariedade não implica, no entanto, na existência de um paralelismo entre o nível fisiológico e o psicológico, pois ele poderia ser, no máximo, uma hipótese, mas fora tomado pela ciência de sua época como um fato. A estratégia de Bergson é pensar matéria e espírito<sup>28</sup> através do conceito de imagens:

“A matéria, para nós, é um conjunto de imagens. E por imagem, entendemos mais do que aquilo que um idealista chama de uma representação, porém menos do que aquilo que o idealista chama uma coisa, uma existência situada a meio caminho entre uma coisa e a representação. Essa concepção de matéria é pura e simplesmente a do senso comum (...) Portanto, para o senso comum, o objeto existe nele mesmo e, por outro lado o objeto é a imagem dele mesmo tal como a percebemos: é uma imagem, mas a imagem que existe em si” (BÉRGSON, 1990, p.2).

Para Bergson, objetos e fenômenos são imagens. Dentre essas imagens uma se sobressai entre as demais, o corpo. A supremacia do corpo sobre as demais imagens se dá por que nós o conhecemos por dentro. O universo é um conjunto de imagens e através de certas imagens particulares fornecidas pelo corpo, coisas novas são produzidas. O cérebro, como o corpo, também é uma imagem. A matéria é pensada, portanto como um conjunto de imagens, enquanto a percepção da matéria é relação dessas imagens com a ação possível do corpo.

A memória confere subjetividade à nossa percepção. Relaciona-se, portanto, com o espírito, sendo independente da matéria. Nessa abordagem, as lembranças não são pensadas como coisas derivadas das operações cerebrais. Essa concepção opunha-se à vigente na psicologia da época de Bergson que pensava a memória como fruto da atividade cerebral. Para Bergson, o processo cerebral é mais efeito que causa da memória; o cérebro é o veículo da ação,

---

<sup>28</sup> A importância da investigação sobre a memória é estratégica. A lembrança é pensada por Bergson como o ponto de interseção entre o espírito e a matéria. Entende o psicológico não pode ser reduzido ao cerebral, pois esse último responde apenas pela dimensão motora. Entre o mental e o cerebral existe uma relação altamente complexa que pode ser desvendada através da associação da metafísica (o espírito tenta converter-se em ação criadora) e da psicologia (o estudo do espírito).

não o substrato do conhecimento, da representação. Se o mecanismo cerebral condiciona a lembrança ele não assegura a sua sobrevivência. Tanto a lembrança como a percepção são representações: “A lembrança pura, com efeito, é por hipótese a representação de um objeto ausente” (BÉRGSON, 1990, p.57). Memória e percepção são fenômenos solidários e interativo. Enquanto sobrevivência de imagens do passado, a memória mistura-se á percepção do nosso presente, podendo inclusive, substituí-la: perceber é lembrar. A experiência do presente é enriquecida e complementada com a experiência adquirida.

As percepções estão impregnadas de lembranças, mas a lembrança só se manifesta ao tomar do corpo alguma percepção para poder inserir-se. São, portanto, atos interligados:

“É incontestável que o fundo de intuição real e por assim dizer instantâneo sobre o qual se desenvolve nossa percepção do mundo exterior é pouca coisas em comparação com tudo o que nossa memória nele o acrescenta (...) É preciso lavar em conta que perceber acaba não sendo mais do que uma ocasião de lembrar (...) Estes dois atos, percepção e lembrança penetram-se, portanto, sempre, trocam sempre algo de suas substâncias mediante um fenômeno de endosmose. O Papel do psicólogo seria o de dissociá-los, devolver a cada um deles sua pureza original...” (Ibid, p. 1990, p.49-50)”.

Para compreender corretamente o fenômeno da memória Bérqson discute a diferença entre percepção e lembrança. A lembrança não se resume a uma “percepção mais fraca”. Enquanto o mundo material é constituído por objetos ou imagens que agem umas sobre as outras através de movimentos, a percepção pura é constituída da ação. Devido a sua atividade, a percepção é atual. Não é uma contemplação, não é um conhecimento desinteressado. Há na percepção algo que não existe na lembrança: uma realidade apreendida pela intuição. Não pode, portanto, ser dissociada da ação. O presente é “ideo-motor”, enquanto o passado é apenas uma idéia: ele não mais atua.

A percepção pura é pensada por Bérqson como um “sistema de ações” através do qual vivemos a realidade das coisas. Como a percepção está submetida à duração, as percepções sucessivas são, na verdade, movimentos da consciência, e não, movimentos das coisas. A subjetividade da percepção está vinculada á memória. Sem a memória, seria impossível à

consciência ligar as seqüências das percepções, pois a única coisa que a percepção oferece são quadros pitorescos.

Através da percepção discernimos na matéria o que interessa às nossas necessidades. Bérghson afirma que o equívoco do materialismo é fazer surgir à consciência dos elementos materiais, quando sistema nervoso possui apenas propriedades físicas. Já o espiritualismo se equivoca ao por no espírito o que está na matéria e extrair da matéria qualidades adquiridas por ela na percepção, transformando a matéria em algo misterioso. Imbricada com a percepção a memória, além de intercalar o passado no presente, coordena os múltiplos momentos de duração. Ela dá a impressão de que percebemos a matéria em nós, quando, em realidade, a percebemos nela mesma. O corpo, o sistema nervoso são apenas lugares de passagem para movimentos recebidos como excitação e transmitidos como ação reflexa ou voluntária. Desse modo, é equivocado atribuir ao cérebro a produção das representações<sup>29</sup>.

O intrincado ato da percepção implica em prestar atenção. A atenção consiste em destacar os detalhes, tomar consciência de uma atitude. Além de recolher impressões, perceber significa refletir, ou seja, projetar uma imagem criada que se assemelha ao objeto e se adapta aos seus contornos. Além dessas imagens, outras, armazenadas na memória, também se assemelham ou tem com o objeto uma vaga aproximação. Como a lembrança interpenetra nossa percepção, às vezes é muito difícil separar uma coisa da outra. A lembrança organiza a percepção recriando o objeto. Bérghson entende a percepção como um circuito. Pensa a relação lembrança-percepção como algo dinâmico. Segundo ele, a “imagem-lembrança”, enquanto pura

---

<sup>29</sup> Discutindo a relação entre o cérebro de a memória, Bérghson afirma que o uso ordinário da memória consiste na utilização da experiência passada à ação presente. Esse reconhecimento pode ser automático (através da ação) ou pelo “trabalho do espírito” (evocação de representações). No primeiro caso, o reconhecimento procede do objeto; no segundo, do sujeito. Portanto, o passado, através da memória, se expressa através de atos e representações. Esse ponto é importante, pois segundo Bérghson, temos dois tipos de memórias: uma baseia-se na repetição; a outra na imaginação. É verdade que podemos adquirir lembranças através da repetição contínua de um mesmo esforço, que depois de certo tempo, podem manifestar seus efeitos quase que de forma automática. Essas são as lembranças adquiridas. Mas, além desse tipo de recordações, há outras, que se manifestam como imagens de todos os acontecimentos da nossa vida cotidiana, registrando todos os detalhes sem nenhum objetivo específico. São as lembranças espontâneas. Aqui o passado é armazenado por ser uma necessidade vital fazê-lo. A lembrança, portanto, não se reduz ao hábito. Na verdade, enquanto imagem, a memória seria um privilégio do homem, uma vez que implica em um complexo processo de abstração da ação presente: “Para evocar o passado em forma de imagem é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar. Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo. Também o passado que remontamos desse modo é escorregadio, sempre a ponto de nos escapar (...) A lembrança espontânea é imediatamente perfeita, o tempo não poderá acrescentar nada à sua imagem sem desnaturá-la; ela conservará para a memória seu lugar e sua data” (BÉRGHSON, 1990, p.64).

lembrança é inútil, pois, sendo imagem do passado é apenas uma “imagem do devaneio ou do sonho”. Ela sai do seu estado virtual tornando-se atual apenas através da percepção:

“A lembrança pura à medida que se atualiza tende a provocar no corpo todas as sensações correspondentes. Mas essas sensações, na verdade virtuais, para se tornarem reais, devem tender a fazer com que o corpo aja, com que nele se imprimam os movimentos e atitudes dos quais elas o antecedente habitual (...) Em outras palavras, a imagem evolui em direção à sensação virtual e a sensação virtual em direção ao movimento real: esse movimento ao se realizar, realiza ao mesmo tempo a sensação da qual o prolongamento natural é a imagem que quis se incorporar à sensação” (BÉRGSON, 1990, p.107).

A discussão sobre as relações entre lembrar e perceber é muito importante para a compreensão do mecanismo da memória. Entre a percepção e a lembrança pura está a lembrança–imagem. A percepção é pensada com a encarnação da lembrança–imagem. De acordo com Bérqson, sendo essencialmente virtual, tempo já decorrido, o passado não pode ser apreendido. Afirmo que “imaginar não é lembrar-se”. O passado imediato percebido é sensação; o futuro imediato é movimento. O presente é uma composição de sensações e movimentos, é a consciência do corpo, a “materialidade da nossa existência”. O passado tornado imagem deixa o estado de lembrança pura e confunde-se com uma parte do nosso presente, de modo que a lembrança atualizada em uma imagem difere da lembrança pura. A imagem é um estado presente que somente participa do passado através da lembrança. A lembrança não se mistura com a sensação nem é vinculada ao presente<sup>30</sup>. De acordo com Bérqson, o mecanismo da rememoração é ativado a partir das solicitações do presente. Suas idéias sugerem a existência de

---

<sup>30</sup> Como a consciência é tomada como qualidade essencial dos estados psicológicos, um estado psicológico não pode deixar de ser consciente sem deixar de existir. Bérqson nega a existência do inconsciente. Do mesmo modo, considera irrelevante perguntar sobre o lugar de conservação da lembrança. A questão importante é saber se o passado deixou de ser útil, pois o presente é aquilo que se faz. A relação das lembranças com o presente o leva a distinguir dois tipos de memória. O primeiro tipo é a memória que está fixa no organismo senso responsável pela sua adaptação ao presente e é mais hábito que memória. O segundo tipo é a memória verdadeira, responsável pela retenção e organização dos nossos estados mentais. O cérebro não armazena imagens, uma vez que ele mesmo está nas imagens: “A memória do corpo constituída pelo conjunto dos sistemas sócio motores que o hábito organizou é, portanto, uma memória quase instantânea à qual a verdadeira memória do passado serve de base (...) Por um lado, com efeito, a memória do passado apresenta aos mecanismos sensório-motores todas as lembranças capazes de orientá-los em sua tarefa e de dirigir a reação motora no sentido sugerido pelas lições da experiência...” (BÉRGSON, 1990, p.125).

um dinâmico processo de interação entre o meio social e a consciência, aquele estimulando-a, a partir do momento presente, para que produza as recordações. Veremos a seguir como essas idéias forma apropriadas e transformadas, nas obras de Halbwachs<sup>31</sup> e Bartlett<sup>32</sup>, dando origem a duas abordagens clássica sobre a memória: a sociológica e a da psicologia social:

### **1.2.2. Halbwachs: a memória como representação coletiva**

Se Bérghson retirou a memória do corpo situando-a no espírito, já Halbwachs, enquanto sociólogo vinculado ao grupo de Emile Durkheim<sup>33</sup>, materializou a memória no plano das

---

<sup>31</sup> De acordo com (SANTOS:2000, p.22): “As teorias de Halbwachs e Bartlett respondem pelos principais fundamentos teóricos sobre a memória coletiva no pensamento social. Ambos os autores tiveram o mérito de mostrar, pela primeira vez, a importância de estruturas coletivas e processos interativos nas formas individuais do lembrar, dimensões até então consideradas pouco relevantes pelos filósofos e psicólogos”.

<sup>32</sup> Frederic Bartlett foi um ferrenho crítico dos métodos utilizados por Ebbinghaus que apontava como sendo demasiado simples para abarcar o complexo problema da percepção. Dirigiu o Laboratório de Psicologia Experimental de Cambridge e ocupou o cargo de editor do *British Journal of Psychology* por vinte e quatro anos. Explorou as relações apontadas por Bérghson entre memória e percepção, mas lhe deu uma roupagem diferente. Durante o período entre guerras, enquanto estava na Universidade de Cambridge, Bartlett sofreu a influência de Henry Head, Charles S. Myers e pela antropologia social de A. C. Haddon e William Halse Rivers. Desse modo, o início das pesquisas de Bartlett foi marcado por questões de antropológica, que abordou com a metodologia da psicologia experimental, a exemplo do seu estudo sobre convencionalização de materiais culturais. Sua posição teórica foi exposta na obra *Remembering* (1932), obra considerada clássica em psicologia da memória, na qual tenta explicar como a percepção e a imaginação dos sujeitos referentes a acontecimentos passados são recordadas em ocasiões sucessivas. Para ele, não há uma distinção nítida entre recordar, perceber e imaginar. Bartlett possuía uma perspectiva funcionalista, mas era também dotado de um enfoque construtivista do sujeito humano elaborado a partir de uma psicologia da ação (ROSA & BRESICO, 2005). Em “Remembering”, afirma que há um padrão que antecede a percepção. Através desse esquema<sup>32</sup> ou padrão conceitual, os dados perceptivos ganham significado e são assimilados. Recordar é, ao mesmo tempo, perceber e reconhecer, processo condicionado pela participação de um indivíduo em um grupo, que tem a função de promover a adaptação e atribuir um sentido. Percebemos o que é significativo para nós. O que chamamos usualmente de percepção é uma rememoração; para lembrar, é preciso perceber... Ambos os processos convergiam para a produção do significado. Apesar do seu enfoque incidir sobre a interação do indivíduo no contexto social, fez uso de material antropológico sobre situações de contato intercultural para explicar a memória. Tendemos a reconhecer e lembrar o que está inserido em nosso quadro perceptivo. O conceito de esquema ou “schema” é utilizado por Bartlett para dar conta de um padrão (condicionamento), de convenções coletivas que organizam a percepção e emolduram a experiência (SANTOS, 2003). Se até meados da década de 1920 Bartlett investiu na realização de pesquisas de caráter antropológico, a partir do início da Segunda Guerra Mundial teve início uma outra etapa da sua carreira, voltada para a psicologia social. DOUGLAS (2005) entende que os vínculos institucionais assumidos por Bartlett ao assumir a Cátedra de Psicologia Experimental em Cambridge (1931) o desviaram do seu objetivo inicial de estudar os efeitos institucionais da cognição, por colocar em prática princípios metodológicos que não permitiam a exploração das influências sociais da cognição. Seu caso seria o exemplo clássico de “esquecimento institucional”.

<sup>33</sup> Maurice Halbwachs foi aluno de Bérghson entre os anos de 1894 e 1901. Durante esse período, interessou-se pelo conceito de “duração” e pela distinção entre a “memória-pura” e “memória-hábito”, em particular a idéia de que a memória-hábito extrai da memória-pura as recordações operatórias para o presente. Em 1904, Halbwachs conseguiu um lugar de leitor na Universidade de Göttingen, na Alemanha. Lá, estabeleceu um contato intelectual muito fecundo com a monadologia de Leibniz. Halbwachs gostou da perspectiva de fugir à uma perspectiva dual

relações sociais, inserindo-a no debate sobre a produção social das representações e das categorias do pensamento humano<sup>34</sup>. Após Bérqson liberar as lembranças da fisiologia e vinculá-las ao espírito, o caminho para investigar a sua dimensão social estava aberto. Halbwachs provocou um deslizamento da memória, do enquadramento bergsoniano pensado em

---

da realidade e considerar a idéia de “noção”, como algo que é, ao mesmo tempo, de natureza racional e emocional, abordagem que posteriormente seria utilizada em seus estudos sobre a memória. Ao mesmo tempo, toma contato com de Lucien Herr que o introduz ao socialismo, onde toma contato com François Simiand que o apresenta à figura que iria promover uma guinada profunda em sua guinada intelectual: Émile Durkheim. A partir de 1905, passa a integrar o grupo de Durkheim, escrevendo para a revista *L'Année Sociologique*. Em 1909, como resultado dos seus estudos em direito e economia, publica a tese *A expropriação e os preços das terras em Paris (1880-1900)* e em 1913, sua primeira tese em sociologia, intitulada *A classe trabalhadora e os níveis de vida*. Nessa tese, que conferiu-lhe destaque no meio acadêmico, propõe que os padrões de consumo dos mesmos eram dados pelos laços de solidariedade estabelecidos entre eles e não, pela sua inserção na cadeia produtiva. Após a Primeira Guerra Mundial foi nomeado professor da Universidade de Estrasburgo, onde conheceu Lucien Febvre e Marc Bloch. Halbwachs permaneceu em Estrasburgo até 1935. Foi uma fase de grande produção intelectual em que publicou diversos artigos e foi professor visitante da Universidade de Chicago. Em 1925, publicou a obra que permanece até os dias atuais como uma referência para a sociologia da memória: *Os quadros sociais da memória*. Com a sua nomeação em 1935 para a cátedra de sociologia da Sorbone, dá início a uma revisão dos princípios temas presentes nos trabalhos de Durkheim, a exemplo do *Suicídio* (ver HALBWACHS, 1975) e das *Formas Elementares da Vida Religiosa* (ver HALBWACHS, 1927). Em 1941, publicou “A Topografia Legendária dos Evangelhos na Terra Santa”. O livro *A Memória Coletiva* (1949) é uma coletânea de textos publicada após sua morte, em um campo de concentração, em 1944.

<sup>34</sup> Segundo CARDOSO DE OLIVEIRA (1993), a incorporação da noção de categoria ao pensamento sociológico e antropológico francês buscava responder a duas questões: O que os homens pensam? Quem são aqueles que pensam? Essas questões teriam inaugurado uma antropologia do conhecimento cujo objetivo era compreender não apenas como as sociedades se pensam, mas também, como são construídas as representações coletivas que possibilitam a vida coletiva e dão significado ao grupo. A Escola Francesa de Sociologia teria retomado as categorias aristotélicas e, partindo de uma referência neokantiana, desenvolveram estudos sobre cada uma dessas categorias como o objetivo de demonstrar o caráter social da sua construção e a sua importância na compreensão dos atos comunicativos humanos. Não originadas no indivíduo, a própria razão humana nada seria além do conjunto das categorias fundamentais. As categorias seriam, portanto, representações coletivas de uma ordem especial: “Para a Escola Francesa, as representações coletivas são todas aquelas inferências que fazemos a respeito da vida e do mundo. No próprio ato de perceber e conhecer o mundo, classificamos e ordenamos as coisas de acordo com os modelos fornecidos pela sociedade (isto é modelos que foram construídos socialmente). De outra maneira, as categorias são aquelas noções que permeiam todas as classificações e ordenamentos que fazemos do mundo. São as noções que permitem o enquadramento entre realidades distintas”. Se a existência de categorias do entendimento é um fenômeno universal a todos os agrupamentos humanos, as representações coletivas, por sua vez, são variáveis. Independentemente do seu estágio de desenvolvimento, todos os agrupamentos humanos apresentarão as mesmas categorias, diferindo no entanto na forma como se apresentam em cada sociedade. CARDOSO DE OLIVEIRA (1993) aponta para a escolha metodológica de Mauss e Durkheim que optaram por fazer um estudo do problema das categorias em contextos mais simples, a exemplo do que faz Durkheim (2003), através do estudo do sistema religioso dos australianos. As instituições sociais aparecem, na Escola Francesa, como o lugar fundamental para pensar as categorias. No entanto, não é possível encontrar um tratamento uniforme das categorias em Mauss e Durkheim. Tanto consideram todas revestidas de importância, como elegem uma delas como a fundamental. Para Durkheim (2003) seria a totalidade a categoria original e referência para o desenvolvimento de todas as demais. Para MAUSS (2003), seria a causalidade a categoria essencial. CARDOSO DE OLIVEIRA (1993) considerar essas abordagens complementares: totalidade e diferença são essenciais para o desenvolvimento de categorias fundamentais. Cita Levi-Strauss (1997) para quem, identidade e diferença, totalidade e causalidade seriam expressões da classificação responsável pela estruturação do pensamento humano em toda a parte.



termos da ação das cadeias sensório motores para a noção de um trabalho de enquadramento realizado pelas categorias sociais de pensamento. Ele não quer estudar as recordações por meio dos processos cerebrais, nem considerar a outra opção corrente em sua época, a subsistência das lembranças no espírito sob forma inconsciente e a sua tomada de consciência através da recordação. Para ele, o substrato da memória é a própria sociedade. Halbwachs levou adiante a idéia bergsonianiana da lembrança como uma representação, como imagem. Ele tenta solucionar o problema da oposição entre idéia e imagem, propondo uma aproximação entre Platão e Spinoza através da noção de representações coletivas desenvolvida por Durkheim<sup>35</sup>:

---

<sup>35</sup> PINHEIRO FILHO (2004) aponta a existência de uma transição no pensamento durkheimiano que se move da morfologia social, enquanto lógica explicativa dos fatos sociais, na “Divisão Social do Trabalho”, para o simbolismo coletivo, que passa a ser considerado o determinante estrutural da vida social. Isso pode ser observado em um artigo publico, em 1911, intitulado “Julgamentos de Valor e Julgamentos de Realidade”. Mas, em 1897, no texto do “Suicídio”, já existia a afirmação de que a vida social era essencialmente constituída por representações. Essa “sociologia das categorias” compreende a natureza humana em uma dualidade: de um lado uma base orgânica individual; do outro, a ação moral universal. A filosofia também aponta a dualidade entre sensibilidade e razão, mas Durkheim quer ir além e explicar a coexistência desses elementos contrários em um mesmo ser. Considerava o espírito humano como um fenômeno passível de observação. A oposição entre corpo e alma seria um caso particular da oposição entre sagrado e profano. Através da coerção exercida pela vida coletiva, o indivíduo biológico torna-se uma personalidade dotada de consciência moral e pensamento lógico. Ainda segundo Pinheiro Filho, um elemento chave para compreender a noção de representação em Durkheim é dualidade. Uma hora a noção de representação refere-se ao processo de pensamento; em outra, ao conteúdo desse processo. No entanto, o conceito durkheimiano de representação está alicerçado no kantismo. De forma análoga a uma reação química, a representação não é redutível ao substrato do qual emerge. Impessoais, estáveis e comuns a todos as representações coletivas são as ferramentas para a apreensão do mundo e, ao mesmo tempo, exprimem a o ideal de uma coletividade, a exemplo do totem, expressão do poder associativo humano sobre a natureza. A compreensão do totemismo leva a compreensão de que o fenômeno social requer a representação simbólica para materializar-se. Enquanto as sensações orgânicas produzem as representações individuais, as representações coletivas são manifestações de conceitos. Uma vez que capacidade e os instrumentos cognitivos são um produto da vida coletiva, os conceitos são representações coletivas. Segundo Pinheiro Filho, a guinada epistemológica promovida pela sociologia do conhecimento de Durkheim é tomar as categorias kantianas do conhecimento como representações coletivas, demonstrando que a sociologia oferecia uma solução mais plausível ao debate filosófico entre empirismo e apriorismo. O primeiro, derivando as categorias da experiência, não dá conta de sua universalidade e necessidade. O segundo, se postula o caráter apodítico das categorias não oferece explicação para isso. Durkheim suprime o corte kantiano entre sensibilidade e entendimento. Tempo, espaço, gênero substância, totalidade são pensadas como categorias e as categorias, por sua vez, entendidas dentro de um amplo processo coletivo de produção de representações derivadas empiricamente da sociedade e, portanto, apenas passíveis de apreensão pela sociologia: “Nesse movimento, o racionalismo militante de Durkheim parece conciliar o melhor de dois opostos: evita a crença empirista de que uma categoria possa se originar de um conjunto de representações sensíveis individuais generalizáveis, preservando assim o seu caráter universal e necessário, conforme o apriorismo havia desenvolvido. Mas retira do transcendente o espaço próprio da gênese das categorias, fundando-as no real, embora numa nova ordem do real, a existência coletiva. Revestindo as categorias do caráter positivo das representações coletivas, portanto do âmbito dos fenômenos sociais, Durkheim as funda na natureza e recupera o seu vínculo empírico; Pensar as categorias como representações coletivas dá a Durkheim a possibilidade de avançar do ponto em que Kant havia se detido, introjetando como legítima a estrutura epistemológica erigida pelo filósofo, que serve como ponto de partida e referência para o avanço da sociologia” (PINHEIRO FILHO: 2004, p.147).

“...justamente idéia e imagem não se referem a dois elementos, um social e outro individual de nossos estados de consciência, senão a dois pontos de vista dos que a sociedade pode considerar ao mesmo tempo os mesmos objetos, que ela assinala seu lugar no conjunto de suas noções , ou em sua vida e sua história” (HALBWACHS, 2004, p.327)

Em sua obra, somos levados dos quadros pitorescos e individuais de Bérson para pensar o enquadramento social da memória. Mais que uma formalização, a idéia de enquadramento remete à metáfora da moldura. Localizamos as recordações com ajuda dos pontos de referências dados pela coletividade. Halbwachs pensa a memória como uma construção social, ou seja, só é possível lembrar com base nos quadros sociais oferecidos por um determinado grupo. As lembranças são entendidas como representações coletivas. Negou a possibilidade da existência de uma memória pura individual considerando-a, tanto empiricamente inacessível, quanto um a priori inaceitável. A memória, em Halbwachs, é essencialmente memória coletiva. Para ele, não é possível pensá-la individualmente. Ela faz parte de um conjunto de sentimentos e pensamentos que estão presentes no indivíduo, mas não se originaram nele, sendo-lhe pré-existentes. A sua origem é social. Consideraremos, a seguir as principais teses contidas na primeira e na última de suas obras sobre a memória.

A publicação *Os Quadros Sociais da Memória*, em 1925, foi a primeira obra a propor a análise da memória a partir de uma perspectiva sociológica, dentro de um quadro conceitual que ele entendia como “morfologia social”. Construiu a memória como um fato social, do mesmo modo como Durkheim fez com o suicídio, ou seja, retirou-a do reino da subjetividade e a trouxe para o campo dos estudos comportamentais. Naquela obra, já estão presentes os princípios para a teoria da memória que desenvolveu posteriormente. Seus trabalhos fazem parte de um projeto mais amplo que objetivava o desenvolvimento científico de uma teoria social compreensiva. Nesse sentido, aproxima-se tanto de Durkheim quanto de Weber, uma vez que ambos desejavam a compreender os mecanismos da produção de sentido na vida social (SANTOS, 2000).

No entanto, Halbwachs manteve-se fiel à epistemologia de Durkheim, procurando demonstrar que as crenças, práticas e construções sobre o passado deveriam ser estudadas como fatos sociais com significado. Nos *Quadros sociais da memória* afirma que para compreender a memória é preciso levar consideração as convenções sociais e que o único passado existente é aquele construído continuamente no presente. A criatividade, o corpo, e a intuição individuais

não foram considerados elementos significativos para a compreensão dos mecanismos da memória. Halbwachs também negava a noção freudiana de inconsciente e sustentava que fenômenos como os sonhos deveriam ser explicados a partir dos quadros que lhes dessem referência. As imagens oníricas eram imagens coletivas e a sua aparência desordenada devia-se ao adormecimento do indivíduo. A amnésia era explicada pelo mesmo mecanismo.

De acordo com HALBWACHS (2004), existem quadros mais específicos e mais gerais da memória. No primeiro caso estariam a religião, a família e a classe social. No segundo, o tempo, o espaço e a linguagem. A recordação se dá através de princípios ou marcos oferecidos pelos grupos sobre os quais ou nos quais recordamos. Há marcos mais gerais. São representações, noções, idéias, imagens e combinações de conceitos que configuram o tempo o espaço e a linguagem. A linguagem é pensada como o quadro mais elementar e fixo do qual depende a memória para funcionar. Já o espaço e o tempo distinguem as recordações dos sonhos, conferindo-lhes coordenadas. O espaço seria preponderante em relação ao tempo em função da sua maior estabilidade, dando a impressão de não sofrer mudanças. Enquanto marco específico, a religião ordena a memória a partir dos dogmas. A família oferece um princípio genealógico para construção de uma memória familiar que inclui o indivíduo. Para isso, lança mão do nome de batismo enquanto recurso mnemotécnico da lembrança. Por fim, a classe dominante produz uma memória coletiva que é disposta enquanto suporte da memória coletiva de toda a sociedade<sup>36</sup>.

Em “A Memória Coletiva”, HALBWACHS (1990) afirma que toda memória é estruturada em termos das identidades dos grupos a que pertencemos. É através da pertinência e das experiências grupais que as lembranças são estruturadas. Desse modo, as nossas memórias são entendidas como sendo uma parcela das memórias de uma dada comunidade<sup>37</sup>. Pensamos e

---

<sup>36</sup> Para DUVIGNAUD (1990), Halbwachs, nos *Quadros Sociais da Memória*, manteve-se preso ao modelo teórico oferecido por Durkheim nas “Formas Elementares da Vida Religiosa”, que propunha uma compreensão mecânica entre os sistemas de classificações mentais e o meio social. A obra possui uma visão coercitiva da relação entre os grupos humanos e a produção social das representações. O próprio Durkheim, pressionado pelos limites acadêmicos, não teria conseguido apreender o seu próprio objeto, a consciência coletiva, concebendo-a como fechada sobre si mesma. Não lhe estava disponível a noção elaborada por Husserl de “intencionalidade”. No entanto, essa noção teria sido apropriada por Halbwachs. A obra “A Memória Coletiva” apresenta um texto mais livre e também mais próximo da literatura. A noção de tempo que aparece nessa obra afasta-se de uma concepção platônica aproximando-se do relativismo de Einstein. O tempo é pensado como uma categoria do entendimento. O livro é também uma resposta às idéias de Charles Blondel, psicólogo que não concordava na investigação da memória como um fenômeno coletivo, por considerá-la uma redução (SANTOS, 2000).

<sup>37</sup> Ver BOSI: “Dando elevo às instituições formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio, tão caro a Bérson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia (...) O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não

lembramos como membros de um determinado grupo. Ao fazê-lo, adotamos o seu ponto de vista e utilizamos todas as noções que lhe são comuns. Necessitamos de uma “comunidade afetiva” para recordar. Halbwachs explica a capacidade de recordar a partir da nossa inserção grupal e o esquecimento pelo nosso afastamento desse grupo. Para ele, quando esquecemos um período de nossa vida é porque nos afastamos daqueles com os quais esse período foi vivenciado:

“Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos; é necessário ainda que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum” (1990, p.34).

Da mesma forma que as categorias de pensamento são sociais, as nossas representações sobre o passado também são de ordem coletiva. Não apenas pensamos, mas também lembramos como membros de um grupo social. Ao fazê-lo, adotamos o seu ponto de vista e as noções que lhe são comuns. Se determinado processo ou fato ocorrido no passado nos escapa, isso se dá pela ausência de relevância que este possuiu na vida coletiva de um determinado grupo. Halbwachs entende que, no conteúdo da memória coletiva de um grupo, as lembranças mais importantes são aquelas referentes a acontecimentos que dizem respeito ao maior número de seus membros, de modo que as memórias relativas uma minoria passam para o último plano (1990, p.45). Um mesmo passado é vivido de maneiras diferentes, de acordo com a posição ou inserção em determinados grupos e é, também, lembrado de maneiras diferentes.

Enquanto aparência, para o indivíduo, as idéias, representações e lembranças lhe aparecem como sendo suas, originando-se dele mesmo, como sendo uma “unidade irreduzível”. Halbwachs afirma que essa é uma crença ilusória. Em realidade, o indivíduo está sendo atravessado por uma corrente de pensamento coletivo. Suas lembranças individuais são uma *bricolage* de elementos diversos, de “várias séries de pensamentos coletivos emaranhados”, multiplicidade complexa que ele erroneamente reduz a uma unidade:

---

é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho. Se é assim, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’ e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa existência atual.” (1983, p.17).

“Quantos homens tem bastante espírito crítico para discernir, naquilo que pensam, a parte dos outros e confessar que, no mais das vezes, nada acrescentaram de seu? (...) A complexidade de nossos sentimentos e de nossas preferências não são mais que a expressão dos acasos que nos colocaram em relação com grupos diversos ou opostos...É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais freqüência nos passam despercebidas (...) Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais (...) distinguem-se das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam lembradas. Mas isto é apenas uma diferença de grau”. (1990, p.52-53).

O que é produzido coletivamente, não aparece do mesmo modo ou com a mesma intensidade em todos os homens. Os diversos pontos de vista individuais sobre a memória coletiva, modificam-se à medida que o lugar ou as relações sociais que os indivíduos mantêm em si são alteradas.

A idéia de uma solidariedade mnemônica atravessa todo o texto da *Memória Coletiva* e reposiciona a relação entre memória e linguagem evidenciando a importância da narrativa e da literatura. Apoiamo-nos uns nos outros para lembrar. Como a produção de lembranças é decorrente da socialização, a primeira infância não pode ser recordada. Halbwachs é cético em relação a esse ponto e entende que, mesmo quando afirmamos que nos lembramos de algo sobre esse período, recordamos, em realidade, as narrativas que nossos familiares fizeram sobre ele. Nossa imaginação associa-se a essas narrativas conferindo-lhes vida, ilustrando-as com um conjunto de imagens. A repetição constante dessas narrativas – juntamente com a produção de imagens sobre elas - leva à associação das mesmas com o nosso passado. A memória seria composta, portanto, de um conjunto de imagens e narrativas compartilhadas. Não teríamos o passado, mas apenas as representações sobre ele<sup>38</sup>: “... Revejo o acontecimento, mas

---

<sup>38</sup> Freud (1969) também elaborou uma discussão sobre a “autenticidade” das lembranças da infância. Para Freud, a memória possui importante papel na constituição o desejo. Na verdade, poderíamos falar em um desejo-memória; a memória é a matéria da “condição desejante”. Memória e desejo não são variáveis independentes no psiquismo; são constituídos em uma relação de interdependência. O princípio do prazer cria movimentos mnemônicos reconstitutivos, que têm o objetivo no sentido de repetir experiências satisfatórias, e de movimentos evitativos, que visam afastar as percepções capazes de suscitar dor ou desprazer. A lembrança encobridora é forjada para substituir fantasias que sobrevieram na juventude e que foram recalçadas. Freud lembra que o fato do sujeito se ver, em sua lembrança, já indica a falsidade da mesma. Dessa forma, não é possível dizer que ela retrata a infância. Ela não apenas a distorce, mas nega-lhe fidedignidade. Freud dizia que a lembrança encobridora não é dotada de “precisão histórica” em sua referência à infância. Em 1899, Freud chega a indagar se teríamos alguma lembrança da infância ou se não seriam todas elas lembranças sobre a infância, portanto, encobridoras.

provavelmente não se trata de uma lembrança direta, não é mais que a lembrança de uma imagem que formei da casa muito antigamente, à época das primeiras narrativas que me fizeram dela” (HALBWACHS, 1990, p.38). É a partir do enquadramento oferecido pelas narrativas dos adultos, que a significação histórica das imagens e cenas que compõem as lembranças de uma criança é construída.

De um ponto de vista funcional, o indivíduo lida, a todo o momento, com duas espécies de lembranças. As de caráter pessoal, que lhe são específicas por tratarem de fatos relativos à sua individualidade e as impessoais, por dizerem respeito a um grupo do qual faz parte e, também, participa do trabalho de manutenção dessas lembranças. Ao mesmo tempo, apóia-se na memória coletiva para esclarecer fatos e eventos da sua própria memória individual. Do mesmo modo, o indivíduo necessita do auxílio dos outros para “lembrar-se” de eventos dos quais não tomou parte e de cuja existência tomou conhecimento através de outras fontes. Ao longo do texto da “Memória Coletiva”, Halbwachs refere-se a duas dessas fontes, em especial: as narrativas históricas e as narrativas literárias<sup>39</sup>. Elas interagem com a imaginação criando quadros vivos que alimentam a memória dando significado ao mundo e aos lugares:

“Eu me lembro de Reims porque ali vivi todo um ano. Lembro-me também que Joana D’Arc foi a Reims e que ali sagrou Carlos

---

<sup>39</sup> Um dos primeiros exemplos da interação entre memória e literatura é oferecido logo no início da “Memória Coletiva”. Halbwachs tenta mostrar como a presença coletiva estrutura a produção das lembranças individuais recuperando a experiência da sua primeira visita à Londres. As lembranças de Londres não eram apenas as suas lembranças sobre a cidade, mas recordações do que lhe foi dito sobre a cidade e, sobretudo, do que já havia lido sobre ela. Enfim, eram lembranças de leituras: “A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores de Courts of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava então com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que eu compunha com esse arquiteto, além deste, com aqueles, dos quais ele era intérprete junto a mim, ou aquele pintor (e seu grupo), com o geômetra que havia desenhado esse plano, ou com um romancista. Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo” (1990, p.31). Outro aspecto importante na passagem acima é o tom autobiográfico que estará presente em várias outras passagens do texto, nas quais o autor ilustra ou problematiza o funcionamento da memória coletiva a partir das suas próprias recordações. Numa delas, Halbwachs, pensando o funcionamento da memória das crianças, de forma bastante controversa, afirma que o “círculo” das crianças separa-se dos adultos, mas está bem próximo dos criados, pois estes são “crianças grandes”; rompem o silêncio que seria típico dos pais em relação aos infantes, conversando com eles sobre o mundo: “Quase tudo que soube e pude compreender da guerra de 1870, da Comuna, do Segundo Império, da República, chegou até mim pelo que me contava uma velha criada, cheia de superstições e idéias pré-concebidas que aceitava sem discussão o quadro desses acontecimentos e desses regimes que havia sido pintado pela imaginação popular (...) minha memória, ainda hoje, evoca esse primeiro quadro histórico de minha infância, ao mesmo tempo que minhas primeiras impressões” (1990, p.69).

VII, porque ouvi dizer ou porque li. Joana D’Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc., que não tenho deveras nenhuma dificuldade de imaginar Joana D’Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei bem que não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atendo-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado” (1990, p.59).

Mais adiante, em uma outra passagem, Halbwachs discute a relação entre as gerações e a importância da tradição oral, chamada por ele de “história viva”, diretamente relacionada com a memória. Afirma que, para as crianças, as principais diferenças são as que os separam de seus pais. Esse contexto tende a nublar as similitudes entre os avós e os pais, situação que muda à medida que o tempo passa para ambas as gerações. Novamente o autor ilustra seus argumentos com elementos do seu próprio percurso biográfico:

“Nossos pais caminhavam à nossa frente e nos orientavam para o futuro. É chegado um momento em que eles se detêm e nós os ultrapassamos. Então devemos nos voltar para eles e parece que, no presente, foram envolvidos pelo passado e que são confundidos agora por entre as sombras de outrora (...) e seria preciso dizer que, se reencontramos nossos avós em nossos pais, é porque nossos pais envelhecem e porque na escala das idades as lacunas são logo ocupadas, posto que não cessamos de decair? Mas talvez, antes seja porque nossa atenção mudou de sentido. Nossos pais e nossos avós representavam para nós duas épocas distintas e nitidamente separadas. Não percebíamos que nossos avós estavam mais engajados no presente e nossos pais no passado do que o julgávamos (...) Chegará um momento em que, olhando em torno de mim, encontraria somente um pequeno número daqueles que viveram e pensaram comigo e como eu antes da guerra, em que compreenderei, como tive algumas vezes o sentimento e a inquietude, que novas gerações se desenvolveram sobre a minha e que uma sociedade que, por suas aspirações e seus costumes, é para mim em larga medida estranha, tomou o lugar daquela à qual me ligo mais estreitamente...” (1990,p.74-75).

Outra importante discussão presente na memória coletiva é das relações entre memória e imaginação, memória e história. De acordo com Halbwachs, duas pessoas que testemunharam o mesmo fato, ao narrá-lo tempos depois, não o fazem de forma idêntica. No entanto, usualmente sustentamos a perspectiva contrária, a de que nada há a acrescentar às “cenas” do

nosso passado. Mas a memória não seria composta somente pela positividade de cenas luminosas. Toda narrativa possui “fissuras”, zonas de obscuridade para as quais não há lembranças. Esses vazios narrativos são então preenchidos com a imaginação. Se Halbwachs indica uma existência de uma interpenetração entre memória e imaginação, o sentido da discussão sobre as relações entre História e Memória é contrário.

O esforço de Halbwachs se dá no sentido de desconstruir a noção de “memória histórica”, considerando-a infeliz. Pensa a história enquanto uma “compilação dos fatos que ocuparam a memória dos homens”, fatos esses que são aprendidos nas escolas sob regras de classificação, escolha e aproximação estranhas aos homens que deles se lembram e que, portanto, não participam da elaboração da história. Halbwachs é emblemático ao afirmar que “a história começa somente no ponto em que acaba a tradição, em que se apaga ou se decompõe a memória social” (1990, p.85). É a inexistência de um grupo que ofereça suporte à memória que leva à produção de uma narrativa escrita sobre ela. A história objetiva restabelecer uma relação contínua entre passado e presente, ela não pode recriar as “correntes de pensamento coletivo” que foram produzidas no passado.

É nesse momento, em que, no texto da “Memória Coletiva”, ao separar História da Memória, Halbwachs elabora uma crítica à Historiografia, que além de provocar inúmeras reações por parte dos historiadores da época, mostra-se atual, estando no bojo nas redefinições que historiador exige do seu ofício. Para ele, existem duas características essenciais que distinguem a memória coletiva da história. Primeiramente, a memória retém, não um passado artificial, mas o passado que ainda vive na consciência do grupo, à maneira de uma corrente coletiva e contínua de pensamento. Já a história, à semelhança da tragédia, divide o passado em atos, introduzindo divisões, enfocando as contradições<sup>40</sup>, diferenças e transformações. Além disso, as formas de ver os fatos, os interesses alteram-se de período a período. Se isso se dá é porque, em realidade, a narrativa histórica é elaborada “fora dos grupos e acima deles”. Na memória não há divisões nítidas, nem oposição entre o presente e o passado:

“Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na

---

<sup>40</sup> Veremos mais adiante que a idéia de que o estudo da memória deve elidir as contradições é contestada na atualidade.



realidade, dois grupos que se sucedem (...) A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dele guardavam a lembrança desapareceram” (HALBWACHS, 1990, p.86-89).

A segunda característica distintiva da memória coletiva é a sua pluralidade em contraste com a unicidade da história. Existem múltiplas memórias, mas uma única história, e uma história que é feita ignorando o ponto de vista dos grupos reais, sob a justificativa de que é esse procedimento que garante a objetividade e a imparcialidade do historiador. Além disso, a inclinação da história para a universalidade não é acompanhada pela memória. Não existe uma memória universal, uma vez que a memória coletiva encontra sempre o seu suporte nos grupos.

Para nos oferecer uma imagem “única e total” do passado, a história opera uma redução nos acontecimentos, ligando-os uns aos outros à semelhança de variações sobre um mesmo tema e conferindo ênfase às mudanças que ocorrem nas sociedades. É o grupo “visto de fora”. Produz quadro de acontecimentos. Já a memória dá ênfase às semelhanças, pois “o sentimento de pertinência a um mesmo passado, permite a um grupo tomar consciência de sua identidade através do tempo” (Ibid., p.92). É, portanto, o grupo “visto de dentro”, ou o quadro, o ponto de vista do grupo sobre o si e sobre seu próprio passado, um ponto de vista através do qual o próprio grupo reconhece a si mesmo. As mudanças que ocorreram nas relações do grupo com os outros não são levadas em consideração. É o lugar da tradição<sup>41</sup>.

Halbwachs antecipa a crítica à autoridade do discurso do historiador presentes nos atuais trabalhos de História Oral, ao indicar as relações de poder presentes no fazer historiográfico. Ele também questiona a pretensão totalizadora - exatamente por isso excludente e quase totalitária - da História Ocidental. Mais que isso, ele também sugere que a memória é um

---

<sup>41</sup> Em sua discussão sobre as tradições, HOBBSAWM (1997) propõe duas importantes distinções. A primeira é a que separa a tradição do costume. Nas sociedades tradicionais, o costume, ao mesmo tempo em que conserva, regula a mudança. Já as tradições inventadas, produzem uma relação artificial com o passado, seja ele real ou não, e a partir daí, impõem práticas fixas com o objetivo de inculcar valores e normas, excluindo a possibilidade da mudança. As tradições inventadas são um epifenômeno da revolução industrial, que levou as sociedades a desenvolverem novos padrões de comportamento social em um ritmo mais acelerado do que antes. A segunda distinção proposta por Hobsbawm é entre as tradições genuínas e as tradições inventadas. No primeiro caso temos as tradições que criam ou representam a integração de determinadas coletividades. No segundo caso, trata-se das tradições que legitimam “instituições, status ou relações de autoridade” ou responsáveis pelo estabelecimento de valores e padrões de comportamento.

elemento essencial para a construção das relações identitárias. A seguir, veremos como a historiografia reagiu às provocações de Halbwachs através do debate instalado com os trabalhos de March Bloch.

### **1.2.3.A Memória Coletiva Vista por um Historiador: O Debate entre Bloch e Halbwachs**

Discutindo a recepção das idéias de Halbwachs pela historiografia SORGENTINI (2003) afirma que Bloch construiu uma apologia da história que busca redefinir as funções de saber e memória do conhecimento histórico. Isto é visível em sua distinção dos problemas de legitimidade e utilidade da história e, em alguns dos conteúdos, de sua historiografia articulados em torno das questões de transmissão da memória e crítica da tradição. A partir da sua leitura de Halbwachs, a memória passa a ocupar um lugar central como objeto da história fornecendo elementos para uma a realização de uma autocrítica por parte da disciplina. Na resenha que escreve sobre *Os Quadros Sociais da Memória* (ver BLOCH ,1998), traz para o plano da discussão historiográfica, elementos até então pouco valorizados como fenômenos de caráter coletivo que, mais adiante, seriam emblemáticos para abordagens teóricas posteriores da historiografia. Bloch concorda com Halbwachs sobre a origem social das categorias, seus limites temporais e espaciais, mas critica como limitada a perspectiva do estudo da memória dos grupos, propondo incorporar a análise de uma memória jurídica e do direito consuetudinário. Bloch aponta a necessidade de um enfoque histórico sobre os mecanismos de transmissão da memória e considera que, parte dos fenômenos designados memória coletiva são questões relacionadas à comunicação entre os indivíduos, além de indicar elementos para a percepção de erros na transmissão das recordações e registrar as mudanças que ocorrem nas tradições, sob a capa de uma aparente continuidade.

No que diz respeito à história, Bloch critica as concepções de Halbwachs sobre a objetividade e a imparcialidade do conhecimento histórico. Em seu livro *A Sociedade Feudal* (1987), Bloch defende a necessidade de um estudo histórico da memória coletiva entendendo-a como central para a compreensão das sociedades medievais. Já em *Apologia da história ou o ofício de historiador* (2001), há uma discussão sobre as formas de transmissão da memória que permeiam a reflexão sobre a história, inaugurando uma nova forma de concepção da disciplina que se desenvolverá após a Segunda Guerra Mundial.

O problema dos “atos de comunicação” é tomado como central para compreensão das funções mnemônicas da História. A função de memória da história é pensada como um “ato de comunicação”. Bloch também considera arbitrária a distinção estabelecida entre a memória viva das gerações (passado recente) e a história (passado distante), por considerar a noção de proximidade como imprecisa e por entender que a representação que a história elabora sobre o passado parte de significados estabelecidos no presente.

Nesse sentido, não há menos vida no passado do que no presente. Os fenômenos históricos só ganham inteligibilidade quando tomados em seu próprio “plasma”, o tempo. A linguagem utilizada na construção do objeto historiográfico, a matéria dos testemunhos, não pode ser apreendida fora do contexto temporal. No entanto, considera positiva a discussão sociológica sobre a pluralidade nas narrativas grupais.

Em dezembro de 1925, Bloch publicou na Revista *Revue de Synthèse* uma resenha dos “Quadros sociais da Memória” intitulada “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um Livro Recente” (BLOCH, 1998). O próprio título já sugere alguns dos desdobramentos que o problema da memória coletiva assumiria na obra de Marc Bloch e que se constituiriam na primeira abordagem historiográfica sobre o tema. Bloch inicia o texto apontando a distinção feita por Halbwachs entre sonho e recordações: sonhar não é lembrar. Essa tese romperia com os pressupostos bergsonianos sobre a memória, já que, no sonho, inexistindo a ação, inexistiria também a memória-hábito e a memória emergiria por completo.

De acordo com Bloch, o texto de Halbwachs, possui um forte caráter autobiográfico: ao falar da memória fala, em verdade, de si mesmo; ao propor o estudo da memória coletiva, transpõe a memória para o terreno da psicologia coletiva<sup>42</sup>, não da sociologia. Essa perspectiva se divide em duas propostas: a consideração de tudo o que é social e que entra nas recordações individuais; a conservação de recordações comuns a todo um grupo e a sua influência na vida das sociedades. A segunda opção seria uma continuidade de proposições oriundas dos estudos de Halbwachs sobre as classes sociais. Para Bloch, *Os Quadro Sociais da Memória* é uma extensão das reflexões de Halbwachs sobre a classe operária, que chamam atenção para o fato

---

<sup>42</sup> Não deixa de ser curioso notar que, a obra de Halbwachs “Analyse des mobiles dominantes qui orientent l’activité des individus dans la vie sociale” datada de 1938, foi republicada em 1955 como título de “Esquisse d’une psychologie des classes sociales” e traduzida para o inglês em, 1958, com o título de “The psychology of social class”.

de que, nas sociedades urbanas, o operariado distingue-se dos demais grupos por estarem colocados em seu trabalho em contato com coisas e não com pessoas.

A operação da memória não é passiva, mas executa uma intensa atividade de reconstrução do passado. Para fazê-lo, o sujeito conta com o auxílio de meios preparados por outros. Através de categorias de ordem social, localizamos as imagens do passado no tempo e no espaço, lhes atribuímos nomes e elaboramos correspondências. A memória depende do discurso interior, da linguagem. Se os fatos recordados são pessoais, os quadros da memória que possibilitam a existência das recordações são sempre sociais. A memória individual apóia-se na coletiva e é também apenas um aspecto dessa memória. Examinando os gêneros da memória coletiva, Halbwachs explora três delas: família, grupo religioso, classe, considerando-os os mais instrutivos. Bloch reconhece que Halbwachs não tinha a intenção de esgotar o exame de todas as formas de recordação social, mas critica o fato de ter deixado de fora a “memória jurídica, o costume”. Nas tradições, convenções e idéias forjadas no presente, os grupos sociais buscam a sua unidade espiritual. São formas de representações coletivas interdependentes: “a sociedade interpreta ou mesmo conhece o passado através do presente e, aliás, o presente só tem para ela sentido concreto e valor emocional porque se entrevê, por trás dele, um certo tempo” (1998, p. 227).

Bloch revisa os argumentos sobre a construção social das recordações presentes nos “Quadros”. A piedade cristã é alimentada tanto pelo rito como pelas recordações, em particular as ligadas à vida do Salvador. Os ritos cristãos transmitem de geração a geração a riqueza lendária do cristianismo. Bloch parte de Halbwachs para afirmar que a missa é o ato social por excelência; unindo a “ceia” com a eucaristia, reúne passado e presente. Do mesmo modo, o sentimento familiar só existe ligado à noção abstrata de laços de parentesco presentes e pelas memórias que temos dos indivíduos que personificam essas relações. As classes sociais, da mesma forma, constroem sua consciência com base com uma atividade técnica comum e, também, em relação a concepções e sentimentos construídos a partir do “conhecimento mais ou menos confuso ou imaginário do passado do grupo”. Em Bloch, a reflexão história sobre a memória aparece associada ao conceito de mentalidades:

“Com estranhar, aliás, que na mentalidade coletiva, a passagem das idéias nascidas da percepção das condições presentes nas recordações se faça quase insensivelmente? A memória coletiva tal como a memória individual não conserva precisamente o

passado, reencontra-o ou reconstrói-o incessantemente partindo do presente. Toda memória é um esforço” (1998, p.227).

A segunda crítica elaborada por Bloch aponta para a ausência de um aprofundamento da discussão sobre o mecanismo de transmissão das recordações de geração a geração por parte de Halbwachs. Para Bloch, esse fenômeno varia de acordo com o grupo considerado e a explicação de Halbwachs era insuficiente por recorrer a “fórmulas finalistas” de “vago antropocentrismo”, a exemplo da afirmação de que a sociedade descarta valores antigos em função de valores mais atuais ou da ideia de que a sociedade afasta da memória aquilo que pode separar os indivíduos. Para Bloch, essa omissão é grave dada a filiação sociológica de Halbwachs.

Bloch também problematiza o uso da expressão “coletiva” quando atribuída à memória. Para usar essa expressão é preciso recusar a atribuir a ela as mesmas realidades atribuídas à memória individual. Bloch indaga sobre a forma pela qual o indivíduo e a sociedade conservam e recuperam as suas recordações. Para Bloch, Halbwachs demonstrou a impossibilidade da psicologia clássica dar conta da memória individual sem considerar a “memória social”. No entanto, Bloch reconduz o problema da memória coletiva para a dimensão dos fenômenos comunicacionais:

“Para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se lembre não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo; é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens. Nada nos impede de pronunciar a expressão memória coletiva, mas convém não esquecer que menos parte dos fenômenos que assim designamos são muito simplesmente fatos da comunicação” (BLOCH, 1998, p. 229).

Halbwachs tratou do papel dos avós na transmissão da memória familiar. Para ele isso se dá por fragmentos. Os avós transmitem aos netos suas recordações. Para Bloch, o papel dos avós é mais interessante e importante que o apontado por Halbwachs. Nas sociedades rurais os avós cuidam dos pequenos, enquanto os pais se ausentam para trabalhar. Deles recebem as tradições e costumes. Bloch indaga se antes da invenção da imprensa, esse contato não teria contribuído para fortalecer os elementos conservadores da sociedade. Também critica a compreensão de Halbwachs sobre a memória religiosa, pois, ao entender os ritos como uma

necessidade de comemorar uma recordação religiosa, termina por lançar mão de uma interpretação elaborada no presente sobre eles. Além disso, afirma que o dogma cristão não sofreu muitas alterações ao longo dos séculos. Bloch argumenta que os historiadores das religiões discordam que o significado primitivo dos ritos cristão seja o mesmo que o atual e acrescenta que o campo religioso medieval sofreu várias alterações. Por outro lado, a comunhão já existia no mediterrâneo antes do cristianismo. Essa discussão leva Bloch a postular a existência de falsas recordações e indaga: Halbwichs conferiu alguma atenção aos “enganos da memória”?

Bloch considera o costume central para a compreensão da memória coletiva. Essa dimensão foi ignorada por Halbwichs, o que constitui para Bloch uma grave negligência dada a existência dos estudos historiográficos sobre o tema. Mas o que quer dizer exatamente a expressão costume? Seria um substituto para o conceito de cultura, até então ausente na tradição da escola sociológica francesa? Na verdade, não! Bloch utiliza a expressão em seu sentido êmico. Na Europa ocidental, o direito, durante séculos baseou-se no costume. Era por ter existido “desde sempre” que uma regra de direito que era considerada válida. Quanto mais antiga, mais legítima. As obrigações, os “direitos senhoriais” eram chamados de “costumes”, o que indicava o seu fundamento. Aos olhos de Bloch, tais omissões fazem Halbwichs afigura-se menos como sociólogo e mais com um psicólogo preocupado com a alma coletiva.

A discussão oferecida por Halbwichs sobre as classes sociais também é vista com carecendo de dados históricos, ignorando a origem histórica da nobreza e a importância do fenômeno da guerra como meio de aumentar a riqueza do nobre. Mas admite que os estudos históricos sobre a nobreza precisavam ser aprofundados e que a contribuição da sociologia era proveitosa não somente nesse, mas em outros campos, sobretudo no sentido de evitar a compartimentação disciplinar. Considera os quadros como uma “obra notável”, de forte cunho filosófico que forçava o historiador a repensar suas concepções sobre o desenvolvimento histórico da humanidade, uma vez que “ele nada seria sem memória” (1998, p. 232).

A obra *Os Quadros Sociais da Memória* não foi o único trabalho de Halbwichs resenhado por Bloch. Em 1931, foi publicada nos *Annales d'histoire écomique et sociale* a resenha intitulada “Um sintoma social: o suicídio”, referente à obra *Les causes du suicide*, uma renovação publicada em 1930, do tema abordado por Durkeim no clássico texto sobre o suicídio. A crítica de Halbwichs nesse artigo incide não somente pelo desprezo dos transtornos

de ordem mental e biológica como possível causa do suicídio, mas, também, pela não consideração do “medo do inferno” como um fator capaz de evitar o suicídio dos católicos e pela omissão das particularidades geográficas na análise. A contribuição de Halbwachs estaria na maestria com que utilizou o método estatístico para resolver o problema. Para os historiadores, a obra interessava como possibilidade de uma abordagem mais abrangente dos grupos sociais, pois Halbwachs teria ido mais longe que Durkheim, ao atribuir uma importância preponderante aos fatores religiosos e familiares dos suicídios. Nesse trabalho, Bloch reintroduz a noção de “costume”:

“Os sentimentos familiares e as práticas religiosas, cuja importância estamos longe de desconhecer ou de subestimar são solidários de um conjunto de costumes e de todo um tipo de organização social onde vão em parte buscar a sua foga e de que é impossível separá-los” (1998, p.236).

A atenção conferida por Bloch ao trabalho de Halbwachs sobre o suicídio é justificada pelo seu interesse por um campo de pesquisas mais vasto no qual aquela obra pode ser inserida, a saber, o estudo dos pensamentos e sentimentos coletivos<sup>43</sup>. Havia portanto uma relação entre o

---

<sup>43</sup> Antes, em 1921, Bloch publicou, na *Revue de Synthèse Historique*, um artigo intitulado “Reflexões de um Historiador Sobre as Falsas Notícias de Guerra”. O problema da veracidade do testemunho fazia aproximar a história da “psicologia do testemunho”. Quais relatos eram ou não dignos de confiança? Bloch entende que todo depoimento é composto por uma mistura de verdade e falsidade. A falsidade situa-se exatamente, onde estão os detalhes materiais. Os indivíduos acreditam contemplar um mundo que, em realidade, não percebem claramente. Se cabe à crítica histórica precaver-se em relação aos erros nos testemunhos, a pesquisa histórica pode, por suas vezes, tomá-los, juntamente com as lendas e boatos como objeto de estudo. Bloch indaga como nascem e a partir de que são formados. Não entende que o laboratório do psicólogo possa oferecer o que é mais essencial à propagação da falsa notícia: a cultura favorável à sua reprodução, uma vez que caberia aos grandes estados de alma coletivos a transformação de uma má percepção numa lenda. Se a psicologia do testemunho está limitada ao campo da psicologia individual, a falsa notícia pertence à psicologia coletiva e o cientista, em seu laboratório não pode criar emoções coletivas. Existem, no entanto, “experimentos naturais” de psicologia social, a exemplo da Primeira Guerra Mundial que oferecerem um bom campo de estudos para esses fenômenos. As falsas notícias se formavam nos próprios exércitos e eram transmitidas por cartas dos combatentes e pelos relatos dos feridos. Ninguém ousaria duvidar delas. Elas eram aumentadas e elaboradas pelos que estavam na retaguarda e conferiam a elas maior racionalidade, uma vez que eram um fenômeno da consciência coletiva: “Uma falsa notícia nasce sempre de representações coletivas que preexistem ao seu nascimento; só na aparência é fortuita, ou mais precisamente, tudo o que em si tem de fortuito é o incidente inicial absolutamente qualquer que desencadeia o trabalho das imaginações, mas esta agitação só tem lugar porque as imaginações já estão preparadas e fermentam absurdamente (...) a falsa notícia é o espelho onde a consciência coletiva contempla o seu próprio relato” (BLOCH, 1998, p.191). Se a guerra é rica em falsas notícias isso se dá porque a emoção e a fadiga destroem o senso crítico das pessoas. Nascem onde estão reunidos homens oriundos de grupos diferentes em meio à situação comum do isolamento de guerra. Soldados imobilizados nas trincheiras transmitiam relatos que lhes eram transmitidos por indivíduos com algum poder de mobilidade (cozinheiros, vendedores ambulantes, observadores de artilharia, agentes de ligação, etc.) e que reproduziam de acordo com o tom emocional e as expectativas do front. Trata-se, portanto de um contexto em predomina uma tradição oral, uma vez que, na Primeira Guerra Mundial, havia uma grande

interesse de Bloch pelo suicídio e a memória como fenômenos coletivos que expressavam emoções humanas. Daí a intenção de resenhar em 1933, nos *Annales*, o trabalho de Georges Lefebvre sobre “o grande medo”, um boato que circulou em 1789 na zona rural francesa sobre a aproximação de bandidos e que teria causado uma “alucinação coletiva”, um exemplo de uma “gigantesca falsa notícia” que permite compreender melhor as estruturas da sociedade francesa da época (BLOCH, 1998, p.240).

Nos textos citados anteriormente, Bloch discute o fenômeno das representações coletivas. Na *Sociedade Feudal*, ele dedicou um capítulo especificamente ao tratamento da memória coletiva. Ali, procura iluminar mecanismos de transmissão da memória não investigados por Halbwachs dando particular atenção à tradição oral na Idade Média, característica central de uma sociedade anterior à revolução da imprensa, em que a tecnologia da escrita era estranha à maior parte dos indivíduos. Naquele contexto, a epopéia, as canções heróicas eram “os livros de história das pessoas que não sabiam ler” constituindo-se um domínio fecundo para o estudo da memória coletiva. São exemplos a “Canção de Orlando” e a “Canção de Guilherme” (1987, p.110). Vários poemas do século XII e XIII consistem em fábulas que, se não possuíam uma cronologia precisa, tinham, em seu segundo plano, pessoas ou lugares historicamente verídicos, ou seja, faziam referência a fatos que efetivamente ocorreram.

Bloch indaga sobre o mecanismo de transmissão desse passado longínquo aos poetas e sobre os processos de distorção que ele sofreu. As gestas épicas não eram inicialmente feitas para serem lidas, mas para serem declamadas ou salmodiadas, recitadas profissionalmente pelos menestréis, que, às vezes, aliavam a dança ao ofício de contadores de histórias. Esses eram os mais modestos e sobreviviam das moedas que o povo levava na camisa. Outros recebiam a proteção de um senhor importante que os mantinha em sua corte. Dentre eles eram recrutados os executores de poemas. Os menestréis reproduziam as canções e as que eles próprios

---

desconfiança na imprensa. Aqueles relatos não eram produzidos homogeneamente, havendo uma grande diversidade entre eles: “Os enganados da retaguarda e os do front não foram nada parecidos. Em cada um dos exércitos aliados ou inimigos difundiu-se um folclore especial (...) algumas lendas dotadas de uma vitalidade muito forte atravessam os mais diversos grupos sociais; mas a cada passagem coloriam-se de tons novos. Nada seria mais instrutivo do que seguir as suas peregrinações” (BLOCH, 1998, p.194).



trovavam. No entanto, raramente a canção era totalmente criada. O público era, em sua maioria, iletrado e mais sensível ao divertimento e às emoções suscitadas pela performance que à exatidão histórica da narrativa. Os menestrelis, por sua vez, não tinham o estudo favorecido e preocupavam-se constantemente em agradar à sua audiência.

É possível encontrar a marca monástica em muitas epopéias que se relacionam com exercícios escolares dos clérigos, à base das trovas remonta à uma tradição anterior. Os homens do medievo eram interessados no passado e sentiam muito prazer em ouvi-lo contar. Os lugares prediletos de narração eram as feiras e rotas dos peregrinos. Bloch acredita que os narradores tenham transportado essas narrativas e através delas, das narrativas dos peregrinos, temas heróicos, assim como a nomenclatura geográfica do oriente, chegaram aos poetas franceses. Os mosteiros contribuíram para o desenvolvimento dessas lendas por serem passagem de peregrinos e pelo seu gosto por cantar as coisas.

As linhagens senhoriais e suas tradições, também eram importantes veículos através dos quais as recordações eram transmitidas. No claustro e nas praças fortes os antepassados sempre eram lembrados. Bloch indaga sobre o momento em que as histórias assumiram a forma de poemas. As canções queriam apenas descrever acontecimentos antigos e as cruzadas foram temas comuns para as epopéias, por despertarem uma forma de heroísmo cristão que estimulava as imaginações:

“A verdade é sem dúvida é que, imbuídos de respeito pelos tempos passados, os homens não encontravam exaltação senão nas recordações já carregadas do prestígio próprio das coisas muito antigas (...) A epopéia onde pôde desenvolver-se, exercia sobre as imaginações uma ação tanto mais forte quanto, em lugar de, como o livro, de dirigir exclusivamente aos olhos, beneficiava de todo o calor da palavra humana e desta espécie de insistência intelectual que deriva da repetição, pela voz dos mesmos temas, por vezes das mesmas coplas (...) Acontecia estes contos serem referidos como se fossem documentos autênticos (...) Decerto, fora nestes poemas, antes de mais nada, que o grande político aprendera a refletir sobre a história. A bem dizer, a concepção de vida que as gestas exprimiam. Sob muitos pontos de vista, mais não fazia do que refletir a do seu público: em toda a literatura, uma sociedade contempla sempre a sua própria imagem. Todavia, juntamente com a lembrança, por muito mutilada que fosse dos acontecimentos antigos, várias tradições, cujos traços encontraremos de novo repetidas vezes, tinham sido realmente tomadas do passado” (Bloch, 1987, p.117-119).

Além da epopéia, a própria historiografia medieval é pensada como forma de transmissão da memória. Gêneros como a hagiografia e a biografia dos reis e senhores eram muito praticados. Essas representações sobre o passado eram mais abundantes que verídicas. Era difícil informar-se sobre os acontecimentos mais recentes e uma situação de “inexatidão geral dos espíritos”, já que a crítica do testemunho era conhecida mas não aplicada aos documentos antigos. Além da atitude heróica dos escritores, a exegese dos livros sagrados recomendava a prioridade do sentido sobre os acontecimentos. Além disso, havia uma idéia de continuidade entre o passado e o presente que não fazia distinguir bem as diferenças entre eles.

O Segundo Livro da Sociedade Feudal possui cinco capítulos interligados: Condições Materiais E Tonalidades Econômicas; Maneiras de Sentir e de Pensar; A Memória Coletiva; Os Fundamentos do Direito. Os quatro últimos tratam separadamente de aspectos da memória coletiva e é interessante perceber como o tema aparecia vinculado ao problema das mentalidades<sup>44</sup>, ou das “Maneiras de Sentir e Pensar”. Nos anos que seguiram a Bloch, a produção historiográfica conferiu mais atenção a esse último tema, deixando de lado a discussão fecunda no que diz respeito às relações entre memória e história, quanto à possibilidade de uma história da memória. Esse programa só recentemente foi retomado. Sem dúvida, o campo científico de estudos sobre a memória muito teria ganho se, ainda naquela época, a incursão de Bloch no campo da memória tivesse sido levada adiante. Ele libera a memória coletiva de algumas limitações presentes na abordagem de Halbwachs a exemplo da continuidade de uma concepção da memória pensada unicamente enquanto imagem ou representação.

Ao pensar os mecanismos da memória presentes na poesia e nas canções populares, Bloch traz a memória para plano da oralidade, pensando-a não um modo de ver, mas como uma forma de escuta<sup>45</sup>. Quando associa o direito consuetudinário com a memória, libera-a de uma concepção representacional para inseri-la, também, no campo das práticas.

### **1.3. Memórias Operárias e Memórias do Sinditêtil**

---

<sup>44</sup> Sobre as relações entre memória coletiva e mentalidades, ver a obra de Hutton (1993).

<sup>45</sup> Aproxima-se, portanto, do modo psicanalítico de abordar a memória.

Nos debates atuais sobre a memória, o silêncio e o esquecimento, deixados de lado por Halbwachs, são igualmente pesquisados e valorizados. Se, na “Memória Coletiva” ele mostra como o esquecimento pode ser pensado socialmente, não aprofundou essa questão, como também deixa de explorar como também ignora a distinção entre esquecimento e o silêncio. O silêncio social consiste nas lembranças que não podem ser compartilhadas (comunicadas), no que é lembrado, mas não pode ser dito. Para TODOROV (2000) a memória não se opõe ao esquecimento. Opostos são a supressão e a conservação. Falar em memória é falar em um processo composto por ambos os termos, já que é impossível restabelecer a integridade do passado.

A psicanálise freudiana vem sendo relida, sobretudo pela historiografia, em função ao tratamento dado à articulação entre a lembrança e o esquecimento. A cura, na psicanálise<sup>46</sup> consiste tanto na recuperação das lembranças dolorosas como na construção do esquecimento através do trabalho do luto. Desse modo, a boa memória envolve ambos os movimentos: recordar e esquecer. No plano coletivo, também é possível encontrar tanto o “passado que não que passar”, como produção intencional esquecimento do passado, realizado pelos regimes autoritários.

Da fato, boa parte dos trabalhos de Freud<sup>47</sup> sobre a memória ou sobre o aparelho psíquico procuram demonstrar que o esquecimento é um elemento constitutivo, não apenas do sujeito, mas também da própria interação social. Em *Psicopatologia da Vida cotidiana*, Freud procura demonstrar que o que aparece socialmente como esquecimento, lapso, falhas de memória, esconde por detrás de si um complexo conteúdo emocional. Ou seja, há um significado no esquecimento. Do mesmo modo que o silenciamento (o que é lembrado, mas é

---

<sup>46</sup> A repetição compulsiva de um trauma ocorre através do trabalho da lembrança pode ser curável através do ato da transferência. Já o luto opõe-se à tendência destrutiva da melancolia, implicando em um trabalho de esquecimento que leva ao despreendimento de um objeto perdido seja ele de amor ou de ódio (SILVA, 2002).

<sup>47</sup> Apesar das divergências teóricas entre Halbwachs e Freud, ambos os autores estão de acordo sobre o fato de que ao sobre lembranças estamos falando sobre representações. Em seu texto *Lembranças Encobridoras* Freud (1969) afirma que as lembranças de nossa infância mostram nossos primeiros anos não como aconteceram, mas, sim, como nos pareceram terem sido posteriormente, sob o estímulo de experiências do presente. Nesse sentido, cada ato de lembrar e falar sobre o que lembramos, parece alterar novamente as lembranças, de modo que surge a necessidade de dar coerência à nossa narrativa, o que é feito precisamos reformulando o passado, recriando-o.

doloroso dizer), o esquecimento<sup>48</sup> (o que é muito doloroso para lembrar) não é um ato em si vazio; ele quer dizer algo.

Tanto Bloch quanto Freud destacam algo importante que deve ser lembrado no trabalho com a memória. O trabalho com recordações não deve limitar-se ao olhar cognitivo imputado à memória por Halbwachs. É preciso considerar o largo espectro das emoções e sentimentos humanos que são mobilizados com as recordações. Eles existem e estão presentes nesse campo e talvez de modo mais marcante que nenhum outro campo da experiência humana. É preciso que a atenção à dimensão afetiva esteja presente nos estudos sobre a memória. Essa compreensão norteia o nosso trabalho.

É importante chamar a atenção para o fato de que, após afirmar o caráter diversificado da memória e mostrar como diferentes instituições (família, classe social, religião) influenciam em seu processo de construção, Halbwachs não atentou para as variações que a memória pode assumir no interior desses mesmos grupos. Entretanto, é exatamente neste aspecto que desejamos destacar em nosso trabalho.

É possível que preso à noção durkheimiana de consciência coletiva, noção que estendeu até a memória pensando-a também enquanto coletiva, Halbwachs não tenha sido sensibilizado para o problema da diversidade, ou mesmo, da contradição entre as narrativas sobre o passado dentro de um mesmo grupo. Não apenas Bloch, mas vários autores têm criticado a atribuição da expressão “coletiva” à memória<sup>49</sup>. Alguns deles fazem uso da expressão memória social, termo que também consideramos mais preciso.

Entendemos que, ao calar-se sobre o esquecimento e o silenciamento, Halbwachs também deixou de explorar as relações entre poder e memória, memória e violência, o que não poderia ser mais dramático, se considerarmos que a Segunda Guerra Mundial calou as vozes de

---

<sup>48</sup> Em *Genealogia da Moral*, NIETZSCHE (1998) inverte a oposição esquecimento x liberdade fazendo situar a memória como a verdadeira opressora do homem. É o contrato social que exige a necessidade de memorização para que as regras e compromissos estabelecidos sejam cumpridos e se perpetuem. O desenvolvimento dos instrumentos de crédito no capitalismo não teria tido êxito sem o desenvolvimento do aparato humano da memória. A memória figura portanto como tirana. Só no esquecimento o homem é livre.

<sup>49</sup> Ver SARDENBERG (1997), NIETHAMMER (1997) e FRENTESS & WICKHAM (1992).

três importantes pesquisadores da memória: Bloch, Benjamin e o próprio Halbwachs, foram silenciados pelo nazismo<sup>50</sup>.

POLLAK (1989) distingue entre dois tipos de memória: a memória oficial e as “memórias subterrâneas”, característica das relações entre um Estado autoritário e a sociedade civil. Ao chamar a atenção para a existência uma pluralidade de memórias, Pollak questiona sobre aquilo que não é dito, sobre o que é silenciado e aponta para a necessidade de analisar a articulação entre as diferentes construções de memória social. Nós nos questionamos se as memórias subterrâneas (ou escondidas) existem exclusivamente em estados autoritários, como afirma Pollak, ou se a sua existência é inerente a toda organização social humana? Se assim for, a uma memória ortodoxa ou hegemônica presente em todos os grupos sociais, encontraríamos contraposta, uma – ou várias - memória heterodoxa, não necessariamente escondida, mas por certo, silenciosa, porque foi silenciada, ou seja, foi alvo de um processo social de silenciamento, constituindo-se como um típico exemplo de violência simbólica (BOURDIEU,1989).

Desse modo, entendemos que a disputa pelo passado, mostra-se, na verdade, como uma disputa pelo monopólio do “saber” sobre o passado, pela possibilidade de nomeá-lo, hierarquizá-lo, atribui-lhe valores, cronologias, datas, produzir fatos, práticas, instituições e saberes que organizam, ordenam realizam a distribuição social dos fatos, a exemplo da história, geografia, do turismo, do museu, das comemorações, monumentos, documentos, etc.

A luta pelo passado é uma etapa fundamental da luta pelo presente, ou seja, pela legitimação das relações de poder, ou melhor, da distribuição desigual de poder de um determinado grupo social, na medida em que, a projeção do presente no passado, termina, não só por legitimá-lo, naturalizar as desigualdades e as contradições sociais, uma vez que as mesmas aparecem sempre te existido, mas, também, sugerir a necessidade da sua perpetuação. Para isso é preciso, excluir os múltiplos passados ou as múltiplas lembranças

---

<sup>50</sup>Benjamin foi o primeiro deles. Em 1940, suicidou-se na cidade de Portbou, temendo ser entregue à Gestapo. Bloch, ativista da resistência francesa, foi fuzilado pela Gestapo em 16 de Junho de 1944. Por fim, Halbwachs foi deportado para Buchenwald, onde foi executado em 1945.

sobre o passado, é preciso instituir um tempo único e garantir a sua internalização pelos sujeitos sociais através de sua objetivação em instrumentos como calendários, relógios, etc.

As primeiras impressões sobre o campo da memória sindical do Sinditêxtil indicam a pertinência das observações de POLLAK (1989), sugerindo um embate entre distintas concepções do passado, a saber, dos “antigos” (sem vinculação a partidos político) e “novos” sindicalistas (os que adotam como regra a vinculação partidária). Mas esse embate pode ser melhor compreendido se adotarmos uma perspectiva geracional como propõe Bloch, uma vez que trata-se de distintas gerações de sindicalistas. Utilizando o jargão de Halbwachs, o trabalho de enquadramento da memória da atual direção do sindicato é construído no esquecimento do período do sindicato que antecede a 1983, época à qual são atribuídos significados negativos. Com o esquecimento do período, também são esquecidos os diretores sindicais que pertenceram a essa mesma época. Eles são vistos como os “outros”.

Em seu trabalho sobre a memória operária têxtil da vila operária de Plataforma, em Salvador, SARDENBERG<sup>51</sup> (1998, p.150) constatou a existência de uma memória polifônica, diferenciada em termos de geração de trabalhadores, mas, sobretudo, em função das relações de gênero<sup>52</sup>, refletindo distintas experiências operárias “de homens e mulheres na Fábrica, no espaço do bairro e, principalmente, nos movimentos grevistas”. Para os homens as greves eram lembradas a partir de um significado colorido e até heróico. Para as mulheres, as recordações das greves recebiam um significado negativo. As mulheres lembravam com frequência dos acidentes de trabalho, das condições de insalubridade e abusos dos superiores e investiam o passado da vila de um sentimento nostálgico<sup>53</sup>.

A partir da análise das diferentes versões sobre o passado, Sardenberg propõe tomar a memória da vila operária de Plataforma como um campo discursivo matizado pelas diferenças

---

<sup>51</sup> Em vários trabalhos SARDENBERG (1997, 1996-a, 1996-b) demonstra a existência de uma memória social referente ao cotidiano fabril, compartilhada mesmo por aqueles que não vivenciaram esse passado, situação essa explicável pela luta atual travada por esses moradores pela posse legal dos lotes em que vivem, e que foram requeridos pela Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, proprietária da antiga fábrica. Ressalta a mesma autora, entretanto, que a memória social desse operariado apresenta recortes de gênero, ou seja, não igual para homens e mulheres.

<sup>52</sup> Vários pesquisadores questionam o vínculo entre a memória e as relações de gênero a exemplo dos trabalhos de HAMID (2007), LACERDA (2003) PERROT (1987).

<sup>53</sup> PISCITELLI (1993) ressalta a importância de analisar como os eixos de organização da lembrança (o conteúdo e a forma da narrativa) variam de acordo com as diferenças de gênero. A noção de processo de produção da narrativa também aparece em JELIN (2002) que utiliza o conceito de “trabalho da memória” para referir-se ao. Outras autoras como DI LISCIA (2007), MASSOLO (1995), BERTAUX – WIAME (1993) e PERROT (1989) também discutem o problema da generificação da memória.

de gênero. Acreditamos que as noções “campo discursivo” e “memórias polifônicas” possam mostrar-se igualmente válidas para a investigação sobre a memória social do Sinditêxtil, sobretudo por que, além das diferenças de gênero e geração já apontadas por Sardenberg, diferenças de ordem ideológica ou política parecem apresentar-se como um importante componente no trabalho de enquadramento da memória sindical. O gênero parece configurar-se, portanto, como um importante quadro social da memória social do operariado têxtil de Salvador e, também, do seu Sindicato<sup>54</sup>.

Resta-nos fazer aqui umas poucas observações. FRENTESS & WICKHAM (1992) chamam a atenção para elementos que também consideramos importantes para a análise da memória social do operariado urbano. O primeiro deles é a relação entre o modo de constituição dos grupos operários (mesma fábrica, emprego, bairro, religião, filiação política) e a existência memórias independentes existentes relacionadas a cada um desses grupos. Aparentemente, no Sinditêxtil, desde 1983, a identidade partidária tornou-se um elemento central de constituição do grupo sindical.

Outro aspecto importante é o potencial explicativo da experiência de trabalho (em particular a da fábrica) como estruturante das memórias, fazendo com que, por exemplo, as greves sejam vistas mais como desafios aos patrões do que como parte de um projeto político mais amplo de uma classe social.

Nos nossos primeiros contatos com Seu Vado, um “antigo” diretor sindical perceber que ele entendia o mecanismo da greve exatamente nesses termos, como uma provocação aos empregadores e como tal, como nocivo à própria coletividade dos trabalhadores, podendo inclusive induzir os patrões a diminuírem os postos de trabalho ou, até mesmo, fecharem as fábricas.

Por fim, FRENTESS & WICKHAM (1992) destacam a importância de analisar o espaço e a identidade social do grupo para compreender a memória e, sobretudo o esquecimento. Uma visão operária do passado construída em termos de uma experiência individual pode indicar a inexistência de uma identidade de classe no grupo. Já a recordação de todo o passado pela ótica fabril indica a presença de uma restrição da visão de si e um enquadramento do passado nas

---

<sup>54</sup> Testar essa hipótese implica em tomar o Sindicato como um espaço de generificação a exemplo do trabalho de SARTORI (2001).

lembranças enquanto militante e/ou operário. Enfim, o estudo da memória social operária apresenta-se como um empreendimento altamente complexo:

“A força ou a fraqueza de uma memória social, histórica, num dado grupo operário resulta do modo como interagem diversas variáveis; a força da identidade do grupo face aos padrões ou ao mundo exterior; a estabilidade profissional e habitacional e a confiança que os seus membros depositam uns nos outros; o exato papel que a comemoração falada do passado ocupa na construção dessa identidade; a fé que os membros do grupo têm na sua própria versão do passado( e do presente) e não na dos padrões ou do Estado, etc.”(p.155).



## **CAPÍTULO II. FAZENDO-SE CLASSE.**

“A memória é o instante de repouso; e a saudade, o clarão enorme que recebemos”.

Alexandre Dumas

Na pesquisa anterior que teve como objeto a história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem no período de 1937 a 1953, para a discussão do conceito de classe social, nos valem do pensamento de autores como THOMPSON (2004) e BOURDIEU (1989, 1997). Esses autores contribuíram para ampliar a operacionalidade do conceito de classe social ao indagar sobre a importância de considerar a história e as lutas políticas no processo de formação das classes. No entanto, para dar conta dos objetivos propostos para a atual pesquisa é necessário elaborar uma discussão que relacione o conceito de memória e o conceito de classe social, o que faremos neste capítulo. Primeiramente, examinaremos como essa relação aparece em alguns dos textos de HALBWACHS (1950, 1990, 2004), para depois examinar alguns períodos da história do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias de Fiação e Tecelagem e do Sinditêxtil à luz desses conceitos.

### **O Sindicato e a Construção da Classe**

A história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem apontou que, entre os tecelões, no período estudado a luta pela lei e pelos direitos trabalhistas e benefícios sociais foi o principal objetivo dos sindicalistas. O sindicato constituiu-se como um espaço de interiorização da racionalidade e da impessoalidade da lei por parte dos trabalhadores. Desse modo, ação política do sindicato contribuiu para o desenvolvimento da cidadania entre os trabalhadores têxteis (VIANA-TELLES, 2004).

Na década de 1950, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem também contribuiu para a construção de uma posição de classe, essa entendida como um grupo mobilizado para luta, com interesses muitas vezes, diametralmente opostos aos interesses de um

outro grupo social, a classe patronal. O acirramento dos conflitos sociais e econômicos na década de 1950, a luta pela previdência social, pelo salário mínimo foram fatores que contribuíram para esse processo.

Essa compreensão de classe social está referenciada em THOMPSON (2004) e BOURDIEU (1989, 1997). Thompson a pensava como um fenômeno histórico, não como uma categoria analítica, como uma estrutura ou consequência do desenvolvimento das forças produtivas ou determinismo econômico. Para ele, a classe decorre da ação humana e processo de constituição de classe está diretamente ligado, de um lado, às experiências comuns que levam a uma articulação de uma identidade entre os homens e, também, contra outros às quais um grupo é submetido como a de exploração, repressão, e, também, a solidariedade e a partilha. Este autor procura distinguir entre experiência de classe (determinada) e consciência de classe (o tratamento cultural dado à experiência) e confere a categorias como tradição e identidade um papel fundamental para compreender o fenômeno da classe:

“Ademais, a noção a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar a sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais (...) A classe acontece quando, alguns homens, como resultado de experiências comuns herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem aos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são ratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (2004 p.9-10).

BOURDIEU (1989, 1997) entende classe como um grupo politicamente mobilizado para a luta em prol de objetivos comuns – e em oposição a grupos que tem interesses contrários aos seus - e como é o resultado de um processo histórico e de lutas que unem agentes cuja posição no espaço social é bastante próxima. Bourdieu (1996) referencia-se em Thompson para elaborar o

seu conceito de classe, procurando dar a articulação de diferenciados níveis da realidade social como o econômico, o político e, sobretudo, o cultural. Afirma que a depender da posição em espaço social<sup>55</sup> determinado, um agente vincula-se homologamente a um conjunto de atividades, havendo uma relação entre as posições sociais, as disposições (*habitus*) e as tomadas de posição, as escolhas feitas por diferentes agentes sociais em suas diversas práticas.

A proximidade de determinados agentes no espaço social não os constitui uma classe no sentido marxiano, ou seja, enquanto um grupo mobilizado por objetivos comuns e contra uma outra classe. A proximidade social não engendra automaticamente essa unidade. A passagem da classe teórica à classe real só é possível graças a um trabalho político de mobilização. Ela se dá como o produto de uma luta simbólica e política para impor uma visão do mundo social.

A perspectiva bourdieusiana mostrou-se bastante rica, possibilitando-nos apreender a heterogeneidade constituinte do espaço sindical no período entre os anos 1937 e 1953, iluminando os diversos critérios de distinção e hierarquização que constituía o operariado têxtil de Salvador, a saber: a partir de sua posição no processo produtivo, de suas diferenças sexuais, dos seus grupos de idade, do seu local de residência, das suas orientações posições políticas, da sua inclusão ou exclusão na instituição sindical. Dentre eles, a variável de gênero se mostrou um elemento fundamental. Os documentos administrativos do Sinditêxtil como as fichas de afiliação e, também, a sua correspondência como os inquéritos administrativos, nos permitem avaliar a circulação dos trabalhadores no sindicato. Se eles não distinguem a raça ou a idade, ao menos, nos fornecem indicações precisa sobre o sexo dos associados no final da década de 1930, na década de 1940 e no início da década de 1950.

A mão de obra feminina era predominante não só na indústria têxtil, como também enquanto número de afiliados ao Sindicato. No entanto, a afiliação não era acompanhada da participação política nos quadros diretivos da instituição. A Secretária Maria Aquilina dos Reis, entre 1937 e 1952, foi a única mulher a integrar a diretoria do Sindicato. Até 1943, podemos acompanhar o movimento de filiações através dos inquéritos administrativos enviados ao Ministério do Trabalho. O primeiro deles data de 1936. É interessante notar que, em 1935, o

---

<sup>55</sup> Para Bourdieu, o espaço social é Esses princípios de diferenciação aproximam e separaram os agentes que são distribuídos de acordo com volume global e a estrutura do seu capital. Essas oposições são base para as tomadas de posição, ou na probabilidade de tomar uma determinada posição política.

número de mulheres filiadas ao sindicato não era apenas expressivo, mas excedia o número de homens. Dos 287 sindicalizados, 198 eram mulheres e apenas 89 homens.

A participação das mulheres nas assembleias sindicais também era expressiva. Acompanhamos a participação das associadas no cotidiano sindical, a partir das listas de presença das assembleias que vão de 1946 até 1956. Computando o número de mulheres e homens que nelas se fizeram presentes, observamos uma oscilação nas frequências tanto de homens como de mulheres, sendo que, nos anos 1940, a presença feminina foi sempre inferior à masculina. No entanto, comparando as médias anuais dos percentuais de mulheres no total de presentes nas assembleias do período, observa-se que, na década de 50, manifesta-se um nítido crescimento da participação feminina nessas atividades sindicais.

Nas assembleias extraordinárias, as que tratavam de temas ditos mais “políticos” ou de ordem mais prática referentes à categoria – tais como dissídios coletivos, eleição de representantes, etc. – havia um aumento considerável na frequência de mulheres, em particular, nas “grandes assembleias”, ou seja, naquelas com mais de 150 assinaturas nas listas de presença, e cuja ordem do dia era deliberar sobre questões como dissídio coletivo para aumento de salários ou nas assembleias de associados de determinada fábrica, com o objetivo de tratar de questões específicas - e normalmente urgentes – também tinham suas frequências mais elevadas. Porém, na década de 1950, houve assembleias em dias “comuns” (não festivos, dias de trabalho) nas quais a presença feminina se equiparou ou mesmo superou a masculina, a exemplo da assembleia extraordinária realizada em 13 de agosto de 1956, onde as mulheres representaram 79,0% de um total de 243 participantes.

Outro aspecto importante da vida sindical experienciado de forma distinta por homens e mulheres se dava na relação com a Justiça do Trabalho. As primeiras notícias de disputas legais entre o sindicato e os industriais têxteis datam de 1945. Em 13 de agosto de 1945, ocorreu a Primeira Convenção Coletiva do Trabalho de que temos registro nos arquivos do Sindicato, entre a Companhia Progresso e União Fabril e a Companhia Empório Industrial Norte. A maior parte das queixas era contra a Companhia Progresso e União Fabril. A documentação relativa às queixas encaminhadas à Justiça do Trabalho revela que, enquanto as mulheres usualmente prestavam queixas em grupo, os homens o faziam individualmente.

O local de residência era um outro importante elemento de diferenciação. Inicialmente era pouco comum que os trabalhadores residentes nas vilas operárias lançassem mão dos mecanismos

legais, que recorressem ao Sindicato para fazerem valer os seus direitos<sup>56</sup>. Era mais comum que os trabalhadores contratados mais recentemente, ou de menor idade, como também os que não residiam nas vilas operárias prestassem queixas na Justiça do Trabalho, procedimento que se tornam mais comuns a partir de 1948.

No entanto, a própria fábrica, em seu interior já produzia diversas segmentações naturalizando a divisão sexual do trabalho, distribuindo as tarefas e ocupações de acordo com as supostas determinações biológicas dos sexos, aos homens eram reservados as funções de comando e as que envolviam os trabalhos mais pesados. Às mulheres cabiam as tarefas repetitivas e monótonas, ou que exigissem maior destreza e atenção e, também, o treinamento de menores e aprendizes. Além disso, padrões distintos de punição também eram aplicados a homens e mulheres, havendo uma atitude maior de tolerância para com os homens. Acreditava-se que eles eram naturalmente mais indisciplinados. Enquanto as mulheres eram punidas com demissão sumária aplicada, no caso dos homens, as demissões só eram utilizadas para punir as faltas tidas como graves.

Outros critérios de distinção e determinação, a exemplo da cor, também se impunham originando posições e, conseqüentemente, pontos de vista e interesses não só variados como conflitantes e em permanente disputa no espaço fabril, tornando-o um todo extremamente segmentado e heterogêneo. Seria possível, referir-se a esse contingente de trabalhadores enquanto uma classe, no sentido político – união em torno de objetivo político comum - ou econômico do? Que papel deteve o Sindicato na construção dessa classe?

Uma visita à teoria das classes sociais de Halbwachs nos auxilia a iluminar esse problema. Na produção acadêmica de Halbwachs há duas obras de referência para discussão das classes sociais. São elas, respectivamente, “As classes Sociais” e “Os Marcos Sociais da Memória”. Ambas consistem em desdobramentos de sua tese, publicada em 1928, intitulada “A classe trabalhadora e seus níveis de vida: um estudo sobre a hierarquia das necessidades na sociedade industrial contemporânea”. Na mesma linha situa-se o seu artigo “A evolução das necessidades das classes trabalhadoras” (1933). A discussão sobre as tradições que constituem as classes sociais, que aparece nos “Marcos”, é tão somente um desdobramento das teses que desenvolvidas em “As Classes Sociais”.

---

<sup>56</sup> SARDENBERG (1997) havia apontado essa tendência, sobretudo por parte das mulheres.

Estamos nos servindo da primeira edição espanhola datada de 1950. Sua edição original em francês, data de 1938 e foi publicada com o nome de “Análise das Motivações Dominantes que Orientam a Atividade dos Indivíduos Através da Via Social<sup>57</sup>”. Em 1955, recebeu uma nova edição francesa com o título de “Esboço de uma psicologia das classes sociais<sup>58</sup>”, traduzida para o inglês em 1958 com o nome de “Psicologia das Classes Sociais<sup>59</sup>”. A obra possui um prefácio no qual Georges Friedmann apresenta a trajetória acadêmica de Halbwachs como situada em uma área intermediária entre Psicologia e a Sociologia, não sendo fortuita a sua indicação para ocupar a cadeira de Psicologia Social do Colégio de France. De acordo com Friedmann, a tese de 1928 foi o grande trabalho de Halbwachs em Psicologia Social, no qual postula uma relação entre a posição social do indivíduo e os gastos que realiza.

Halbwachs procura estudar as classes sociais a partir da teoria das representações sociais de Durkheim. Em sociedade, o homem é impulsionado por motivações originadas pelos grupos aos quais pertence. Os grupos confessionais lhe fornecem sentimentos religiosos; o grupo doméstico, sentimentos familiares. As “motivações” a que faz referência não são, portanto, interesses individuais, são motivações coletivas. Para conhecê-las é preciso observar os diversos grupos humanos e “reconhecer as representações coletivas dominantes, qual é sua força e sua extensão, quais seus limites” (1950, p.37). Elas inspiram os homens na vida social, explicam as diferenças substanciais nas formas de agir e sentir que percebemos ao observarmos o passado das sociedades e assumem comumente a forma de diversas classes sociais, a forma coletiva mais “ampla e natural” imposta a todos os homens em sociedade. As classes sociais são, portanto, uma forma de representação social. Em sua obra, Halbwachs trata, ao todo, de quatro classes sociais: camponeses, empresários e burguesia, trabalhadores da grande indústria e a classe média.

De acordo com Halbwachs, enquanto nos camponeses há o desejo de se estabelecer por sua conta, possuir sua própria empresa ou seu negócio, saindo de uma situação de dependência, na classe operária esse desejo é escasso, a maioria dos indivíduos preferem o trabalho na grande indústria. Aqui estava dialogando com o *Cours d' économie politique* de Simiand (1938,1929), para quem o trânsito de operário a trabalhador independente é mais numeroso em período de

---

<sup>57</sup> Analyse des mobiles dominantes qui orient l'activité des individus dans l'avie sociale”,

<sup>58</sup> “Esquisse d'une psychologie des classes sociales”.

<sup>59</sup> “The Psychology of Social Class”.

prosperidade econômica do que quando os preços baixam ou se estabilizam. Nos períodos de crise ocorre o contrário, muitos artesãos são obrigados a trabalhar nas fábricas. Sendo muito qualificados encontram trabalho, apesar da falta do mesmo. Os operários não pensam em realizar trabalho autônomo, pois vêem o quanto sofrem os independentes com a dureza dos tempos. A perspectiva dos grandes riscos e a responsabilidade e a segurança de uma situação que eles e aos seus proporcionaria regularmente os meios de vida lhes pesa mais que seu gosto pela independência.

Já os operários são um grupo social submetido a uma disciplina em minas ou equipes em redor de máquinas. Cumprem funções de execução e estão afastados das funções de comando, podendo, de certo modo, escolher a indústria para a qual querem trabalhar. Nesse sentido, cada homem deseja ocupar um emprego onde suas qualidades e aptidões sejam utilizadas do melhor modo. Porém, na indústria, as condições são contrárias: é a mão de obra que deve adaptar-se às tarefas, pois “o operário se inspira nas circunstâncias”.

Os operários querem conservar os mesmos ganhos. Em uma “sociedade econômica dominada pelas representações monetárias” (HALBWACHS, 1950, p.114), não vêem o trabalho como uma mercadoria submetida à lei da oferta e da procura, nem entendem o contrato de trabalho como mais uma operação comercial, defendendo o princípio “trabalho igual, salário igual”. Também não querem aumentar a duração da jornada de trabalho de uma função “monótona e desanimadora”. Sabem que os patrões podem conservar o salário e aumentar a jornada de trabalho, diminuindo o preço do trabalho. A maior parte do tempo, os operários têm contato somente com a matéria inerte, estando isolado do mundo a maior parte do tempo, diferente de todos os demais agentes da vida econômica. Ainda que trabalhe em grupo, trata-se de uma cooperação meramente técnica, uma associação de forças e movimentos físicos dos homens, relações maquinais, onde o pensamento e o sentimento estão em grande medida ausentes.

A classe operária é, portanto, caracterizada pelo fato de entrar em contato com coisas, não com homens, enquanto outras profissões são exercidas no interior de meios humanos, criando situações para as relações de homem a homem. Deste modo, os trabalhadores são limitados tanto quando vão ao trabalho, como quando regressam, deixando de exercer em ambos os casos a natureza da sua vida social. O operário sente que ao entrar na fábrica entra em outro mundo sem comunicação com sua esfera familiar em que se relaciona com pessoas. Já o juiz ou o advogado não se sentem excluídos ou separados, mesmo durante as audiências, pois sua função não se

baseia em atividades ou pensamentos técnicos, mas “puramente sociais” (HALBWACHS, 2004). Há uma oposição entre a fábrica e a casa do operário, oposição essa mediada pela rua. O alojamento é o lugar da família:

“O grupo dos seus no qual as relações homem a homem são vivas e coloridas e não mecânicas e privadas de calor como na fábrica. O indivíduo é julgado por si mesmo, segundo a sua natureza e qualidades (...) A família, grupo que existe para si mesmo não tem nenhuma finalidade exterior, senão ela mesma, não é como na empresa, como uma fábrica qualquer” (HALBWACHS, 1950, p.152).

Nos locais industriais, o operário perde parte de sua personalidade e é considerado uma coisa. O homem é obrigado a permanecer, cada dia, durante muito tempo na fábrica e perde o sentimento do que deveria ser seu lugar. O meio mais natural para o operário não é a casa, mas a rua. Nas grandes cidades essa é a zona intermediária entre a casa e as fábricas. É um meio mais mecanizado e dessocializado que os grupos familiares em relação a qual a rua é aquilo que está “fora”. Muitos trabalhadores, ao saírem da fábrica, não voltam à casa, mas deixam-se absorver pelas imagens da rua que lhes oferece um grau de vida social satisfatório: “É como uma região do universo social na qual a vida está mais disseminada e toda ela carregada de influências mecânicas” (HALBWACHS, 1950, p.153).

Os operários procuram utilizar o seu salário para satisfazer às suas necessidades básicas. Se os salários são bastante elevados, deixam um excedente disponível para atividades de lazer. Além disso, outras duas importantes motivações coletivas são a tendência à manutenção e à melhoria de suas condições de vida por regras coletivas e formação de organizações profissionais e de associações próprias para desenvolver e satisfazer seu espírito social. Essas últimas características levaram Halbwachs a discutir o problema das relações entre sindicatos, associações e a construção da classe operária. Para ele, os sindicatos são uma expressiva manifestação da solidariedade e espírito social dos grupos operários.

Halbwachs entende o sindicato como uma associação de trabalhadores com o objetivo de manter ou melhorar as condições da classe trabalhadora. Se as máquinas e a concentração industrial podem ajudar no desenvolvimento dos sindicatos, a condição necessária para que os



sindicatos se formem e funcionem é a “separação duradoura entre patrões e empregados” (HALBWACHS 1950, p.129).

Historicamente, os sindicatos surgiram inicialmente, entre os trabalhadores de nível elevado (tipógrafos, vidreiros, etc). Na época vitoriana, o sindicalismo inglês era considerado uma aristocracia operária, buscando condições privilegiadas para os seus membros e não direitos gerais que se estenderiam à toda classe trabalhadora. Trabalhadores qualificados reuniam-se em *trade unions* para excluir de sua profissão os não afiliados e manter, desse modo, os salários altos. No entanto, após a organização sindical se estendeu ao conjunto dos trabalhadores esforçando-se para chegar a ser “uma imagem e como a cópia exata e completa do conjunto da classe trabalhadora”.

Através dos sindicatos, o progresso realizado por uma categoria situada no ponto mais alto da escala dos salários é aproveitado por todo o conjunto, assegurando a todos, não um mesmo nível, mas garantias idênticas, possibilitando a libertação da arbitrariedade da exploração. O que precisamente Halbwachs entende por arbitrariedade da exploração? Para ele, o trabalhador, uma vez que o contrato de trabalho só é individual em aparência. No capitalismo, antes do aparecimento dos sindicatos, o trabalhador não contava com nenhum apoio e dispunha somente do seu ponto de vista individual para oferecer ao patrão. Possuía, portanto, um conhecimento muito limitado das necessidades que poderiam ser discutidas, conhecendo não as necessidades de um grupo, mas a da sua pessoa.

A associação sindical não cria a oposição ao estabelecimento de contratos individuais. Seu objetivo é “impor a determinação coletiva das condições de trabalho no lugar da fixação individual” (1950, p.135), atitude que tende a restabelecer a “igualdade real” entre patrões e trabalhadores. O objetivo de ações como a limitação da duração do trabalho por jornada ou semana, a fixação do salário e das condições de trabalho por contratos coletivos e/ou o pagamento de pensões aos desempregados é fazer com que os operários em pior situação possam ser beneficiados das vantagens obtidas pela maioria e, assim, consolidar os progressos realizados.

Os sindicatos se inspiram na idéia de que a situação operária depende da valorização do trabalho humano e do trabalhador. É uma opinião social e, também, a opinião que a classe trabalhadora tem de si mesma, do lugar em que conquistou na sociedade. A associação sindical, longe de reservar benefícios para os membros do sindicato, exige acordos específicos aplicados

ao conjunto dos trabalhadores estejam ao não sindicalizados: "trabalho igual, salário igual no espaço e no tempo".

Através do sindicato, os trabalhadores adquirem melhor consciência da realidade econômica, da sua situação na sociedade industrial. Por isso enquanto ação coletiva, o sindicato tem condições de explicar como são determinadas as condições mais importantes da vida do trabalhador e, desse modo, possibilita aos trabalhadores, não somente o conhecimento das condições coletivas em que se dá o seu trabalho, mas, sobretudo, a superação dos limites da reificação ditada pelas representações técnicas através da aquisição de representações sociais, mais complexas e humanizadas que lhes oferecerem o ponto de vista da coletividade dos trabalhadores, a partir do qual passam a localizar a sua situação individual e lhes permite, constituir-se enquanto classe:

“as condições mais complexas debaixo das quais se estabelece o salário e a tarefa lhes incita a um esforço de reflexão que requer a comunidade, pois não se reflete bem nessas circunstâncias senão reunindo-se e trocando opiniões. Em tais grupos é onde se sentirá primeiro a necessidade de organizar-se e onde encontraremos os indivíduos capazes de fazê-lo” (...) A organização se realiza nos próprios marcos da produção. No sindicato, cada trabalhador tem consciência de um grupo particular a que pertence; é a associação elementar que está mais próxima de seus membros e dentro da qual se sentem mais solidários. Na federação do ofício ou da indústria, estes diversos grupos produtores se reúnem em uma associação mais vasta e o progresso desse gênero de organização expressa o sentimento consciente da unidade da classe trabalhadora na sociedade” (HALBWACHS, 1950, p.133-134).

Além do sindicato, Halbwachs também destaca importância das cooperativas de consumo como outro espaço em que o espírito de solidariedade e a “sociabilidade” dos trabalhadores se manifesta. Através delas, são estabelecidos recursos pecuniários para melhorar a condição social e familiar dos seus membros, através de venda de alimentos, roupas, construção ou compra de casas, casas de descanso, colônias de férias, etc. São organizações independentes do Estado e das empresas privadas. Os oferecem produtos a baixo custo as vantagens morais e matérias que essas associações oferecem leva inúmeros trabalhadores a se afiliarem.

A teoria das classes sociais de Halbwachs não pode ser devidamente compreendida sem a alusão ao papel da memória social na constituição das mesmas. De acordo com ele, a memória é um importante campo das representações que constituem o que chama de o “espírito da função”, que entende enquanto um “espírito corporativo” que é fortalecido através do exercício contínuo da função ao longo do tempo, levando os homens a estabelecer, de forma contínua, as mesmas relações, executando operações de igual natureza.

Além disso, desenvolve-se o sentimento de que suas atividades são combinadas em uma obra coletiva. Em consequência, as diferenças que separam um determinado grupo profissional de outras funções profissionais tendem a ser ressaltadas. O contato com os demais grupos não enfraquece os sentimentos e pensamentos que compõem o espírito profissional. Ao contrário, o fortalece, devido à existência de tradições que lhe são próprias. Halbwachs cita como exemplo o corpo judicial onde encontra toda uma série de barreiras entre seus membros e os dos grupos aos quais exerce a justiça, com o objetivo de resistir às influências externas, às paixões e prejuízos das partes em disputa. Tudo isto tem como objetivo marcar a distância que separa o grupo dos juízes dos demais grupos. A conversa entre o juiz e as partes não assume a forma de uma conversação cotidiana, mas de um interrogatório realizado escrito ou por intermédio de fiscais e advogados. Além de tudo isso, a pressão dos grupos de não juízes sobre os magistrados obriga seu grupo a impor sobre eles uma tradição encontrada, sobretudo na jurisprudência.

Cada classe tem, portanto, um modo de fazer o que lhe é característico, comparado aos hábitos que, uma vez adquiridos pelo organismo, tornam-se constitutivos da nossa natureza. Além das representações e memória também está presente como uma espécie de hábito profissional, entendido como o modo esquematizado de fazer ou desempenhar determinada função. No entanto, os mesmos agentes sociais que aplicam as regras estão usualmente voltados para o presente e desinteressados em conhecer a origem e a recordação de sua história, desempenhando suas tarefas profissionais quase que mecanicamente.

Nesse sentido, a importância das representações sobre o passado é igual ou superior às representações sobre presente. Desse modo não é possível compreender uma classe social sem conhecer suas tradições e a sua memória:

“Não há uma grande administração onde, ao lado da técnica, não haja também tradições e todo homem que entra em uma profissão

deve, ao tempo que aprende a aplicar certas regras práticas, comprometer-se desse espírito que poderíamos chamar corporativo e que é como a memória coletiva do grupo profissional (...) Os princípios do direito e toda a jurisprudência representam a obra coletiva de uma comunidade de juristas e de magistrados eminentes (...) Essas recordações estão presentes nos magistrados quando para compreender o sentido de uma lei, devem voltar-se até as interpretações que se lhes há dado, quer dizer, devem convocar sua memória e, enquanto raciocinam e argumentam, encerram seu pensamento, sem dar-se conta em formas que não foram introduzidas em uma data precisa, e que contém a marca de uma época passada, de tal maneira, o pensamento jurídico é penetrado pela história. Mas todas essas tradições, esses precedentes, tudo o que entra como ritual nas formas da justiça, a autoridade que se atribui a alguns nomes, o prestígio de certos modos de argumentação, tudo isso não é produto da função mesma (...) Se chamamos memória coletiva ao conjunto das tradições de um corpo de funcionários, se dirá que há, ao menos, tantas memórias coletivas como funções e cada uma dessas memórias se formaram no interior de cada um desses corpos pelo simples exercício da atividade profissional (HALBWACHS, 2004, p.284-286)”.

No entanto, as motivações coletivas que orientam o comportamento de um grupo social não exercem sobre todos os seus membros de um mesmo grupo uma ação uniforme. Cada grupo elege indivíduos responsáveis por reforçar e disseminar as suas principais representações, crenças e opiniões aos demais. Os grupos sociais contam com indivíduos que têm o papel de representar o mais autenticamente possível suas tendências comuns e fortalecê-las através do exemplo. O pensamento humano precisa estar encarnado em seres humanos imaginados, pelo grupo, como depositários de uma “tendência coletiva” e considerados como superiores aos demais. Cabe a alguns indivíduos o despertar da fé na Igreja, do espírito familiar no grupo doméstico e das convicções políticas nos partidos. Esse processo é fundamental para a construção da classe:

“Os homens tomariam consciência da classe da qual fazem parte o momento em que se representam o tipo de atividades que exercem e são capazes de fazer. Existe, com efeito, uma noção social do magistrado, do médico, do oficial e também (se nos orientarmos até as funções lucrativas) do industrial, do comerciante, das diversas categorias de capitalistas, etc. (...) Uma noção como a de juiz, por exemplo, se encontra sempre acompanhada de recordações dos magistrados que conhecemos, ou possivelmente dos juízos que a

sociedade tem sobre certos magistrados que não conhecemos (...) Se para definir uma classe, se tinha em mente uma idéia, a idéia abstrata de tal ou qual função, se chegaria a uma conclusão bastante paradoxal, assim como uma idéia não pode representar certas pessoas, na consciência da classe são as qualidades pessoais as que passam a um primeiro plano (...) não existe representação de classe que não se encontre orientada tanto para o presente como para o passado; em vista de que a função está no presente, é uma condição permanente da vida social, mas as pessoas que possuíram um elevado grau a novo ver o nível mais elevado das qualidades pessoais para desempenhá-la só não podiam manifestá-las no passado” (2004, p. 334-335).

As considerações de Halbwachs sobre o problema das classes sociais antecipam posições encontradas na abordagem de Thompson e Pierre Bourdieu, a saber a importância da identidade, das tradições e da memória – esta tomada como representação, mas também encarnada no habitus bourdieusiano - para a constituição e reprodução das classes. No caso específico do Sinditêxtil, Halbwachs nos auxilia de vários modos. Primeiramente compreender a importância histórica das práticas de assistência desenvolvidas pelo sindicato ao longo das décadas de 1940 e 1950. A concessão de benefícios pelo sindicato dotava-o de uma atuação semelhante a uma cooperativa de consumo, oferecendo bens e serviços médico- dentários num contexto em que as políticas públicas e a previdência social mostravam-se consideravelmente precárias.

Em segundo lugar, podemos sustentar que o Sinditêxtil teve um papel importante, não apenas na formação da cidadania, mas, sobretudo, na construção da classe operária têxtil. A abertura de processos judiciais contra as companhias é um importante passo na separação entre trabalhadores e a classe patronal, permitindo superar a lógica do paternalismo industrial, na qual o vínculo empregatício era concebido como um vínculo pessoal entre dois indivíduos, cabendo ao trabalhador pedir ao patrão para que ele resolvesse a sua situação concebida enquanto um caso particular e único<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Isso pode ser notado no texto do ofício encaminhado pelo Sindicato à Justiça do Trabalho em 27/06/ 1952 com objetivo de exigir o pagamento do salário mínimo, conforme e o regulamentado pela lei. Aqui é possível ver claramente a formulação de uma distanciamento entre os interesses da “classe operária” e os interesses da “classe patronal” : “Levamos ao conhecimento de V.S. que até o momento os senhores empregadores não deram nenhuma solução, com referência ao aumento de salário. Bem sabe V.S. que entendimentos preliminares já foram iniciados, sem que exista, entretanto, a mínima parcela de boa vontade para conclusão do assunto; outrossim, já depois de cento e vinte dias de trabalho, com interrupções para fins de realização do inquérito sobre as possibilidades de um aumento sobre produção, só é visível a falta de interesse dos senhores empregadores no caso, patenteado como está o descaso com que a **classe patronal** se inteira do assunto. Como no seio da **classe operária** está havendo alvoroço e sinais de

A assistência judiciária prestada pelo sindicato, juntamente com ações como a convenção coletiva de 1945 e o dissídio coletivo de 1946, contribuiu para que os trabalhadores superassem o horizonte das representações técnicas e individuais e adquirissem representações sociais nas quais podiam refletir sobre a sua situação particular como um ponto de vista particular de uma realidade coletiva para a qual não mais cabia a noção de dádiva, mas a de contrato. Existe aí postular uma relação entre esse processo e o aparecimento da idéia de classe que o sindicato passa a utilizar em suas correspondências.

Como já citado anteriormente, no início da década de 1950, o Sinditêxtil posicionava-se como um órgão de classe e à medida que essa noção se fortalece, a súplica pela cortesia é substituída pela exigência de justiça nas correspondências trocadas entre o sindicato e as autoridades governamentais. O aparecimento de uma representação de classe entre os sindicalistas data, portanto, da década de 1950.

### **O Período de 1937 a 1953**

O Sindicato dos Operários Tecelões da Cidade de Salvador foi instalado em 1º de Fevereiro de 1933 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 24.694, no dia 17 de Janeiro de 1936. Sua sede ficava, inicialmente na Rua D. Pedro I, nº 2. O Relatório Administrativo referente ao período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937 aponta a diretoria do sindicato composta para o exercício de 31 e Janeiro a 31 de Dezembro de 1938, pelos seguintes membros: Izidoro de Assis Horta (Presidente), Lino José dos Santos (Vice-Presidente), Marinho José dos Santos (1º Secretário), Maria Aquillina dos Reis (2º Secretário), Petronillo Custódio Ferreira (1º Tesoureiro), Petronillo Oliveira Santos (2º Tesoureiro), José Calasans de Almeida (Procurador), tendo como Vogais Victal José de Araújo, Manoel Ponciano Miranda, Libanio Cyrillo da Silva e como membros do Conselho Fiscal Juvenal Cardeal, Elias dos Santos Salvador e Dyonísio Pereira dos Santos. Até 1952,

---

movimento estranho em face da pouca importância que os senhores empregadores vêm dando, e procurando sanar da melhor maneira possível o assunto, afim de evitar desagradáveis “surpresas”, solicitamos os bons ofícios de V.S. no sentido de serem convidados os senhores empregadores, para uma reunião amistosa e cordial com o fim exclusivo de ver se podem chegar a um acordo, que venha melhorar a situação de uma classe, que até então “vêm” se conduzindo de maneira irreparável. Esperando as vossas providências, aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de alta estima e consideração..”

segundo o que temos notícia, a Secretária Maria Aquillina dos Reis, foi a única mulher a integrar a diretoria do sindicato.

Em dez de julho de 1942, foram eleitos para Diretores do Sindicato, Dyonisio Rodrigues de Menezes, Afonso de Almeida Oliveira, Herotildes Francisco de Oliveira, Euzébio Felix Correia e Miguel Archanjo. Nesse mesmo ano, o Sindicato dos Tecelões alterou seu nome para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, passando a representar, portanto, duas categorias: fiadores e tecelões.

Até setembro de 1945, o sindicato foi dirigido pelo sócio fundador e Contra-Mestre de Tecelagem da Fábrica N.S. da Conceição Dyonísio Rodrigues de Menezes, tendo como Vice-Presidente Miguel Archanjo, Mestre de Tecelagem da Fábrica S. Braz. Dyonísio manteve-se no cargo de presidente desde fins da década de 1930. Renunciou em outubro de 1945, quando então Miguel Archanjo assumiu a presidência do sindicato. Em vinte e seis de novembro de 1945, Dyonisio voltou ao controle da instituição, na forma de Presidente da Junta Governativa Provisória do Sindicato, composta por três membros: o presidente (inicialmente, Joaquim Fernandes Ribeiro), o tesoureiro, Eziquiel Antônio Nascimento; e o Secretário, José Valdemar Ferreira.

Após esse período, durante o qual o sindicato supostamente esteve sob intervenção, uma nova eleição empossou uma diretoria composta por José Nerval de Oliveira (Presidente) Milton Silva (Vice-Presidente), Lourival Gomes dos Santos (1º Secretário); Arquibaldo Santos Campos (2º Secretário), Custódio Dias do Carmo (Tesoureiro) e Abílio Emediano Souza, Bento Santiago da Silva, Nelson Domingos Barreto (integrando o Conselho Fiscal). Na década de 1960, Lourival tornou-se presidente do Sindicato e, segundo as informações que obtivemos em entrevistas a antigos e atuais sindicalistas, sua influência sobre a instituição durou até o início da década de 1980, através da influência política junto ao então presidente do sindicato, o Sr. “Madeira”.

Contudo, o projeto político defendido por Dyonísio não foi dos mais combativos. O teor das correspondências que manteve com o Estado resume-se a demonstrações de cortesia e apoio político e – até emocional - ao governo federal como os telegramas de felicitações pelos aniversários natalícios e de governo do Presidente da República, do Ministro do Trabalho.

Em 1937, os operários da Fábrica São Braz, propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A, fizeram uma greve reivindicando aumento de salários. A diretoria

do Sindicato dos Tecelões enviou, na época, um ofício à direção da Companhia solicitando de forma amistosa um aumento. Mas no que diz respeito à greve, o Sindicato procurou, não só dissuadir os sindicalizados a participarem da greve, como assegurou às autoridades que os grevistas, em sua maioria não eram sindicalizados, de modo a demonstrar a sua não vinculação ao movimento grevista.

“Durante o período administrativo findo, por autorização da assembléia geral, o *Sindicato* dirigiu um pedido amistoso de aumento de salário por meio de ofício a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A em 3 de Março sendo tomado, em consideração pelos *directores* da referida Companhia , os *quais puzeram* o mesmo em estudo, durante este, uma parte da Fabrica S. Brz da mesma Companhia declararam-se em greve, *deante* desta ocorrência a Directoria dirigiu-se para o local tomando conhecimento que os grevistas na sua maioria absoluta não eram *syndicalizados*, avisou aos seus associados que não tomassem parte na greve, pois o Sindicato não ampararia greves feitas por quem quer que seja, pois temos outros caminhos dentro da lei, o que tinha a fazer em beneficio de seus associados, já havia feito; no dia *immediato*, a Companhia mandou chamar o *Sindicato* que se fez representar por uma *Commissão*. Esta *Commissão* foi recebida pelos *Directores* da Companhia os quaes declararam que não teriam entendimento com os grevistas. Deste entendimento tivemos a resposta seguinte: Mandariam igualar a tarifa da Fiação que deu motivo a greve e dava um *augmento* geral para todos os operários de suas fábricas de 5% continuando a acatar todos os dispositivos da lei. Em seguida pedia a *Commissão* do Sindicato para ir dizer aos grevistas o que tinha ficado acertado. A *Commissão* lá chegando e fazendo explicações do deliberado pelos *Directores* da referida Companhia os operários insuflados por elementos estanhos a classe não *quizeram* voltar ao trabalho, em vista disso, o Sindicato pela sua *Commissão* deu por finda sua missão fazendo a declaração formal que não se interviria na greve e que os grevistas arcasse com a responsabilidade da mesma e as conseqüências que viessem ocorrer. Reis dias depois (20 de Março) as autoridades pela boa vontade do Governo para com os operários interviram aconselhando os mesmos a voltarem ao trabalho, sendo atendido esse pedido, voltaram ao trabalho. Foram essas as ocorrências dignas de registro e que cumpre relatar”.



Um indício de que a direção de Dyonísio estava afastada dos interesses coletivos dos trabalhadores aparece na carta encaminhada pelo associado José Magalhães Castro, ao recém eleito Presidente do “Sindicato dos Tecelões da Cidade de Salvador<sup>61</sup>”, em 1952, José Nerval de Oliveira:

“Em vista de ter sido empossada uma nova Diretoria e serem pessoas de minha confiança, solicito-vos a minha readmissão neste Sindicato. Já fiz parte nesta agremiação duas vezes. Retirei-me por notar que a Diretoria passada nada fazia a interesse da classe; e também pela perseguição que faz a Diretoria da Companhia Empório Industrial do Norte aos operários que pertencem a este sindicato. Noto que o operário deve ser sincero e destemido só assim teremos um Sindicato capaz de satisfazer os desejos do Presidente Vargas. O meu intento agora é levar a este Sindicato todos os meus companheiros que deixaram de ser associado pelos mesmos motivos acima declarados. Sem outro assunto aguardando as suas ---ordens, --- com apreço e consideração”.

No Brasil, foi a partir dos anos 1930, em particular no Estado Novo, que a classe trabalhadora foi incorporada como ator relevante no cenário da política nacional (GOMES, 1994). A cidadania não se definia pelo gozo de direitos políticos e civis, mas era regulada pelo Estado a partir da inserção profissional no mercado da produção, consistindo no gozo de direitos sociais sancionados por lei.

Segundo GOMES (1994), esse processo, que se deu entre 1942 a 1945, no final do Estado Novo, não foi uma ruptura com lutas anteriores dos trabalhadores nem a imposição de valores estranhos ao operariado. O Estado apropriou-se de elementos estruturais do discurso operário do século XIX e integrou em outro contexto, fundamentando o valor do trabalho como meio de ascensão social e saneamento moral e a dignidade do trabalhador. Em consequência, a memória da existência de um projeto político próprio, estruturado na Primeira República foi apagada, e todo o passado da classe trabalhadora ignorado. Esse processo

---

<sup>61</sup> É possível que essa alteração de nome não fosse sem significado. O nome “Trabalhadores nas Industrias de Fiação e Tecelagem” englobava tanto aqueles que executavam trabalho braçal como intelectuais, designando uma categoria, não uma profissão. Dyonísio e Miguel Arcanjo, por exemplo, enquanto Mestre e Contra-Mestre ocupavam posições na produção fabril. Já o nome “Sindicato dos Tecelões”, refere-se a uma profissão bastante definida.

histórico teve sucesso porque conseguiu estabelecer laços sólidos, porque eram de ordem simbólica (político - culturais) e não apenas materiais (econômicos), a exemplo da legislação trabalhista e dos rituais criados por Vargas para lembrar os compromissos assumidos com a classe trabalhadora, a exemplo do dia do trabalho.

No Estado Novo, o gozo de benefícios sociais era uma prerrogativa daqueles que se sindicalizavam. Desse modo, mesmo os líderes sindicais independentes do governo buscavam controlar os Sindicatos e garantir o cumprimento dos direitos do trabalho, ao mesmo tempo em que tentavam dar combate ao corporativismo dentro e fora dos Sindicatos. Nesse sentido, a obediência à lei não deve ser tomada como um ato de conformismo e capitulação ideológica, mas sim de resistência política.

Para estudar os espaço de manobra política e o significado das ações do Sindicato naquele período explorando a noção de cortesia e as nuance que ela assumiu aos longos das décadas de 1930 e 1950, através da análise da correspondência oficial do sindicato. Entre os anos 1930 e 1950, em Salvador, a emissão de documentos escritos através do telégrafo e da carta, era o principal instrumento de comunicação entre Estado e Sindicatos. Esse processo de formalização e normatização das relações sociais assumia a sua feição típica na figura do ofício, documento de larga expedição nas repartições públicas e instrumento para acionar a máquina burocrática.

Os ofícios expedidos pelo sindicato assumiam, longe da formalidade técnica e da impessoalidade, uma outra função de ordem cultural e, portanto, política: o exercício da cordialidade e os denominamos de “ofícios cortesês”. Sua característica principal era ir além dos limites formais e técnicos, servindo-se de fórmulas afetivas ou fórmulas de simpatia.

A cordialidade escrita era uma tentativa de recriar, transpor para o papel, elementos existentes no contato oral e pessoal característicos do paternalismo industrial, a saber, o estabelecimento e a diferenciação de relações pessoais a partir de valores como estima e consideração. Seu objetivo era a promoção da aliança, como podemos observar no ofício de nº 646/75 de seis de Maio de 1937, escrito por Cota Miranda, Diretor Interino do Departamento

de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, endereçado ao Sr. Presidente do Syndcato dos Operários Tecelões<sup>62</sup>:

“Empenhado em trazer em dia a estatística relativa a essa instituição, solicito o vosso valioso auxílio no sentido de ser preenchido o incluso questionário com os esclarecimentos referentes ao *anno*<sup>63</sup> indicado no *alludido*<sup>64</sup> impresso. Na persuasão de que este pedido será satisfeito com a possível brevidade, antecipo meus cordiaes<sup>65</sup> agradecimentos e prevaleço-me do ensejo para reiterar-vos os protestos de elevada estima e distinta<sup>66</sup> consideração”.

Esse tom “afetivo” ou pessoal, também passou a ser utilizado pelo Sindicato tanto em suas correspondências para com as autoridades do Estado, como em suas correspondências com empregadores, até o início dos anos 1950. Assim, mesmo quando o assunto era a solicitação de autorização da Delegacia do Trabalho para realizar assembléias, os ofícios eram finalizados com a fórmula “nossos protestos da mais alta estima e elevada consideração”. O mesmo tom pessoal estava presente nas correspondências com os empregadores, como vemos no ofício de quatro de setembro de 1951 ao Gerente da Fábrica dos Fiaes, solicitando:

“...licença para vir ao Sindicato, toda vez que for preciso, os associados que foram eleitos para cargo de administração sindical que trabalham nessa fábrica: Milton Silva, Lourival Gomes dos Santos, Antonio Braz de Menezes, de acordo com o disposto no artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho. Com a devida consideração e alto apreço...”.

Em setembro de 1951, a Família Catharino enviou ao Sindicato um cartão agradecendo os pêsames pelo falecimento de Eduardo Assis Catharino. Posteriormente, a própria Companhia.

---

<sup>62</sup> Também encontramos esses elementos no ofício A/22180, do Diretor do Departamento de Estatística Geral e Publicidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Estado da Bahia), Antônio Peixoto Guedes a Sr. Marinho José dos Santos, Primeiro Secretário do Sindicato dos Operários Tecelões da Cidade de Salvador: “Tenho a grata satisfação de acusar o recebimento do vosso ofício nº. 30138, datado de 7 do corrente, cumpre-me agradecer-vos a informação prestada a este Departamento. Sirvo-me do ensejo para apresentar-vos meus protestos de consideração e elevado apreço”.

<sup>63</sup> Grafia do documento.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem.

Progresso e União Fabril enviou os seus agradecimentos ao Sindicato. Cumprimentos de pêsames ou aniversários para autoridades eram uma regra, como o telegrama de quatro de setembro de 1941, enviado ao Interventor Federal Landupho Alves, felicitando-o pelo seu aniversário.

Havia, portanto, um esforço real de manter relações “cordiais” de ambas as partes. A cordialidade era, portanto, um aspecto da cultura das relações entre Estado e Sindicato e não uma atitude unilateral por parte dos trabalhadores, como afirmaram autores como FERREIRA (1990) que examinaram algumas correspondências enviadas por atores individuais para Vargas. Em 23 de agosto 1951, por exemplo, a Companhia dos Fiaes e a Companhia Empório Industrial Norte enviaram ao Sindicato uma carta “Felicitando a nova diretoria eleita e estimando êxito e compreensão em prol da paz e grandeza do Brasil”.

É preciso observar, no entanto, que a troca recíproca de correspondências se dava de forma assimétrica. Não se tratava de algo que estivesse disponível para a totalidade dos trabalhadores, dos sindicalizados ou mesmo para todos os diretores do Sindicato. Raramente o Vice-Presidente ou o Secretário assinaram ou foram destinatários de ofícios e outras correspondências. Essa era uma relação entre “presidentes”, onde existia um sistema de relações entre o Presidente do Sindicato e as demais autoridades públicas. O prestígio e a distinção advinham do cargo de Presidente do Sindicato pelo memorando de 17 de fevereiro de 1951, enviado pelo advogado da Companhia União Fabril da Bahia, Advogado José Martins Catharino, para o então Presidente do Sindicato, José Nerval:

“Vimos, pelo presente, cientificar a V.S., que o Sr., Arthur Braz da Silva, foi atendido, na sua pretensão de ser transferido para a fábrica Paraguassú, onde já havia prestado serviços. Esta deliberação, devemos esclarecer, foi tomada em deferência a V.S. Sem mais para o momento reiteramos nossos protestos de consideração e estima”.

A solicitação foi concedida não porque o trabalhador tivesse o direito ou fosse um cidadão, mas porque foi pedido pelo Presidente do Sindicato. É através das suas relações pessoais

e de seu prestígio<sup>67</sup> que José Nerval procurou solucionar um caso de estupro de uma menor, como vemos na carta de 10 de setembro de 1951, endereçada a Josias:

“Com o presente, estou me dirigindo ao prezado amigo rogando para que seja levada em consideração a queixa crime em que é vítima a filha do portador. Como se trata de um crime de estupro com uma menor de 13 anos e o autor do crime anda com chicana e segundo esta senhora, crime idêntico já foi praticado pelo mesmo, peço ao caro amigo se interessar para que tenha andamento o processo crime que está em trânsito por essa Delegacia. Grato pela atenção dispensada a presente, aproveito o ensejo para desejar ao amigo os meus votos de saúde e perenes felicidades aos seus”.

No geral, essas fórmulas não estavam presentes quando o Sindicato escrevia a outros Sindicatos ou quando finaliza relações comerciais a exemplo da *Farmácia Bahiana*<sup>68</sup> em 05 de setembro de 1951. Esse ofício encerra-se com um formal “Sem mais para o momento reiteramos os nossos agradecimentos e somos de V.S.”. Não há expectativas de retribuição futura por parte do Sindicato e, portanto, a fórmula de cortesia está ausente. Escrevendo ao Presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, em 06 de outubro de 1951, José Nerval apresentou e recomendou o seu companheiro Mario Rosa Muniz, associado que iria mudar para o Rio de Janeiro:

“Se o associado supra, empregar suas atividades em alguma Fábrica de tecidos desejamos, que lhe seja prestada a assistência moral e social a que somos obrigados. Podemos informar que, sobre o suplicante, trata-se de um companheiro pacato, cumpridor dos seus deveres, bom comportamento, merecendo portanto nossa estima e consideração (...) Atenciosas saudações...”.

Noutras palavras, as fórmulas de cortesia estavam presentes na comunicação entre classes distintas e não na comunicação entre sujeitos de mesma classe. O uso das fórmulas de cortesia, da idéia de estima e consideração se devia, provavelmente, à situação de contágio proporcionada pela elevação dos trabalhadores ao *status* de atores políticos legítimos, uma situação nova e estranha, tanto para as elites quanto para os grupos sociais menos favorecidos. Cabia às fórmulas

---

<sup>67</sup> Enquanto em fins da década de 1940 a gratificação do presidente do Sindicato se equiparava a do advogado, cerca de Cr\$ 500,00, em 1952 ela atingiu a cifra de Cr\$ 2000, 00.

<sup>68</sup> Grafia da época.

de cortesia a difícil tarefa de tornar o estranho familiar, o distante próximo, ou seja, fazer a aliança através de um ato propiciatório original, garantias afetivas que não eram dadas pela objetividade legal ou pela realidade cotidiana da fábrica, mas visavam criar uma atmosfera de receptividade e entendimento.

A cordialidade era uma dádiva que exigia retribuição e conferia prestígio a aquele que a dispensava. Exatamente por isso, entre pessoas da mesma classe, o seu uso não era necessário, como também, quando o objetivo era romper uma relação. Ela tinha por objetivo diminuir a distância social através da diminuição da distância simbólica. No primeiro caso, supunha-se que a aliança já estivesse estabelecida e, portanto, não havia a necessidade de criá-la no plano simbólico.

No plano concreto, trabalhadores e sindicalistas sabiam que as relações entre empregadores e empregados estavam longe de ser amistosas. Em 1963, a Companhia Empório Industrial do Norte ainda não pagava sequer o salário mínimo da região (ofício datado de treze de abril de 1963). As condições de trabalho também eram muito ruins. Não havia bebedouros, iluminação deficitária, os sanitários, quando existiam, estavam sujos, além dos descatos constantes sofridos pelos operários praticados pelos mestres de fiação e tecelagem. Além disso, nessa época, as empresas haviam elevado em muito o valor dos aluguéis das casas (de Cr\$ 200,00 para Cr\$ 4.950,00). As péssimas condições de trabalho foram denunciadas em um artigo publicado em 20 de outubro de 1954 no Jornal *O Momento*:

“Os patrões da Fábrica Paraguassú estão submetendo os operários a uma desumana exploração. A maior parte dos trabalhadores dessa empresa não conseguem atingir o salário mínimo, embora os patrões queiram forçar os operários a produzirem muito trabalhando em máquinas velhas e imprestáveis. Não há o mínimo de conforto para os operários da fábrica Paraguassú. O salário ganho pelos tecelões raramente alcança o nível do salário mínimo. Percebendo pelo sistema de empreitada, os trabalhadores da referida empresa não conseguem produzir o suficiente para atingir a esse nível. Também na seção de padronagem, os operários não conseguem, por mais que trabalhem, uma produção que seja suficiente para atingir ao salário mínimo desde que as tarifas que são pagas não são proporcionais ao citado salário. Uma operária recebe por rolo de fio tipo 20 com 8000 fardos Cr\$ 62,00. Sendo sua produção normal 5 rolos por semana, ela faz neste período Cr\$ 310,00. E isso se tratando do fio mais caro da fábrica, pois, com o fio mais barato,

embora se fosse alcançar numa produção muito maior, as tarifas são muito baixas. Para contornar a situação os patrões estão exigindo dos operários que executem a impossível tarefa de trabalhar com 3 máquinas alegando que assim eles podem alcançar o salário mínimo. Além disso, se, por causa da situação das velhas máquinas, a peça sai manchada, o tecelão sofre desconto de Cr\$ 30,00. Esse desconto é um roubo, revolta os trabalhadores“.

Dentro das fábricas, a situação dos delegados sindicais e dos sindicalizados não era melhor. Ambos eram perseguidos e era comum a renúncia de delegados recém eleitos que não resistiam às pressões dos empregadores ou contra-mestres. Num ofício datado de 07 de novembro de 1951 ao Delegado Regional do Trabalho, o Sindicato fez uma queixa contra a Fábrica dos Fiaes, cujo mestre de seção pôs um homem surdo para conduzir a lenha e fazer o serviço de limpeza da caldeira, lugar considerado altamente perigoso pelos trabalhadores portadores das condições físicas apropriadas.

Questionado pelo Delegado do Sindicato, o mestre respondeu que: “Não queria intrometimento nos seus atos e queria ver qual a autoridade do Sindicato para intervir em suas ordens. Ante o exposto, requer este órgão de classe, providências a V.S. no sentido de haver uma solução do caso em apreço. Atenciosas saudações...”. Esse não foi um dos casos mais graves. Conforme consta no ofício 63/52 de 30 de julho de 1952 enviado pelo Sindicato ao Delegado Regional do Trabalho, por volta de julho de 1952 o porteiro da Fábrica Boa Viagem tentou assassinar, com um revólver, a operária Maria Odete Santos e o delegado do Sindicato, situação que levou os trabalhadores a entrarem em greve até que o gerente da fábrica interferisse, e o porteiro fosse preso e processado.

Diante desse horizonte de conflitos institucionais, as fórmulas de cortesia assumiam um conteúdo político. Olhando de uma maneira mais ampla, elas não podem ser corretamente compreendidas sem que se leve em consideração à estratégia do Estado Novo, o seu projeto político. Segundo DAMATTA (1990), o Brasil possui um sistema de dominação onde o conflito aberto é evitado, de modo que encontramos, mesmo na relação entre superior e inferior, a idéia de consideração como um valor fundamental. No discurso publicado em 06 de agosto de 1943 no Jornal *O Imparcial*, Vargas dava a conhecer o seu ponto de vista: “As classes sociais não existiam; todos eram parceiros sociais que deveriam, juntos, colaborar para o bem comum da nação”:

“Todos parceiros sociais devem ser iguais perante o Estado. Por isso, as leis sociais, para serem boas e adaptáveis, devem exprimir o equilíbrio de interesses de coletividade, eliminando os antagonismos, alistando os fatores econômicos, transformando, enfim, o trabalho em denominador de todas as atividades úteis. O trabalho assim é o primeiro dever social. Industriais, funcionários, empregados e operários são iguais, pois todos trabalham” (apud VASQUEZ: 1986, p. 21).

O Estado Novo, através do discurso do “esforço de guerra” pretendia a obtenção de relações pacíficas e complementares entre capital e trabalho, visando o máximo de eficiência produtiva. Esperava também contribuições financeiras dos trabalhadores que correspondiam às obrigações de guerra - instituídas pelo Decreto Lei nº 5050, de maio de 1943, onde seria descontado um percentual do salário dos empregados - contribuições compulsórias, além dos chamados bônus de guerra ou doações espontâneas. O Estado justificava esse “compromisso” com o estado de guerra alegando que não havendo emissões, o cruzeiro cresceria de valor em relação ao ouro e o Brasil ficaria mais rico, os bens dos trabalhadores seriam valorizados e o custo de vida não sofreria alta.

Em nome do “esforço de guerra”, os trabalhadores que abandonavam seus empregos podiam ser enquadrados pelo Supremo Tribunal Militar pelo crime de deserção e punidos com a reclusão. O trabalho era mais do que uma forma de sobreviver era uma forma de “servir à pátria”. Desse modo, procurou-se assegurar ao trabalhador brasileiro o acesso ao emprego e à propriedade de bens materiais.

O trabalho manual também era valorizado e identificado como elemento de mobilidade e ascensão social. Ser trabalhador era, antes de tudo, ser honesto. A obediência era caracterizada como um “sagrado dever” em função da gravidade da situação da guerra pela qual atravessava o país. Os trabalhadores brasileiros deviam conscientizar-se da urgência dessa situação, já pressagiada pelo Presidente em seu discurso de 1º de maio de 1942. Nesta ocasião, Vargas se dirigia abertamente aos trabalhadores como “soldados da produção”, solicitando de todos os esforços para o máximo desencadeamento da “batalha da produção” que exigia muito “trabalho e sacrifícios”.



A partir de 1942, teve início a implantação do projeto de sindicalismo corporativista por parte do Estado Novo. Vargas buscava um meio de abrir mão do regime autoritário sem abrir mão do poder. Para isso, voltou-se para a organização dos trabalhadores e, através de suas representações sindicais, buscava controlar o movimento operário, mas, também, formar dirigentes representativos do operariado, no sentido de atuarem promovendo adesões ao projeto populista.

O corporativismo sindical substituiu o conceito de luta de classes, pelo conceito de colaboração de classes, buscando não só controlar a classe operária, mas reestruturá-la a partir de um processo de despolitização e da imposição de um arcabouço jurídico que incorporava reivindicações históricas da parte dos trabalhadores como a regulamentação da jornada de trabalho e salário mínimo, apoiado por um conjunto de múltiplos instrumentos de comunicação de massa como jornais, filmes, discos e, sobretudo, o rádio. A partir daí, foi produzida uma ideologia baseada na existência de uma cultura de harmonia e consenso social arbitrado pelo Estado, não permitindo a nenhuma classe ter privilégios sobre a outra. A organização sindical era parte importante de uma estratégia de disciplinarização da população trabalhadora. Os sindicatos passaram a ser vistos como os órgãos representativos do cidadão trabalhador, que deveriam reforçar a idéia do cooperação e rejeitar o conflito.

Para o êxito da idéia de conciliação e para que os trabalhadores pudessem projetar a casa na rua e vivenciar esse estado de conciliação e harmonia, estava, segundo GOMES (1994), no uso das relações pessoais pelo trabalhismo. Ou seja, na idéia de que era possível estabelecer relações pessoais com o Estado - sobretudo, através da figuras do Ministro do Trabalho e do Presidente da República - e que, desse modo, os trabalhadores poderiam participar dos processos políticos nacionais e fazer valer os seus interesses.

A institucionalização da idéia da pessoalidade nas relações com o Estado foi produzida também com o recurso a uma série de expedientes como a criação de rituais coletivos, consistindo em uma série de comemorações oficiais, que celebravam o aniversário do Presidente da República, o aniversário do Estado Novo, o Sete de Setembro, o Ano Bom e, por fim, o Primeiro de Maio.

A idéia de que as leis sociais eram uma outorga do Presidente, uma dádiva, o ato fundante de uma nova ordem social, de um Novo Estado baseado na valorização da pessoa humana e da justiça social, era o núcleo da ideologia do trabalhismo. Ela originou um pacto social entre Estado

e trabalhadores, investindo nas relações políticas com uma dimensão simbólica pautada na ética e na lógica da reciprocidade, segundo a qual os trabalhadores deveriam retribuir ao grande benefício (*beneficium*) com a obediência. Ao “doar”, o Estado criou, para outra parte, a obrigação moral de retribuir – tornou os trabalhadores seus debitários -, estabelecendo, também, para si mesmo, o compromisso de receber, inaugurando um ciclo de contraprestações morais marcado anualmente por rituais comemorativos, onde o grande dom, a outorga de leis trabalhistas, era lembrado e o pacto entre Estado e trabalhadores, renovado.

A ideologia da outorga retomou elementos presentes das relações tradicionais entre empregados e patrões, a exemplo do paternalismo industrial, a saber, a ausência de uma cultura baseada no direito individual, no contrato e a preponderância de relações pessoais baseadas na obrigação, da noção do trabalho enquanto uma concessão benevolente de um empregador, de um “grande homem”. Nesse sentido, é possível afirmar que Vargas institucionalizou na política nacional, esquemas tradicionais de dominação de uso, até então, regional. Apropriou-se de uma linguagem tradicional, a linguagem da dádiva, através da qual exprimiu novos conteúdos: a lei e o impessoal, atrelando, no entanto, o gozo da cidadania e dos direitos trabalhistas à afetividade e às relações pessoais que os trabalhadores estabelecessem com o governo, e, particularmente com ele mesmo, produzindo relações sociais baseadas em vínculos clientelistas (VIANA-TELLES, 2004).

Com efeito, após 1945, o uso das fórmulas de cortesia decaiu. Elas não eram utilizadas, no contexto de reivindicações. Essas, progressivamente, chamaram o amparo do texto da lei, na forma de citações de artigos, através dos quais o Sindicato não pedia, mas informava ou exigia que tal ou qual dispositivo seja cumprido, imprimindo uma crescente formalidade nas relações de trabalho<sup>69</sup>. A expressão “estima e consideração” passou a ser usada em situações de pedidos, onde não era possível encontrar o apoio da lei, mas o auxílio pessoal de um padrinho, a boa vontade de um político. Temos exemplo desses casos nos pedidos encaminhados pelo Sindicato para que os Governos Federal, Estadual e Municipal doassem um terreno para construção da sua sede própria,

---

<sup>69</sup> Um exemplo pode ser visto no ofício enviado ao Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento datado de 4 de Abril de 1951: “Valdelice Evangelista Lima, brasileira, maior, residente à Avenida Sereia nº. 9, portadora da carteira profissional nº 36.908 Série 55ª, associada do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem da Cidade do Salvador, sob a matrícula, nº. 6923, vem apresentar queixa contra a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, com Escritório no Edf. União (Comércio), empregada desde 25 e Fevereiro de 1946 percebendo por tarefa com a média de Crs.\$ 19,00 diária, por ter sido suspensa por 15 dias sem justa causa, vem pedir a V.S. que se digne mandar intimar a reclamada na pessoa de seu representante legal para recusando-se a um acordo legal, ser condenada no que tiver de direito por lei”.

ou como no ofício 53/52, de 27 de junho de 1952, destinado a Paulo Laub, M.D. Gerente da Fábrica Boa Viagem, solicitando-lhe o pagamento das férias atrasadas dos associados que estavam no IAPI com os respectivos laudos médicos: Maria José de Jesus (suspeita de tuberculose pulmonar, assegurado até 29 de setembro de 1956); Antonia Dionísia Braga (insuficiência cardíaca e hipertensão, assegurada até 30 de abril de 1953); Mizael Alcântara de Almeida (assegurado até 28 de fevereiro de 1953):

”Muito embora não seja obrigado a se pagar férias a quem esteja no Instituto, mas atendendo também ao perigo que estariam estes associados, se viessem passar o tempo da prescrição, tomo a liberdade de me dirigir a V.S. tratando do assunto, somente para não ver os mesmos posteriormente prejudicados, sem terem para quem apelar. Esperando ser atendido, aproveito o ensejo, para enviar a V.S. os meus protestos de estima e consideração...”.

O uso de noções como “dádiva” e “pessoa”, “estratégia” e “tática” (CERTEAU, 1996) nos permitiu reconstituir as relações entre estado-sindicato, sindicato-patronato, em termos de uma problemática melhor elaborada. A experiência política desses grupos tem sido vista de forma teleológica ou idealista (em função do que os autores esperavam que ela fosse), a partir do viés do Estado, das elites que as sujeitavam ou de intelectuais que entendiam que a luta política deveria desenrolar-se sob a tutela de uma ideologia partidária. Contudo, essas abordagens contribuem pouco para o entendimento da complexidade da experiência política dos trabalhadores em questão. Afirmar que não havia luta política no Sinditêxtil, no período estudado, porque não adotava a ideologia comunista ou não fazia greve é uma posição teleológica que confunde o coletivo da classe operária com os interesses específicos de um partido e que pensa a história por uma via de mão única, que é a da realização da revolução proletária socialista. A luta pelo partido não era central para os trabalhadores têxteis na década de 1940 e 1950, mas a luta pela lei, pelos seus direitos e benefícios sociais.

A partir de 1944, os sindicalistas começaram a usar a legislação trabalhista em seu favor, no sentido de obter melhorias em suas condições de trabalho, ou, ao menos, para impedir que elas piorassem! O acirramento dos conflitos sociais a partir de meados da década de 1940 contribuiu para criar uma ruptura entre as empresas e os trabalhadores têxteis. A reunião em torno de interesses comuns mobilizou os trabalhadores rumo a um conflito de interesses não passível de

solução nos termos do paternalismo industrial, favorecendo a tomada de uma posição de classe e a quebra de relações tradicionais. Com isso, foi estabelecido um outro patamar de relações amparadas na racionalidade legal, na substituição da pessoa pelo indivíduo. Nesse processo, foi importante a institucionalização da queixa enquanto procedimento recorrente na cultura política dos trabalhadores.

É possível que a grande greve de 1946 possa ilustrar isso. Seis mil operários paralisaram as suas atividades para obter o “abono de Natal”. Concomitantemente a isso, deram início às negociações pelo dissídio coletivo. Não há registro, seja nas listas de presença ou nos ofícios enviados pelo sindicato, do papel do Sindicato nessa discussão, mas o Jornal *O Momento* de 06 de junho de 1946 noticiou que o dissídio coletivo foi debatido pelos trabalhadores em assembléia. Nos arquivos do sindicato existe o registro da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 1945, cujo assunto principal era a aprovação da Convenção Coletiva do Trabalho entre a Companhia Progresso e União Fabril e Empório Industrial Norte.

Em 26 de julho de 1945, um telegrama foi enviado ao Dr. Cegadas Viana informando que o litígio dos operários com Companhia Fabril dos FIAES havia sido solucionado. Os trabalhadores conseguiram um substancial aumento de 30% sobre salários. No entanto, essa questão alongou-se até 1948, pois a Companhia recusou-se a cumprir o acordado. Um ofício da Junta Governativa do sindicato datado de 12 de maio de 1948 convidava os trabalhadores para reunião extraordinária às 16 horas de domingo para “discussão e aprovação do projeto de uma Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato e a Companhia Fabril dos Fiaes, sobre a incorporação do abono e o aumento de 30 % nos salários que Companhia se prontificou a fazer”.

Acreditamos que, sobretudo, a partir de 1948, o Sindicato passou a acionar a máquina jurídica de modo mais regular contra as empresas. Embora a temática mais comum das queixas fosse a demissão sem justa causa, outros temas como o desrespeito ao direito às férias, passaram a ser reivindicados pelos trabalhadores que, progressivamente, ganhavam confiança no sistema jurídico e passavam a recorrer a ele de forma mais freqüente.

Na execução do processo judicial, o Sindicato atuava como mediador entre a lei e o trabalhador, que só na qualidade de sindicalizado podia beneficiar-se das leis trabalhistas. Na verdade, o peticionário era *apresentado*<sup>70</sup> pelo presidente do Sinditêxtil, através de um ofício, que

---

<sup>70</sup> Esse é o termo que consta nos documentos.

certificava que o mesmo era sindicalizado, indicava o número da sua carteira de trabalho, o tempo de serviço na empresa e explicava o motivo da queixa. A esse documento, endereçado ao presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, era anexado o texto da queixa em si, que consistia no enquadramento do problema trazido pelo operário nos respectivos artigos da CLT. O trabalhador apenas assinava o documento. A queixa era, em realidade, a transposição da experiência concreta do operário para a formalidade abstrata do campo jurídico<sup>71</sup>.

O recurso ao expediente da queixa, representava, portanto, um distanciamento das relações tradicionais baseadas em relações pessoais e afetivas – e, conseqüentemente, arbitrárias – entre o empregado e empregador e uma aproximação de um plano de relações pautado em uma ordem crescente de racionalidade, em cujo centro de gravidade estava a mediação do Sinditextil. O fortalecimento do uso da racionalidade legal por parte dos trabalhadores levou-os a buscar o direito em lugar das concessões benevolentes dos empregadores, como podemos ver no ofício de 14 de julho de 1952, que consultava o Delegado Regional do Trabalho sobre a questão do repouso remunerado:

“A Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, paralisou os serviços de suas fábricas para balanço, mandando os seus empregados para casa e que retornassem ao serviço no dia 4 de Julho, ficando portanto os empregados quatro dias por conta própria. Embora no dia 3 de Julho a Cia. distribuisse para seus empregados uma gratificação de cinco dias como faz a muito nos atrás, como lembrança do Comendador Bernardo Martins Catarino, gratificação esta que, segundo a firma está legada no testamento, e considerando também as inúmeras queixas que este Sindicato tem recebido de seus associados que não receberam esta gratificação por causa do seu pouco tempo de serviço, quer este Sindicato saber se a Companhia está ou não na obrigação de remunerar seus empregados nos dias que mandou os mesmos ficarem em casa...”

Por volta de 1950, os sindicalistas desenvolveram a competência para produzir discursos “legais” e reconhecidos pelos empregadores, pelo Estado e demais autoridades como legítimos.

---

<sup>71</sup> Os conceitos e as categorizações jurídicas dos problemas dos trabalhadores foram assimilados pelos líderes sindicais e eram utilizados para traduzir as questões trabalhistas. Havia, portanto, um trabalho coletivo de categorização que transformava a queixa em um ato imputável e passível de processo (BOURDIEU, 1987). O conhecimento dos direitos legais era utilizado inclusive como pretexto para motivar a filiação ao Sindicato, pois, no período, o “direito ao direito” era uma prerrogativa do trabalhador sindicalizado.

Essa competência era uma um modo, um estilo<sup>72</sup>, uma forma de fazer política. Era também, ao mesmo tempo, uma tática, uma contra-ofensiva à estratégia ideológica do Estado Novo, ao confrontar valores centrais em seu discurso, como a proposta de humanizar as relações sociais e fazer justiça social.

O “fazer” político, era antes de tudo, relacional. A legitimidade para as suas reivindicações derivava, não apenas da sua eficiência em citar a lei, em toda a sua formalidade, mas, sobretudo, de feixes de relações com os trabalhadores, empregadores, o governo e outros sindicatos. A legitimidade do Sinditêxtil como representação dos trabalhadores era invocada perante patrões, governo e autoridades em geral, como mostra o já citado ofício datado de 16 de junho de 1952<sup>73</sup> e ao delegado do IAPI, no qual o Presidente do Sindicato, José Nerval, lembra ao seu interlocutor que foi investido, pelos trabalhadores, de um mandato e é em nome deles que ele se pronunciara.

Do mesmo modo, perante os trabalhadores, a legitimidade do Sinditêxtil decorria de sua ação dispensadora de benefícios sociais ou garantidora dos mesmos benefícios, ou seja, dependia de seu êxito em intermediar as negociações com empregadores, autoridades e com o próprio governo, numa palavra, dependia de sua capacidade de fazer cumprir a lei e garantir os seus direitos sociais, que não estavam de modo algum assegurados pela letra morta da CLT, mas eram, cotidianamente, colocados em risco.

Para isso era importante a invocação da legalidade do Sindicato (o seu reconhecimento) e de suas “boas relações” com as autoridades públicas. Daí a indignação de José Nerval perante o descaso e os desmandos do chefe do serviço médico do IAPI, Dr. Carlos Chenaud. Nas palavras do próprio José Nerval, isso implicava em uma desmoralização não só da sua “pessoa”, da sua autoridade enquanto representante sindical, mas do próprio Sindicato. Nerval faz então ver ao Delegado Regional, a periculosidade dos atos de Chenaud, podendo colocar em crise todo um sistema político. Após citar no Artigo 52º da Consolidação das Leis do Trabalho (alíneas A e D e alínea A do artigo 514), onde o Sindicato é definido como órgão de colaboração do Governo, ele diz:

---

<sup>72</sup> Ou talvez, um jeitinho...

<sup>73</sup> O ofício 53/52, de 27 de Junho de 1952, foi a Paulo Laub, M.D. Gerente da Fábrica Boa Viagem, com solicitação que pagasse as férias atrasadas de alguns associados que estavam no IAPI: Maria José de Jesus, Antonia Dionísia Braga e Mizael Alcântara de Almeida.

“Então quando estamos numa época, em que o Presidente da República, pede intransigentemente o apoio dos Sindicatos, dando-lhe força, ao mesmo tempo para ele governar melhor a Nação, e até mesmo os partidos de oposição somente o Sr. Chefe do Serviço Médico do Instituto, sediado na Calçada, acha que deve proceder desta maneira, desmoralizando com os seus atos, um Sindicato que pode ser considerado um dos maiores do Estado?”.

A legitimidade do Sindicato, entendido como uma parte ou extensão do governo era invocada freqüentemente nos anos 1950 em muitas situações onde estavam em pauta disputas contra setores, órgãos ou pessoas do próprio governo. O Sinditêxtil jogava com essa ambigüidade e utilizava-a, com freqüência em seu discurso, onde era um órgão de classe e, ao mesmo tempo, colaborava ou era parte do governo<sup>74</sup>:

“Sabemos Sr. Presidente, que não é esta a finalidade do SAPS<sup>75</sup>, servir alimentação dessa natureza aos trabalhadores baianos. Membros dessa denúncia conhecem os serviços do SAPS no Rio de Janeiro e sabem perfeitamente que lá não se servem tão mal aos trabalhadores. Vamos ver Sr. Presidente de quem é a culpa e punir os culpados, porque não podemos mais suportar estas cousas. Temos responsabilidades e estamos aí, no sentido de que não sejam sabotadas as organizações que foram criadas para servir as classes trabalhadoras. Destarte, Sr. Presidente, fazemos esta denúncia, porque saímos do SAPS bastante revoltados com a alimentação que nos foi apresentada, a ponto de nenhum dos signatários poder fazer uso da mesma. Pelo exposto, desejamos é bom que se ressalve, que se apure de quem é a culpa e sejam punidos os responsáveis. E que não continue vendendo ao povo, embora reconheçamos, por preço ínfimo, como é o caso, a alimentação distribuída atualmente. Esperamos, portanto, as providências solicitadas porque elas visam salvaguardar as finalidades das organizações do governo e acima de tudo zelar pela saída e integridade moral dos trabalhadores”.

---

<sup>74</sup> Ofício 66/53 de 06/05/1953 Assinado por toda a Diretoria do Sinditêxtil endereçado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, reclamando das péssimas condições de alimentação no SAPS-Bahia e pedindo-lhe providências.

<sup>75</sup> O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) foi criado Em agosto de 1940 e organizou uma rede de refeitórios populares nas principais cidades do país, procurando garantir, por preços mais baixos, o suprimento de gêneros de primeira necessidade aos trabalhadores em geral.

Na década de 1950, ocorreu uma mudança no uso da cordialidade, no significado que lhe era atribuído por parte dos sindicalistas. A manifestação explícita do apoio ao governo não deve ser lida como uma forma de sujeição, mas, ao contrário, como uma tática política, como um fazer político próprio e adaptado a um sistema cultural nacional e regional que não podia funcionar sem o recurso ao estabelecimento de relações pessoais ou afetivas e que, intencionalmente, usava o discurso do governo contra ele mesmo.

Estava aí implícito o argumento de que o Sinditêxtil, sendo uma parte do governo, deveria ter as suas reivindicações atendidas, por esse mesmo governo. A lógica era a de que o governo não deveria dizer que o Sindicato estava errado, pois isso seria dizer que o próprio governo estava errado, ou seja, o governo estaria discordando de si mesmo. Era também uma forma de lembrar ao governo que toda aliança tem uma contrapartida da qual não é evadir-se sem também quebrar a aliança.

A partir do início dos anos 1950, as fórmulas de cortesia entraram em desuso sendo substituídas pela expressão “justiça e humanidade”, sobretudo nos ofícios destinados aos empregadores. Em relação ao Governo, o Sinditêxtil afirmava-se discursivamente, ao mesmo tempo, enquanto órgão de classe e órgão do Estado. Ocorreu, portanto, uma mudança no significado da cortesia. Naquele momento, os trabalhadores passaram a usá-la astuciosamente para obter concessões do governo, para fazer valer os seus interesses.

### **História recente (1980-1990) e tradições**

Resta apontar como outros dois aspectos que integram a concepção de classe em Halbwachs podem ser aplicados ao caso do Sinditêxtil. O primeiro deles diz respeito à constituição de uma tradição e, o segundo, dos modelos individuais responsáveis por encarnar o espírito do sindicalismo têxtil, a saber, Daniel Almeida e Elizete Souza.

As entrevistas realizadas com diretores do Sinditêxtil revelaram que a década de 1980 reveste-se, para eles, de um significado especial. Esse é o momento de criação dessa tradição e da produção dos líderes sindicais que as encarnam. É o momento em que, no ano de 1983, o Sinditêxtil passou ao controle do PC do B, com a eleição da “Chapa 2”, composta pelo hoje, Deputado Federal, Daniel Almeida, na época vice-presidente da chapa, Belmiro e Aluísio Santos, José Gilmar da Silva, Vivaldo de Castro, dentre outros.



Esses trabalhadores eram, em sua maioria, oriundos das novas indústrias de fibras sintéticas instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari. Um grupo que formou-se em 1979 e foi derrotada nas eleições de 1980. Esse é um momento celebrado como época de greves vitoriosas e de um processo de lutas não apenas pelos interesses dos trabalhadores, mas, também, pelo restabelecimento da democracia no Brasil. A breve reconstituição dos eventos relativos às décadas de 1980 e 1990 que faremos a seguir baseia-se na documentação encontrada no sindicato e cedida para consulta por Elizete Souza.

Em 02 de dezembro de 1982 o jornal A Tarde publicou uma reportagem que dava ciência de uma intensa disputa pelo controle do Sindicato. José Fernandes Madeira, que se autodenominava “pelegão”, presidia o sindicato há 17 anos<sup>76</sup>. Os têxteis deparavam-se, na época, com um contexto dramático de relações de trabalho, sobretudo aqueles que trabalhavam com fibras naturais, formado por velhos operários, mulheres e menores de idade.

As condições de trabalho, no período, eram muito ruins. Muitas empresas pagavam menos que um salário mínimo. Demissões ocorriam com frequência. Vários trabalhadores eram mutilados, pois trabalhavam sem equipamentos e em péssimas condições de segurança. Os últimos eram demitidos ao completarem 18 anos de idade e as mulheres quando engravidavam. Outros podiam ser demitidos a qualquer momento, bastando queixar-se das condições de trabalho.

A “Chapa 2” acusava Fernandes de fornecer os nomes dos reclamantes à Companhia e, também, de negociar reajustes salariais a índices menores daqueles estabelecidos pelo governo. Propunha reajustes trimestrais, congelamento dos preços dos alimentos, concessão de férias em dobro, unificação da categoria dividida entre trabalhadores de fibras sintéticas e naturais, pagamento de periculosidade, promoção da assistência médica e jurídica. Esse fato aparece na memória dos (as) atuais diretores (as) sindicais como um ato heróico, a “tomada do sindicato dos pelegos” e é partir dessa narrativa que narram a sua história. Para eles a história do sindicato inicia-se aqui. Não parece ser à toa que as fotos e registros referentes a esse período mais recente da história do Sinditêxtil não estejam reunidos com a documentação referente às décadas anteriores. O arquivo antigo, o que consultamos em nossa pesquisa anterior, diz respeito à história dos outros, dos “pelegos”, os que são lembrados com a orientação de que devem ser

---

<sup>76</sup> Essas informações não são muito precisas. A Tribuna Operária de 21 a 27 de Março e 1983 refere-se à Madeira como estando há 19 anos no poder.

esquecidos. A divisão dos arquivos reproduz a própria divisão da identidade e da memória do sindicato.

Na disputa eleitoral, Fernandes e seu Vice-Presidente, Guilherme Khalemborg, tentaram impugnar a candidatura da Oposição Sindical (Chapa 2) alegando que não possuíam suficiente tempo de sindicalização para concorrer. Madeira também cassou o direito de voto de 80 associados oposicionistas. Ao mesmo tempo, as diretorias das empresas têxteis pressionavam e perseguiram os integrantes da Chapa 2. Contudo, a Chapa 2, conseguiu apresentar a documentação necessária<sup>77</sup>. Com o objetivo de evitar fraudes, a oposição sindical entrou com um mandado de segurança exigindo a entrega de uma lista dos operários aptos a votar. As eleições ocorreram nos dias 09 e 10 de fevereiro de 1983. Eleita com 650 contra 400 votos, a Oposição Sindical tomou posse em 15 de Março de 1983. O quadro que encontrou não era nem um pouco animador. Havia uma crise geral de desemprego. Na entrevista concedida ao jornal A Tarde de 23 de Abril de 1983, Daniel Almeida relatou o drama do empobrecimento dos trabalhadores têxteis obrigados a procurar emprego na construção civil e invadirem terrenos para construir barracos, por não terem condições de pagarem aluguéis. A Stela Azurra era a empresa que mais se destacava no processo de demissões ignorando, até mesmo, se as trabalhadoras estavam grávidas. O ano de 1983 iniciou com mais de 400 demissões e a solução imaginada pelos sindicalistas para combater esse estado de coisas era a greve geral.

Além do acirramento das contradições entre capital e trabalho, da cisão da categoria entre fibras sintéticos e fibras naturais, os têxteis enfrentavam um quadro repressão institucionalizada do Estado aos movimentos sociais. O jornal A Tarde de 18 de agosto de 1983 registrou a denúncia do Deputado Luis Nova do PMDB, pedindo a renúncia do Secretário de Segurança Pública, em função da violência cometida por soldados da Polícia Militar contra Maria Elizete de Souza, secretária do Sinditêxtil, Iglesias Cabelo e Henrique Santana, assessores dos vereadores Agenor Oliveira e Lídice da Mata. O grupo realizava uma pichação convocando para a campanha salarial dos têxteis no mês de Setembro, dois dias antes no Largo do Tanque, quando uma viatura da Polícia Militar perseguiu o veículo. Os policiais atiraram contra os pneus, agrediram física e moralmente Elizete e, por fim, derramaram as latas de tinta sobre todo o grupo e passaram-lhes

---

<sup>77</sup> A Tarde, 22/12/1982.

rolos de tinta. Eram ao todo, 28 policiais. Esse foi um dos eventos registrados em detalhes, na memória dos (das) sindicalistas que entrevistamos.

Outro fato marcante do ano de 1983 foi o embate com a empresa Banylsa Tecelagem do Brasil S/A que se prolongou de outubro a dezembro de 1983. Localizada em Simões Filho, a empresa que produzia fibra de nylon para a fabricação do fio têxtil, fechou em abril de 1981 quando demitiu 400 funcionários. Em 1982 foi comprada pelo Grupo Grisbi e convocou os operários demitidos com a condição de não reclamarem ao Ministério do Trabalho e aceitarem metade da remuneração que recebiam<sup>78</sup>. Contava então com cerca de 300 funcionários (metade do que possuía antes) obrigados, pelo seu reduzido número, a produzirem em dobro. No entanto, esses termos estavam sendo cumpridos. A empresa também ignorava o acordo coletivo firmado em 1982, o pagamento do piso salarial de Cr\$ 72 mil, a gratificação de 85% na saída para férias, uma carga horária de 42 horas semanais e depósito do FGTS, que é descontado, mas sem o recolhimento da contribuição sindical. Além disso, eliminou a assistência médica conveniada com a Promédica<sup>79</sup>. O sindicato estabeleceu um prazo até o dia 28 para o cumprimento do acordo, mas não obteve nenhuma resposta. Uma assembléia sindical foi realizada em 28 de outubro de 1983 para discutir as irregularidades da companhia e declarou “estado de greve”<sup>80</sup> e constituiu uma comissão para mobilizar os trabalhadores dentro da fábrica. Até 1º de novembro sete ofícios foram encaminhados pelo sindicato à diretoria da empresa solicitando a abertura das negociações.

Concomitantemente ao problema da Banylsa, o Sinditêxtil também tinha de enfrentar as 150 demissões dos operários da FAGIP, alguns deles com mais de vinte anos de serviço. A FAGIP produzia tela, gases e fios de algodão. Na época a empresa gozava de imposto reduzido sobre as importações e contava com uma isenção de 50% do Imposto de Renda. Mesmo assim, a demissão dos funcionários tinha como objetivo a sua substituição por menores aprendizes que trabalhariam 08 horas por dia.

Em 15 de novembro de 1983 a greve da Banylsa teve início. Os trabalhadores paralisaram duas das três máquinas da fábrica. Às cinco horas e trinta minutos, o turno da manhã paralisou as atividades. A primeira negociação teve início três horas depois. Três diretores sindicais e três operários integraram a Comissão de Negociação eleita em assembléia e exigiram a garantia de

---

<sup>78</sup> Jornal A Tarde, 28 de Outubro de 1983.

<sup>79</sup> Jornal A Tarde, 28 de Outubro de 1983.

<sup>80</sup> Jornal A Tarde, 31 de Outubro de 1983.

estabilidade de emprego por um ano para os seus integrantes. No início da tarde o sindicato bloqueou a passagem de dois ônibus com os trabalhadores que integravam a turma da tarde. Somente 60 operários impedidos de deixar a fábrica ficaram no local. Com isso, às 18 horas, a empresa concordou em acatar as reivindicações mais importantes, a saber: piso salarial de Cr\$ 72.931,00 com acréscimo do novo reajuste, redução da jornada do administrativo de 46 para 42 horas, assegurando uma folga mensal útil, prêmio de assiduidade, depósito de FGTS até 30 de novembro, estabilidade e ausência de punição disciplinar para os grevistas, manutenção integral dos salários sem desconto e reunião com a direção da empresa dia 23 de Novembro. Uma assembléia operária suspendeu a greve, deliberando o início de outra, caso o acordo não fosse cumprido. A greve durou cerca de 13 a 15 horas. Essa foi a primeira greve organizada pela nova direção do sindicato e mostrava-se aparentemente vitoriosa.

. No entanto, cerca de um mês depois, em 15 de dezembro, os trabalhadores da Banylsa voltaram a articular-se para uma nova greve<sup>81</sup>. A empresa recusava-se a cumprir o acordo coletivo de trabalho, não depositava o FGTS e passou demitir os líderes do movimento grevista. Ao todo, quatro demitidos e três suspensos, de acordo com os trabalhadores, sem uma justificativa formal ou plausível. Os salários eram pagos com atraso e os operários proibidos de efetuarem ligações telefônicas. As férias e o prêmio de produtividade de 85% não foram concedidos. A estratégia do sindicato foi, inicialmente, negociar com a diretoria da empresa. Não tendo sucesso, acionou a Delegacia Regional do Trabalho para que o acordo fosse cumprido.

A reação da empresa foi intensificar a repressão sobre o movimento, impedindo os sindicalistas de acessarem o interior das fábricas e distribuírem boletins, autorizando, inclusive o uso de força física contra os trabalhadores<sup>82</sup>. Ao mesmo tempo, alegava não ter condições financeiras de cumprir com os acordos. O impasse se estendeu até o início do ano de 1984. A morte do fiador José Marcelino Souza dos Santos no dia 05 de Maio de 1984 acirrou os ânimos, pois os trabalhadores acreditavam que a *causa mortis* havia sido intoxicação por tricolometano, substância tóxica e amplamente usada em um processo produtivo ao qual os trabalhadores eram submetidos sem os devidos equipamentos de proteção.

Quase 60 dias após a morte, ainda não havia sido divulgado o laudo da autópsia. Uma assembléia sindical composta por 70 operários da empresa deliberou pela greve por tempo

---

<sup>81</sup> A Tarde, 15 de Dezembro de 1983.

<sup>82</sup> Tribuna Operária, 18 de junho de 1984.

indeterminado<sup>83</sup>. O movimento grevista acontecia em um momento em que eclodiam outras greves importantes, como a dos professores da rede particular de ensino e dos bancários. Pressionada pelos trabalhadores a empresa acatou parcialmente as reivindicações, concordando em fazer os pagamentos em dia, realizar uma avaliação técnica das condições de trabalho e parcelar o pagamento do FGTS. Marcada para ter início dia 08 de maio, no dia 07, a empresa concordou em negociar. Os trabalhadores conseguiram o pagamento os salários em dia, o fim dos atrasos na saída dos ônibus dos operários, livre acesso dos dirigentes sindicais à fábrica, inspeção das condições de trabalho pela DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e o fornecimento de dados sobre a morte de Marcelino. A importância do sucesso dessa greve fez com que a Elizete Souza, em seu artigo para Tribuna Operária, em 18 de junho de 1984, declarasse ter sido aquela a primeira greve realizada pelos têxteis após 1919.

Após vitória, o mesmo percurso se repetiu e a empresa travou o cumprimento dos acordos. Uma outra greve, por tempo indeterminado foi deflagrada em uma terça-feira, dia 31 de julho de 1984. Os operários acamparam em frente à fábrica<sup>84</sup> e exigiram o pagamento dos salários atrasados como condição para voltarem ao trabalho. Como a companhia negava-se a negociar, no dia 09 de agosto iniciaram uma greve de fome<sup>85</sup>. Dia 10 de agosto veio a primeira vitória com o envio, por parte da companhia, de um representante para uma reunião de negociação. Até então a empresa só participava das reuniões como observadora. Mas empresa reagiu ao avanço do movimento propondo um torneio de futebol e outras atividades recreativas no dia da assembléia, dia 17 de agosto, com o objetivo de esvaziá-la, como também tentou disseminar um clima de insegurança informando que a empresa seria vendida e os empregados dispensados

No ano de 1984, o Sinditêxtil teve embates mais duros com empresas como a Cata Nordeste, Celanese e a Cobafi. Instalada no Pólo Petroquímico, desde janeiro de 1984, a Cata Nordeste especializou-se na produção de fios, telas e sacos de polipropileno, com cerca de 350 empregados. Na época, a empresa não permitia a fiscalização de suas instalações pelo sindicato, demitia os trabalhadores após o período de experiência e obrigava os trabalhadores a se submeterem a uma jornada de 47 horas semanais<sup>86</sup>. A empresa também não respeitava o acordo

---

<sup>83</sup> Tribuna da Bahia, 05 de maio de 1984.

<sup>84</sup> A Tarde, 1º de agosto de 1984.

<sup>85</sup> Jornal Tribuna da Bahia, 10 de agosto de 1984.

<sup>86</sup> A Tarde, 04 de junho de 1984.

coletivo que estabelecia um salário mínimo de Cr\$ 128 mil e ficou conhecida pelos atos de violência física cometidos contra os seus empregados.

No dia 17 de maio de 1984, operário Anivaldo Santos Ferreira foi espancado por vigilantes da empresa, por ordem do gerente de produção, ao exigir explicações sobre a sua demissão<sup>87</sup>. A greve teve início, então, no dia 12 de setembro. Acampados em frente à fábrica, os grevistas obrigaram a empresa a negociar. Após mais de três dias de greve, os trabalhadores conseguiram um reajuste de 49,2%, piso salarial de 200 mil cruzeiros, não punição dos grevistas, antecipação salarial de 7,5 % para os meses de dezembro e de julho de 2005, assistência médica, creches, garantias para parturientes, garantia de emprego para os que voltam do INPS, mudança da data base de novembro para setembro<sup>88</sup>.

A Celanese do Brasil Nordeste SA, localizada no Centro Industrial de Aratu iniciou o ano de 1984 com inúmeras demissões, sobretudo de mulheres grávidas. Com as demissões, obrigava os trabalhadores a acumularem outras funções a exemplo da limpeza<sup>89</sup>. No dia 13 de Agosto, a Celanese demitiu 300 operários, cerca de 60% do seu quadro de pessoal, justificando essas demissões como uma consequência da passagem do controle acionário da empresa à multinacional inglesa ICI Brasil e dos prejuízos obtidos na unidade de filamento de poliéster liso e texturizado.

Rapidamente, o Sinditêxtil contatou a Delegacia Regional do Trabalho e organizou uma assembléia no sindicato dos bancários<sup>90</sup>. A pauta de reivindicações incluía o pagamento imediato dos direitos trabalhistas dos demitidos, garantia do prêmio de assiduidade, pagamento de oito salários adicionais para quem tinha de um a oito anos e mais um salário para cada ano após o oitavo, assistência médica por 12 meses, garantias para os 200 funcionários restantes, preferência para demitidos em futuras contratações e possibilidade de aproveitamento dessas pessoas em outras empresas do grupo, abono de Cr\$ 300 mil e pagamento de 30% do FGTS depositado além da preservação do terreno do grêmio trabalhista que não era propriedade da empresa<sup>91</sup>.

No dia 19 de agosto, o sindicato organizou um acampamento na entrada da empresa como forma de pressioná-la a atender às reivindicações dos trabalhadores. Essa manifestação contou

---

<sup>87</sup> A Tarde, 23 de maio de 1984; Tribuna da Bahia, 23 de maio de 1984.

<sup>88</sup> Tribuna da Bahia, 15 de setembro de 1984.

<sup>89</sup> Tribuna Operária, 9 a 15 de janeiro de 1984.

<sup>90</sup> Tribuna da Bahia, 14 de agosto de 1984.

<sup>91</sup> A Tarde, 17 de agosto de 1984.

com o apoio dos que ainda estavam empregados que prestavam sua solidariedade na hora do almoço ou da folga. Os trabalhadores chegaram à empresa por volta de oito horas da manhã seguindo, no outro dia para a Delegacia Regional do Trabalho, onde organizaram outra manifestação<sup>92</sup>. No dia 22 de agosto, os trabalhadores aceitaram o acordo proposto pela empresa atendendo a três das oito reivindicações: abono de emergência de Cr\$ 300 mil, garantia de assistência médica até fevereiro de 1985 e pagamento integral do prêmio-assiduidade aos funcionários com férias a vencer em dezembro de 1984<sup>93</sup>.

Em um artigo publicado na Tribuna Operária de 17 a 23 de setembro de 1984, Elizete Souza considerava a atitude dos empresários da Celanese criminosa, referindo-se à demissão dos 300 operários da Celanese como “um rude golpe” e defendendo o fim do regime militar como uma prerrogativa fundamental para constituição de um governo “sensível aos interesses populares”. Essa compreensão que universalizava a luta do movimento sindical associando-o com um processo, bem mais amplo, a saber, o da luta contra a ditadura, esteve presente em muitos depoimentos de antigos sindicalistas que vivenciaram o período dos anos 1980, a exemplo de Patrício e Braz.

No agitado mês de agosto de 1984<sup>94</sup> os têxteis também conduziram uma acirrada negociação salarial, com passeatas, seguidas de greves de fome, organizadas como forma de protesto contra a Banylsa e a Cata Nordeste, empresas que se recusavam a participar das negociações da campanha salarial. A primeira ocorreu dia 06 de agosto na Cobafi e, a segunda, dia 08 de agosto na Celanese, depois, seria vez da Banylsa e da Cata Nordeste.<sup>95</sup>

Numa reunião realizada dia 17 de agosto, as empresas de fibras sintéticas de Camaçari e do CIA (Cobafi, Celanese, Fisiba, Banylsa) concordaram em pagar 100% do INPC para a totalidade dos empregados, antecipação salarial a cada três meses, prêmios atuais de assiduidade de até 85% do salário base, piso salarial de 2,5 salários mínimos, remuneração de horas extras aos domingos, feriados e dias de folga com acréscimo de 100% da hora normal e jornada de trabalho

---

<sup>92</sup> Correio da Bahia, 18 de agosto de 1984.

<sup>93</sup> Tribuna da Bahia, 22 de agosto de 1984.

<sup>94</sup> Os operários da Nitrofértil, empresa localizada no Pólo Petroquímico, também fizeram passeatas entraram em greve geral em Agosto, de modo a pressionar a empresa a participar de as convenção coletiva e a readmitir Fernando Cunha, Lourival Bonfime João Mendes, diretores demitidos da Associação dos Químicos.

<sup>95</sup> Jornal A Tarde, 07 de Agosto de 1984.

de 42 horas semanais. Essas conquistas de agosto entrariam em vigor a partir de 1º de setembro de 1984<sup>96</sup>. No entanto, no dia 21 de agosto, os trabalhadores já se mobilizavam novamente.

A Fisiba negava-se a cumprir o aumento trimestral, a Banylsa e a Celanese desejavam reduzir o prêmio de assiduidade e a Cata Nordeste recusou-se a negociar. Além disso, os trabalhadores, tinham outras reivindicações. Exigiam um aumento de 15 % acima do INPC, taxa de periculosidade e redução da jornada de trabalho de 42 para 40 horas com turno de seis horas, além de 15% para empregados mais velhos e abono de emergência de Cr\$ 300 mil<sup>97</sup>. A estratégia era parar as fábricas por etapa, caso as reivindicações não fossem atendidas, de modo que, até o dia 31 de agosto, todas elas estivessem paradas.

O movimento sindical dos trabalhadores têxteis avançava juntamente com mobilizações organizadas por outros grupos profissionais, como professores, eletricitários, bancários, químicos e metalúrgicos. No dia 21 de agosto de 1984 os operários da Copene iniciaram uma greve de fome de 24 horas reivindicando a concessão do adicional de 88,5% para os trabalhadores de turno, reajuste trimestral de 100% do INPC, 40 horas de trabalho para o setor administrativo e o não desconto do adiantamento de 20% oferecido pela empresa em junho daquele ano. Como forma de pressão, os trabalhadores já vinham retardando, por cerca de trinta minutos, o início do trabalho em empresas como a Nitrocarbono, CPC, Metanor, Copenor e Tibrás<sup>98</sup>.

Na verdade, os sindicalistas percebiam que, independente do setor ou grupo profissional, as lutas pelas quais se batiam os trabalhadores eram muito semelhantes senão as mesmas. Afinal, as vicissitudes às quais estavam submetidos os trabalhadores não variavam muito. Em março de 1995, o sindicato liderou os trabalhadores da Cobafi, organizando uma longa greve que reivindicava, também, adicional noturno de 26%, não desconto da antecipação de 30,96% concedido em dezembro de 1984 referente ao reajuste previsto para Março, 100% do INPC para todas as faixas e estabilidade de uma no emprego. A greve paralisou cerca de 90% dos funcionários da Cobafi (Companhia Baiana de Fibras)<sup>99</sup>.

Em fevereiro de 1985 os trabalhadores da Banylsa paralisaram a empresa por 24 horas, reivindicando o pagamento do adicional noturno de 26 %, antecipação salarial de 30% sobre o salário de Janeiro, não desconto da hora parada para os participantes do movimento e o

---

<sup>96</sup> Jornal, Tribuna da Bahia, 17 de Agosto de 1984.

<sup>97</sup> Jornal A Tarde, 21 de Agosto de 1984.

<sup>98</sup> Tribuna da Bahia, Salvador, 22 de agosto de 1984.

<sup>99</sup> Jornal da Bahia, 16 de março de 1985.



pagamento em dia dos salários, freqüentemente atrasados<sup>100</sup>. Esse conflito se estendeu até a desencadear uma greve em agosto do mesmo ano. A essas reivindicações outras foram acrescentadas como o respeito às férias vencidas dos empregados e o recolhimento do FGTS, até aquele período, sem ser depositado pela empresa<sup>101</sup>.

As ações do Sindicato, naquele mês envolviam, no entanto, outras empresas além da Banylsa que não aceitavam as reivindicações da campanha salarial, como Cata Nordeste, Cobafi, Fisiba e Celanese. O Cobafi insistia em interditar o acesso dos sindicalistas ao interior da fábrica, na tentativa de impedir o contato com os trabalhadores<sup>102</sup>. As reivindicações incluíam os 26% de adicional do turno, reajuste automático ao INPC atingir 15%, reposição salarial de 20%, comissão de fábrica e biênio de 10%. Essas reivindicações tinham como objetivo o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 1984 entre o Sindicato e as empresas Celanese, Cobafi, Fisiba e Banylsa.

Do mesmo modo, as ações que os diferentes grupos profissionais utilizavam pareciam não diferir muito. Após as tentativas de negociação com a direção das empresas - normalmente frustradas - seguiam-se pressões coletivas, denúncias, manifestações públicas, acampamentos na porta da empresa. Após isso, os trabalhadores iniciavam ações mais firmes, atacando a extração da mais-valia através do atraso no tempo de entrada no trabalho. Logo após vinham as pequenas paralisações. A greve era o último recurso, utilizado quando todos os demais falhavam. Com o exemplo, temos a ação dos metalúrgicos que, em agosto de 1985, na Caraíba Metais, reunidos em assembléia geral decidiram atrasar a entrada dos funcionários da empresa em uma hora. Depois da assembléia saíram em passeata, em torno do Jardim de Nazaré. Agendaram uma assembléia geral na porta da fábrica, na manhã do dia seguinte e, declararam que dois dias depois, teria início a greve geral e uma assembléia geral permanente<sup>103</sup>.

No ano de 1986 o Sinditêxtil bateu-se com a Sisalana e a Stela Azurra, empresas localizadas no Centro Industrial de Aratu. A principal preocupação era a denúncia das condições de insalubridade que envolviam a utilização de pentaclorofenato de sódio, também conhecido como “pó da china”, por parte dessas empresas. A Associação Baiana de Medicina foi acionada para investigar o grau de contaminação dos funcionários das empresas, uma vez que as mesmas

---

<sup>100</sup> Correio da Bahia, 13 de fevereiro de 1985.

<sup>101</sup> Tribuna da Bahia, 1º de agosto de 1985.

<sup>102</sup> A Tarde, 15 de agosto de 1985.

<sup>103</sup> A Tarde, 18 de agosto de 1985.

negavam a existência de problemas com a substância. No entanto, o sindicato apontava que nenhuma medida de segurança ou fardamento era utilizada pelos funcionários daquelas empresas, muitos deles trabalhando até mesmo descalços.<sup>104</sup>

Os trabalhadores reivindicavam a substituição do “pó da china” por outro produto que possuísse uma menor toxicidade, o pagamento de adicional de insalubridade e o fornecimento de equipamentos de proteção individual. A reação da diretoria das empresas foi a recusa a negociar afirmando a ausência de representatividade por parte do sindicato frente aos trabalhadores, que procuraram acionar a Delegacia Regional do Trabalho e o Sindicato de Beneficiamento de Fibras<sup>105</sup>.

Até 1988 a estrutura autoritária de relações entre patrões e empregados permanecia inalterada. O empresariado não reconhecia a sindicalização como um direito adquirido pelos trabalhadores. A Cobafi, por exemplo, suspendeu e advertiu vários trabalhadores que participaram de uma manifestação organizada pelo sindicato na porta da fábrica em março daquele ano<sup>106</sup>. A ação da Banylsa foi ainda mais radical, demitindo 35 operários que aderiram à greve de advertência realizada também no início de 1988.

Naquele período, as lutas dos trabalhadores concentravam-se pela reposição das perdas salariais sofridas em função dos planos econômicos e dos mecanismos inflacionários que os acompanhavam, em particular a inflação referente ao período de dezembro de 1986 a fevereiro de 1988. O índice de reajuste pretendido era de 61,95%. Enquanto a Fisiba, situada no Pólo Petroquímico, concedeu um reajuste de 43,15% em março, a Cobafi limitou-se a um percentual, considerado pelos sindicalistas insatisfatório, de 31,44%. Na época a Cobafi pagava metade do valor dos salários de mercado além de não pagar adicional de periculosidade<sup>107</sup>. Também em março de 1988, os 600 industriários da Cata Nordeste, situada no Pólo, paralisaram as suas atividades reivindicando um reajuste de 96,25%, adicional de periculosidade, plano de cargos e

---

<sup>104</sup> Tribuna da Bahia, 22 de julho de 1986.

<sup>105</sup> A Tarde, 05 de julho de 1986.

<sup>106</sup> A diretoria da Cobafi suspendeu Elizete Souza, durante o ano de 1993, por diversas. As punições iam de uma a três jornadas de trabalho, quando se tratava da distribuição de boletins do sindicato no interior da empresa, e de 10 a 15 jornadas de trabalho quando Elizete parava o ônibus da empresa para emitir comunicados aos trabalhadores. As mesmas ações realizadas por parte do grupo de Américo, não receberam, no entanto, nenhuma punição por parte da empresa.

<sup>107</sup> A Tarde, 15 de março de 1988.

salários, criação de uma quarta turma de trabalho, dentre outras coisas<sup>108</sup>. Essa greve durou mais de 20 dias.

No final do ano de 1988, Daniel Almeida, abandonou a direção do sindicato ao eleger-se vereador pelo P C do B<sup>109</sup>. Quem ficou em seu lugar como presidente do Sinditêxtil foi Antônio Estevão Patrício. A sua chapa intitulada “Unidade e Ação” venceu com 82% dos votos, derrotando Chapa 2, apoiada pela CUT e liderada por Raimundo Leite<sup>110</sup>. Patrício permaneceu vinculado ao sindicato até os dias atuais e ocupa, na gestão atual, o cargo de tesoureiro. Patrício assumiu a presidência do sindicato em um período particularmente difícil. É verdade que a constituição de 1988 forneceu aos trabalhadores novos mecanismos legais para sustentar suas lutas e reivindicações. Essas passaram a ser feitas não apenas em função dos interesses de uma categoria mas, sim, em função de um contrato social mais amplo.

No entanto, no período do Plano Cruzado, ocorreu um aumento generalizado das demissões, em particular na Banylsa e na Cobafi, quadro que se agravaria substancialmente nos anos seguintes. Em 1989 cerca de 430 operários foram demitidos pela Banylsa, sem indenização e sem recolhimento do FGTS. Transferida para o Grupo Grisnoi e com o nome fantasia de Denyl, a empresa teve seus bens penhorados por conta dos 151 processos movidos contra ela. No entanto, não houve autorização judicial para que seus bens fossem penhorados. Em 1991, uma greve de fome foi organizada pelos 49 empregados demitidos pela Sisalana, em função do seu envolvimento em ações reivindicatórias por aumentos salariais<sup>111</sup>.

Um fato que contribuiu para agravar a fragilidade do movimento sindical face às pressões patronais foi a disputa entre duas correntes do PC do B, Articulação e Corrente Sindical Classista Têxtil pelo controle do sindicato. O supervisor de segurança da Cobafi, Américo Rabelo, venceu as eleições realizadas no III Congresso Têxtil, em 1992. Com isso, não somente a Articulação obteve o controle da instituição, como ocorreu a fusão entre o Sinditêxtil e o Sindifibras. Liderada por Daniel Almeida, a Corrente Sindical acusava a Articulação de ignorar as pautas das lutas sindicais e adotar um comportamento autoritário desviando dinheiro para a construção de uma outra sede<sup>112</sup>. Enquanto isso, empresas têxteis localizadas em Guanambi,

---

<sup>108</sup> A Tarde, 09 de abril de 1988.

<sup>109</sup> A Tarde, 23 de novembro de 1988.

<sup>110</sup> A Tarde, 14 de janeiro de 1989.

<sup>111</sup> A Tarde, 20 de fevereiro de 1991.

<sup>112</sup> A Tarde, 21 de julho de 1993.

Caetité e Brumado, contanto com o auxílio de pistoleiros e com a conivência das autoridades locais, mantinham os funcionários trabalhando sem carteira assinada e com salário com valores abaixo do salário mínimo nacional<sup>113</sup>.

O grupo de Américo tinha legalmente o mandato até 1995. No entanto, em 1993, argumentando a necessidade de superar o impasse interno do Sinditêxtil, o IV Congresso Têxtil convocou novas eleições para novembro de 1993. A Articulação reagiu entrando com uma liminar para suspender as eleições. Contudo, a Corrente Sindical conseguiu reaver o controle da instituição. A cisão interna do Sinditêxtil e a luta pela retomada do sindicato figuram como outro importante marco nas memórias dos diretores sindicais entrevistados que vivenciaram esse período e, também, aparecem como importantes memórias para aqueles funcionários que trabalhavam na instituição na mesma época.

Para a grande maioria dos sindicalistas entrevistados a história do Sinditêxtil inicia-se com a vitória da Corrente Sindical nas eleições de 1982 sobre “os pelegos”, havendo um total esquecimento referente ao período que antecede essa época. Suas memórias, as memórias que são compartilhadas entre eles e com os novos diretores e diretoras sindicais dizem respeito ao que para eles foi a ação heróica de Daniel Almeida e Elizete Souza na liderança do movimento sindical têxtil. Isto irá, porém, receber diferentes colorações para homens e mulheres. De qualquer modo, eles são tomados como modelos de líderes de sindicais.

As greves dos anos 1980 são recordadas como uma era dourada em que o movimento sindical conseguia realizar grandes mobilizações coletivas, conquistar avanços significativos para o coletivo dos trabalhadores e lutar por objetivos que ultrapassavam os limites da própria classe social, a saber, a construção da democracia e o fim da ditadura no Brasil.

Nesse sentido, é preciso destacar a importância da organização partidária do PC do B na estruturação de lutas, ações e pautas de reivindicações comuns para os diferentes seguimentos de trabalhadores (professores, bancários, metalúrgicos, têxteis) no período dos anos 1980. Acreditamos a vinculação ao partido permitiu aos trabalhadores a aquisição de representações mais vastas, que as obtidas através da participação no sindicato, permitindo ir além da consciência coletiva do grupo profissional. Não se tratava mais de permitir aos trabalhadores a percepção de questões comuns à classe profissional, que acreditamos já havia sido construída na

---

<sup>113</sup> A Tarde, 11 de novembro de 1993.

década de 1950. Nos anos 1980, coube ao sindicato à difícil tarefa da construção de uma representação de classe social, que envolvia a condição da classe trabalhadora como um todo, representação essa, dotada de um projeto histórico e político próprio.

Nos capítulos seguintes, analisaremos o modo como a história do sindicato – seu passado mais distante e mais recente - é representada na memória de antigos e atuais sindicalistas, homens e mulheres.

### CAPÍTULO III. A MEMÓRIA SILENCIADA DE SEU VADO

“O que estou lhe dizendo, meu jovem, é que esse sindicato aí no momento morreu. E com toda lucidez... Se houver alguma dúvida eu comprovo!”.

Cheguei a Seu VADO através de Hilda<sup>114</sup>. Ela nos apresentou dia 24 de julho de 2007, ao final de sua entrevista, quando ele passava em frente ao Sindicato. Ia comprar seu almoço em uma casa que ficava próxima à sede do Sinditêxtil. Antes de nos apresentar ela advertiu: - “Mas ele é dos pelegos...”. Naquele momento eu ainda não sabia exatamente o que Hilda queria dizer com aquela expressão. Estava muito interessado em conhecer quem seria talvez, o último sindicalista vivo que testemunhou a história do Sinditêxtil anterior a 1980. Essa pessoa era Seu VADO! Após sermos apresentados, em frente à sede do Sinditêxtil, eu lhe expliquei rapidamente os objetivos da minha pesquisa e lhe falei da dificuldade que estava tendo em encontrar alguém que lembrasse nos eventos que ocorreram entre os anos 1950 e 1980. Ele me disse que vivenciou aquele período e tinha muito a dizer. E fez algo que, segundo ele, não fazia há muitos anos: entrou na sede do Sinditêxtil. Lá me mostrou o lugar, hoje vazio, onde antes estava a pedra fundamental doada pela direção da Companhia Fabril dos Fiaes. – “Essa sede”, ele disse, “foi construída por nós...”. A sua afirmação de que o Sindicato hoje estava “morto e desnudo” adquiriram para mim, naquele momento, um tom quase hermético. Fiquei muito interessado em tomar seu depoimento. Agendei com ele uma entrevista para a semana posterior. Nada adequado, o lugar era a barulhenta pracinha em frente ao Sindicato. Essa foi uma escolha feita pelo próprio VADO. Não se sentia à vontade para falar dentro da sede do Sinditêxtil. Na verdade, evitava sistematicamente entrar ali. Nas duas entrevistas seguintes, ele me convidaria para ir à sua casa. No dia da entrevista, Seu VADO, mostrou-se muito ansioso para iniciar a entrevista. Mal liguei o gravador, disparou a falar:

---

<sup>114</sup> Hilda foi a primeira Diretora do Sinditêxtil com quem conversamos. Na época ela era plantonista da instituição e nos ajudou a obter depoimentos importantes como os de Barbosa e Tristã.

“O sindicato de Fiações e tecelagem que era o nome do antigo sindicato, na Cidade de Salvador... Houve um grupo aí, na época, de companheiros, isso em 1933, se reuniu para arranjar, fundar o sindicato que é atualmente hoje o sindicato de Salvador, Simões Filho e Camaçari, com os companheiros que eram dirigidos pelo senhor Dionísio Rodrigues de Menezes, foi quem teve essa idéia na nossa época. Quem falava do sindicato era muito perseguido pelas autoridades trabalhistas e ficou um negócio abafado... Veio ser fundado em 1943, já com o reconhecimento da justiça trabalhista. Mas aí já entrou com a companhia Empório Industrial Norte, a União Fabril da Bahia, Companhia Fabril dos Fiaes e a Paraguaçu, dirigidos pelo mesmo senhor Dionísio de Menezes. Nessa época começou com 1% de contribuição mensal para cada associado, mas a maioria das fábricas... Tinha uma de 1000, outra de 700, sei que um bom número de associados, na faixa de 5000. Nessa faixa aí nós começamos a defender os interesses dos trabalhadores, cobrando 1% de cada associado, mas mesmo assim, nós dávamos, através da contribuição do Sindicato dos Trabalhadores, nós chegamos a ter receita médica, dava remédio, os médicos iam à casa dos associados de lá Fazia-se o possível pelos companheiros. Quando foi na época que entrou a ditadura...O presidentes que eu que eu conheci foram Dionísio Dias de Menezes – que foi o primeiro presidente de sindicato - ; o segundo foi Pedro Alvarez Costa, José Nerval de Oliveira, depois veio Pedro Alvarez Costa, Lourival Gomes do Santos e José Fernandes, José Antonio Fernandes. E o último foi o senhor Daniel Gomes de Almeida, que é deputado hoje, atualmente”.

Hoje com 80 anos, Seu VADO começou a trabalhar na Companhia Fabril dos Fiaes em 7 de julho de 1947 aos 19 anos. Sua atuação como diretor sindical teve início por volta de 1957/1958. Até 1946 trabalhava na Sociedade Atlanta Ltda em Itapagipe. Era, segundo ele “uma outra categoria”, a manteiga de cacau. A Companhia Fabril dos Fiaes produzia tecido de aninhagem. Segundo Seu VADO, a “aninhagem era coisa rara na época”. Ele atribui a essa especialização a longevidade que a empresa logrou em comparação às outras que fecharam suas portas mais cedo. Na Fiaes, Seu VADO ocupava o posto de chefe de má quinas, era encarregado da engomadeira. Produzia o rolo para a fiação que concluía o pano. A engomadeira, segundo ele, reforçava os fios, que seguiam para a fiação onde eram trançados, resultando no pano. Trabalhava das 07:00 às 16:00 horas e recebia por produção, não por

salário<sup>115</sup>. Ele lembra que em sua época, as fábricas mais importantes eram a Paraguaçu, a Conceição, a Fagipe, a São Braz, a Fiaes e a Empório Industrial Norte. Por volta dos 30 anos, tornou-se diretor sindical assumindo o cargo de segundo-secretário no mandato de Pedro Alves Costa, para ele, o “terceiro” presidente do Sindicato. Também foi delegado sindical. Na década de 1970 aposentou-se por invalidez, mas continuou no Sinditêxtil como auxiliar administrativo até meados da década de 1980<sup>116</sup>. Ganha cerca de um salário mínimo de aposentadoria. Ele se recorda que o terreno da Rocinha dos Fiaes recebeu esse nome por ter sido doado pela companhia ao padrasto de sua mãe, Acelino Ferreira Luz.



Rocinha dos Fiaes. Foto de Helyom Viana.

---

<sup>115</sup> Na época, os trabalhadores da fiação e tecelagem não recebiam salário, mas sim, pela quantidade e/ou qualidade do tecido produzido. Esse tipo de trabalho, por empreitada, representava uma situação dramática para os trabalhadores que raramente conseguiam alcançar o valor do salário mínimo. As tarifas também variavam, de acordo com a qualidade do fio. Quanto pior ele fosse, menor a tarifa. Às vezes os patrões exigiam que um trabalhador operasse três máquinas ao mesmo tempo para produzir mais. Se no processo produtivo o tecido fosse manchado - o que freqüentemente ocorria devido à antiguidade das máquinas -, os patrões descontavam uma taxa da remuneração do operário.

<sup>116</sup> Essa informação nos foi dada por Alana, a mais antiga funcionária do Sinditêxtil, em sua entrevista: “Quando eu cheguei aqui ele já estava aposentado por problemas de invalidez. Ele, como trabalharam junto, foram colegas, ele ficava aqui no sindicato. Tipo assim, um administrador, uma coisa. O pessoal saía, ele ficava aqui comigo mais Lúcio, ( ) aqui, tomando conta da sede, tinha a chave, abria, fechava, essas coisas mas ele não era diretor”.



Recordo-me da empolgação que me tomou ao escutar a narrativa da fundação do Sindicato no depoimento de seu VADO. Afinal de contas, até aquele momento, todos com os quais havia conversado sobre o passado do Sindicato ignoravam o que se passara antes de 1980. Uma funcionária chegou a atribuíam sua fundação ao século XIX! Nos papéis oficiais do Sindicato (calendários, papel timbrado) a data utilizada para a sua fundação é o ano de 1942. No entanto, em verdade, esse é o ano em que o Sindicato dos Tecelões, fundado em 1933 (e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 24.694, no dia 17 de janeiro de 1936) alterou seu nome para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Seu VADO lembra-se disso, mas sua fala registra um esquecimento ou talvez o desconhecimento.

O Relatório Administrativo referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1937 aponta a diretoria do sindicato composta pelos seguintes membros para o exercício de 31 e janeiro a 31 de dezembro de 1938: Izidoro de Assis Horta (Presidente), Lino José dos Santos (Vice-Presidente), Marinho José dos Santos (1º Secretário), Maria Aquillina dos Reis (2º Secretário), Petronillo Custódio Ferreira (1º Tesoureiro), Petronillo Oliveira Santos (2º Tesoureiro), José Calasans de Almeida (Procurador). Vogais: Victal José de Araújo, Manoel Ponciano Miranda, Libanio Cyrillo da Silva. Membros do Conselho Fiscal Juvenal Cardeal, Elias dos Santos Salvador e Dyonísio Pereira dos Santos. Dyonísio Rodrigues de Menezes parece foi o segundo presidente do Sindicato. Controlou a instituição ao longo dos anos 1940; era sócio-fundador, mas não foi, o primeiro presidente. Quando perguntei a Seu VADO se ele havia conhecido Dyonísio e se ele lembrava quais eram os projetos dele para o Sindicato respondeu:

“Eu era garoto na época. Dionísio já tinha uma idade bem maior do que a minha<sup>117</sup>. Eu comecei a fazer parte do sindicato aí, foi na época de 50 e pancada (...) na realidade foi ele o fundador direto, foi ele que teve aquela audácia de

---

<sup>117</sup> Em 1950, Dyonisio tinha cerca de 65 anos. Já de José Nerval, que assumiu a presidência do Sindicato na década de 1950, ele se recorda que “ele era da fábrica de plataforma, me parece que a São João na época”.

reunir com os companheiros e tal, que na época eu ainda tava garoto”.

Como não conheceu Dyonísio, recorda-se provavelmente das narrativas que escutou de outros sindicalistas sobre ele. É possível que isto se trate de um caso de “esquecimento institucional” (DOUGLAS, 2005). Ou seja, na memória da instituição, a importância ou a força política de Dyonísio, que controlou o Sindicato por cerca de 10 anos, levou ao ofuscamento da lembrança de Izidoro de Assis Horta. Assim, a história do antigo Sindicato passou ser contada a partir dele. Nas lembranças de Seu VADO, uma linha de continuidade é estabelecida unindo Dyonisio e José Antonio Fernandes: “Esse homem, ele veio lutando, lutando até que venceu, num foi Lula atualmente, o atual presidente aí num lutou, num venceu. Assim foi o esse Dionísio. Atrás disso aí, eu vi muito sindicato na nossa época seguir o mesmo rumo de Dionísio, até o José Antonio Fernandez”. Dionísio mais que presidente do Sindicato, parecia figurar para Seu VADO, a representação dos valores de sua classe ou, mais precisamente, do seu grupo sindical (HALBWACHS, 1950).

Um tema recorrente nos três depoimentos de Seu VADO é o da assistência sindical. Para ele, a defesa dos interesses dos trabalhadores era e ainda é sinônimo de assistência. Levei para a entrevista a expectativa de que ele se recordaria das disputas jurídicas entre sindicato e as empresas, das queixas encaminhadas à Justiça do Trabalho que no final dos anos 1940 e início das décadas de 1950 eram frequentes (VIANA-TELLES, 2004). No entanto, pude constatar que, em primeiro plano, ele não se recorda da ação jurídica do Sindicato, dos dissídios coletivos, de manifestações públicas ou de greves, mas das práticas de assistência. É sobre isso que gosta de falar. Sobre a sua atividade enquanto sindicalista dentro das fábricas, a sua recordação não recai sobre ações de caráter político. Aqui, são recorrentes as lembranças referentes às ações que desempenhou para cuidar dos companheiros doentes:

“Eu, por exemplo, estava no meu setor como encarregado, mas, na “hora H”, como eu era delegado do sindicato e representante do sindicato dentro da firma que eu trabalhava, e diretor oficial, a empresa me chamava, me dava ordem, que aquela pessoa estava passando mal e que eu (...) fosse cuidar daquela pessoa e só retornasse ao serviço quando a pessoa estivesse internada,

porque era carente mesmo para internamento e eu conseguia, naquela época, com a maior facilidade. Dava uns dois ou três dias, mas, quando retornava, o operário já estava hospitalizado”.

De fato, os registros contábeis e balancetes anuais encontrados no arquivo do Sinditêxtil referentes às décadas de 1940 e 1950 indicam que as maiores despesas da instituição eram exatamente com a assistência médica e judiciária e do aluguel da sede. Além de despesas médicas, o sindicato arcava com despesas hospitalares, tratamento odontológico, receitas médicas e funerais dos associados. No contexto da cultura do paternalismo industrial, o Sindicato assumia papéis antes desempenhados pelo patronato, assemelhando-se à uma cooperativa de consumo (HALBWACHS, 1950). Esses benefícios não eram somente concedidos aos associados ativos, mas, também, aos trabalhadores aposentados. O alcance desse programa de assistência era tal que, meados dos anos 1950, o sindicato encontrava-se com a maior parte da sua receita comprometida e seriamente endividado<sup>118</sup>. Observando a tabela abaixo, podemos compreender a base histórica para a lembrança de Seu VADO:

Mês Junho de 1947		Haver	
Junho	Banco do Brasil SA		
	<b>Importância que lhe já foi creditado, digo</b>		
	debitada pelos recebimentos do Imposto Sindical		43.652,60
	<b>Assistência Médica</b>		
	Pagamento Recebido durante o mês doc. 01	2.711,00	
	“ ao médico – Dr. Durval doc.02	300,00	3.011,00
	<b>Assistência Jurídica</b>		
	Pagamento Sr. Jorge Costa Cintra doc.03	350,00	350,00
	<b>Ordenados</b>		
	Pago ordenado aos empregados mês Junho		
	<b>D. Helena Pimentel doc.04</b>	<b>405,00</b>	
	D. Estelita Alves de Araújo doc.05	300,00	
	Sr. Olival Gomes de Santana doc.06	350,00	1.055,00

<sup>118</sup> Num ofício datado 04/09/1951, o sindicato comunica ao Delegado Regional do Trabalho da aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária de 02/09/1951, da proposta do presidente de majorar as mensalidades de Cr\$ 3,0 para Cr\$ 6,000 com o objetivo de ampliar os “benéficos” sindicato, “fortalecendo os seus serviços médicos, dentários e jurídicos”.

<b>Aluguéis</b>			
	Pago aluguel Junho, da sede doc.07	160,00	160,00
<b>Funeral</b>			
	Pago ao associado por falecimento, durante este mês:		
	Clacimar do Nascimento doc.08	120,00	
	Eliana Reis Silva doc.09	120,00	
	Percevenita Ribeiro dos Santos doc.10	120,00	360,00
<b>Auxílios</b>			
	Pago ao associado (?) doc.11		20,00
<b>Diretoria</b>			
	Pago ao presidente doc.12	25,00	
	“ “ “ doc.13	12,00	
	“ “ “ doc.14	40,00	77,00
<b>Serviços</b>			
	Pagos serviços ao Sr. Glioval Gomes Santos doc.15	210,00	
	Pago juros ao terreno doc.16	9,80	219,80
<b>Diversas Despesas</b>			
	Pago (?) doc.17	13,00	13,00
<b>Serviços Técnicos, digo Assistência Técnica.</b>			
	Pago ao Contador mês Junho doc.18	150,00	150,00
Assistência Dentária			
	Pago ao Dentista doc.19	256,00	256,00
			49.324,40
	Balanço		3.553,70
			52.848,10

Fonte Livro Caixa do Sinditêxtil

Nos registros contábeis reproduzidos, a despesa do Sindicato com a assistência social era crescente entre as décadas de 1940 e 1950. Além dos gastos com transporte dos médicos já apontados por Seu VADO, encontramos também a categoria “auxílio” que parece referir-se ao dinheiro doado pelos diretores do sindicato aos trabalhadores em situação precária. Em nosso trabalho anterior sobre a História do Sinditêxtil (VIANA-TELLES: 2004), apontamos o investimento na assistência como um fator importante no aumento dos índices de sindicalização da instituição na década de 1950. No quadro do corporativismo varguista, era

somente através da filiação sindical que os trabalhadores tinham acesso à assistência médica, amparo jurídico, auxílio para funerais e os demais direitos sociais. No entanto, na década de 1950, as despesas com serviços de assistência médica superaram, em muito os gastos com os serviços assistência judiciária, comprometendo, inclusive o pagamento de outras despesas como o aluguel da sede sindical<sup>119</sup>. São esses valores que podemos perceber neste trecho do depoimento de Seu VADO:

“Porque o sindicato dava... A junta médica ia à casa dos trabalhadores, nós pagávamos até transporte, dava remédio, extração dentária e outras coisas mais, a pessoa só pagando um percentual, 1% do salário mínimo... Chegou à compreensão? (...) Nós tínhamos dentista lá na Federação das Indústrias, mas tinha o nosso posto médico lá na calçada (...). Tínhamos um convênio com farmácia Bonfim. O companheiro adoentado, em um momento de necessidade, o doutor Machado ia à residência das pessoas, pago por nós o transporte, e era atendido. É uma coisa de encabular... e o remédio... Só não dava um remédio, a farmácia, quando não tivesse. Mas o que tivesse a farmácia doava em nome do sindicato (...) Por que o imposto sindical meu amigo, era pra nós reverter em favor de remédio, outras coisas e aí no momento eu não sei onde é que anda o imposto sindical”.

Durante toda a década de 1950 os diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Fiação e Tecelagem empenharam-se na luta pela obtenção de uma sede própria. Os pesados gastos com a assistência colocavam a instituição em permanente atraso para com o

---

<sup>119</sup> Ver VIANA-TELLES (2004: p.114): “Ao que tudo indica, a diretoria eleita para o biênio de 1951-1953 priorizou ainda mais a assistência social do sindicato. No final de 1951, até mesmo os óculos de associados eram comprados pela instituição. Além do posto médico montado na sede social no Sindicato, na Caçada, sob o controle do Dr. Joselito Silva Freitas, que segundo o ofício 50/52 de 16/06/1952 atendia diariamente mais de 500 pessoas “desde Alagoinhas até as circunvizinhanças”, o Sindicato mantinha também um posto médico–dentário em Plataforma, na Rua Úrsula Catarino nº 165, sob a responsabilidade dos Drs. Amaral Muniz Junior e Pedro Pinheiro Filho, respectivamente médico e dentista, tomando essa iniciativa após o IAPI negar o pedido para a instalação do mesmo. No mesmo ano de 1952, o Sindicato escreveu a Nelson Taboada, representante da Firma *Irmãos Taboada & Cia* (ofício 57/562 de 09/07/1952) pedindo amostra grátis de medicamentos para o posto de Plataforma, em razão de já ter esgotado as suas verbas para medicamentos, tendo gastado um total de Cr\$ 95.000,00 até aquele mês. Pelas mesmas razões, em 22/04/1953, o ofício 60/53 é enviado ao Presidente e demais Diretores da Federação dos Trabalhadores nas Industrias do Estado da Bahia explicando a razão da inadimplência do Sindicato para com o Imposto Sindical nos últimos dois anos, a saber, o elevado custo dos gastos médicos...”. No final de 1951 o Sindicato que alugava juntamente com os Sindicatos de Metalúrgicos, Couros e Peles, Fumageiros, Carpinteiros *Navaes* o 2º andar do prédio 98, da Rua Barão de Cotegipe, de propriedade da Associação da Leste Brasileiro, foi despejado por falta de pagamento dos aluguéis atrasados.

pagamento dos aluguéis da sala na Rua Barão de Cotegipe. Vários Ofícios foram endereçados a autoridades pleiteando a doação de um terreno para sua construção (VIANNA-TELLES, 2004). Ficamos sabendo como esse impasse foi resolvido através de Seu VADO. Segundo ele, em 1966 na direção de José Antonio Fernandes, os trabalhadores compraram a posse do atual terreno de sua sede que, então pertencia à Companhia Fabril dos Fiaes. Esse foi o resultado de anos de negociação realizados com o diretor da empresa. A construção durou dez anos e a sede foi inaugurada em 1977, contando com a presença do Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia, Elias Piau Coutinho, o então Diretor da Companhia Fabril dos Fiaes e entre outras “autoridades trabalhistas”. Para quem vivenciou todo aquele sofrido período, a obtenção da sede própria aparecia como uma grande conquista, cuja memória foi esquecida quando da eliminação da pedra fundamental:

“... nós viemos para aí para essa sede atual que foi doada pelo diretor da Companhia dos Fiaes, na época, e a essa direção atual que está aí subtraiu, quer dizer, arrancou a pedra fundamental, extraiu a pedra fundamental que foi doada pelo diretor da Companhia Fabril da qual eu era associado como funcionário (...) Na época que o senhor Daniel Gomes de Almeida entrou como candidato, ganhou as eleições e destruiu a pedra fundamental, que nós não sabemos onde anda (...) Quando a direção atual tirou... Chegou aí, tirou a pedra fundamental. Me tirou e subtraiu dali... Extraíram logo no primeiro mês. Isso é um crime. eu não sei se o... Se amanhã ou depois um diretor vai dizer que mudou na parede, entendeu bem? Foi ali na parede, presinha ali, certinha e tal, mas ele extraiu...”.

No presente de Seu VADO, está uma das chaves para compreender a composição de suas lembranças (THOMSON, 1997). Ele não apenas é aposentado, mas faz parte do grupo que foi politicamente derrotado com a eleição de Daniel Almeida em 1983. Seu VADO era secretário de José Antônio Fernandes, vulgo “Madeira”. A história do sindicato para ele termina naquele ano e é imbuído de um sentimento de tristeza que diz “Madeira não podia ter perdido aquela eleição”. Seu VADO reproduz ainda o discurso utilizado, na época, pelo grupo de Madeira para tentar impugnar a candidatura da chapa de Daniel Almeida, afirmando que ele não possuía o tempo de sindicalização necessário para concorrer: “Ele só tinha seis meses...”. Para seu VADO, a falta imperdoável do grupo que controla o Sindicato “há mais de

vinte anos” foi a eliminação da pedra fundamental que marcava a construção da sede própria do Sinditêxtil.

Note-se que, provavelmente, em 1977, Seu VADO não era mais diretor do sindicato. Segundo Alana, em sua entrevista, ele já estava aposentado por invalidez. No entanto, em sua narrativa de inauguração da sede e da extensão da jurisdição do sindicato para Simões Filho e Camaçari, ambos fatos que ocorreram na década de 1970, não é possível distinguir se ele os testemunhou ou participou enquanto agente. As lembranças de Seu VADO, no dizer de Halbwachs (1990), situam-se nos marcos de vista de uma memória grupal e é a sua identificação com esse grupo que ele expressa ao afirmar: “nós conseguimos” , “nós realizamos” . E é essa mesma identidade que leva seu VADO a opor “o Nosso Sindicato” ao “Sindicato que está aí”. O Sindicato atual, para ele, não é mais o seu sindicato. E não importa que, como ele mesmo diz, que a maioria dos seus companheiros tenham morrido e que ele não tenha mais contato com os que estão vivos, pois ele ainda é portador de sua memória e da identidade que a acompanha, uma memória subterrânea (POLLAK, 1989) porque se refere a um passado que, ainda que na memória oficial da instituição sindical, para os atuais diretores não deveria ser lembrado, para Seu VADO, tem muito a ensinar para os que estão no presente...Ele não quer ser esquecido!

É verdade que Seu VADO tem os seus desafetos com o atual Presidente do Sindicato, Amarício. Ele acredita que Amarício mandou fechar o atalho que o possibilitava subir diretamente de sua casa para a sede sindical para impedir que ele tivesse acesso à ela. Que intencionalmente, Amarício mandou despejar entulhos das obras feitas na sede do sindicato que atingiram as telhas de sua casa e o seu quintal e, em função dessas coisas, terminou caindo e se acidentando. Isso é visto por ele como uma “briga de vizinhos”, aludindo ao fato de que Amarício também mora no mesmo bairro e próximo a ele.



Entulhos obstruindo o caminho que levam ao sindicato. Foto de Helyom Viana.

Como veremos adiante, o que separa esses dois homens não é apenas uma mera diferença de opinião. É toda uma época e um conjunto de representações sociais, sobretudo no que se refere às formas de luta política e à significação da vinculação partidária para o sindicato. Além disso, toda uma geração se interpõe entre eles. A perspectiva geracional impõe-se aqui para compreender as particularidades dessa memória. Na geração de sindicalistas de que Seu VADO fez parte, o vínculo sindical não acabava com a aposentadoria. Ele mesmo possui a carteira de “associado aposentado”. A solidariedade que unia os companheiros não terminava com a aposentadoria:

“Às vezes os aposentados chegavam a aí na pior isso já quando os médicos perderam a força do sindicato de doar remédio. Por que com o tempo passando a firma foi caindo, caindo, caindo e o sindicato não tinha mais aquela tranquilidade para dar o que dava. Os associados aposentados chegavam aí na pior, nós o quê que fazíamos? Pegávamos uma quantia para alimentação, tirávamos, uma hipótese, dez reais ou vinte, que fosse no momento... Você compreende o que estou te falando? É, na minha gestão, anteriormente, o associado aposentado chegava aí em qualquer razão, um remédio, qualquer coisa, aposentado. Você vê, eu tinha o mesmo direito, naquela época também tinha o mesmo direito de quem tava atuando, mais sempre levava o remédio levava. Agora vinha, carimbava ali, a pessoa assinava o seu nome, tudo mais. Isso aí, eu num sei se existe mais isso aí!



(...) Se fui diretor do sindicato, batalhado, hoje em dia sou sacrificado, é o caso que eu disse a você, fui sacrificado!”.

Sem dúvida, hoje, aposentado, Seu VADO espera receber dos diretores do sindicato, a mesma “atenção” que dispensou antes aos seus companheiros aposentados. Podemos supor que, quando mais jovem, essa expectativa orientava suas ações, era um elemento chave na construção da cadeia de solidariedade sindical. Como podemos verificar no balancete, abaixo, uma das beneficiadas pela política de assistência sindical do Sindicato era, exatamente Maria Aquillina<sup>120</sup> dos Reis, a sócia fundadora que compôs como 2º Secretário, a primeira diretoria do Sindicato dos Operários Tecelões em 1933. Provavelmente, na década de 1950, ela já se encontrava aposentada, mas gozava dos benefícios concedidos aos “sócios aposentados”. Assim os que auxiliavam os mais velhos antes, esperavam ser auxiliados pelos mais jovens depois.

*Mês Julho de 1950*

*Haver*

Julho	<b>Assistência Técnica</b>		
	<b>Pago honorário ao (?)</b>	<b>doc.01</b>	400,00
<b>Aluguéis</b>			
	Pago aluguel da Sede	doc.02	529,00
<b>Assistência Judiciária</b>			
	Pago honorário ao advogado Dr. Costa Pinto -		
	Com recibo de Maio, digo Junho e Julho	doc.03	500,00
<b>Assistência Dentária</b>			
	Pago serviços ao dentista	doc.04	460,00
<b>Assistência Médica</b>			
	Pago honorário do médico	doc.05	500,00

<sup>120</sup> Sobre a presença das mulheres no sindicato, Seu Valdo pouco ou nada disse. Não se recorda de mulheres na direção do Sindicato, apesar de reconhecer enorme contingente de mulheres afiliadas. O Sindicato apresenta-se assim como um espaço social genericado essencialmente masculino e as memórias de Seu Valdo referem-se, portanto, às memórias de um grupo de homens.

<b>Serviços</b>				
	Pago transporte médico	doc.06	40,00	
	“ “ “	doc.07	60,00	
	“ “ “	doc.08	50,00	
	“ “ “	doc.09	50,00	200,00
<b>Diretoria</b>				
	Pago ao Secretário	doc.10		650,00
<b>Diversas Despesas</b>				
	Pago visoso tinta (?)	doc.11	10,00	
	“ “ aba sem marfim (?)	doc.12	5,00	
	“ energia elétrica	doc.13	174,50	
	“ concerto máquina (?)	doc.14	70,00	
	“ selos	doc.15	12,00	
	“ energia elétrica	doc.16	85,50	
	“ diversas despesas de 22 a 31	doc.17	180,00	
	“ material	doc.18	24,60	
	“ várias despesas de 11 a 15	doc.19	100,00	
	“ lista machini (?)	doc.20	15,00	
	“ Ordenais de Ivone Oliveira	doc.21	522,50	
	“ selos	doc.22	12,00	
	“ transporte	doc.23	15,50	1.226,60
<b>Serviços</b>				
	Pago gratificação ao Sr. Laureano Nascimento			
	Oliveira	doc.24	150,00	150,00
<b>Auxílios</b>				
	Pago auxílio mês Maria Aquilina dos Reis	doc.25	40,00	
	Idem id. Hermínia Vieira	doc.26	50,00	90,00
<b>Assistência Hospitalar</b>				
	Pago internato no Hosp. Da Ass. Anita Lopes	doc.27		500,00
Continuação				5.205,60

*Mês Julho de 1950*

*Haver*

Julho	<b>Continua</b>			5.205,60
<b>Departamentos</b>				
	Pago ajuda custo tesoureiro	doc.28	52,00	
	“ várias despesas	doc.29	100,00	

	“ “ “	<b>doc.30</b>	<b>100,00</b>	252,00
<b>Assistência Hospitalar</b>				
	<b>Pago conta Farmácia Bahiana</b>	<b>doc.31</b>		699,40
	<b>Balanço</b>			
				12.451,60

Fonte Livro Caixa do Sinditêxil

No entanto, para Seu VADO exatamente o contrário aconteceu. Ele viveu em uma época em que a assistência era simultaneamente uma prática e um valor. A expressão assistência é carregada de significados. Enquanto prática cimentava a solidariedade e, enquanto valor, produzia a identidade entre os trabalhadores e o seu sindicato<sup>121</sup>. Ao usar a expressão “sacrifício”, Seu VADO tenta dar conta da condição injusta que atribui à sua situação. Ele se refere à exclusão dos aposentados do sindicato como a “perda do prestígio”. No exato momento que mais precisou da assistência do Sindicato, foi exatamente aí que a mesma lhe faltou. É por isso que afirma que, para ele, o Sindicato está “morto”, ou seja, não existe:

“... Com momento que está aí, com essa direção o sindicato não tem valorização nenhuma, não dá assistência nenhuma ao trabalhador, isso aí é uma coisa que está precisando nesse sindicato aí no momento. O sindicato não dá nada de assistência trabalhador, coisa que no nosso tempo, nas épocas mais radicais só mesmo na capital, as coisas iam muito adiante. Com essa direção que está aí no momento não há cabimento (...) Mas esse sindicato, só digo a você, meu amigo, que esse sindicato aqui na Bahia, com o nome de Bahia, radicado na Bahia, é melhor que o atual aí agora. Decaiu a coisa por demais. Nós não tínhamos carros como têm eles aí agora, o pessoal da direção. Não dá a mínima assistência ao trabalhador, só para cobrar e no momento está aí fazendo essa sede. É um sindicato inexistente no momento. É só isso que eu tenho a dizer”.

<sup>121</sup> Ver VIANA-TELLES (2004, p.191) “Nesse sentido, há entre assistência judiciária e a assistência medica uma clara linha de continuidade. Eram essas práticas que, em termos efetivos, estabeleciam o laço de solidariedade entre a instituição sindical e os seus trabalhadores. Eram valores solidamente enraizados entre o operariado. Afinal a sua material dependia disso delas, sobretudo do auxílio médico-financeiro”.

As lembranças de Seu VADO emergem juntamente com sua crítica à realidade atual do Sindicato, ao tratamento dado aos aposentados e antigos sindicalistas. Essa crítica é reforçada pela orientação dada aos antigos sindicalistas pela presidência atual da instituição. De fato, entre 1998 e 2003, era possível ver trabalhadores aposentados e antigos sindicalistas utilizando o espaço da sede como área de lazer, sentados na entrada do sindicato, jogando damas ou dominó, isto hoje não acontece mais. Aquela era uma outra direção, a direção presidida por Barbosa.

Através de membros da atual diretoria tomamos conhecimento que o atual presidente, Amarício, não vê com bons olhos esse tipo de relação. Seu lema é “quem já foi não é mais”, o que significa a interdição do espaço do sindicato aos aposentados. Essa mudança é percebida por Seu VADO como a perda da “alegria”. Ele entende que se hoje a arrecadação do Sindicato é bem maior do que em sua época, a instituição teria de dispensar ainda mais benefícios do que antes. Mas ocorre justamente o contrário, e o Sindicato, aos seus olhos, é apenas uma aparência de sindicato.

Na sua visão da sede sindical vista de baixo, a que chama de Sindicato “desnudo”, a materialidade da construção sem alvenaria e reboco aparece como a uma metáfora de instituição despida do que acredita que deveria ser sua atividade fundamental: a assistência, limitando-se à uma mera fachada. Para ele, em realidade, o Sindicato está “morto”. O laço moral basilar que unia a instituição aos seus trabalhadores na época de Seu VADO foi quebrado.



Entrada do Sinditêxtil.



O Sindicato “desnudo”, mostrado por Seu VADO.

A necessidade de contrapor o sindicato atual com o “seu sindicato” parece recriar nas lembranças de Seu VADO, um passado que aparece pintado com cores heróicas (SARDENBERG, 1998) ou é, simplesmente, idealizado como um momento vitorioso e melhor que o presente. Esse caráter heróico ou vitorioso se estende à ação enquanto sindicalista:

“Ele, na época, o presidente Pedro Alves Costa, foi o terceiro presidente, era da Empório, uma das maiores, a maior fábrica na época, e ele já tava em eleição. Aí, ele veio procurar uma pessoa aí pra ser o suplente de chapa, mais isso, quando ele chegou aí, os companheiro da época, eu já vinha trabalhando por fora, mais sempre (..) os meus companheiros sobre a lei trabalhista e tal, sempre dando a instrução e tal e eles achava que eu era competente pra, virou pra ele e disse assim: coloque VADO, aí na chapa, que você ganha disparado! Houve uma discordância entre eu e o presidente posteriormente, por que na época havia as reuniões de sindicato, entenda bem, pegue bem isso aí, o cidadão que concorreu contra ele, foi o vice-presidente anterior, perdeu. Hora, lutando pelo lado de cá, era a mesma firma que eu trabalhava, cidadão foi vice-presidente, eu matei a pau. Resultado! (..) Essa pessoa que tá lhe falando aqui, nunca perdeu uma eleição ( ), apesar que eu tenho me afastado (...), era saco, era ganho!(...) Nunca perdi, inclusive [botando meus companheiros ( )]. Lourival Gomes dos Santos, eu fui secretário

dele um período. Ele queria que eu me candidatasse a eleição justamente com ele (...) É como eu te disse, nunca perdi uma eleição aí na, no meu setor, inclusive a quem eu tivesse a favor num conhecia derrota!. Derrota, mas não pela minha parte, que o meu setor é esse aí, era saco, só dava eu naquela época !”.

Mas, em que medida essa representação do passado corresponde aos fatos vivenciados pelo narrador? Sabemos que o início da década de 1950, em Salvador, foi um período de carestia, aumento da pobreza e alta do preço dos aluguéis e de gêneros alimentícios como a carne verde<sup>122</sup>. No interior das fábricas, as condições de trabalho eram muito ruins. Não havia um serviço organizado de creches onde as mulheres pudessem deixar seus filhos. As condições de higiene dos sanitários e refeitórios dentro delas lastimáveis<sup>123</sup>. Os delegados sindicais e os sindicalizados eram perseguidos, muitos delegados recém eleitos renunciando por não resistiam às pressões dos empregadores ou contra-mestres. Na Companhia Fabril dos Fiaes, os trabalhadores que moravam em Periperi e chegavam atrasados por conta do trem, eram impedidos de trabalhar. Os salários encontravam-se defasados e, na maioria das empresas, sequer o salário mínimo era pago. Os conflitos com os médicos e as decisões do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ocorriam cotidianamente. O IAPI costumava suspender benefícios ou emitir pareceres que violavam os direitos dos trabalhadores<sup>124</sup> e os seus médicos emitiam laudos que muitas vezes colocavam as vidas dos

---

<sup>122</sup> Ver carta enviada pelo Sinditêxtil em 12/01/1952 ao Governador Régis Pacheco.

<sup>123</sup> Ver ofício 54/52 de 27/06/1952 enviado pelo Sinditêxtil ao Delegado regional do Trabalho.

<sup>124</sup> Como pode ser visto neste trecho do ofício datado de 05/10/1951 enviado ao Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários: “Interseção” em favor do associado Antonio Evangelista dos Santos. Integral: “O associado aludido gozou benefício pelo BI-0242629 de 01/07/1946 a junho de 1950, com mensalidade de Cr\$ 160,00. Com a majoração da Aposentadoria, conseqüentemente passou o mesmo a receber Cr 445,00 até 24/09/1950, quando lhe foi dada a alta do Benefício. Não se conformando com esta decisão, faz o associado um pedido de reconsideração o qual foi indeferido, sem que o mesmo estivesse em condições de voltar ao trabalho. Não tendo para quem apelar, desprotegido de tudo que fosse capaz de pôr termo a esta calamitosa situação, vendo sua família passar fome, resolveu não procurar mais o Instituto, passando a viver quase de esmolas, dias mandando um para passar semanas com os tios e dias enviando outros para padrinhos, etc. e nisso levou talvez 8 a 9 meses, numa vida de miséria, fome e doença. Ignorando que tivesse outros recursos de apelação, aguardou o associado pacientemente a volta do Sr. Dr. Getúlio Vargas a fim de que pudesse então, reclamar contra a injustiça de que era vítima, o que fez em fevereiro do corrente ano. Dessa correspondência lhe foi informado que procurasse o I.A.P.I. para requerimento, o que fez em 18/06/1951. A nova aposentadoria concedida foi calculada na base da anterior, isto é, Cr\$158,00 mensal sem a majoração prevista na lei 1136. É evidentemente *deshumano* que um *pae* de família nas condições de vida que atualmente atravessamos, possa prover as necessidades de seu lar, com os parcos Cr\$158,00. Em face do exposto, procurei a Delegacia do I. A. P. I. neste Estado, a fim de saber a causa dessa redução; lá fui informado de que a nova aposentadoria fora calculada nessa base, em virtude de ter sido informado em parecer da consultoria médica deste Estado, de que não houve incapacidade do associado, no período que medeia entre 20/08/1950 a 18/06/1951. Ora a nova aposentadoria

associados em risco, ou mesmo provocavam sua morte<sup>125</sup>. Foi com base nesse quadro que indaguei a Seu VADO sobre os problemas que os sindicalistas enfrentavam na época. No entanto, para minha surpresa, ele não fez nenhuma alusão a esses problemas. Pelo contrário, expressou uma imagem muito otimista sobre o período:

“H.V.- Naquela época quais eram os problemas que sindicato enfrentava? O senhor lembra?

E.S.- Alguns... Tipo esses problemas atuais, se você compreende bem, direitos trabalhistas... Mas sempre contornaram da melhor maneira possível, não havia dificuldade (...) Teve uns casos aí que nos deu trabalho, não é? Não vinha de primeira não. Mas

---

concedida com início em 18/06 tem limite até 30/06/1952. Daí não se conformar este órgão de classe que uma pessoa com 56 anos de idade, e que há quase 5 anos esteve em gozo de benefício, pudesse readquirir tão prontamente a capacidade de trabalho e após isso, sem ter voltado ao trabalho, requerido novo benefício, fosse esse concedido com um período tão longo sem que tivesse havido incapacidade para o trabalho. A aposentadoria ora concedida pelo Instituto vai forçar o pobre velho a uma vida de roubo, desonestidade e desgraça...”

<sup>125</sup> Reproduzimos aqui um trecho da carta datada de 13 de Outubro de 1952, endereçada pelo Sindicato ao Delegado Regional do IAPI, denunciando a conduta do Dr. Carlos Chenaud: “O Sindicato (...) vem apresentar queixa contra o Dr. Carlos Chenaud, chefe do Serviço Médico do Instituto dos Industriários, situado na Calçada,pejos fatos abaixo mencionados;a)O Sindicato mantém um serviço médico dentro de suas possibilidades,funcionando dois clínicos,por sinal idôneos na zona onde trabalham, a cada dia mais o seu conceito perante a classe a que tenho a honra de dirigir Quando o Dr. José Marques. Era chefe daquele serviço ficou entendido que os médicos do sindicato colaborariam com ele, para que fossem evitados os casos de exploração. Procedendo dessa maneira, deu aquele saudoso Chefe, uma demonstração viva de reconhecer o Sindicato como órgão de colaboração do Governo, conforme está explícito no Artigo 52º da Consolidação das leis do Trabalho, alíneas A e D, bem como a alínea A do artigo 514.Nesses moldes, sempre atendida às reclamações que o Sindicato lhe apresentava, porque via que elas vinham procedidas das opiniões dos nossos clínicos, que eram,ora no sentido de um novo exame especialista,dando margem a que diversas vezes fossem reformados as decisões anteriores. Hoje depois do seu passamento, o seu substituto, tem procedido de forma diversa, merecendo a nossa repulsa, porque além de jamais atender uma reclamação sequer, bem dando provas evidentes de desmoralizar não somente o Sindicato, como também os nossos clínicos, comprovadamente por vezes ao ser-lhe exibidos atestados e considerações em torno do exame a ser feito, para elucidação diagnóstica, sempre diz: “Isto para mim, não tem importância alguma, somente as opiniões dos médicos do Instituto é que sou obrigado a atender” (...) Assim, os casos que se devia fazer justiça, foram se acumulando e hoje me sinto tão revoltado que fui obrigado a recorrer a essa Delegacia. E para provar as minhas alegações, vamos aos fatos! 1º Caso. Associado Antônio Rodrigues de Menezes. Este pobre associado, ao requerer auxílio ao instituto, estava com bronquite e rapidamente por falta de tratamento ficou bastante tuberculoso. Feito uma radiografia no SESI em fins de abril, o diagnóstico revelou ao alegado. Entretanto o documento foi apresentado ao Sr. Chefe do serviço Médico,porque já se sabia que estava prevista uma alta e com o choque possivelmente o rapaz ia piorar, e realmente foi o que aconteceu. O Instituto concedeu alta, o rapaz em cima da cama e muito pior de saúde, mesmo sendo essa alta na condição de um PR houve desumanidade. Resultado!O rapaz se chocou e depois de novo requerimento dias depois faleceu. Estou de posse dos documentos que possa fazer prova (...) 2º Caso-Associada Agripina Passos. Requereu auxílio ao Instituto, submetendo-se a uma intervenção cirúrgica. Senhora com 62 anos de idade e esta com alta datada de 17/09/1952, se queixa amargamente que em face da intervenção, não pode pegar peso e não enxerga mais para trabalhar, conforme documento que tenho em meu poder. Procurado o Sr. Chefe do serviço médico e lhe fazendo ver a necessidade de um novo exame, respondeu-me que só depois de 30 dias. Perguntei-lhe de que ia se alimentar esta associada durante esta interrupção. A ele nada disso interessava e cruamente me confirmou só depois de 30 dias, para requerer novo! Atualmente essa associada vive pedindo esmolos...”

através de Lourival e outros companheiros... não vamos dizer que não perdemos algumas não, porque não tinha condição de ter ganho, mas a maioria o sindicato ganhou.

H.V. - E o IAPI, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários?

E.S. - Foi exterminado para se unir a um só. Acabou.

H.V. - Mas na época ele dava muita dor de cabeça ao sindicato, não é? Não pagava os benefícios...

E.S. - Não, sempre a gente controlou! Não pagava, mas nós chegávamos... Não deu trabalho para mim não. Pode ter dado a outro sindicato que não foi o nosso!”.

Nesse depoimento o trabalho da memória recria, num passado idealizado que não existiu, um sindicato vitorioso que não conheceu derrotas. As dimensões com as quais Seu VADO representa o Sindicato, a saber, uma instituição com cerca de 5000 associados, parecem exceder em muito o tamanho, força e combatividade que a organização realmente possuía. O cruzamento de seu depoimento com dos dados históricos nos indica isso. O relatório da Cetex<sup>126</sup> datando de 1949 aponta que existia na Bahia um total de 5.442 trabalhadores nas indústrias têxteis de algodão recenseadas, a maioria mulheres, num total de 3.441, ou 63,2% da força de trabalho têxtil baiana<sup>127</sup>. Não conhecemos o total de filiados ao Sinditêxtil, mas supomos que não atingisse à totalidade do contingente de trabalhadores da categoria no Estado.

As dificuldades encontradas pelo Sindicato eram muitas. No entanto, Seu VADO nos diz que “não havia dificuldade”, apesar de no início afirmar que “quem falava sobre o Sindicato era perseguido”. Essas fissuras ou contradições em sua narrativa parecem decorrer de seu desejo de nos mostrar uma instituição forte e vitoriosa. Ou talvez, face à angústia provocada pelas adversidades do presente, seu VADO busque conforto e refúgio nas lembranças de uma época dourada, esquecendo do endividamento crescente do sindicato, do despejo, da dificuldade de obter uma sede própria, da dificuldade de reunir os trabalhadores no pequeno espaço da sala que alugavam.

---

<sup>126</sup> Era, na época, um órgão do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

<sup>127</sup> Ver VIANA-TELLES (2004, p.102).



Muitas vezes, lembrar pode ser um ato muito doloroso. Esse silêncio, esse esquecimento, de caráter social, são eles próprios constitutivos do trabalho de uma memória (TODOROV, 2000; BURKE, 2006) que atua enquanto arma, instrumentalizando seu VADO para elaborar sua crítica feroz ao presente do Sindicato. Mesmo a derrota para grupo de Daniel Almeida é associada com uma manobra ilícita para a obtenção do poder:

“Digo a você com toda franqueza, esse presidente que aí está, quer dizer, o que é hoje... O candidato que está aí, que é deputado, ele entrou, na época, como todo sindicalista Como eu e outros companheiros. Por que na época, esse cidadão entrou aí , ele retroagiu três meses. Você para ser candidato a presidente, você tinha que ter seis meses contribuição mensal, mas ele... E aí o ex-presidente sentado na cadeirinha lá em Brasília, ele veio com jeito... O presidente retroagiu três meses. ele já veio na malícia já para... Três meses, pagou mais três e deu testa com o presidente. Um dos associados lá da COBAFI, a firma que esse cidadão trabalhava, três meses de contribuição, pagando, se eram seis meses para a pessoa sentar na cadeira de presidente? Ele lá na oposição... Coagiram muito a nossa mesa na época, a mesa de votação...”.

A outra chave para a compreensão do seu depoimento está na compreensão da sua atitude para com a política ou, mais precisamente, no ponto de vista sobre a vinculação entre sindicato e partido político. No início da década de 1980 o Sinditêxtil passou a gravitar em torno da influência ideológica do PC do B. O partido compreende as relações entre as classes sociais enquanto ocupando posições antagônicas (MARX: 1976) no espaço social. A greve e outras ações assumem aqui a feição de uma provocação ao patronato FRENTESS & WICKHAM (1992). Enquanto Amarício é um dos principais desse período, seu VADO pertenceu a uma outra época em que os valores eram bem diferentes:

“H.V. - Na época o sindicato tinha vinculação partidária?

E.S. – Não, de maneira nenhuma. A partir de que entrou a vinculação partidária foi o desastre do sindicato!

H.V. - Na época que o senhor entrou no sindicato como o sindicato fazia para defender o interesse dos trabalhadores?

E.S. - O sindicato imediatamente... Eu, por exemplo, fui representante do sindicato, eu era secretário e delegado do sindicato. Quando as coisas não chegavam à concordância

normalmente o presidente... Convidava-se o presidente do sindicato e, o sindicato vinha à firma, aí lá vinha debater para chegar a uma concordância. Caso não chegassemos nós partíamos para apelar para justiça. Mas muitas coisas nós resolvemos comodamente através da direção e os diretores, amigavelmente”.

A veemência com que essas afirmações são ditas necessita da devida contextualização histórica. A fala de Seu VADO nos transporta para uma outra época. É como homem de seu tempo que ele nos fala. E seu tempo era o tempo do trabalhismo. Por várias vezes, durante a segunda entrevista, ele afirmou que “os sindicatos foram criados por Vargas”. Sua memória remonta à tradição trabalhista de Vargas, a implantação do projeto político do Estado Novo que implicou no desenvolvimento de uma ideologia bastante sofisticada que fundia Estado e Nação concebidos enquanto um todo “homogêneo e harmonioso” (GOMES: 1994,191) que diluía os antagonismos de classes sob o pressuposto de que todos eram trabalhadores.

No corporativismo de Vargas, o estímulo à organização dos sindicatos passava pela tutela obrigatória dos mesmos, que implicava na sua interdição às ideologias de cunho político partidário e na sua estruturação enquanto uma organização profissional, como um órgão do Estado, sua atividade sendo coordenada por instituições como a Divisão de Organização e Assistência Sindical e a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), órgãos do Ministério do Trabalho, encarregados, respectivamente, de assistir e fiscalizar todas as atividades e de promover o “espírito sindical”, ou seja, as orientações governamentais quanto às ações sindicais, através da organização de cursos de administração sindical.

Até fim da década de 1940, as assembleias sindicais tinham de solicitar a autorização policial para serem realizadas. Autorizações eram expedidas pelo Delegado da Ordem Pública e Social e pelo Delegado da 11ª Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A rotina sindical baseava-se em assembleias, quinzenalmente destinadas ao “doutrinação” das leis trabalhistas, leitura e aprovação da ata anterior, assembleias destinadas para a aprovação de balancetes, eleição de diretores, e comemorações como o aniversário da fundação do sindicato.

Nesse contexto, a tônica das relações entre as classes assumia um caráter colaborativo, buscando conciliação e harmonia na resolução de conflitos. Na prática, entre os trabalhadores,

isso significava que, apesar de perceberem que ocupavam posições sociais distintas em relação aos patrões, constituindo uma classe – o uso da expressão classe tornou corrente no início da década de 1950 na correspondência do Sinditêxtil – essa situação social não era concebida em termos agônicos, nem antagônicos. A prática corrente era sentar e negociar até chegar a um acordo amigável, ou como prefere dizer VADO, “chegar à compreensão”, dentro dos meios, na época, considerados legais, e a greve não era um deles:

“Não era mau... Não foi... Houve coisa aí que não era tanto como agora, porque o sindicato, até o momento, o negócio do sindicato não está muito bom não. Eu digo isso porque houve liberdade demais para o sindicato, atualmente, infelizmente, temos que ser realistas... A gente tem que apertar o cerco nas horas certas, não estar fazendo piquete, provocando paralisação do trabalho e outras coisas irregulares. Tudo isso poderia ser recorrido a outros meios.

H.V. - Que meios?

E.S. – Pacíficos.

H.V. - Por exemplo?

E.S. - Sem paralisar o trabalho. Ficar seis, sete dias... Toda hora esse negócio de confusão, não é por aí que resolve.

H.V. - A greve então não era muito utilizada?

E.S. - Não, nos meios legais eu sou favorável, sempre fui, mas nessas barcas pesadas eu não ia. Cansei de, muitas vezes, ser chamado, eu como representante, na época, do sindicato... O sindicato, que é esse aí... E lá eu fazia com que os companheiros chegassem à compreensão que não era meio pacífico para parar o trabalho fora de hora. E eles me obedeciam, para depois com calma eu ir resolver. Agora, não parar, ficar mais de setecentos, oitocentos trabalhadores parados, e a empresa têm a obrigação de pagar, mas parados não ia haver condição de maneira nenhuma (...) Greve, greve eu nunca procurei. Quer dizer, se por acaso a categoria entrasse em greve, o meu dever era apoiar...”

Além de discordar da estratégia de luta dos atuais sindicalistas, Seu VADO também discorda dos significados atribuídos a essa luta. A associação entre partido e sindicato para ele é inconcebível. Desse modo, ele condena a aproximação do Sinditêxtil com a CUT. É, nos termos de BOSI (1994, p.453), uma memória política por excelência, porque os juízos de valor misturam-se com a narrativa dos fatos tal qual uma marca indelével:

“E.S. - Não é não se filiar, sindicato não podia entrar em política. Era proibidíssimo!

H.V. - Proibido por lei?

E.S. - Na época do governo, da ditadura, ainda piorou mais! Tinha que atender ao que as autoridades queriam, mandavam no momento, que era o exército. E eles nos davam atenção de acordo com as coisas que eles achassem que havia condição de nos dar aquela atenção. Se não achasse que merecia dar atenção à gente, nós ficávamos calados.

H.V. - Então o senhor nunca se filiou a nenhum partido? Nem participou?

E.S. - Jamais, eu e meus companheiros, porque na minha época, meu amigo, não havia isso que... Dessa liberdade total que está havendo para o sindicato não. Foi daí... Daí para cá que a própria CUT em vez de melhorar... Porque antes era a Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Brasil que era lá... Mas a CUT, não houve progresso, e a CUT daí para cá só piorou. Entrou essa tal da CUT aí... A CUT eu não estou vendo nada... E esse cidadão aí desvinculou logo... O primeiro erro dele foi desvincular o sindicato da Federação dos Trabalhadores<sup>128</sup> para passar para a CUT. Aí foi o nosso fracasso...

H.V. - Entendo.

E.S. - Chegou à compreensão?”.

Apesar de sustentar a separação entre o político e a instituição sindical, as relações entre política e o sindicalismo estão bastante vivas no pensamento de Seu VADO. Note-se que a situação da ditadura militar não passou despercebida para ele. Ele sabe que o Estado de Exceção imprimiu severos limites aos sindicatos. Ao mesmo tempo, vemos como o “trabalhismo” orientou a sua escolha política de não se filiar a nenhum partido. A experiência política do sindicalismo permaneceu até os dias hoje emoldurando a sua identidade (DOSSE, 2003; CANDAU, 2001) e determinando a escolha das categorias através das quais pensa a realidade. O seu interesse pela vida política atual aparece na associação das categorias “presidente do sindicato – presidente sindicalista” que usa para refletir sobre o estado atual do governo Lula:

---

<sup>128</sup> Entre as décadas de 1940 e 1970, o Sindicato manteve-se vinculado à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia. Parte do imposto sindical era enviado à essa instituição. Seu Valdo fez várias vezes referência a Elias Piauí Coutinho, hoje com mais de 80 anos, antigo presidente da instituição.

“H.V. - Os problemas dos trabalhadores daquela época eram diferentes dos problemas hoje?

E.S. - Os problemas dos trabalhadores, naquela época, eram diferentes, porque sempre... Os trabalhadores não tomavam muita liberdade como está hoje em dia. Na minha idéia tudo piorou quando entrou política em sindicalismo... Não era para existir política em sindicalismo, mas, infelizmente, depois da ditadura, é a realidade, é que o sindicato está com essa força toda aí. Não vou atacar o presidente do sindicato, o presidente da república, porque não me cabe... Se foi aberta essa porta para ele, e foi um dos grandes sindicalistas no momento, nós sabemos, e hoje em dia ocupa a presidência da república. É claro que ele tem procurado se sair da melhor forma possível, mostrando que é de uma pessoa que tem bastante idéias para ajudar os trabalhadores. Sem dúvida nenhuma tem boas intenções. Estou notando que ele tem conseguido muitas vitórias que o operário não conseguiu. Isso é realidade... Pode ter seus pequenos defeitos, como presidente da república, mas, todos nós sabemos que ele foi um dos sindicalistas que entrou na base da oposição e assumiu...”.

É a partir de sua identidade e das tradições presentes em sua época que Seu VADO elabora sua análise da atual conjuntura pela qual passa o Sinditêxtil o quadro de crise, falências e demissões que, desde o final da década de 1980, vem caracterizando o quadro da indústria têxtil na Bahia:

“Não, já está fechada, essa firma fechou. Fechou. Mas era a única que tinha através desse sindicato aí, que forçou muito a barra. Enquanto ele não estava... Não chegou ao poder... Essa fábrica não fecharia tão cedo. Mas eles chegaram ao poder na base de forçar muito a barra do presidente, e deu no que deu (...) Soube até que lá, uma vez, eles chegaram aí na Fábrica de Itapagipe, um dia chegaram lá pra incitar os trabalhadores a não trabalhar e foram até empurrado. O povo querendo trabalhar, chegou a um acordo com a empresa (...) Hoje? Hoje pra mim é o caso que eu disse a você outro dia, vejo muita gente aí, demissão, demissão, demissão. Rapaz até o presente aí: o que quê você acha desse sindicato? Nós tiramos carteira profissional?”.

Refletindo sobre a expressão “meu tempo”, BOSI (1994, p.421) nos diz que “o tempo que o homem considera como seu, é aquele onde concebe e executa suas tarefas”. HALBWACHS (1950) confere um novo significado social a essa expressão ao entender que

todo um conjunto de representações separa uma época da outra. No olhar de Seu VADO sobre o presente vemos que ele ainda se coloca dentro dos limites do ponto de vista do grupo sindical e profissional ao qual pertenceu. Se as fábricas fecham, se o desemprego aumenta isso se deve à ausência de entendimento nas negociações entre trabalhadores e patrões, à utilização de expedientes radicais por parte do Sindicato. Acredita que “os patrões não gostam disso”, e o uso dessas estratégias de luta por parte dos trabalhadores leva as fábricas a irem embora e procurarem locais mais favoráveis para se instalarem.

Aqui é o trabalho como valor que vem em primeiro lugar, antes mesmo da política. A sua memória se projeta no presente como um esquema, como um campo semântico que age sobre realidade conferindo-lhe significados. É uma situação análoga à dos combatentes da Segunda Guerra Mundial estudados por FUSSEL (1975), que descreviam o confronto a partir de esquemas originados dos combatentes da Primeira Guerra Mundial e à que aponta BLOCH (1998), discutindo o problema das “falsas notícias” veiculadas durante a Primeira Guerra Mundial, que remetiam à determinadas narrativas sobre a guerra de 1875. Do mesmo modo, quando TODOROV (2003) e SOUZA (1986) discorrem, respectivamente, sobre os significados atribuídos à chegada dos espanhóis pelos astecas e sobre os significados atribuídos à nova terra pelos portugueses, demonstram que é nas categorias fornecidas pelas suas culturas que esses povos tentavam explicar o novo mundo que se descortinava diante deles. É com base na narrativa bíblica que Hans Staden interpreta e busca orientar a sua ação diante dos sofrimentos que lhe foram infligidos pelos Tamoios:

“Os irmãos que me aprisionaram ainda disseram: agora as mulheres vão levá-lo para o pocaré. Naquela ocasião, eu ainda não conhecia o significado daquela palavra. Significa “dança”. Puxaram-me pela corda que eu tinha ao redor do pescoço, levando-me da cabana para o descampado em frente. Todas as mulheres das sete cabanas acorreram e vieram-me receber, enquanto os homens se afastavam. Puxavam-me, algumas pelos braços e outras pela corda amarrada ao meu pescoço, com tanta força que eu mal conseguia respirar. Eu não sabia o que pretendiam comigo ao arrastar-me dessa forma. Nessa hora pensei no sofrimento de nosso salvador Jesus Cristo inocentemente supliciado pelos vis judeus. Consolava-me com meus pensamentos e aceitava tudo com resignação” (2008, p.71).

A partir do segundo depoimento, um tema aparece de forma recorrente na fala de Seu VADO: os impactos que a militância teve em seu corpo e sem seu espírito. Nessas passagens, a vida do militante sindical é representada quase como um martírio. A militância é algo que deixa profundas marcas no corpo do sindicalista e que justifica a sua retirada do campo de batalha:

“Digo a você o seguinte, eu não pensava em ser presidente, diretor do sindicato não, jamais pensei, mas meus colegas, durante o período em que trabalhei, (?) VADO Ribeiro Santos... Então meu coração (?)... Cheguei há ficar três anos doente ... Me consumia tanto com esse sindicato tanta dor de cabeça que "buliu" com minha mente (...). Eu daí, até a minha mente me atrapalhou, com 43 anos de idade, tive de cuidar de cabeça 3 anos, teimando com o médico, teimando com o médico, mais o médico chegou certa vez: seu VADO, veio o resultado, o laudo do eletro! Seu VADO, ta vendo aí? (...) Que com 43 anos, lá pra, isso foi na época quando eu ouvia zoada, qualquer coisa, aí eu cheguei lá na Promed pra pedir o benefício, na hora que eu cheguei lá, eu tava com 43 anos, cheguei assim na hora, o médico me atendeu. A funcionária daí foi comigo na época pra, na época ( ) INSS, num sei você se recorda, você é ainda ta bem novo e tal. Eu disse: Dona Nina - secretária nossa na época, a secretária geral - eu vou ficar ali no Largo de Roma, rondando... o médico me chamou, mais eu to pela rua andando, eu num tinha condição de ficar, buliu muito minha mente na época, de tanto eu me preocupar com a (...) Aí o médico chegou pra mim e eu disse: - Doutor, tenha calma, não tenha medo de mim que eu sou essa pessoa, que o senhor ta vendo! Que o médico ficou com medo de mim, num nego a você não. Eu vim todo desorientado: “\_ Pronto doutor, pronto doutor, me atenda logo, me atenda, ligeiramente me atenda. Aí ele disse : - “Sente aí seu VADO”, aí foi dizendo logo: “Qual é a sua idade?”. Eu disse: Doutor, 43! Seu VADO, aqui na maca ta o dobro seu VADO! Aí ele disse: - “Mandei você tirar o eletro pra você me ajudar eu lhe, por que você num tem nada de maluquice não, você tem é justamente no seu juízo é o sindicato!”. To lhe falando corpo aberto.(...) Buliu com o coração, buliu com tudo. Eu ficava assim meu amigo, quando eu chegava, eu não tinha condição de ficar parado, eu ficava rodando, rodando. Se você viesse me fazer uma visita, eu ficava querendo pegar o que você queria me falar. Que já tinha pessoa que reconhecesse:” – “Num fale muito não que a mente dele num tá muito boa não!” (...) Mais é isso aí... As preocupações, meu amigo, por que era uma coação no operário”.

As esperanças de Seu VADO em relação ao futuro são muito simples: que a orientação da diretoria do sindicato possa mudar, que ele possa vir a ser beneficiado pela instituição pela qual trabalhou tantos anos. Nesse elemento, reside a última chave para a compreensão da composição de suas recordações e esquecimentos: seu conhecimento sobre o passado é utilizado como uma arma capaz de modificar o seu futuro e o futuro de outros, na esperança de que o futuro seja melhor do que o presente e retome elementos importantes que marcaram o seu passado. Esses são marcos que estruturam e enquadram a sua memória:

“To dando esse depoimento aí, por que esse sindicato é pra ter nova direção, direção que trabalhe em prol da categoria, que levante pelo menos, já que o presidente foi, o presidente atualmente, o sindicato é pra ter uma direção que pelo menos que desse uma assistência melhor ao trabalhador, que eu não vejo nada disso aí, vejo ao contrário, o cidadão forçando a barra (... ) Aí não dava nada o benefício, só pagar, pagar, pagar, aí”.



## CAPÍTULO IV. AS MULHERES GUERREIRAS

“A invenção, o imaginário e a memória são uma coisa só. Não se pode separar a memória da invenção, a fantasia da realidade”.

**Lygia Fagundes Telles**

No presente capítulo apresentaremos as narrativas de quatro mulheres, cuja memória foi amplamente recortada a partir da militância sindical. São elas: Hilda, Tristã, Alana e Vânia. As recordações de Alana e Vânia são construídas a partir de posições diferentes das demais mulheres. Isso porque elas se lembram a partir da condição de funcionárias do Sindicato, enquanto as demais, a partir da posição de diretoras sindicais. Mas também existem, entre a narrativa de Vânia e Alana, diferenças relevantes. Enquanto a memória de Vânia refere-se apenas aos três últimos anos do sindicato, a de Alana percorre cerca de 29 anos de sua história, compreendendo o período que se estende de 1974 a 2005. Cistina e Hilda, além do fato de serem ambas diretoras, têm em comum a pertinência à uma mesma época do movimento sindical<sup>129</sup>.

A entrevista com Vânia foi obtida após o seu desligamento do Sindicato. Acredito que ela ofereceu o depoimento exatamente em função da sua demissão. Além de Vânia e Alana, havia uma outra funcionária, Kátia, que trabalhou no Sindicato durante a década de 1990 e, recentemente, foi recontratada. Não consegui entrevistá-la. Kátia, como outras mulheres vinculadas ao sindicato, demonstrou não estar interessada em ter o seu depoimento coletado. No entanto, foi através dela que tive acesso a inúmeras fotos referentes à vida política do Sindicato nas décadas de 1980 e 1990 e aos jornais e documentos de Elizete, utilizados para a redação do segundo capítulo desta tese. Não tive a autorização de nenhum diretor para usar ou reproduzir aquelas fotos, mas é interessante notar que Hilda já havia comentado sobre as

---

<sup>129</sup> Inicialmente, pensamos em inserir no capítulo comentários sobre o texto que Elizete Souza nos enviou tratando da história do Sinditêxtil nas últimas duas décadas. Elizete é, com efeito, personagem importante nas narrativas de todas as mulheres que entrevistamos. Optamos, no entanto, por acrescentar o texto integralmente como apêndice.

mesmas, sabia da sua existência, mas não onde estavam e Vânia, nunca havia ouvido falar sobre elas. Ao conversar sobre as fotos com Hilda ela mostrou-se surpresa em saber que Kátia tinha acesso às mesmas e outros diretores do sindicato como ela, não. Também era de conhecimento de Hilda que as relações entre Kátia e Vânia não eram muito amigáveis. Para Kátia, um dos problemas do Sindicato era que os demais diretores deixavam a maior parte do trabalho nas mãos de Amarício e Romano. Havia outras questões, como o enfraquecimento da indústria têxtil local e a ausência de estrutura para representar os trabalhadores do interior do Estado. Já para Hilda e Tristã, existia um excesso de centralização administrativa por parte da atual presidência, que, para elas, culminou com a demissão de Vânia, como um ato isolado do presidente, que desagradou a muitos dos diretores e diretoras. Esses jogos de silêncios, tensões e não-ditos permearam todo o trabalho de campo, porque eram constitutivos da dinâmica do próprio espaço sindical, estando postos nas relações estabelecidas entre os próprios sindicalistas. Eles determinaram o alcance da pesquisa e são um elemento essencial das condições de produção das entrevistas. É importante discorrer sobre isto para compreender porque das seis mulheres que integram a atual diretoria do sindicato, somente consegui coletar o depoimento de duas.

As sindicalistas serviam-se de vários expedientes para fazer-me entender que não desejavam colaborar com a pesquisa e que eu era um visitante indesejado ali. Não havia uma negativa formal, mas podia ser simplesmente dizer que tinha de ir embora no horário combinado para a entrevista, como aconteceu com Kátia ou não estar em sua própria casa, como no caso de Sandra, em Simões Filho, que deixou todos os cachorros soltos no quintal da casa de modo que sequer pude me aproximar da porta. Podiam, simplesmente, não comparecer por várias vezes, como no caso de Beatriz, em Camaçari. Isabel, Esposa de Jenuíno, também marcou comigo na sede do Sindicato em Camaçari, mas, em seu lugar, no dia combinado foi Tristã quem estava lá. Na ocasião, Tristã informou que Isabel havia ligado no dia anterior pedindo que a substituísse no Plantão. Nesse dia, aproveitei a oportunidade, e tomei o segundo depoimento de Tristã. Usualmente, eu seguia tentando agendar uma entrevista até uma terceira negativa. Porém, no caso de Sandra, isso não ocorreu. Eu havia deixado um recado com a sua sobrinha que estava na casa ao lado. A menina informou que ela havia sido chamada para uma reunião na Fábrica, o que achei estranho, pois marcamos em um Sábado em que eu estaria de folga. Dias depois no Sinditêxtil, Amarício perguntou-me se era eu quem

havia marcado uma entrevista com Sandra e como eu havia conseguido o telefone ela. Ele explicou que a havia proibido de dar a entrevista por não saber que era eu e ter pensado ser “armação de uns caras”, mas que agora poderia autorizar a entrevista.

Na atual direção do sindicato há diferentes níveis de proximidade entre diretoras e diretores. Muito longe de ser um grupo homogêneo e coeso, há diferenças variadas referentes a sexo, idade, distância geográfica, tempo de sindicalização e relação com o sindicato, etc. As pessoas de Camaçari, por exemplo, tinham uma maior proximidade entre si. As entrevistas com Cleyson e Rodriguez foram obtidas por intermédio de Tristã, que possuía os seus contatos. Já outros contatos como Barbosa, Jenuíno e Vazquez foram obtidos através de Hilda. Por vezes, pareceu que a reflexão sobre a composição da diretoria não era algo habitual entre eles. Tristã, durante sua entrevista imaginou existirem sete diretoras, em lugar de seis.

Durante as entrevistas, sobretudo as mulheres demonstraram grande preocupação como uso das informações da pesquisa. Tristã, por exemplo, fez questão de ouvir toda a gravação da primeira entrevista logo após concluí-la e solicitou uma cópia da mesma além de uma cópia da transcrição. Várias vezes, durante as gravações, Hilda e Vânia procuravam certificar-se de que o conteúdo das declarações seria utilizado exclusivamente para a pesquisa e jamais chegaria até o presidente do Sindicato. De acordo com Vânia, existiam muitas rivalidades na direção do Sindicato, rivalidades que cessaram com a saída algumas pessoas na última eleição. Mas, na nossa percepção, esse elemento agônico ainda permanece parte integrante do tecido da vida sindical. Ora, num contexto de disputas como esse, é compreensível que muitas pessoas, sobretudo as que entraram na direção recentemente como Beatriz e Sandra, preferissem não se expor emitindo depoimentos.

Nas palavras de Vânia: “Então assim existia esse choque, essa perseguição. Um perseguindo o outro. Sabe? Era uma rivalidade mesmo (...) perseguindo de tudo que um tava fazendo esse outro grupo ficava bisbilhotando e tentando barrar algumas determinações lá dentro”. Há um trecho de um depoimento que ilustra bem como, para além das tensões políticas ou partidárias, as relações interpessoais dentro da instituição podem revestir-se de um elemento agônico. Evitamos divulgar os nomes das pessoas envolvidas para não comprometê-las:

“Naquele dia foi porque eu estava muito decepcionada com o sindicato. Eu estive numa reunião e nessa reunião eu fui acusada

por algumas coisas que eu não fiz. Porque o (...) lá, ele esta querendo me prejudicar de qualquer maneira, só que ele não está achando nada pra me prejudicar, aí ele esta inventando, inventando mesmo porque é coisas que ele não esta encontrando a verdade, ele só esta fazendo é como é que se diz? Ele está especulando e insinuando coisas que não está acontecendo e aí ele chegou antes desse dia, ele chegou e me falou que ia me levar para a Policia Federal e a pra Policia Civil (...) pessoa não tem uma prova concreta na mão, a gente não deve acusar ninguém. Agora ficou bonito, eu com os documentos tudo na minha casa, chego lá procuro a funcionaria na quarta – feira, dia 5 e não tinha nada contra mim. A gente ficamos de onze e pouca da manha até doze e meia e não achou nada, nada contra mim. Tudo que se encontrou estava tudo ok, tudo em dia, tudo que ele falou foi tudo coisa só para poder me desmoralizar e não encontrou. Não encontrou e não vai encontrar porque de agora por diante se eu andava me policiando, me vigiando agora vai ser muito mais. Agora que eu vou viver agora, sabe, se eu tinha os dois olhos abertos, mais abertos ainda eu vou ficar por causa disso aí, porque ele esta querendo qualquer coisa, qualquer deslize meu pra poder me passar a rasteira. Agora o motivo eu não sei o porque é. Porque ele faz tudo isso comigo. Porque eu nunca fiz nada contra ele. Nunca falei nada contra ele. Ele tem medo das coisas porque ele esta fazendo e a gente que esta de fora esta enxergando porque ninguém é surdo, ninguém é mudo, ninguém é cego, então nós esta percebendo, todos nós estamos percebendo e ele, ele mesmo esta se entregando. Ele esta achando que é a gente é que esta acusando ele, levantando a calunia contra ele, mas na verdade é ele mesmo que está se entregando, ele mesmo que esta dando demonstração que esta com medo e ele esta em corda bamba. É isso aí”.

O depoimento de Vânia estava carregado por ressentimento em função da sua recente demissão. Mas foi curioso notar como a libertação da “censura institucional” (BOURDIEU, 1996) mudou consideravelmente a sua avaliação da atual presidência e da direção do Sindicato e parecendo influenciar diretamente no trabalho da sua memória<sup>130</sup>. Durante a entrevista com

---

<sup>130</sup> O conceito de “trabalho da memória”, desenvolvido por JELIN (2002) refere-se à produção de uma narrativa pelo narrador. De acordo com a autora, o estudo da memória enquanto a produção social de uma narrativa exige levar em conta não apenas as características do narrador, mas a instituição na qual este está inserido, uma vez que ela impõe limites, autoriza ou nega o que pode ou não ser dito (JELIN, 2002, p.35).

Romano, Vânia passou longo tempo abraçada com ele e teceu-lhe vários elogios. Já em sua entrevista, mostrou-se bastante crítica, não apenas quanto a atuação dele enquanto diretor, mas, até mesmo, em relação à sua ética. A experiência de Vânia me leva a supor que a cesura institucional tenha um papel muito importante na estruturação das narrativas que colhi. Tristã, por exemplo, após concluir a sua entrevista, disse que gostaria de me dar outra depois que se aposentasse, numa alusão ao fato de que muito do que gostaria de dizer não poderia ser dito. Mas voltemos a Vânia. Ela veio para Salvador à procura de trabalho e estudo. Trabalhou inicialmente numa loja de confecções e depois foi trabalhar no Sindicato dos Comerciários, ano como auxiliar de diretoria e quatro anos como integrante da equipe de sindicalização, na época composta por dez pessoas. Neste pequeno trecho, ela nos fala da sua atuação como sindicalizadora:

“O sindicalizador, ele fazia o papel de um diretor na base. O diretor, ele chegava, qual o papel do diretor na base? Visitar a categoria na base, dando informações aos trabalhadores, levando boletins informativos a eles, fazendo um trabalho, como eles não podem vim ao sindicato, devido à carga horária, meio, um pouco abusiva do comércio, então o sindicato tinha essa obrigação de ir até o comerciário. Então o sindicalizador fazia mais ou menos isso. A gente entregava os boletins nos mercados, em todo o comercio de Salvador (...) Tem poucos pra demanda, né? Então o que foi que eles fizeram, eles acharam por bem, contratar pessoas e isso foi criando um vínculo até que chegou um momento que eles chamaram pra assinar nossa carteira e nós passamos a ser funcionários do sindicato. Então, voltando, a gente fazia um trabalho de diretoria e ao mesmo tempo sindicalizava (...) Eu sempre trabalhei seriamente, mesmo porque o sindicalizador, ele fazia o horário dele, não era como os funcionários internos que tinha horário de entrar e de sair, o importante era ele trazer sócios para o sindicato”.

Depois dessa experiência, trabalhou como secretária da comissão de conciliação prévia nesse mesmo sindicato, digitando as atas de todos os processos. Após esse período, tornou-se sindicalizadora do Sinposba e do SindHotéis. Entrou no Sinditêxtil em primeiro de junho de

2005, ficando lá até 07 de novembro de 2007. Atribui seu ingresso no sindicato à intercessão divina:

“E lá chegando, como meu currículo era um currículo muito rico e eu creio que não foi nem pelo homem, mas pela força que Deus tem me dado, porque no meio de cinquenta vagas, de cinquenta currículos eu simplesmente ligue pra lá pra tomar uma informação e essa vaga foi minha. Então isso eu creio que foi assim um milagre de Deus. Deus me colocou ali naquele lugar, mas também Deus me tirou no tempo dele. Ai eu fui pra lá, trabalhar lá. Você já ouviu falar na palavra Bombril? Mil e uma utilidades era Vânia lá, mil e uma utilidades...”.

Quando se refere a mil e uma utilidades, Vânia que dizer que embora, no Sinditêxtil sua função principal fosse ser secretária do tesoureiro, ela também fazia outras tarefas importantes como homologações, além de atender ao telefone. Ela não sabia precisar a época exata da fundação do Sinditêxtil e ignorava quando e como a sede foi obtida, mas se recorda das campanhas de sindicalização, das “portas de fábrica<sup>131</sup>” e das narrativas sobre Daniel e Elizete, caracterizada como guerreira:

“Eu ouvi falar que era um sindicato que além de ser pequeno era muito ousado e que ia pra cima mesmo a ponto de a própria companheira Elizete sofrer nas mãos da policia, Daniel Almeida mesmo de ser preso por está mesmo confrontado com o patronal. Era um sindicato pequeno que tinha poucos diretores, mas eles eram ousados e conseguiam muitas coisas, tinha muitas conquistas que sindicatos grandes às vezes não conseguiam, de maior numero de diretoria. Isso é o que eu ouvia falar das historias, das greves que aconteciam no passado. Que aconteceram no passado (...) Na época de Daniel

---

<sup>131</sup> Vânia explicou que esse é o termo utilizado para fazer referência à campanha salarial realizada nos meses de Maio e Setembro “A sindicalização ela pode acontecer qualquer dia e qualquer mês do ano. A campanha salarial não pode. É nas datas base, por exemplo, no Sinditêxtil lá, a data base, são duas data base, setembro, não 1º de maio e em setembro. Então antes de maio, eles já têm que esta elaborando a pauta de reivindicações que é enviada para o patronal. Essa pauta será apreciada. Será lida e verificada junto ao patronal e eles vão começar a rodada de negociação. O que é uma roda de negociação? Tem as reuniões onde eles iram discutir as clausulas econômicas da comissão coletiva e também o índice do reajuste. Aí vão discutir na mesa, tanto. Ah porque o (INPC) do período foi tanto, ah isso depende de cada um argumentar, de cada um... Então, nunca chega a um denominador, nunca chega a um acordo na mesa, é por isso que parte para as fabricas”.

que era uma época, pelo menos eu entrei em algumas empresas e os trabalhadores sempre diziam: “cadê Daniel Almeida, aquele que sempre lutava pela gente e tal, tal”, sempre falavam assim. Algumas empresas do ramo têxtil que eu fui, que eu visitei alguns trabalhadores perguntavam. Naquela época de Elizete, Elizete era uma pessoa muito esforçada, vinha na luta não tinha medo. Enfrentava polícia, enfrentava tudo não tinha medo. Ali era guerreira. Isso, os trabalhadores mesmo reconhecendo isso. Aí foi se mudando hoje mesmo Daniel já é deputado Federal, Elizete não está mais no sindicato, não está mais lá. E ai vai se renovando a cada mandato. Inclusive, Elizete saiu nesse mandato, nesse mandato que tiraram essas oito pessoas. E agora o sindicato esta lá dando continuidade na gestão agora de Amarício. E esses outros diretores, Romano e os outros diretores”.

Ao narrar as ações de Elizete, Vânia faz uso do pretérito imperfeito, denotando uma ação que ainda continua a ocorrer no passado. É porque não presenciou os fatos que narra. Essas são as recordações compartilhadas no espaço social do Sinditêxtil. Trata-se de uma memória institucional (DOUGLAS, 2005). As situações que ela própria vivenciou aparecem no pretérito perfeito: “eu entrei em algumas empresas...”. No relato de seu desligamento do Sinditêxtil há um elemento que apareceu repetidamente, sobretudo, como veremos no capítulo a seguir, nos depoimentos dos homens. Trata-se dos impactos que vida sindical traz ao corpo e que, muitas vezes são evocados para justificar o afastamento do sindicalista da mesma:

“E essa pessoa que dizia ser meu companheiro de luta ficou totalmente contra mim. Totalmente contra mim. Coisas absurdas acontecendo e eu não estava mais suportando aquele ambiente de trabalho. Eu já não estava mais suportando. Então o tempo todo sendo vítima de perseguição. Tudo o que eu fazia, um passo que eu dava estava sendo vigiada. Sem eu dever nada. E ai eu me senti muito mal nesse período. Muitas coisas. Sabe? E eu estava sentindo, minha saúde sendo abalada. Vários problemas de saúde. Devido à pressão psicológica que eu tava tendo lá. Gastrite, dores, cólicas abdominais. Dores fortíssimas nas pernas por que eu subia muitas escadas. Inchaço nos braços que eu tinha vez que eu não conseguia teclar o computador que doía meu braço. Teve uma vez que eu tive que parar na emergência porque aqui meu

pescoço juntamente com meu braço tava duro e doendo. Parado. Quando eu fui no médico, o médico disse que era estresse. Puro estresse de fato. E agora quando eu vou para o interior todas essas doenças acabaram tudo, quando eu sai do sindicato tudo acabou. Eu não sinto dores. Eu não sinto dores abdominais. As pernas melhoraram bastante a dor. Então eu sinto assim, entre o dinheiro e minha saúde, mil vezes a minha saúde”.

Alana, em uma outra época, também testemunhou graves conflitos entre os diretores sindicais. Após a saída de Vânia, Amarício a convocou para reassumir as funções que desempenhou por vinte e nove anos, de 1974 até 2005. Ela entrou no Sinditêxtil ainda na presidência de José Antonio Fernandes e se recorda da transição para a Direção de Daniel Almeida. Esse fato foi vivenciado como um evento, um acontecimento. Ela refere a isso como a “chegada de Daniel Almeida”, atribuindo-lhe o significado de um divisor de águas entre o velho e o novo, como a grande “modernização” do Sinditêxtil:

“Eram assim meio devagar né, sem muitas lutas, sem muitas reclamações, o pessoal naquele tempo aceitava tudo. Era mais aqui a Fábrica do Fiaes, que é aqui em baixo; Fagipe; Fiaes; Empório, que era aqui em Salvador, logo-logo fechou também, que foi em 74 que ela fechou e no CIA tinha Banilza; Cordiza; Sarfrontegin; Stela-Azurra;; Sisalana já tinha também; Bahia Sisal; tinha várias. O sindicato era assim meio parado, não tinha muitas lutas, era pouca a receita, era bem pequena, agora tinha muitos associados, muito, muito mesmo associado. Foi uma época boa, ele era uma pessoa muito boa mas ele era uma pessoa que não lutava, que não se interessava muito pelo desenvolvimento da categoria e quando foi em 79, chegou a extensão base territorial pra Camaçari, em 83 surgiu uma - deixa eu vê, ô meu deus, como é que eu digo - chapa, concorrência né, porque não tinha, até então só ele, todo ano, ficava, fazia aquela, ninguém nunca se interessou pra concorrer uma chapa, nada. Quando foi em 83 aí surgiu, final de 82 surgiu uma concorrência, o pessoal do Pólo fez uma concorrência e aí em 83 ele perdeu o sindicato. Era Daniel Almeida, Maria Elizete, Edson Sales, muitas pessoas do Pólo (...) Os aposentados que vinham né, que eram muito amigo do seu José, que foram colega dele de fábrica, aí não gostaram da luta, que já eram acostumado a comodidade. Aí quando



começou as lutas o pessoal não gostou. Começaram com ele, começou muito assim a crescer, teve um crescimento muito grande na categoria, muitos benefícios. Crescimento político, consciência política, luta pelos salários, melhores condições de salário, mais benefícios para os trabalhadores. Inclusive para nós funcionários, tivemos muitos benefícios no tempo dele. Tivemos plano de saúde, gratificação anual, melhora no salário, condições melhores de trabalho, mais condições também. Porque ele foi quem trouxe mais coisas, máquinas elétricas, depois computador, foi...modernizando, é isso, modernizando e trazendo mais benefícios pra gente. Aí muito mais pra categoria também e tudo que eles conseguia lá ele repassava pra gente. Aí foi um tempo muito bom, muita luta, muito crescimento, teve uma reforma muito grande na sede, que a sede nunca tinha tido reforma, ele reformou a sede toda, fez sala de presidência, fez muita coisa quando ele chegou”.

Enquanto as lembranças dos anos 1980 são vitoriosas, as lembranças referentes à década de 1990 são lembranças tensas, sofridas. Para Alana, os anos 1990 foram marcados, tanto por graves disputas internas que comprometeram o avanço da luta sindical, como pelo refluxo das lutas das organizações sindicais. Soubemos, através de Jenuíno, que na década de 1990 o sindicato se fundiu com o Sindicato dos Sisaleiros. Após a fusão, os sisaleiros (Chapa da “Articulação”), ganharam as eleições e passaram a controlar o Sinditêxtil. A entrada de Daniel Almeida na política e o seu conseqüente afastamento da diretoria do sindicato também são outros importantes marcos das recordações de Alana. Em sua memória há uma imbricação entre os conflitos com os sisaleiros e o afastamento de Daniel. A expressão “traição” é a indicação que não se trata apenas da narrativa de fatos mas de juízos valorativos sobre os mesmos, havendo uma tomada de posição política (BOSI, 1994). A retomada da direção do sindicato pelo grupo da Corrente Sindical é associada com a volta da normalidade. Assim, a própria instituição sindical se expressa através das narrativas Alana, impregnado a história de um sentido bastante determinado:

“Nos anos 90 foi um período assim muito difícil pra gente, porque foi de pessoas, aqui diretores, que ficou assim muito, deixa eu vê como é que eu digo, houve um, como é, dividiram, divisão na diretoria. Olha, eu não tô lembrada bem ,mas foi em

noventa, foi nos anos 90, não sei se foi em 93, 94! É de 93 a 95, mais ou menos isso. Teve uma divisão muito grande aqui e o pessoal, foi muita briga, muita confusão. Eram colegas mesmo de empresa. Logo que Daniel entrou na política ele se afastou mais... Ele ficou fazendo parte da diretoria mas tinha que assumir como vereador né, foi o primeiro mandato dele. Acho que foi em 95, 94! E aí houve uma divisão muito grande, as pessoas, houve traição, houve muito assim...As pessoas que tava junto com a gente, que tava junto, daqui a pouco formaram chapas separadas, envolveu funcionários, foi troca de funcionários, teve muitas perseguições, teve muito... É, discriminação no caso né, política no caso. Trouxe funcionárias, trouxe pessoas que era do lado que eles achava que era por ele, diz que não confiava mais em que tava aqui dentro. Quem trouxe foi o novo presidente, Seu Américo Rabelo! Ele era do PC do B também mas no momento que ele ganhou a eleição ele mudou a postura completamente! Não mudou de partido, mas a postura dele, o caráter mudou assim de uma hora pra outra. Que ele tirou até aqui, de noite ele chegou aqui e tirou todos os móveis, documento do sindicato, alugou uma casa, uma loja, uma sala nos Mares, levou tudo, documentação, todos os móveis pra lá. Foi! Muito terrível, muita briga e o pessoal que ficou aqui, ele não contribuía pra ajuda do transporte, de almoço. O pessoal que não acompanhou ele né. E aí foi uma situação muito difícil, inclusive pra funcionário . Kátia estava nesse tempo, Kátia ficou aqui e eu tive que descer porque era do financeiro. No início ele me deixou aqui, depois eu desci né, ela ficou aqui, eu tive que descer pra lá pros Mares, trabalhando lá com eles e o pessoal ficou aqui numa situação muito difícil porque não tinha alimentação, não tinha almoço, ô, transporte, não tinha nada. Quer dizer, no caso dos funcionários não, os diretores que não ficaram do lado dele que ele fez isso. Aí o pessoal começou a ficar aqui se sustentando e mantendo aqui a sede por conta deles, alimentos, essas coisas e lutando até que quando foi em 95 Amarício ganhou, ele saiu. Aí ele perdeu de novo a sede, depois retornou tudo pra aqui e começamos uma vida normal e começou mais crescimento do sindicato”.

Alana, como Hilda e outros diretores, costuma situar-se no tempo não através da cronologia, mas recorrendo à contagem dos mandatos dos presidentes: “Eu não lembro bem assim as datas, eu sei que Romano foi presidente...”. Também não estava certa do número

exato de diretoras. Afirmou existirem nove mulheres na direção. Ela faz referência a outras mulheres na direção do sindicato em mandatos anteriores. Mas não lembra os seus nomes. A memória marcante em sua narrativa é a que faz referência a Elizete, considerada a primeira diretora mulher, já que Maria Aquilina e todos os demais antes de 1983 foram sistematicamente esquecidos:

“É, as mulheres começaram a participar a partir de 83, porque quando o Daniel assumiu veio uma mulher, a Maria Elizete, uma pessoa assim muito de luta, lutou muito, foi muito perseguida, justamente por causa da luta. Ela lutava pelo que? Ela lutava por tudo, ela é muito politizada e é uma pessoa que luta muito pelos direitos dos trabalhadores, enfrentou muitas greves, enfrentou polícia, foi presa, é uma pessoa assim muito importante na luta do sindicato. Eu acho, valorizo muito ela porque a disposição dela e a coragem nem todos os homens tem, porque ela é muito fantástica (...). Muito perseguida! Porque na empresa mesmo ela ficou muito tempo assim isolada, perdeu o cargo dela lá que era da secretária lá e ela ficou assim muito perseguida, chegou a ficar isolada num lugar sem ter contato com ninguém por causa da luta, porque ela enfrentava os patrões, ela lutava, ela é uma pessoa muito dinâmica. Foi a primeira diretora! Aí depois dela começou a aparecer outras né, apareceu a da *Cata-Nordeste*, aí foi pegando de outras empresas e trazendo e hoje tem uma participação boa... Olha, a que mais lutou pelo sindicato foi, agora tem muitas outras também. Hoje tem mais diretoras que lutaram assim, deram muito apoio mas assim, deixa eu vê, contribuição assim com distribuição de material, faixas, alguma coisa assim mas não pra ter aquela luta e aquela disposição que ela teve. Porque ela lutava, era um prazer assim que ela tinha, sem interesse nenhum, ela ficou muito tempo sem receber salários, sem nada e ela nunca perdeu a disposição, não foi em benefício próprio, ela lutava pela categoria e às vezes as outras não tem aquele espírito de luta, tem pessoas que entra muito assim, porque sabe que tem estabilidade e esse não foi o caso dela”.

Veremos adiante que membros da direção do sindicato entendem que o momento presente pelo qual passa o Sinditêxtil não é dos melhores, quando comparado ao passado, em particular à década de 1980. O presente é visto como uma época difícil para as/os

trabalhadores e sindicalistas, um período de refluxo, de perdas salariais, fechamento de fábricas e desemprego. A compreensão de Alana não é diferente:

“O que hoje é bem difícil vê assim uma categoria parar, fazer aqueles movimentos que tinham antes (...) agora a situação tá muito mais difícil. Porque quando em 83, quando eu cheguei aqui, por exemplo, em 79, 80, por aí, tinha muita, era mais oferta de trabalho e hoje não! O desemprego está maior! Hoje pra emprego tem muito mais empecilhos, experiência, idade, um monte, várias coisas que hoje está contribuindo pra o desemprego. Naquele tempo não, a oferta de mão-de-obra era bem maior, as pessoas não tinha tanto medo de lutar porque sabia que saía entrava em outro e hoje não é mais assim. Hoje as pessoas não lutam, o sindicato não tem mais aquela força porque as pessoas que são empregados não lutam mais, têm medo de perder o emprego porque tem família e isso impede muito o crescimento e a luta dos trabalhadores. Um exemplo agora recente na *UCI*, o pessoal que estavam lá abriram mão da salubridade, um direito que eles têm! Abriu mão, foram todo mundo pra justiça do trabalho e abrirão mão da salubridade deles. Por que? Porque disse que a empresa ameaçou de demissão caso eles não fizessem né. Agora no mês de Dezembro aconteceu isso. Inclusive nos estamos pagando aqui um processo de salubridade da *UCI* mesmo, que foi dado entrada em 95 e saiu agora! E aí o pessoal com medo de perder o emprego tá assim! Então esse meio, dessa falta, o desemprego impede mais o crescimento da luta, mesmo que os diretores lutem muito não consegue mais aquele apoio do trabalhador por causa disso. A situação piorou muito!”

### **Hilda, a Fiadeira.**

Hilda como seu Valdo acredita que o objetivo do sindicato é “trabalhar com o objetivo de ajudar os empregado das empresas que a gente representa”. Ela recorda-se que entrou na empresa Sizalana, localizada em Simões Filho, desempenhando a função de serviços gerais em 22 de outubro de 1987. Trabalhou na função de passadeira e depois fiadeira por oito meses. No entanto, como não se adaptou ao trabalho noturno a empresa arrumou uma colocação para ela na Stela Azurra. Na década de 1990, tornou-se funcionária da Fiação Pinheiro. Também

trabalhou de cordoeira, produzindo cordas para navios. Ela compartilha da mesma apreensão e pessimismo de Alana em relação ao presente:

“... É muito desemprego, é muito desemprego. Como a Fiação Pinheiro já fechou, as outra está dispensando, todas as outra tão dispensando muita, muita gente, dispensando as funcionárias, muitos foram dispensados e a arrecadação do sindicato está sendo muito, se já era pouca, muito pouca, agora é pior. Por que uma boa parte do pessoal que era sindicalizado hoje estão sendo dispensados. Então a situação não está sendo legal não! Muito, muito ruim! Esse ano a gente está passando uma dificuldade e também até pras convenções, as convenções a gente está tendo muita dificuldade. Por que os patrões tão alegando que estão fechando as empresa, muitas empresa tão fechando! Eles tão, o quadro está sendo reduzido. Então, quando chega na hora da convenção, na hora da data básica é muito difícil, tá ficando muito difícil pra gente conseguir alguma, algum percentual, alguma melhora pra os funcionários! Por que só está sendo diminuído, só diminuído. Tanto os sócios, por que está sendo dispensado e como as empresas que reduzindo o quadro né”.

Hilda relatou as dificuldades que encontrou para colocar-se no mercado de trabalho, não somente em função do seu pouco estudo, mas também em função de sua condição de mulher. As reflexões sobre a sua condição de mulher e trabalhadora permeiam várias passagens do seu depoimento. Ao generalizar sua experiência para outras épocas, Hilda nos deixa saber que ignora que a composição da força de trabalho na indústria têxtil nas décadas que antecederam os anos 1980 era majoritariamente feminina. Mas seu depoimento é um registro importante de mudanças que ocorreram no setor produtivo no que diz respeito à composição sexual da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que Hilda associa a lógica da distribuição sexual da força de trabalho às determinações biológicas, ela também problematiza essa associação por parte das mulheres:

“Não, não tinha outro, podia até arrumar em uma outra empresa, mas era muito difícil, naquela época era difícil, muito difícil mesmo trabalho assim, em indústria assim. Aí, principalmente pra mulher né! E era só essas empresas lá que trabalhava mais com mulher, essas empresa de Sizal, alguma

outra assim, mais era mais era homem, homem, homem. Aí, com um mês e cinco dias eu comecei a trabalhar na Stella (...) A maiorias desses empresas que a gente representa são homens! Era sempre mais homem, sempre só foi mais homem! Todas as empresa tinha a Sizalana mesmo na época, em 1977, tinha muita mulher, mais sempre a maioria sempre foi homem. Como na Stella Azurra também, a maioria sempre foi homem, na Pinheiro logo no início era pouca mulher, depois eles viram que o trabalho da mulher tem rendimento, tem qualidade. Eles começou também a contratar mulher, mas o quadro era pouco, pequeno, muito pequeno de mulher, depois de uns 3 ano aumentou o quadro bastante de mulher e é isso aí. Na Tecsal também era pouquíssima mulher, chegou uma época de trabalhar muita mulher, acho que quase igual a mesma quantia de homem e de mulher. Hoje no momento eu não sei, por que a Tecsal foi dispensado faz uma turma ou duas, foi uma turma! Tem pouquíssima gente lá, mas é mais homem menos mulher, pelo menos agora, nesse momento é menos mulher. Chegou uma época que eu tava lá na portaria eu vi muita mulher, mas sempre é mais homem!

**HE:** E essa maior quantidade de homens trabalhando nas empresas, você acha que isso acontece por que?

**CR:** “Olhe, é por que o trabalho é muito pesado! Arrastar fardo! Tem mulheres que não querem nem trabalhar em fiadeira por causa das bobina, que são 10 quilos, 9 quilos e 50, 9 quilo e 100. Elas não querem porque pega peso, bem poucas trabalha com fiação, como eu e outras, bem poucas. Que elas acha que aquele trabalho não é pra mulher, mas num é isso não! A mulher que tem coragem, o trabalho de fiação é pesado igual o que elas fazem também, que é trabalhar na Gude, que é daquelas manopla de um 1kg ou 2”.

Sua memória nos oferece uma descrição detalhada sobre como se dá o processo de trabalho na indústria têxtil na atualidade. A virtualidade dessa realidade ainda impregna suas recordações. Ela não se refere às ações que desempenha no presente já que, há anos, foi demitida e está afastada do trabalho produtivo em função de uma disputa judicial. Mas o uso do tempo verbal no presente indica que ela recorda e vivencia aquilo que narra. O passado vivenciado por Hilda se dobra sobre o seu presente e nesse movimento, sua memória reafirma sua identidade (CANDAUI, 2001) de fiadeira. Suas recordações apresentam-se como um ponto de vista de um sujeito coletivo (HALBWACHS, 1990), a saber, o seu grupo profissional expresso na utilização da terceira pessoa “nós”:

“O Gude é a máquina, foi a primeira máquina que o material é molhado pra ir pra passadeira, pros passador e depois pra fiadeira. Ela pega o material seco, é jogado o material seco, quando chega na frente a máquina mesmo já tem um pistão que molha o Sizal, quando sai na frente já sai molhado, é tudo captado na máquina mesmo, já sai molhado! Aí dali vai pra passadeira, da passadeira pro passador, é vários processo, são várias máquina. São passadeira 1, passadeira 2, tem o passador 1, tem o 2, tem o 3, tudo é passador pra chegar até a fiadeira. Aí quando chega na fiadeira ela já chaga, o material já chega parecendo uma seda, já chega molhado, chega todo fininho, bem parecendo uma seda já, pra poder fazer a corda. Por que não pode chegar, se chegar bruto, a máquina, a fiadeira não aceita, embucha! E a fiadeira é um lugar muito cansativo e pesado, por que é um sobe e desce. Ela fica o tempo todo em pé a li a vida toda só...Manopla é o Sizal seco, pega aquele molho, aí chama manopla! Pega aquele molho, a gente já tem que pegar a ajudante dá operadora tem que pegar pelo molho já pela quantidade certa, não pode ser nem mais nem menos. Quando é menos, uma, a outra tem que ser a mais, pra poder balancear o peso, o peso ficar igual. Que quando chega na frente, lá na frente, ele já chega molhado, já chega mais pesado, mas pra ficar o peso equilibrado, não pode ser nem mais nem menos! (...) Eu sou fiadeira! É um sobe e desce, a gente sobe num banco, sobe várias vezes, milhares de vezes. Se o material tiver ruim, cheio de bucha, cheio de bagaço, de casco do sizal, a gente trabalha por 10, 15, trabalha muito, muito mesmo. Porque, agora se o material tiver bom a gente trabalha pouco, produz mais, é bem melhor. Produzir mais e trabalhar menos, por que não fica naquele corre-corre. Na fiação dia de domingo, eu fazia trabalho do mecânico, trocava pino...”

No entanto, ao falar sobre o seu litígio com a Fiação Pinheiro, tema recorrente em suas duas entrevistas, as ações eram narradas na primeira pessoa. Esse tema irrompia com frequência em suas narrativas ainda que ela discorresse sobre outras questões. Falava sobre isso ainda que não fosse inquirida. Hilda demonstrava uma necessidade de discorrer sobre o assunto repetidamente. E a frequência indica que o tema possui um grande peso emocional para Hilda. O seu desligamento da empresa em que trabalhava é para ela um “passado que não passa”, um trauma (TODOROV, 2000). Por conta da militância sindical, Hilda foi

dispensada por justa causa em uma greve ocorrida no ano de 2001. Ela obteve por, duas vezes, ganho de causa na Justiça do Trabalho. No entanto, a empresa recorreu ao Supremo Tribunal em Brasília. Desde então, não tem salário e, apesar de ser diretora, não recebe nenhum benefício ou auxílio lhe é pago pelo sindicato, situação que para ela, aparece como injusta.

A primeira entrevista que fizemos ocorreu em uma das salas do andar térreo do Sinditêxtil. Hilda, na época, era diretora plantonista e tinha de comparecer ao sindicato várias vezes na semana. Na sala em que nos encontrávamos havia uma trabalhadora que aguardava a chegada de Amarício, o presidente, para fazer homologação. Talvez em função do local, de ser a sua primeira experiência de entrevista comigo, da presença de uma outra trabalhadora, Hilda tenha se mostrado resistente a comentar sobre esse assunto, chegando a dizer que não “iria falar sobre isso, pois poderia vazar...”. No entanto, na sua segunda entrevista colhida na Biblioteca Central, ela já havia sido dispensada da condição de plantonista pelo Presidente do sindicato, situação que não a agradou. Nesse segundo contato, ela se mostrou mais disposta a revelar seus sentimentos. Ela acredita que deveria ter recebido mais atenção por parte dos outros diretores e fala em decepção:

“... Então, a gente deve ter mais consideração com o diretor, eu com você se você fosse diretor, você comigo, com fulano, beltrano. Principalmente quando você está numa situação dessa. Quer dizer, seu salário suspenso, quase sete anos, sem férias, sem décimo, sem nada até PIS, até PIS, só estou recebendo uns rendimento. Eu acho que quando o diretor é punido de uma forma dessa, tem que ter mais atenção, com aquele diretor! (...) Aí eu fiquei decepcionada, mas nem por isso eu vou entregar meus pontos (...) Porque eu vou te dizer que eu não fiz besteira na vida porque eu tenho fé só num Deus, no Deus verdadeiro. Fui pro SPC e tudo mais (...) E eu nem por isso, eu nunca exigi em reunião nenhuma, eu nunca exige, nunca exige transporte. Fui pra ali quase três anos todo com meu transporte de segunda a sexta pra não fica em casa se não eu ia enlouquecer<sup>132</sup>. Fica dentro de casa, sem trabalho, sem nada. E eu só tinha dois bicos que eu fazia final de semana que era sábado e domingo. E as pessoas só queria eu no final de semana, aí no final de semana eu fazia os bicos,

---

<sup>132</sup> De acordo com DI LISCIA (2007), é uma tendência observável nas narrativas enunciadas por mulheres a expressão das emoções, fragilidades, dores e sentimentos.



ficava com aquele dinheiro 45 reais, às vezes com 25, de segunda a sexta, pagando, era comprando um pão, um sonho, fazendo uma merenda, comprando, trazendo pra tomar com café, quando eu chegava em casa e que ia almoçar. Chegava em casa seis e meia porque eu saí cinco horas, quatro e meia, era que eu ia almoçar. Porque? Pra eu não ficar louca, não enlouquecer com aquilo ali. Ficar em casa, com meu salário, não sei quando era que eu ia receber. Como até hoje, já tem seis anos e tanto, caminhando pra sete anos sem receber isso aí, esse meu salário e meus tempos”.

As doenças e lembranças das condições de insalubridade no local de trabalho também aparecem nas memórias de Hilda. Os trabalhos de SARDENBERG (1996a, 1997,1998) apontaram a memória da Vila Operária de Plataforma, em Salvador, como recortada pelo gênero. Ela apontou, dentre outras coisas, uma tendência das mulheres entrevistadas para recordar fatos ligados a acidentes de trabalho e condições de insalubridade. Neste trecho de seu depoimento, Hilda nos fala sobre a sua experiência com o “pó da china”, demonstrando a mesma sensibilidade observada entre as mulheres de Plataforma para os processos de trabalho e fatos que atingiram seus corpos:

“O Pó da China é veneno que uma, muitos atrás matou num sei quantos mil índios e ele é perigosíssimo. Eu já vi amigos meu morrer lá numa situação de dar dó, dó, dó! Nessa empresa, Stella Azurra...morreu aos pouco! Que segundo o pessoal dele, diz que a médica já tinha avisado a ele que o Pó da China matava sim! A pessoa ia morrendo aos poucos, secando, secando, secando, ficava a pele e o osso. E esse colega ficou nessas condições! O Pó da China é pra conservar o sizal, a corda! Ele conserva, ele e tem mais outros produto, mistura. É o conservante pra num mofar, pra num, mas ele num é só pra mofo não, por que tem várias, tem também o corante, que também ele é perigoso o corante e esse Pó da China! Que eu acredito que ele é o conservante e que hoje trabalha, até hoje tem gente que trabalha com ele, só fez mudar de nome! E os tambores e o rotulo, o rotulo só vê cavera, no rotulo! (...) Não podia trabalhar e nem pode trabalhar com isso, mas eles continua trabalhando (...) A Pinheiro trabalhava, a Tecsal trabalha, a Cizalana trabalha, a Multicor, Multicorda era não, a Multicorda eu num sei se ela faz Sizal também, acho que ela trabalha também com Sizal, e a

Coderbrais, todas elas trabalham! Um trabalhador só, tem um só, que faz o, prepara o óleo. Mas tem a gente que trabalha com o material, que vem molhado com óleo e esses produto. A gente não sua luva (...) Não, não, não usa nada, a gente não usa! A parte de fiação, de passador não usa nem mascara! Na Stella, na Pinheiro eu num usava nem mascara, só usava a parte de preparação, que é veste! Assim, agulha, segunda blusa! Passador não! Eu, na fiadeira, eu comecei a pegar a mascara, por que eu comecei a ficar sufocada com o pó, era muito pó, muito pó. E o pó ficava na fiadeira, já sai um pó milhado né, mas só que a fábrica, no final, no fundo, fica gude e no começo fica a fiadeira. Mas a fábrica, o pó seco, quando vai jogando o material, água morna na gude, quando chega mais na frente é que molha, o pó seco voa e o pó molhado cai, molha mesmo! Tem gente, eu mesma era cheia de caroço no braço, perna, sou alérgica ao óleo da lubrificação e ao óleo do Sizal também! Ficava cheia, de vez em quando ainda sai uns caroçinho no pé do cabelo, parecendo assim um cravo, dói pra caramba! Isso aqui eu não tinha pêlo nenhum no braço, aqui o, tudo cheio de caroço. Tem deles que fica o corpo todo assim, todo caroçudo, ferida eu nunca vi não, mais aqueles caroço, aqueles pontinho preto, aqueles ponto preto e quem não se dá, cria aquele caroço duro, aquela massa quando tu espreme dói, até a agente passar a mão assim forte parece que está espetando a carne! A minha experiência de Sizal...”.

Outro tema recorrente em sua memória são as lembranças de greves. À diferença da memória de Seu Valdo que raramente pontuava os momentos de greve - e quando o fazia era com a intenção de marcar a sua distância em relação às mesmas -, nas lembranças de Hilda as greves assumem um significado positivo, demarcando não só a sua trajetória profissional, mas também seu percurso de militante sindical, sobretudo no que se refere às greves que lograram sucesso, à exemplo da greve que ocorreu na Stella Azurra e Sizalana:

“... O sindicato apareceu, dizendo que ele representava a gente, tinha muita coisa de errada lá, tinha gente que trabalhava de chinela, de havaianas e a gente trabalhava com máquina, e as máquina é lubrificada. Então o óleo, é arriscada a gente cair, uma bobina por cima do pé, a gente escorregar. Aí o sindicato lutou, conseguimos (...) o abafador, bota (...) tinha uma máscara descartável, passou a dar máscara com

filtro, depois que o sindicato. E aí, melhorou algumas coisa, melhorou bastante pra gente! Isso já foi em 83! Não me lembro o mês, mas foi em 83!”

Segundo Hilda ocorreram duas greves no mesmo ano. Esse trecho do seu depoimento é bastante confuso em função da sua “imprecisão temporal”. Hilda afirma que isso se deu antes de completar oito anos de empresa, mas logo depois diz que possuía oito anos e seis dias de empresa. A época do ano em que as greves ocorreram para ela também não é muito precisa:

“Foram duas, foi! Aí teve a greve – deixa eu ver se eu me lembro o ano meu Deus do céu – isso eu não tenho bem lembrança não, acho que foi no mesmo mês, no mesmo ano, eu não tenho bem lembrança não! Acho que sim, acho que uma deve ter sido no início, a outra em maio. Vê se eu me lembro! Foi realmente isso, foi uma, foi à primeira foi antes Maio, com certeza, Maio, e a outra já foi no final do ano. Porque eu me lembro quando eu me afastei, quando eles me afastaram de lá, em 83, foi à segunda greve. Eu tinha oito anos e seis dias, ia fazer no dia 14 de Fevereiro, que eu fazia oito anos. Então eu tinha oito anos e seis dias. Aí teve essa greve e não foi uma greve de poucos dias, ela foi mais de 20 dias! Não tenho bem lembrança!”

Se Hilda entrou no ramo têxtil em 1987, como ela poderia ter participado de uma greve em 1983? Como ela poderia já contar com oito anos de empresa em 1983? Teria ela entrado no ramo têxtil em 1977? Mais adiante, em seu depoimento, ela conta que, por ter aderido à greve foi demitida. Em função da ação judicial do sindicato, dois anos e três meses depois, ela obteve ganho de causa, foi readmitida e, logo depois, demitida novamente, vindo a trabalhar na Fiação Pinheiro, empresa em que se filiou ao Sinditêxtil. Mas isso só ocorreu em 1995:

“Nessa Fiação Pinheiro, eu, assim que o sindicato apareceu na portaria, eu me associei e depois passado alguns meses, o diretor, que já me conhecia, que era na época, era Barbosa, que era o presidente (...) Foi em 95 isso, no final de 95! Aí apareceu o seu Edgar também, que eu já conhecia desde a época da Stela Azurra, tanto o Barbosa como o seu Edgar. Aí

me associei, depois me chamaram pra eu fazer parte da chapa, aí eu passei, eu fiz parte da chapa. Ganhei! A partir de 95, no final de 95 pra 96 eu passei a, teve a eleição, eu ganhei e passei ser diretora do sindicato, desse sindicato que por duas vezes eu já tinha feito parte de uma greve desse sindicato”.

Como explicar seus esquecimentos e as imprecisões temporais existentes em seu depoimento? De acordo com HALBWACHS (1990) é a através da participação nos grupos sociais que adquirimos as representações que nos permitem lembrar de épocas de nossas vidas. Ao mesmo tempo, o afastamento desses grupos leva ao desvanecimento dessas lembranças, pois o sujeito é privado dos suportes sociais de que se servia a sua memória. Pois bem, fato notável entre os sindicalistas mais antigos (ou seja, há mais de três mandatos como diretores) que entrevistei é que a sua orientação temporal é construída em função dos mandatos dos presidentes<sup>133</sup>. Notei esse fato na primeira conversa informal que tive com Hilda. Perguntava-lhe: “Quando aconteceu tal coisa?”. E ela respondia: “Foi no mandato de fulano”. Mas, se eu indagasse a respeito do ano em o citado fato ocorreu, ela demonstrava dificuldade em localizar o acontecimento. Temos de perceber que provavelmente, Hilda não possui mais contato com o grupo de trabalhadoras (es) que vivenciaram a greve da Stela Azurra com ela. Ao mesmo tempo, ela não era mais sindicalizada, nem diretora sindical. Não compartilhava, portanto, das representações que lhe conferem a devida orientação temporal para as suas lembranças. Naquele tempo, ela ainda não compartilhava da memória institucional do Sinditêxtil. É mais provável, portanto, que os fatos a que faz alusão tenham ocorrido em 1993, já que ela se empregou na Fiação Pinheiro em 1995. É provável que o ano de 1983 tenha sido evocado em suas lembranças em função de algum tipo associação<sup>134</sup> (FREUD, 2006) com algum fato

---

<sup>133</sup> Isso talvez possa se aproximar do que (EVANS-PRITCHARD 2005, p.108) chamou de “tempo estrutural” em relação aos Nuer por estar relacionado às mudanças na estrutura do grupo. Indo mais além, indicou que a demarcação das referências temporais estava associada ao próprio tecido da organização social e da produção material da vida: “O relógio diário é o gado, o círculo das tarefas pastoris, e a hora do dia e a passagem do tempo durante o dia são para os Nuer, fundamentalmente, a sucessão dessas tarefas e suas relações mútuas” (Ibid.,p.114.). Como eu vim a entender, ao longo da pesquisa, a eleição de um presidente é um fato capaz de alterar substancialmente as relações entre os sindicalistas e entre o próprio sindicato e a sua “base”. Daí o seu potencial organizador como eixo em redor do qual giram as recordações dos sindicalistas.

<sup>134</sup> Ao escrever o segundo capítulo desta tese, ocorreu repetidamente que em lugar de digitar 1984, digitava 1994. Refletindo sobre o que Freud talvez chamasse de ato falho, lembrei-me de que naquele ano meu pai havia falecido, experiência que ainda foi muito dolorosa para mim e cuja lembrança ainda o é, enquanto o ano de 1994 remetia a uma época muito feliz, pois foi o ano de 1994 fiquei noivo. Essa artimanha da memória

significativo que ocorrido na história do sindicato ou em sua vida pessoal. Ou talvez o ano de 1993 tenha sido muito doloroso, enquanto o ano de 1983 lhe traga boas recordações. Na história recente do sindicato, é no ano de 1983 que o grupo liderado por Daniel Almeida assumiu o controle do Sinditêxtil. Por outro lado, sua memória expressa uma extrema precisão em relação tempo em que ficou sem salário, como resultado do processo de greve. Ela se refere às greves citadas como as que mais lhe marcaram, em particular à segunda greve da Estela Azurra:

“Teve uma primeira, aí veio essa segunda. Foi marcante! Ah, porque foi, como eu fiquei dois anos e três meses e seis dias sem salário! Dois anos, três meses e seis dias! Desses dois anos, seis meses e três dias foi pior do que agora que eu estou passando nessa agora, nessa experiência agora. Eu passei muita dificuldade, meus filho era pequeno, nessa época eu tinha só dois filho, passei muita dificuldade e minhas duas menina, uma era ainda pequena, não estudava ainda; a segunda estudava, não, não, já estuda em colégio pago. Eu pagava colégio das duas e tirei as duas, tentei botar uma no colégio público, não consegui, por diziam que a menina era muito alta e ia ficar no meio dos menino muito pequeno. Aí eu digo:- Mas eu não tenho culpa que a menina cresceu e os outros ficou pequeno! A estatura da menina era bem alta, ela tinha na época, ela já tinha o que, uns 11 ano, 12 ano, ela era enorme, parecia que tinha uns 16 anos! Aí, e eu fiquei, foi muito difícil, depois eu consegui encaixar ela num colégio lá, mas era pago também. Mas aí o dono do colégio era uma pessoa muito boa! Eu atrasava! Eu nessa época, eu vivia com o meu marido e ele me ajudava, mas foi muito difícil porque eu era assim, até hoje...”

O que dizer então da impressionante precisão com que Hilda demarca o tempo em que permaneceu sem salário? Note-se que em seu depoimento há um cruzamento das recordações ligadas ao campo sindical e ao seu grupo familiar. É possível que essa dupla vinculação termine por reforçar esse feixe de lembranças em particular. A interpenetração entre as esferas social e familiar das narrativas das mulheres já havia sido observada por BERTAUX-WIAME (1993:274) que apontou a importância da maternidade como fulcro da organização temporal

---

simultaneamente ao tempo em que apagava uma lembrança ruim, evocava uma experiência alegre e assim me preserva da dor de recordar.

da memória das mulheres e indicou a uma maior permeabilidade de suas narrativas à expressão dos sentimentos<sup>135</sup>. Isto também é visível neste trecho da sua segunda entrevista em que Hilda faz uma relação entre o seu passado e o seu presente, deixando-nos perceber que, para ela, esse é um tempo de sofrimentos que ainda não passou. Mais sofrido ainda por implicar em perdas não apenas para si mesma e para sua família, suas filhas<sup>136</sup>. Ela contextualiza sua memória a partir dos seus vínculos familiares MASSOLO (1995):

“Veja só, a primeira vez que eu me envolvi com sindicato foi em 83. Eu como já te falei, eu fiquei dois anos e três meses, nesse período eu fiquei grávida. Eu estava desempregada, passei poucas e boas, tirei minha filha que estudava em colégio particular e passei a botar no governo. Não...ficou um ano sem estudar, depois eu consegui no governo. Agora quando foi em 2000, 2001 eu voltei pra essa mesma situação e agora como diretora, na época eu era só associada, agora como diretora. Estou nessa situação assim sem salário, sem décimo, andando pra sete anos, sem salário, sem décimo, férias, tudo retido ai na justiça...”.

As recordações de Hilda referentes ao trabalho estão permeadas por lembranças de greves e pela ação do sindicato. Quanto às lembranças diretamente relacionadas à vida sindical, elas aparecem associadas a duas personalidades: Elizete Passos e Daniel Almeida. Tanto ela como Alana se referem à uma suposta viagem feita por Daniel até Brasília, em seu próprio carro, para “cadastrar o Sinditêxtil” que deixou de ser um “sindicato dos patrões” e, somente a partir daí, passou a ser realmente um “sindicato dos trabalhadores”.

Na conversa que tivemos e, no nosso primeiro contato, Hilda afirmou que começou a se interessar pela luta sindical ao ver Daniel Almeida no portão da sua fábrica. É importante ressaltar que isto foi dito com forte teor emocional; seus olhos brilhavam e era como se ela ainda presenciasse a cena que retratava. Neste trecho de sua primeira entrevista, ela fala sobre essa experiência e ainda mantém a associação entre 1983 e 1993:

---

<sup>135</sup> PISCITELLI (1993) também chama a atenção para diferenças nos eixos organizadores da memória, notando que as narrativas de homens e mulheres diferem não apenas quanto ao conteúdo, mas também em relação à forma, as últimas evocando questões individuais e o plano das suas relações afetivas, além de nutrirem performances narrativas permeadas com grande dose de emoção.

<sup>136</sup> Para DI LISCIA (2007), as memórias políticas das mulheres estão associadas aos seus corpos e às suas maternidades.

“... Antes da gestão de Daniel eu nem sabia que era sindicato, eu nunca tinha nem visto falar em sindicato! Eu passei mesmo a saber o que era sindicato, foi a partir de quando o Daniel apareceu em 83 lá na frente da, na porta da empresa Stella Azurra. Eu não sabia o que era sindicato não, eu tinha 20 e poucos anos naquela época, eu era completamente desinformada. Eu era uma pessoa já com a idade já de está a par de alguma coisa, mas eu era infantil quase, eu não sabia o que era sindicato. Também os meios de comunicação era bem menor do que hoje! Hoje não, a coisa é mais, até as criança hoje sabe mais coisa que a gente adulto né! Mas naquela época eu era aquela pessoa bem, sabe aquela pessoa bem sem quase nenhuma informação nessas coisa de trabalho! Uma que era meu segundo trabalho, meu segundo emprego, mas eu não tinha muita informação não”.

Como para Hilda a história do Sinditêxtil começa com a gestão de Daniel Almeida, todo o passado anterior a 1983 lhe é desconhecido, inclusive no que se refere à própria fundação do sindicato e a conquista da sua sede na Rocinha dos Fiaes. O período anterior a 1983 é visto como imerso em brumas, em uma grande negatividade. Em suas representações, não se trata apenas de uma outra época. Na verdade ela faz referência a um outro sindicato à uma outra instituição, caracterizando-a como patronal:

“Porque eu ouvia assim, de vez em quando eu batia um papo assim rápido, e foi duro pra tomar a, acho que nem sei se a palavra certa é tomar, eu acho que não, por que o sindicato passado que tinha aqui, ele era patronal e ele não lutava a favor dos funcionário, era patronal mesmo! Até onde eu sei é isso aí. Aí teve esses mais velho aí, lutou, tomou, da mão desse povo e passou a trabalhar pra os funcionário não pro patrão. Porque a gente não sabia nem, a gente não via nem sindicato chegar na portaria e hoje não, hoje o sindicato vai até a portaria, passa a informação pra os funcionários, ou sindicalizado ou não. Quer dizer, o sindicalizado quer dizer sócio, é o sócio ou não, que a gente representa todos e antes eu não via isso, antes não tinha isso! Então era um sindicato que só vivia pra dentro da Sede, não pra dentro da Sede e fora da Sede, era só pra dentro da Sede. E aí depois que o Daniel apareceu na porta da fábrica e passou a ir, mudou completamente esse sindicato”.

Como observaremos no trecho a seguir, a memória de Hilda é, simultaneamente, sindical e partidária. A filiação ao sindicato também implicou em uma filiação partidária. O

vínculo entre sindicato e partido para ela era tão indelével que, ao ser demitida em 1993, ela também deixou de freqüentar as reuniões do partido, pois acreditava também ter perdido o direito de fazê-lo:

“Nessa Fiação Pinheiro, eu, assim que o sindicato apareceu na portaria, eu me associei e depois passado alguns meses, o diretor, que já me conhecia, que era na época, era Barbosa, que era o presidente (...) Foi em 95 isso, no final de 95! Aí apareceu o seu Edgar também, que eu já conhecia desde a época da Stela Zurra, tanto o Barbosa como o seu Edgar. Aí me associei, depois me chamaram pra eu fazer parte da chapa, aí eu passei, eu fiz parte da chapa. Ganhei! A partir de 95, no final de 95 pra 96 eu passei a, teve a eleição, eu ganhei e passei ser diretora do sindicato, desse sindicato que por duas vezes eu já tinha fazendo parte de uma greve desse sindicato (...). Me filiei assim que eu me sindicalizei, em 95 eu me filiei! (...) O PC do B! O mesmo partido. Aí, quando, como eu saí da empresa, eu podia ser, continuar filiada ao partido, num tem nada a vê. Mas eu num tinha experiência de nada nessa coisa, aí eu achei que como eu tinha saído da empresa num tinha, o sindicato não me representava mais, eu também achava que o partido também não. Aí quando eu voltei, o Barbosa até me cobrou: Por que você não continuou aí no partido, nas reunião, fazendo parte do partido? Eu digo: Eu não sabia, ninguém me explicou nada! Aí quando eu retornei, que me sindicalizei, Barbosa me chamou, aí eu fiz a ficha, voltei a ser filiada ao partido outra vez, desde 95. Mais aí, as condições não fazem parte das reuniões, nas conferência do partido, é isso aí, as vezes é, as vezes não, uma boa parte é condições que eu não tenho pra fazer parte das reuniões”.

Outro importante feixe de lembranças faz referência ao papel de Elizete Silva na História do sindicato. Em conversas que tivemos antes e depois da entrevista, Hilda referiu-se várias vezes à coragem de Elizete, afirmando que ela parava e invadia os ônibus das empresas que transportavam os trabalhadores além de ter se deitado na pista de asfalto para impedir que os ônibus passassem. Sua ação política é freqüentemente recordada à semelhança de um modelo para as demais diretoras sindicais. Nessa memória heróica da pessoa de Elizete, Hilda também fez menção à agressão que ela, Iglesias Cabelo e Henrique Santana, sofreram por parte da Polícia Militar em 1983, fato sobre o qual já discorreremos no capítulo segundo desta



tese. Elizete é a única mulher a quem Hilda se refere na história do Sinditêxtil. Até hoje, nunca houve nenhuma mulher eleita como presidente do Sinditêxtil.

Na segunda entrevista com Hilda, quando eu lhe perguntei sobre isso ela pareceu mostra-se muito surpresa, como se até aquele momento, isto nunca tivesse aparecido para ela como uma possibilidade. Tudo parece indicar que, enquanto ela espontaneamente reflete sobre a sua condição de mulher no chão da fábrica, ela não o faz no que diz respeito ao sindicato. Há uma ambigüidade nas relações entre diretoras e diretores dentro do sindicato. Existe um discurso da igualdade, mas as tarefas reservadas a ambos são diferentes. Anteriormente, Hilda havia comentado que, em situações de greve, era comum que os homens deixassem para as mulheres o trabalho de fazer comida. Essas evidências apontam para uma divisão sexuada do trabalho sindical que confere maior prestígio e poder aos homens. No trecho do depoimento abaixo, Hilda parece confundir-se quando o discurso da igualdade entre as diretoras e os diretores sindicais é confrontado com a sua experiência passada como sindicalista:

“Mas isso aí não quer dizer que os homem também não possa fazer comida, eles fazem também! Agora como tem mulher, eles deixa pra mulher fazer, mas os homem também faz. Eles descem e fazem quando tem uma greve (...). Eles, se eles for possível eles prepara a comida. Isso nas greve que, na greve que aconteceu aqui pelo menos da Fiação Pinheiro, eu não vi homem fazer isso, quando eu estava aqui, mas se for preciso eles fazem também! Ele também vai pra cozinha, vai comprar, vai limpar carne ....(...). É! Porque ali ele é um serviço que é pra homem e pra mulher, mas eles deixam pra mulher fazer. Mas aqui num tem assim, divisão do trabalho não, é pra fazer todo faz. É um por todos, todos por um. Num tem esse negócio não, pode até ter um que se importe né, mas aqui é o que um faz todos tem que fazer! Ajudar!”

Se existe um modelo ou ideal heróico da vida sindical transmitido através de biografias de militantes como Daniel Almeida e Elizete Silva, representados na memória sindical como exemplares, por encarnarem os valores cultivados pelo grupo sindical e representarem o próprio ideal da classe (HALBWACHS, 1950), há também, no plano das subjetividades individuais, experiências outras que depõem contra esse mesmo ideal heróico, a saber: os sofrimentos e sacrifícios individuais experimentados em razão da própria militância.

THOMSOM (1997), apontou como no processo de composição das recordações dos ANZACS, o trabalho da memória coletiva exigia o silenciamento das reminiscências individuais que lhe eram destoantes. De acordo com esse autor, nesse processo, o elemento identitário desempenha um papel fundamental. É possível que no caso de Hilda, em função de sua situação singular em relação aos demais diretores – todos eles liberados ou empregados, enquanto ela é a única a não receber salário ou benefício da empresa - possa posicionar-se de modo mais autônomo e particular e expressar seus sentimentos de frustração para com a militância. Também é possível que, em alguns momentos, ela se situe mais na ótica do seu grupo familiar, sacrificado em muitos momentos pelo envolvimento dela com a atividade política do Sindicato e, assim, enxergue o passado através dessa perspectiva. É o que vemos no trecho abaixo:

“Oh, a experiência de um lado é boa, mas do outro não e como, pra mim, numa parte foi muito ruim. Por que todas vezes quando eu era associada eu fui punida; foi na Stela, eu fui punida, porque eu fazia, quando eles deflagrou a greve, nós, que o sindicato num deflagra greve, a gente que, se a gente quer, o funcionário, num é o sindicato! Eles, eu tava muito de frente, eu aparecia muito. Eles disseram: Essa não me serve! Essa não me serve, por que essa daí é praticamente uma sindicalista! Eu já via que eu, que o patrão tava me, e eu tava perdendo os meu direito pro patrão, eu tava de uma forma ou de outra eu não sabia, eu não conhecia muito os direito trabalhista, como até hoje eu não conheço muito, mas há visto aquela época, eu já sei muito mais”.

À semelhança dos depoimentos e Seu Valdo e Vânia, para Hilda a experiência sindical é capaz de deixar poderosas marcas no corpo:

“Quando chega nessa época São João, Natal é uma época que você quer fazer, que dar, ver um sorriso no filho seu, você quer fazer alguma coisa, você quer viajar, você quer pintar uma casa, você quer fazer alguma coisa na sua vida. Por que sai o que? Sai o décimo terceiro e a gente já conta com aquele dinheiro pra alguma coisa extra, fazer alguma coisa extra, até a ceia do natal a gente comprar alguma coisa, não é comprar tudo, mas comprar alguma coisa pra diferenciar o do dia a dia... e não ter. Dá nervoso, dá tudo, tudo, tudo por isso que eu

estou com minha pressão assim (...) Olhe eu estou achando que esta comprometendo minha saúde e muito, muito, muito minha saúde mesmo...”.

### **Tristã, a Tecelã.**

Tristã entrou na indústria têxtil em 12 de junho de 1984, tornou-se diretora sindical em meados dos anos 1990 e filiou-se ao PC do B partido em 2000. Ela se recorda do dia em foi com a irmã na fábrica para que ela deixasse um atestado. Nesse dia ficou sabendo que a empresa estava recrutando mulheres. Deixou de ser comerciária e tornou-se operária. Tristã continua nessa mesma empresa até os dias atuais<sup>137</sup>. Sua especialização é a tecelagem, produzindo a tela, operando três máquinas ao mesmo tempo. Segundo Tristã, hoje é possível encontrar pessoas operando até cinco máquinas ao mesmo tempo, quantidade que ela considera exagerada e resultado da “escravização” progressiva do empregado pelo patrão. Muitas vezes, em virtude da qualidade ruim do material, os fios sintéticos quebram com facilidade e precisando ser trocados pelo operador com frequência, o que origina graves problemas posturais além de tornar o trabalho bem mais cansativo. Ela também relata que, em função dos horários dos turnos de trabalho, das atitudes dos encarregados de produção, do material empregado, as condições de trabalho são muito ruins e a remuneração corresponde aproximadamente a um salário mínimo. Conta que ficou com lesões na coluna e problemas de audição, situação comum para quem trabalha na tecelagem. Apesar do elevado ruído na área da produção, os trabalhadores e trabalhadoras não utilizavam, inicialmente, trabalhos ou protetores de ouvido, equipamentos obtidos apenas através da negociação sindical:

“Quando eu iniciei nessa empresa os horários eram muito difícil, muito difícil mesmo. É... os horários era de seis da manhã às quatorze horas. Das quatorze as vinte e duas horas, dez da noite. Vinte e duas, não é isso? E de vinte e duas às seis da manhã. E eram duas semanas em cada horário. Imagine você as pessoas levar duas semanas pegando serviço às dez

---

<sup>137</sup> Durante a entrevista ela não nos informou o nome da empresa. Tomamos conhecimento de qual empresa se tratava através entrevistando uma outra pessoa, que ao referir-se à Tristã, também fez uma menção espontânea da empresa em que ela trabalhava. No entanto, em respeito ao acordo intersubjetivo que elaboramos na coleta dos depoimentos de Tristã, preservaremos o sigilo dessa informação que ela demonstrar não querer que viesse a público.

horas da noite e largando seis horas da manhã (...) acordava quatro horas da manhã e saía da minha casa quinze para cinco. Trabalhei duas semanas nesse horário. Aí eu fui pra o horário de... duas da tarde a dez da noite, trabalhei mais duas semanas. E de dez da noite às seis da manhã. Na minha primeira semana foi quando houve a mudança, a mudança proposta pro sindicato que foi, acredito eu que foi numa época de campanha, primeiro de setembro (...) E aí veio o horário... três horários: de oito as dezesseis, de dezesseis a zero, de zero as oito, e só uma semana em cada horário (...). Eu tive um problema sério de saúde, segundo o médico, relacionado ao meu horário de trabalho que era turno, e... a empresa achou num determinado momento que o meu médico, o médico que me acompanhava, ele entendeu que eu não tinha mais condições de estar dormindo em horários alternados. Eu teria que ter uma vida estável, ou trabalhar só o dia ou trabalhar só à noite. E seria impossível trabalhar a vida inteira a noite. E a empresa não... não queria me manter durante o dia. Ela me colocou em algum período de trinta dias, sessenta dias depois ( ). Quando o médico que me acompanhava mandou um relatório mais especificado que essa mudança de período... período curto não resolveria meu problema, seria uma coisa definitiva”.

A experiência do “chão da fábrica” é associada por Tristã a uma vida de constante humilhação, exploração e sofrimento dos quais tornou-se livre a partir da entrada no Sinditêxtil como diretora, através do convite de um vizinho, ex-diretor do sindicato. Na época, Tristã havia adotado a estratégia de tornar-se cipista<sup>138</sup> para evitar a sua demissão, pois estava sendo perseguida em decorrência de um abaixo assinado que reivindicava o pagamento de horas extras. Logo após ser eleita para o sindicato, tornou-se uma diretora liberada, ou seja, uma funcionária disponibilizada pela empresa para prestar serviço ao sindicato. Para Tristã, a liberação do diretor é uma forma do patronato distanciar o sindicalista dos demais trabalhadores e, assim, enfraquecer o movimento sindical. Neste trecho ela explica a importância da liberação do diretor para as ações do sindicato:

---

<sup>138</sup> O artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho define a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) como uma comissão mixta composta por representantes eleitos pelos trabalhadores e membros indicados pelo empregador para prevenir doenças e acidentes de trabalho, trabalhando para reduzir e eliminar riscos no ambiente de trabalho.

“Quando você pára de estar ali na, batendo cartão todos os dias e você é liberado pela empresa pra defender os seus colegas de trabalho, defender os trabalhadores que é representado por você, você tem que ter um compromisso. Às vezes você tem que levantar meia noite ir pra porta da fábrica como se você fosse trabalhar né, trabalhar zero hora. Às vezes você não vai trabalhar, mas você vai lá. Tem que ir lá fazer assembléia, conversar com os trabalhadores, sair da porta da fábrica uma hora, uma e tanta da manhã. Muitas vezes você vai passar um informe e se torna em um atraso e você tem que sair de lá duas três horas da manhã. Eu lembro que há pouco tempo atrás, tem na faixa de dois anos mais ou menos, dois a três anos, eu fui na porta da fábrica, inclusive com Amarício, na porta de uma das empresas que a gente representa no Pólo, fazer uma assembléia pros trabalhadores. Era apenas uma assembléia. Porque assembléia normalmente a gente atrasa no máximo trinta minutos, mas, e deixei meu filho inclusive em casa sozinho, porque eu ia voltar logo e tal, e quando nós chegamos lá os trabalhadores definiu fazer três horas de atraso. Então saí da porta da fábrica três horas da manhã”.

Em sua empresa, a maior parte das mulheres trabalhava no setor produtivo, na tecelagem. No setor de extrusão, setor da preparação dos fios, considerado o mais importante da fábrica, não há mulheres. Sem a produção da extrusão os demais setores não funcionam. Tristã acredita que isso se deve ao fato de que é preciso manusear materiais muito pesados e, para as mulheres, isso seria muito cansativo. No início dos anos 1990, a empresa tentou substituir mulheres por homens, por entender que isso melhoraria a qualidade da produção. Os empresários acreditavam que o fato das mulheres engravidarem e precisarem ser afastadas da produção era um grande entrave para o aumento da produção. No entanto, após o treinamento, todos os homens selecionados e treinados foram demitidos. Ela explica o porquê:

“Porque eles... Se a máquina... a mulher, as mulheres, pelo menos na época que eu tava lá dentro, se a sua máquina está quebrando e tal você tem aquele interesse de consertar ali, de ajeitar, botar ela pra funcionar, pra rodar, produzir, mesmo porque você se descansa mais quando ela está lá rodando, rodando você só tá observando do que você tá consertando. Mas eles não. Os homens, muitas vezes, eles sentavam colocavam os pés em cima da máquina e ficava a máquina

parada. E então a empresa viu que aquela idéia de substituir as mulheres por homem não deu muito certo. E aos poucos eles foram tirando, tirando, tirando e repondo por mulher e ficou quase de igual pra igual. Hoje, no setor da tecelagem, é quase a mesma quantidade de homens e de mulheres”.

Assim como para Hilda, as greves ocupam um lugar destacado nas recordações de Tristã. Ela se lembra da greve da Fiação Pinheiro, a que levou à suspensão de Hilda, e da greve de 2006, em que um diretor do sindicato foi agredido por policiais, como os fatos mais marcantes de sua militância que concebe a distinção entre patrão e empregado como marcada por um forte elemento agônico (HUIZINGA, 2001) situando-os até mesmo em posições antagônicas. É a partir do elemento agônico emprestado às ações do sinditêxtil que podemos entender o significado expressão “mulheres guerreiras”:

“Quando a gente vai pra porta de fábrica pra fazer uma paralisação o patrão pode chegar e falar pra gente o que for e a gente não tem medo de encarar, porque a gente tá ali pra fazer isso. Nós estamos ali pra representar o trabalhador, defender o trabalhador, e não pra estar ali cumprindo a ordem do patrão. Naquele momento o patrão é oposto da gente né. Tem uma empresa na Via Parafuso mesmo que nós estávamos lá segurando umas faixas. Essa empresa também estava em greve, foi o ano passado isso tem pouco tempo. E o patrão veio de lá e pediu pra gente tirar as faixas e a gente não tirou mesmo. Não tirou as faixas de forma alguma. Então acho que mulheres guerreiras é essa aí, que não tem medo, não tem medo de enfrentar. De enfrentar a luta... por defesa dos trabalhadores. Realmente a gente não tem medo (...). Nessa empresa onde Hilda é funcionária tinha outra greve. Eu fiquei o tempo todo com Hilda, cinco dias que eu te falei. Cinco dias que eu fiquei na porta da fábrica foi com Hilda, pela BR ali, meia noite, é... sem banheiro, sem nada. A gente ficava ali a noite toda. Teve um companheiro nosso, um diretor, ficou uma vez somente eu Hilda e ele, e aí chovendo de madrugada, debaixo de uma, de uma barraca né, que a gente sempre tem umas lonas que a gente leva pra barraca ( ) quando acontece greve. Aí ele: “vou deitar um pouquinho aqui pra descansar”. Tá. Daqui a pouco ele tava roncando. E nós duas lá a noite toda”.

Talvez seja possível estabelecer algumas aproximações entre essa concepção de ação sindical e a estratégia de guerra. Nela, a greve é uma importante estratégia de ataque aos inimigos, os patrões, mas também pode ser entendida como um momento ritual de afirmação plena da separação entre as classes, da constituição dos trabalhadores enquanto sujeito coletivo e também, simultaneamente, de legitimação e demonstração do poder de mobilização da instituição sindical que, ao controlar o funcionamento da fábrica, subverte estrutura da disciplina fabril. FENTRESS & WICKHAM (1992) destacaram a relação entre experiência de trabalho da fábrica e a representação das greves na memória operária mais como desafios aos patrões do que a expressão de um projeto político de uma classe social. No caso do Sinditêxtil, as memórias dos sindicalistas, não se trata apenas de observar a importância do “chão da fábrica”, mas também o papel central que da vinculação partidária passou a ter na organização e no do movimento sindical a partir dos anos 1980, reunindo a ação grevista, simultaneamente ao desafio, e uma concepção mais ampla de classe social.

“Nós estávamos numa paralisação num trecho das empresas no meio do caminho. E nós estávamos parando duas empresas a antiga Cobape que hoje é Cosia e Cata Nordeste. O roteiro das empresas era o mesmo, então a gente resolveu fazer uma paralisação com as duas empresas ao mesmo tempo. E a gente tava ali na área a da Ucam, mais ou menos por onde fica a Ucam, depois do hospital geral, no viaduto do hospital geral de Camaçari ( ) do Pólo, onde tinha um grande numero de trabalhadores da empresa Cata Nordeste e da Cordsa. A gente ia fazer um atraso de duas horas, das dezesseis às dezoito. Quando tava por volta de umas cinco horas da tarde, aí alguns trabalhadores, né, eles estavam ali mais porque nós não deixamos os ônibus sair, inclusive Hilda estava com eles. Nós não deixamos os ônibus. E os ônibus parou e a gente não deixou mais os ônibus sair. Mas eles estavam a fim de pegar qualquer carona pra ir pro trabalho, inclusive os trabalhadores da Cata Nordeste. E esse ônibus, eles deram as mãos e esse ônibus parou. Acredito eu que o motorista achava que os carros estava quebrado ali, né. E abriu a porta e os trabalhadores da Cata Nordeste foi entrando nesse ônibus. Muitos trabalhadores entraram. E quando os trabalhadores da Cordsa, antiga Cobape, viram isso tomaram a frente do carro junto com a gente, dirigentes de sindicato, e começou a bater no lado do ônibus “saí fora, meu irmão, vai embora! Mande

todo mundo descer!”. E o rapaz não levou nenhuma pessoa. Mandou todo mundo descer e foi embora sozinho, de carro vazio. Eu acho que esse foi um momento bonito e muito marcante. Que inclusive nessa época a gente estava lutando pra mudar é... o nossos acordos coletivos pra é... convenção coletiva. Porque você sabe, acordo coletivo é por empresa, convenção cobre todos, né. Pois é. Os trabalhadores da Cosia realmente colaboraram muito com a gente. E a gente realmente conseguiu. E esse foi um ano muito marcante no sindicato”.

A mobilização grevista assemelhava-se a uma ação militar, envolvendo ataques à base inimiga, organização de acampamentos, vigílias, interceptação de transportes e, por fim, o estabelecimento de acordos.

Como Hilda, Tristã também acredita que o trabalho do sindicato consiste na defesa dos interesses dos trabalhadores e que, entre os diretores sindicais, as mulheres são tratadas com igualdade pelos homens, aumentando, inclusive, o número de mulheres que integravam a chapa nas últimas eleições. Tristã foi contemporânea de Elizete<sup>139</sup> na diretoria do sindicato e a considera uma das fundadoras do Sinditêxtil. A figura de Daniel Almeida é também lembrada como uma liderança importante, como fonte de orientação no passado e no presente. No entanto, é Elizete que lhe aparece como modelo de sindicalista:

“Sobre o passado do sinditêxtil que eu sei assim que eu posso te falar é que tivemos uma grande guerreira que foi Elizete, pelos comentários que eu conheço, né (...) Ah, de Elizete só lembro coisas boas. Elizete... Acho que... essas líder todas mulheres que chegou no sindicato hoje elas... a garra delas quando você falou assim porque você fala assim “mulheres guerreiras” e a gente tinha uma grande referência que era Elizete. Elizete era uma guerreira mesmo. Como eu tô te falando que a gente não vai se jogar debaixo do carro porque precisamos preservar nossa vida, né. E eu não fui desse tempo, mas eu acompanhei algumas histórias lá no sindicato, alguns comentários, algumas falação que Elizete já chegou a se deitar na frente de um ônibus. Eu não vivi isso, mas vira e volta eu estou ouvindo esses comentários em reuniões, certas

---

<sup>139</sup>Quando Tristã tornou-se diretora, existiam três mulheres na direção do Sindicato: Elizete, Rita e Isabel. Hilda entrou na direção na mesma década que Tristã, provavelmente no mesmo mandato ou no mandato subsequente.



coisas assim que a gente fala do passado, né. Elizete é uma grande guerreira. Ela é muito antiga no sindicato (...) e na época que as coisas eram muito mais difíceis de se conseguir do que hoje. Ela sim, acho que teve em todas as greves do sinditêxtil. É uma das fundadoras do sinditêxtil”.

Tomando a fundação do Sinditêxtil como consequência da ação política de Daniel Almeida e Elizete, Tristã sabe que a sede já existia, mas afirma não conhecer nada a respeito da sua história. À semelhança de Tristã, o presente do movimento sindical também é vivenciado por ela como um momento de desemprego e perdas para os trabalhadores, dificultando o avanço da luta sindical:

“Eu acho, eu vejo assim. É uma conclusão minha que... o mercado de trabalho hoje não deixa muita opção pro trabalhador. Hoje você chega na porta de uma empresa pra fazer um atraso e às vezes os trabalhadores entram, vão trabalhar porque eles sabem que se eles ficar ali e tal, eles podem ser demitido a qualquer momento, que é num piscar de olho pra substituir eles. E antes era mais difícil. Mesmo que esse trabalhador fosse demitido, que aceitaria a demissão, mas ele não iria ficar uma temporada desempregado, né. Muitas vezes eles saiam daqui e amanhã eles já estariam trabalhando em outro lugar. Então hoje eu acho que é mais difícil você ter uma oportunidade de emprego. E as pessoas às vezes procuram preservar seu emprego, mesmo estando passando por dificuldade, por privação, não estando satisfeito com o salário, com o seu modo de trabalho, a exigência do seu trabalho pra produção. Muitas vezes eles quer preservar porque não quer ficar desempregado. Então isso dificulta o trabalho do sindicato. Dificulta muito”.

Alguns meses depois da primeira entrevista, consegui colher um segundo depoimento de Tristã, novamente na sede do Sinditêxtil em Camaçari. Na verdade, o encontro havia sido marcado com Isabel. No entanto, ela trocou seu plantão com Tristã. Foi um dia mais tranquilo que o da entrevista anterior; menos telefonemas para interromper a entrevista e nenhuma visita de trabalhadores ao sindicato. Ela pareceu sentir-se mais à vontade e falou sobre os problemas que encontrou para conciliar sua vida familiar com a militância sindical. Ela era casada e

separou-se logo após ser eleita para a diretoria do Sinditêxtil. Apesar disso, não pensa a sua separação como uma consequência da vida sindical, mas resultado de problemas relativos ao alcoolismo. No trecho abaixo, é possível perceber que com a sua entrada no movimento sindical, Tristã desafiou a naturalização dos processos sócio-culturais (SAFFIOTI, 1987) que associam as mulheres ao espaço doméstico e familiar, fato que originou conflitos significativos em seu relacionamento com o marido:

“É, assim, quando eu cheguei no sindicato eu era casada, eu tinha uma filha já, aí logo depois eu tive o meu segundo filho e aí é complicado mesmo. Você, além de você ter que arcar com a sua, seus horários de trabalho, de casa né, de filhos pequenos, escola, marido. Muitas vezes a gente tem um marido que não entende como é uma vida de um sindicalista, como eu falei pra você na nossa entrevista anterior, que as vezes nós temos que sair a qualquer momento pra porta de fábrica. Houve uma situação lá na fábrica que precisa da presença do sindicato e nós temos que largar tudo e ir, né! Então imagine quando você tem um marido que ele não é do movimento sindical, nunca foi, nunca participou de uma direção de um sindicato, às vezes nem é daquela área que você representa, que você trabalha, no caso a área têxtil que é a minha área e aí pra entender você ter que sair assim. Então tem que ter mesmo um jogo de cintura muito, pra você está convencendo o seu esposo, evitando ter problemas em casa. Muitas vezes, o meu esposo, no caso, ele as vezes sabia que eu fazia parte do sindicato, que eu tinha que está no movimento mas ele não aceitava, assim. Por exemplo, eu saio do meu serviço 16 horas, muitas vezes tem a reunião eu tinha que ir, aí não tinha hora pra chegar em casa. Porque é reunião, tem reuniões que nunca tem hora determinada pra terminar. Aí quando chega em casa mais tarde tem reclamações. – Ah, porque tá chegando essa hora, tal e tal? Mas a gente consegue conciliar quando a gente realmente tem vontade de lutar por aquilo, os nossos objetivos e os objetivos do nossos colegas de trabalho. Eu consegui conciliar, muitas vezes eu tive que faltar em determinadas, em determinados movimentos..”.

Vimos neste capítulo que as narrativas das mulheres entrevistadas apontam para a importância de atentar para o “trabalho sexuado da memória” (PISCITELLI, 1993). Todas compartilhavam tanto do desconhecimento da história do Sinditêxtil anterior ao período de

1983 como de uma memória relativa a Elizete Barbosa e Daniel Almeida. E que as greves e, em particular, as vitoriosas são um tema recorrente nas recordações relativas à sua experiência que é, simultaneamente, sindical e partidária. Compreendemos também que o campo do Sinditêxtil foi e é marcado por disputas internas. No próximo capítulo analisaremos as narrativas de antigos e atuais diretores do Sinditêxtil.

## CAPÍTULO V. OS HOMENS E AS LEMBRANÇAS DA EXPERIÊNCIA SINDICAL

“As memórias nada mais são do que aquilo que nos restou de nossos esquecimentos”.  
Josué Montello

Na presente seção, analisaremos as narrativas de sindicalistas. Somente três deles encontram-se afastados da militância sindical: Barbosa, Vazquez e Elenildo. Dos três, apenas o último nunca exerceu cargo diretivo na instituição, apesar de ter exercido uma ativa militância no final dos anos 1970. De modo não perder a unidade lógica do capítulo, procuramos agrupar as entrevistas de acordo com a presença de um elemento as distinga das demais e, ao mesmo tempo, estabelecesse uma relação de identidade entre eles. Para isso, nos orientamos pela presença ou predominância de determinado enquadramento (HALBWACHS, 2004) que as relações sociais imprimiram às suas memórias.

Os diretores de Camaçari que entrevistamos, Cleyson, Joel e Rodriguez, não compartilham nem das representações sobre o passado, nem das expectativas em relação ao futuro, que encontramos nos depoimentos dos diretores de Salvador. Além disso, a experiência de presidente de sindicato deixou uma marca indelével em Barbosa, Romano e Amarício, ao que tudo indica, imprimindo à sua enunciação uma autoridade e um protagonismo que não encontramos entre os diretores.

O critério de aproximação que nos levou a agrupar a entrevista de Vazquez e a de Jenuíno é a tônica comum que compartilham em relação ao passado, em particular, o profundo enquadramento partidário de sua memória e a possibilidade que suas narrativas abrem para a reflexão sobre o problema das relações de gênero no espaço sindical. Ainda assim, há particularidades importantes em todas essas narrativas e procuramos destacá-las, sempre que possível. O conteúdo das entrevistas não está aqui registrado em sua íntegra. Não seria possível, nem era esse o nosso objetivo. Também é preciso levar em conta que usualmente as entrevistas, em geral não foram rápidas. Aqueles homens tinham muito a dizer. Romano e Jenuíno produziram cerca de 90 minutos de entrevistas cada um. No caso de Barbosa, realizamos, ao todo, duas entrevistas que geraram aproximadamente 120 minutos de

depoimento. A impressão dessas transcrições nos deixaria com cerca de 250 a 300 páginas de texto. Desse modo, procuramos recortar os depoimentos de modo a buscar neles as evidências e os dados que nos permitissem responder às questões que nortearam a pesquisa.

Alguns trechos das transcrições podem parecer longos, mas isto se deve ao fato de considerá-los uma fonte importante de informações sobre a história do trabalho e dos movimentos sociais que ocorreram entre os anos 1980 e 1990. De acordo com LE VEN (1998), há a necessidade de ampliar os estudos sobre o espaço sindical e sobre o indivíduo que exerce essa profissão. Era também essa a nossa intenção, como também a de retratar os depoentes respeitando a condição de sujeitos da história (SADER e PAOLI, 1986), condição que eles próprios imprimem aos seus depoimentos. Para utilizar a expressão de LE VEN (1998), os dirigentes sindicais são além de contadores de histórias, produtores da história. Foi desse modo que procurei representá-los<sup>140</sup>.

### **Três Presidentes: Barbosa, Romano e Amarício**

Meus primeiros contatos com Barbosa ocorreram entre os anos de 1997 e 2002, no período em que ele foi presidente do Sinditêxtil (respectivamente, os seus dois mandatos, de 1997 a 2004). Barbosa concedeu ao "Projeto Gênero da Memória"<sup>141</sup> livre acesso aos arquivos do Sindicato. De fato, sem a sua colaboração, permitindo-nos livre acesso aos arquivos do sindicato, o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado não teria sido possível.

Quando Hilda disponibilizou o seu telefone, não imaginei que ele iria se recordar prontamente de mim. Estava errado. Ele se recordava e prontificou-se rapidamente a conceder a entrevista. Como estava em campanha eleitoral candidatando-se a vereador, pelo PC do B, tentou conciliar a entrevista com a sua agenda política, marcando a entrevista no Sindicato dos Bancários, na Avenida Sete de Setembro. Essa escolha trouxe enormes contratempos. Primeiramente, porque não dispúnhamos de uma sala específica para a realização do trabalho e a entrevista foi realizada no saguão do sindicato, com uma imensa movimentação de pessoas

---

<sup>140</sup> Infelizmente, muitos dados sobre as condições de trabalho e processos fabris não puderam ser discutidos aqui, pois isso ultrapassaria, em muito, as limitações do nosso objeto de pesquisa. É nosso interesse, no entanto, a preservação das fitas cassete de modo a possibilitar a realização de futuras investigações.

<sup>141</sup> Projeto de Iniciação Científica orientado pela Professora Cecília Sardenberg e do qual participei como bolsista.

e muito barulho. Isso já seria suficiente para dificultar a audição da fita. No entanto, outro fator mostrou-se ainda mais problemático. No dia exato do encontro com Barbosa, ocorria uma passeata, fato que aumentou em muito o nível do ruído na gravação, tornando alguns trechos quase que inaudíveis. No entanto, isso não comprometeu a compreensão do depoimento de Barbosa.

A segunda entrevista, mais extensa que a primeira, foi realizada em sua casa, em Paripe, no dia 25 de novembro de 2007. O local e a data foram sugeridos pelo próprio Barbosa. Nas duas entrevistas contei com o suporte de uma auxiliar que estava treinando para me oferecer suporte na coleta dos depoimentos e aquisição de alguma experiência no trabalho com história oral. Essa experiência mostrou-se muito útil, uma vez que não precisando me preocupar com o controle do equipamento de gravação (funcionamento, troca do lado da fita, substituição das fitas, etc) dediquei a minha atenção à narrativa do entrevistado. Infelizmente, não pude contar com esse suporte nas entrevistas posteriores.

A entrevista com Barbosa foi um momento chave para o desenvolvimento da pesquisa, pois conferiu aos demais sindicalistas um elevado grau de legitimidade ao trabalho. Uma vez que Barbosa goza de grande prestígio entre os atuais diretores<sup>142</sup>, eu usualmente, citava o nome dele para convencer os diretores a me concederem o seu depoimento; até mesmo com a própria Hilda, esse efeito pôde ser observado. Foi depois da entrevista com Barbosa que obtive a sua segunda entrevista e que ela sugeriu articular uma entrevista grupal, com ela e Tristã.

É importante destacar que Barbosa, Elenildo e Vazquez, foram atores dos eventos significativos para os atuais diretores e que tiveram lugar ao longo da década de 1980. Mais precisamente, Barbosa e Elenildo participaram da luta pelo controle do Sindicato no início dos anos 1980. Ambos encontram-se hoje afastados da atividade sindical. Vazquez entrou no Sinditêxtil em meados dos anos 1980 e foi um importante ator das grandes mobilizações e greves que marcaram esse período na memória dos sindicalistas. Como Barbosa, não é mais diretor do Sinditêxtil.

Barbosa filiou-se ao PC do B desde a sua legalização, em 1985. Entrou na luta sindical em 1979 e tornou-se diretor do Sinditêxtil em 1985, permanecendo na direção do sindicato até 2004. A sua longa atuação como sindicalista e, na maior parte do tempo, como diretor liberado

---

<sup>142</sup> Cleyson pareceu não ter ouvido falar sobre Elizete, mas conhecia o nome de Barbosa e sabia que ele havia sido presidente do Sinditêxtil e um grande sindicalista.

do chão da fábrica, trouxe-lhe reminiscências ligadas, unicamente, às lutas sindicais. Barbosa nos fala pouco sobre o processo de trabalho, que para ele é associado à escravidão, à violência e à doença e sobre a importância da luta contra a utilização do “pó da china” no processo produtivo no final dos anos 1980:

“A história do Sinditêxtil é uma história que merece ser resgatado pela história da Bahia, do Brasil. Que é uma história que vem do setor têxtil, principalmente do setor têxtil, do setor de senzala. Esse setor de senzala é um setor escravizado, é um setor que não é diferente do que é escravidão (...) Até o dia de hoje. Não é igual há 20 anos atrás, mais ele continua sendo nocivo do ponto de vista da exploração, que é péssimo salário, más condições de trabalhos, não tem segurança no trabalho, não tem as mínimas condições (...) Que só constrói doença, utilizava até pouco tempo, e ainda hoje utiliza o Pó da China onde tivemos diversos companheiros com problema (...) onde até hoje está com seqüelas (...). O Pó da China serve para fazer a conservação do sisal, pra o sisal não dá mofo! O óleo, Pó da China é assim, ele deixava o produto desembaraçado, leve, quando passava na maquina passava de uma forma tranqüila, mas em compensação era nocivo à saúde humana. Presenciei colega falecer em detrimento daquele produto nocivo na Estela Azurra (...) Não sei se você conseguiu pegar aquele documento, é um, aqueles documento a onde nós denunciava, fazia as passeata pelo centro de Salvador. Esse material é importante, muita gente ainda me cobra de vez em quando (...) Foi o período de 87! Aonde eu, o Daniel Almeida, Maria Elizete, o próprio Romano, nós implantou uma luta árdua, para que a gente pudesse tirar o Pó da China de lá. “Nós” conseguimos comover as autoridade, comovendo a autoridade, juizes, defensores públicos, promotoria, promotoria do trabalho, o Ministério Público do Trabalho, para fazer valer o direito de não utilizar o Pó da China”.

Barbosa também se recorda da difícil luta contra a exploração do trabalho infantil em Salvador e em cidades como Jequié, Valente, Santa Luz, Conceição do Coité como um marco importante na história do Sinditêxtil. Segundo Barbosa, nessas cidades, ele e outros sindicalistas receberam ameaças de morte. Não contando com o apoio da Delegacia do Trabalho, apresentaram uma denúncia ao Ministério Público. O problema era grave, sobretudo

porque a maioria dos pais contava com a renda obtida com o trabalho dos filhos, terminando por obstruir a ação do Sindicato:

“Trabalhavam menores de 8 anos, 9 anos, era um trabalho humilhante! (...) E o que me chama mais a atenção hoje é, eu encontro alguns camaradas da Fagip, não sei se você viu através dos jornais, isso foi uma briga que eu comprei também, com 92 menores trabalhando na Fagip, na cidade baixa, tava com perda de audição! Isso foi em 91, 92. Não, minto, já foi em 95, 95. Eu comprei a briga, eu assumi o sindicato e comprei a briga e consegui tirar todos os jovens da Fagipe. Alguns pais disseram: - Eu to desempregado, ele complementava meu salário quem vai fazer a feira agora? Eu disse a ele que eu tava cuidando do filho dele, que eu não queria ele amanhã na sarjeta, que a empresa tava explorando ele, era pra trabalhar 4 horas, trabalhava 8 e ganhava, fazia trabalho como adulto, como um operário, dava produtividade igual, qualquer outro operário e recebia menos de um salário mínimo (...) E aí o seguinte, a empresa, depois de muita luta, de muito, resolveu demitir todos os menores. A gente deu graças a Deus (...) Porque eu tenho na mente, é que o encontro com alguns meninos, porque eu tenho uma irmã que mora lá na Caminho de Areia, Fagip, tenho uma irmã e um irmão, tem um loja no shopping, ao lado. Eu estou ali às vezes, dia de domingo de manhã às vezes eu vou lá, encontro alguns desses camarada, hoje pai de família, ele um dia um bateu em minhas costas e me disse: Você lembra de mim? - Eu disse: Lembro, você é de Itapagipe! - Mais você lembra do episódio? - Eu digo: Sim, da questão da sua surdez! - Quando ele me faz a pergunta - Pois é, eu to grato a você. Eu era ignorante, meus pais mais ainda, olha as conseqüências, desemprego, a situação difícil que eu estou!”.

Parte importante de suas recordações diz respeito à conquista da direção do Sinditêxtil nos anos 1980. Inserida no contexto de lutas mais amplas da classe trabalhadora como um todo, a eleição da sua chapa, Oposição Sindical, representava para ele a superação da difícil época do peleguismo, da repressão da ditadura militar e o início de um novo tempo em que os sindicatos e, em particular o Sinditêxtil, adquiriram um caráter de classe. Nesse fluxo de lembranças, Barbosa destacou a liderança carismática de Daniel Almeida e se recordou de



Elizete<sup>143</sup>, o avanço da luta sindical fundia-se ali com o processo de construção do próprio partido:

“... Quando o Daniel falava parece que os trabalhadores, ele conseguia traduzir a realidade dele com a linguagem, é aquilo que eu disse no início, da seriedade, verdadeira, do companheirismo, da amizade, do coleguismo, da preocupação, e aonde, Daniel transmitia uma energia quando ele falava... Essa afirmação do Daniel nos deu um fortalecimento. O Daniel era aquele cara: eu falava todo mundo falava, mais quando o Daniel ia falar você não via alguém se mexer, alguém falar alguma coisinha que ninguém escutava o que o Daniel ou a Elizete falava, ou seja, eu tinha o discurso... Minha voz era alta, era alta, se eu tivesse falando aqui, isso aqui ninguém que num conhecesse achava que eu tava brigando, brigando (...) Minha voz, isso aí rapaz, Elizete dizia que a minha voz, eu gritando trabalhador unido jamais será vencido, parece que eu tava de junto da portaria, tava de junto da portaria falando. E você vê né, eu tinha um discurso alto, um discurso né, mais não tinha que convence, tinha, mais igual o Daniel eu não conheci nenhum sindicalista daqui da Bahia que tivesse o convencimento do Daniel. Eu tô pra vê e não é só no Sindtextil não, nessa categoria bancaria onde nós estamos aqui hoje, o Daniel tinha um poder de convencimento de uma tal forma inexplicável. O que eu fico fazendo uma comparação, se o Daniel fosse pastor eu acho que ele ia ganhar a igreja dele, ainda bem que ele não seguiu esta área, mais era assim, coisa interessante do Daniel. Tem tantos outros que teve esse segmento, no caso de quem se inspirou em Daniel e muitos vieram pro partido através do próprio Daniel. Hoje, o partido é basicamente operário, a maior parte dele é operário e hoje crescendo, já estamos num patamar não tão bom, vem num momento muito bom o partido, mais Daniel tem parte dessa história no partido. E o partido é o que é hoje, parte dele agradeça ao Daniel, por que realmente ele deu uma bela contribuição. Por que, além dele ser uma pessoa formadora de opinião, ele conseguiu engajar muitas pessoas (...)“NÓS tínhamos uma visão e aí vou deixar bem claro: o Partido Comunista do Brasil, pra mim o maior professor que nessa história pra mim, o maior condutor pra mim dessa história!”

---

<sup>143</sup> De acordo com Barbosa, Elizete protagonizou a discussão pela inserção das mulheres na diretoria do Sinditêxtil, objetivo que para ele possui grande importância a ponto de ter organizado uma Secretaria de Mulheres dentro do sindicato, visando obedecer a uma orientação partidária. Segundo ele, o PC do B vem discutindo ativamente a questão de cotas para a participação política das Mulheres nos movimentos sociais.

Os anos 1980 foram lembrados por Barbosa como um momento de greves vitoriosas, entendidas como um momento de afirmação da força dos trabalhadores e de suas lideranças sindicais capazes de evitar, até mesmo, a demissão dos trabalhadores. Nessas recordações, que representam os anos 1980 com cores heróicas, não há referência às demissões em massa que tiveram início em 1989 com o advento do Plano Cruzado e atingiram empresas como BANYLSA e COBAFI:

“Ah tem! Eu digo aqui que tem um conjunto de greve que é de março de 87, março de 87, foi o conjunto das indústrias aqui do Centro Industrial de Aratú, aí eu diria a vocês, que dizer aqui pelo menos é empresa como Stela Azurra, Sisalana e Banylsa Tecelagem do Brasil. Pra mim foi histórica essa greve, histórica por que, naquele momento existia por parte da direção da empresa uma ditadura junto aos trabalhadores e foi a forma dos trabalhadores se rebelarem, perder o medo e o conjunto dos trabalhadores era: Se demiti um, todos vai ser demitido! Foi assim! Nessas três empresas! Se demitir um, todo mundo sai, apresenta a carteira. E a empresa pensou duas vezes. É tanto que não houve demissão, acabou a greve, todo mundo veio. E uma das greve desse conjunto de 87, dessas greve de 87, teve mais uma coisa assim super importante, os dias parados vai ter que ser descontado. A gente negociou, negociou com algumas, com outras não, mais a Stela Azurra na ocasião, nós conseguimos que nenhum trabalhador perdesse”.

O passado foi representado por Barbosa como uma época de vitórias, mas o presente não vem apresentando perspectivas muito otimistas para os trabalhadores. O crescimento do desemprego, a desarticulação do movimento sindical pela Margareth Thatcher, a redução substancial dos salários foram as tendências que marcam o cotidiano dos trabalhadores desde os anos 1990:

“A convenção coletiva de 1987, foi importante a de 1992, foi importante de 1995 já veio um pouco de crise, aí não conseguimos mais fazer a convenção coletiva, aí foi acordo com o conjunto de empresa. Que quando é acordo com conjunto de empresa aí você desgasta, gasta muito a entidade, gasta muita grana, você trabalha mais do que um condenado, o conjunto da diretoria trabalha, você só, e não consegue aquele índice, não consegue né?” .

No depoimento de Barbosa, a vida sindical é algo sentido no corpo. O afastamento da militância é justificado por ele como fundamental para garantir a sua continuidade biológica, não consistindo, portanto, em um mero abandono da causa, dos ideais ou da luta:

“Olha, em 2004 quando eu saí, eu passei a ter um principio de enfarto, eu já tava aposentado, eu tinha recém me encostado e depois que eu passei pelo médico, saí do hospital, o médico me chamou e disse: - Olha, você tem que escolher, ou sua saúde ou o sindicato se quiser... Eu naquele momento, eu saí do consultório médico com a posição que a minha saúde era prioridade e tomei essa posição. Aí falei com as pessoas responsáveis, uma das pessoas foram o Daniel e os demais companheiros em conjunto. Eu já tinha passado o cargo para Amarício<sup>144</sup> (...). Tem horas que eu fico pensando aqui, nos primeiros anos rapaz, que eu me afastei, foi só pra me cuidar, que graças que eu estou bom hoje. Fiz uma bateria de exame recentemente, todos meus exame bons, hoje eu estou bem, estou bem. Por que primeiro passei a cuidar, me cuidar primeiro pra depois e agora. Mais não, hoje mesmo assim eu vou, mais não vou pra linha de frente, não vou assim, eu tenho esse cuidado que eu sei. Que o movimento sindical deixa, a maioria dos dirigente sindical eles morre estressado, morre de, não queira, morre estressado e o coração é o primeiro a dar esse pinote. Mas é assim, eu sei que aprendi muita coisa, foi uma bela de uma escola pra mim, foi uma bela de uma escola, nós aprendemos muito, muito com a passada, também foi uma escola bastante importante e que eu aconselho aos trabalhadores também a cuidar disso, cuidar disso, que não desistam na primeira dificuldade, que insista por que é importante, que só vence quem luta, quem não luta não vence!”.

A entrevista com Romano foi realizada no salão do Sinditêxtil. Vânia estava presente e permaneceu lá, abraçada com ele boa parte do tempo ouvindo a entrevista. Hoje aposentado por invalidez, Romano foi presidente do sindicato no final dos anos 1980 e hoje é diretor

---

<sup>144</sup> Neste trecho Barbosa aproveita para criticar Amarício: “Amarício era diretor, como os demais! Mais na ocasião, eu tinha assumido o primeiro mandato, o segundo mandato, no terceiro fica parecendo que você, mesmo assim, tinha um grupo lá que queira por que queira que eu saísse. Eu disse: - Não, não, vamos discutir, vamos fazer! Foi demorado pra caramba, por que a turma não queria muito o Amarício, coisa e tal, que o Amarício. Cada um tem uma forma de administrar, cada um com sua. E meio ditador assim...”.

financeiro do Sinditêxtil, segundo ele, atua também como consultor levantando dados econômicos para as negociações salariais. Operário da FISIBA e, depois, da COBAFI, no Pólo Petroquímico, entrou na “luta sindical” - como ele mesmo diz – em 1983, ano em que se filiou ao PC do B o que para ele significou a participação na luta pela redemocratização dos sindicatos, que, na época, contavam com pouca ou nenhuma representatividade junto aos trabalhadores.

Para a “tomada” do Sinditêxtil, a articulação promovida por Elenildo e a participação de Daniel Almeida, Elizete e Vazquez foram fundamentais. Os anos 1980 foram vivenciados por ele como uma fase de “ascensão dentro do movimento sindical”. O relato de Romano possui um elemento que, sem dúvida o distingue dos demais. Vários dos diretores entrevistados ofereceram, juntamente com suas narrativas de suas trajetórias pessoais, pequenas análises do processo histórico, político e econômico referente às décadas de 1980 e 1990. Romano foi o que exibiu um expressivo conhecimento da teoria social marxista e procurou relacionar as vicissitudes enfrentadas pelo movimento sindical, com processos históricos mais amplos como a globalização e o neoliberalismo. Em grande parte de sua fala, ele nos oferece, muito mais, um discurso, um conjunto de reflexões sobre o movimento sindical nos últimos 20 anos, do que as suas recordações em si mesmas. Sem dúvida um dos temas que é recorrente em fala é a violência que perpassa o mundo do trabalho no capitalismo e que aparece, sobretudo na violação dos direitos trabalhistas por parte dos empresários. Aqui, sua memória se solidariza com a de Barbosa, ao recordar, juntamente com ele, do contexto da violência no interior do Estado da Bahia:

“Um diretor do sindicato, chamado Érico da Silva Carvalho de uma empresa no município de Valente, Estado da Bahia. E ele estava trabalhando num dia de folga, saiu na hora do almoço para receber o dinheiro, pegou uma moto, táxi, no seu retorno à empresa ele foi acidentado e perdeu uma perna e a empresa não emitiu CAT<sup>145</sup>. Estamos, junto ao Ministério Público, tentando a viabilização da emissão da CAT. Essa empresa é uma empresa da região sisaleira, é uma cooperativa (...). Isso

---

<sup>145</sup> Comunicação de Acidentes de Trabalho. O artigo 22 da Lei nº 8.213/91 determina que todo acidente do trabalho ou doença profissional seja comunicado pela empresa ao INSS, havendo ou não afastamento do trabalho, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente, sob pena de multa em caso de omissão.

foi há uns, mais ou menos três anos atrás. Não posso confirmar a data mais precisa. Então ele está sem uma perna, a empresa diz que ele não sofreu nenhum tipo de acidente de trajeto. Nesse caso aí é tido como acidente de trabalho de trajeto e a empresa até hoje se nega. (...). Tem dois anos que trabalhadores têm os seus salários atrasados, mensalidade sindical não é repassada, encargos sociais pela mesma forma. Isso é uma tônica no interior do estado, na região sisaleira, na região de Valente, Serrinha, Coité, Retirolândia,. Queimadas, região sisaleira (...). Os trabalhadores chegam a ter oito meses de salários atrasados (...). Eles compram seus bens de consumo na mercearia da empresa, nas empresas que estão lá dentro, gás, gêneros alimentícios enfim (...). Isso é um verdadeiro absurdo! A Delegacia Regional do Trabalho tem conhecimento disso, o Ministério Público tem conhecimento disso, mas lutar contra poderosos não é fácil. É comum também, nesta região sisaleira, os dirigentes sindicais serem ameaçados. Sofremos ameaças... Inclusive de ver o camarada armado, o dono da própria empresa... E dizem, como dizem também aos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (...). O número de fiscais é muito pouco para todo o Estado da Bahia e, também, outras limitações que são impostas pela própria legislação, que não lhe dão poder de polícia e assim por diante... Eles dizem tranqüilamente: - Olha, se ficar aqui me "aporrinhado" muito, eu simplesmente fecho aqui e abro ali com outro nome”.

Romano destaca que a sua militância sindical não se limitava apenas ao Sinditêxtil. Ela era uma militância, antes de tudo partidária e exatamente por isso abrangia outras organizações trabalhistas e sindicatos. Orgulha-se de ter protagonizado a primeira greve da COBAFI, no Pólo Petroquímico, em 1985, e auxiliado na organização de outras greves importantes ao longo da década de 1980, como a do Supermercado Paes Mendonça, dos comerciários, da Coca-Cola – considerada por ele a primeira greve de uma empresa de bebidas - dentre outras.

Havia, de fato, uma oposição sindical, um movimento que articulava o Sindiquímica, o Sindicato dos Bancários e o Sinditêxtil em uma única frente de luta. Para Romano, o conceito de classe vai muito além de um grupo funcional; ele abarca todo o coletivo dos trabalhadores. Seu orgulho em relação ao passado dos anos 1980 é nutrido, não apenas pela certeza de ter construído um sindicato importante, mas, também, por ter integrado uma organização

partidária vitoriosa, por ter auxiliado na luta da classe trabalhadora como todo e, o mais importante, participado das lutas pela redemocratização do Brasil:

“Sempre foi um sindicato pequeno, mas um sindicato de luta, combativo, não é? Colocávamos, para você ter uma idéia, trabalhadores no centro da cidade, caminhadas, passeatas... Os têxteis estampavam os jornais de maneira estrondosa, não é? Era uma coisa... Era muito difícil não ter lutas dos trabalhadores têxteis na mídia, particularmente nos jornais da cidade (...). A relação é de classe, relação de classe. Nós não concebemos a idéia de que a diretoria do Sinditêxtil, a estrutura do Sinditêxtil, sua sede, tem que ser tão, e tão somente da categoria têxtil. É da categoria têxtil e dos trabalhadores em geral, não importa de que categoria ele pertence a qual categoria que ele pertence, é uma união classista. Dividiram os trabalhadores em classe, ou seja, de petroquímicos, químicos, ferreiros, enfim, uma infinidade de categorias profissionais, não é? Nós somos trabalhadores, participamos de uma classe, sem dúvida uma classe, uma classe que é explorada, perseguida, que é maltratada, que ganham baixos salários e assim por diante. Então, é dentro dessa classe, em que pese ter as suas divisões legais, pela lei, nós não entendemos assim, existe a lei, mas a estrutura do sindicato, toda ela tem que se voltar à estrutura dos trabalhadores em geral, não só da nossa categoria”.

É exatamente essa compreensão que o leva a criticar a CUT<sup>146</sup>. De acordo com Romano – quase parafrazeando HALBWACHS (1950, p.129) -, o objetivo do sindicato é a luta por melhores condições de trabalho, a CUT ao se tornar uma extensão do governo, teria abandonado essa luta. Pela mesma razão recorda-se da eleição de Américo Rabelo em 1992, quando o Sinditêxtil fundiu-se com o Sindifibras. Após a eleição, Américo teria entrado para o PSB, abandonado a mobilização dos trabalhadores e passado a fazer acordos “às escondidas” com os empresários, situação que durou até 1995, quando o grupo de Romano retomou o controle do Sindicato. Além da luta, vemos que os valores celebrados por Romano são o serviço em prol da categoria e o sacrifício. Na história do Sinditêxtil, há dois modelos que utiliza para exemplificar essas qualidades, desejadas como ideais para os sindicalistas: Daniel Almeida e Elizete:

---

<sup>146</sup> CUT, Central Única dos Trabalhadores.

“Como falei, a diretora Elizete, o diretor Daniel foram presos, foram torturados, Elizete foi torturada, enfim, barbaramente espancada pela Polícia Militar, Elizete. Talvez, eu não tenho notícia de que uma dirigente sindical, uma líder sindical que tenha sofrido tanta perseguição no trabalho e tão violentada pela sua luta, pela sua escolha, pela sua opção de lutar pelos trabalhadores. E o Daniel pela mesma forma. Foram muitas e muitas vezes, não só na luta específica em relação à categoria, mas também nas lutas dos trabalhadores de outras categorias...”.

Em seu depoimento é possível perceber que os sofrimentos oriundos da vida sindical atingem a própria vida familiar do sindicalista. Enquanto homem, Romano parece ter encontrado poucos problemas para priorizar as ações sindicais às necessidades de sua família. A sua situação é oposta à das mulheres que entrevistamos. Para elas, as determinações culturais estabeleceram a atenção para com o grupo familiar como uma necessidade primordial. Neste trecho, Romano se dá conta de que, ao longo de sua trajetória sindical, o cuidado para com a sua família, em muitos momentos, passou, a ser uma empresa secundária em sua vida:

“Em 94, tinha pressão alta e uma vida muito agitada (...). A vida política sindical é uma vida muito agitada, muito... Requer dedicação em tempo integral, por exemplo, família, você não tem o convívio com a família de maneira normal, como outra pessoa tem, não é? Não, não tem. Porque você está vinte quatro horas a serviço da entidade, a serviço dos trabalhadores. Por exemplo, estamos aqui hoje, sexta-feira, véspera de sábado e domingo. Vamos supor que está acontecendo um Natal, está acontecendo um Final de Ano... Tinha uma greve aqui em uma empresa, que existia aqui na suburbana, passamos o Natal em uma fábrica, na porta da empresa, quer dizer... Foi em uma empresa aqui embaixo. Não existe mais, ou seja, o patrão não pagou, enfim... E fomos para a luta, ou seja, passamos o Natal na porta da empresa. Quer dizer, o problema pode aparecer a qualquer momento! No ano passado, as empresas não pagaram o décimo terceiro salário em tempo em tempo hábil, no tempo legal. E estávamos, eu, o presidente e mais alguns diretores, estávamos na luta, não tivemos Natal para que as empresas pagassem! Enfim, não tem São João, não tem festa, não tem feriado! Então, tem necessidade, estamos lá, temos que estar!

É isso que eu digo, o dirigente sindical, ele tem que saber o que ele está fazendo, qual a sua função ali dentro. Ele vai ter que se dedicar... Então, a família... não é que fique em segundo plano, não é isso... Mas a dedicação dele tem... Os problemas são tantos, não é? E nisso, a família de certa forma fica relegada, a família cobra, os filhos cobram... Não pode ver um problema no colégio, um final de semana com o filho, com a filha...”.

No processo da luta sindical, o corpo do sindicalista também é sacrificado. Como qualquer luta, a sindical deixa marcas no corpo. Romano sofreu seu primeiro enfarte em 1994 e, tivemos notícia que, em 2008, logo após a demissão de Vânia, ele teve outro. Neste trecho, ele reflete sobre as relações entre a agitada vida sindical, os problemas familiares e a sua doença. É possível ver como a possibilidade da cessação da sua vida física marcou a sua memória através da precisão com que Romano mede o tempo em que ficou hospitalizado pela primeira vez:

“Meu enfarte foi talvez em função de tudo isso. Eu já tinha a hipertensão arterial, não é? Não me impedia de trabalhar, e tal. Mas, com o passar do tempo eu comecei a ter problemas com trabalho, a idade vai chegando e as coisas vão acontecendo, não é? Essa doença eu comecei o tratamento em 82. E, em 94, eu tive esse infarto, em 31 de dezembro de 94. Eu rompi o ano em uma UTI, passei cinco dias, acho que passei uma semana no Jorge Valente e cinco dias na UTI. Foi infarto, mas foi infarto de pequena proporção, eu tive, de lá para cá, até 2005, eu tive cinco internamentos em UTIs. Também, eu não vou dizer que tão somente por conta do sindicato, não é? Isso pode ter agravado. Eu não me arrependo de nada do que fiz, faria tudo novamente, não é?”.

O presente, para Romano, contrasta com o período de glória e conquistas trabalhistas vivenciado na década de 1980, em particular, as que ocorreram durante o seu mandato como presidente do Sindicato. Essa situação estaria como um contexto geral para a classe trabalhadora como um todo, no caso do Sinditêxtil, elas se mostram mais grave em função de derrotas políticas que ocorreram nos anos 1990, durante o mandato de Barbosa como presidente:



“... Então, o Sinditêxtil tem uma história rica de lutas, de avanços na categoria, em que pese hoje estarmos, talvez em todos os sindicatos, com exceção do pessoal ligado ao funcionalismo público, em uma situação de defensiva (...). O grande problema hoje na categoria e repito, por força de tudo isso que acabei de dizer, retrocesso na luta dos trabalhadores em função das crises econômicas, grande número de desempregados, um exército tamanho de desempregados que, aliás, é um grande triunfo, não é? E o Marx já dizia isso há séculos atrás, não é? O exército de desempregados favorece ao patrão fazer o que bem quer e entende (...). A luta tem que se fazer uma constante porque, mesmo acontecendo demissões, com certeza, com o trabalhador mobilizado, ativo, o tempo todo, mesmo ocorrendo demissões, elas não são de maneira assim brutal, demissões em massa, muito pelo contrário. Eles podem até demitir uma quantidade grande, mas num período muito mais longo, ao passo que, quando os trabalhadores estão na defensiva, lutando tão somente para garantir o emprego, se quer o salário só para garantir o emprego, há um avanço forte dos patrões, uma retirada das conquistas dos trabalhadores. E isso aconteceu com os têxteis, o Sinditêxtil, os trabalhadores da nossa categoria. Nesse período perdemos uma convenção coletiva. É de 1995 até 2004, ficamos somente com acordo por empresa, o que é um grau de prejuízo porque, numa convenção coletiva se trata tudo que diz respeito à categoria em um único momento (...). Nós havíamos rompido com isso em 1989, rompemos isso com uma greve na COBAFI, de dezessete dias. E os trabalhadores ganharam o direito a ter convenção coletiva, a categoria ganhou, uma vitória fantástica, ou seja, uma vitória que foi na luta, não é? Teve algumas demissões, algumas baixas, é natural, mas a categoria como um todo se beneficiou. a partir daí, 90, 91, 92, 93, 94, tivemos convenções coletivas, não é? Em 95 não houve acordo, houve dissídio coletivo, foi nos retirada a convenção coletiva, porque não houve acordo para renovação da convenção coletiva. Não havendo acordo, foi-se a dissídio coletivo e o tribunal, naquele momento, entendeu que era aquilo mesmo e nós perdemos as principais conquistas, grandes conquistas, perdemos. Retomamos a convenção coletiva em 2005...”.

A entrevista com Amarício foi colhida no segundo andar do próprio Sinditêxtil. Como estávamos a sós, não houve interrupções na gravação e a entrevista correu de forma tranqüila. Atual presidente do Sinditêxtil, Amarício entrou no ramo têxtil em 1964, trabalhando na Fábrica São Benedito, na Ilha de Itaparica. Em 1971, a empresa faliu e seu cunhado, na época

contra-mestre da KORDSA, o convidou para trabalhar lá. Em 1976, em função de uma discussão sobre o tempo de férias a que tinha direito, foi demitido e tornando-se, a seguir, operário da FAGIP, empresa em que trabalhou por seis meses. Viajou para São Paulo onde ficou até 1980. Em 1986, voltou para a FAGIP a convite de um conterrâneo. Nas lembranças de Amarício, o retorno à FAGIP foi marcado pela percepção de mudanças positivas em relação às condições de trabalho, para ele decorrentes da “tomada” do Sinditêxtil por Daniel Almeida. Mesmo assim, relutava em sindicalizar-se por associar o sindicalismo à politicagem. Com o tempo, levado por um amigo a participar das assembléias, passou a adquirir uma maior compreensão sobre a importância da atividade sindical e filiou-se.

Em 1989, Hamilton, na época, diretor do sindicato, o convidou a tornar-se também diretor e Amarício foi liberado pela empresa assim que assumiu. Amarício se recorda de ter sido o responsável por trazer Jenuíno para a militância. Na época, a luta na FAGIP era pela eliminação do salário por produção<sup>147</sup>, que deixava a remuneração dos trabalhadores à mercê do arbítrio dos empregadores. Com a eleição de Collor, em 1990, veio a abertura do mercado brasileiro à importação dos tecidos asiáticos, o que para Amarício, levou ao fechamento de inúmeras empresas têxteis e trouxe severas limitações às tentativas de organizar os trabalhadores. O início dos anos 1990 também é lembrado como a época em que se filiou ao PC do B e o momento em que o sindicato foi dividido pelas disputas internas suscitadas por Américo Rabelo após a fusão com o Sindifibras<sup>148</sup>. Em 1995, Amarício assumiu seu primeiro mandato como Presidente do Sinditêxtil. Para ele, o período que se seguiu ao seu mandato, os seis anos em que Barbosa foi presidente, foi uma época de perdas de vantagens importantes conquistadas no passado, a exemplo da perda da convenção coletiva em 1995. Neste trecho de seu depoimento, ele contrasta a gestão de Barbosa com a sua gestão:

“Enfim, perdemos alguns outros, alguns outros benefícios, algumas outras causas importantes nós perdemos e aí os trabalhadores começaram a não mais acreditar no sindicato, os patrões não mais respeitar o sindicato e o sindicato foi realmente ficando numa situação difícil. E a gente sempre aqui dentro debatendo, discutindo, propondo, mostrando onde é que

---

<sup>147</sup> Segundo Amarício, esse problema foi solucionado apenas em 2002.

<sup>148</sup> Após essa fusão, o Sinditêxtil passou a representar quatro categorias: fiação, tecelagem, descaroçamento de algodão e beneficiamento de sisal.

está os erros, dizendo que a condução política que era dada ao sindicato na época era uma condução equivocada. Encontramos resistências e tal, por conta de alguns companheiros que na realidade não tinham preocupações com a categoria e sim preocupações pessoais. As propostas eram sempre propostas pra beneficiar ou o grupo deles ou a eles próprios. E quando foi agora em 2004, nós fomos mais uma vez indicado pra reassumir o sindicato e numa eleição interna nós fomos vitoriosos. Aí fomos pra eleição na base, eleição de Chapa 1, nós tivemos mais um vez 80% dos votos e permanecemos à frente do sindicato. Aí quando nós começamos a melhorar a estrutura disso aqui, porque no início isso aqui era só, nós tínhamos duas, aquelas salinhas menores lá na frente, logo no início, aqui em baixo tinha uma parede, isso aqui não tinha absolutamente nada, tinha aí, daí pra lá eram três ou quatro salas que eram divisórias, divisórias de fórmicas. Aí a gente levantou a bandeira de reformular a sede do sindicato, aí no primeiro mandato nosso nós fizemos logo aquela ampliação lá de baixo, naquele parte de baixo que você entra lá, tem acesso. E já nesse segundo mandato nosso, ainda no primeiro mandato a gente batemos essa laje aqui, agora no segundo mandato a gente concluiu isso aí, dividimos essas salas todas, mandamos pintar e estamos aí nessa batalha, já pensado em. Já desde o mandato passado que a gente está com a firme decisão de aposentar agora do sindicato, porque no INSS a gente está aposentado, graças a deus”.

Ele sabe que a sede do Sinditêxtil foi doada nos anos 1960, pelo dono da Companhia dos Fiaes e acredita que o Sindicato foi fundado em 1942. Em suas recordações, a importância dos anos 1980 para o Sinditêxtil, foi a sua transformação em uma instituição “atuante”, que faz a “luta”, que aciona os órgãos públicos para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Assim, a derrota de Madeira e a “tomada” do sindicato por Daniel Almeida, representou o início de uma época de mobilizações vitoriosas para o sindicato, a exemplo das greves que ocorreram em empresas como FAGIP, KORDSA, CATANORDESTE, COBAFI, Stela Azurra, Sisalana.

Para Amarício, a luta pelos direitos dos trabalhadores iguala homens e mulheres. Afirma que a dificuldade para obter diretores sindicais é a mesma sejam eles homens ou mulheres, uma vez que a experiência da militância é bastante difícil, entre outras coisas, por engendrar o contato permanente com a violência perpetrada pelos empresários ou pela polícia:

“Nós já tivemos aqui dirigentes mulheres muito atuantes, tivemos dirigentes mulheres de ir pra frente de ônibus, deitar na frente de ônibus (...). Nós já tivemos muitas mulheres aqui dentro do sindicato, mulheres de rocha mesmo, tivemos algumas. Elizete é um exemplo disso! Se você tivesse a oportunidade de entrevistar a Elizete, você iria vê o que é ser dirigente sindical! (...) Foi exatamente logo após o Daniel ter assumido a presidência do sindicato juntamente com a Elizete, o Vazquez e tal e foram pra cima, mobilizaram os trabalhadores e resolveram parar pela primeira vez a Fagipe. Nunca havia tido uma greve na Fagip até aquela época! (...) Pude, por diversas vezes chegar na porta da Fagip, por exemplo, e tentar parar a empresa, botar faixa lá e tal e o patrão vinha raivoso e tal, chamava a polícia e tudo mais. Eu fui preso, pra você ter uma idéia, eu fui preso, eu já fui preso em duas oportunidades, fui preso em duas oportunidades. Eu fui preso na greve da Sisalana, isso em 96<sup>149</sup>”.

Se a vida sindical foi uma fonte de amadurecimento para as suas idéias socialistas, Amarício entende que ela também implicou em severas perdas ou sacrifícios. Neste trecho do seu depoimento ele nos oferece um balanço das perdas e ganhos da vida sindical que é também uma racionalização das escolhas que fez ao longo da sua trajetória como militante:

“Eu acho que eu perdi, porque eu poderia, eu poderia ter galgado um outro cargo... Se eu fosse daqueles caras que só pensa em si próprio e aí buscasse me promover dentro da empresa, porque graças a deus capacidade nunca me faltou! Eu poderia ter chegado, quem sabe hoje a uma gerência de uma empresa ou coisa assim, encarregado de setor e tal, mas como eu sempre tive dentro de mim essa questão de questionar os meus direitos, tá certo, eu também nunca baixei a minha cabeça diante de nenhum tipo de situação (...). É essas coisas que acontece, aí rapaz, eu do ponto de vista econômico, do ponto de vista financeiro, eu poderia dizer que tive prejuízo, mas do ponto de vista do aprendizado como eu te falei, eu acho que eu ganhei. Eu sempre digo aqui, dizia pros meus colegas o seguinte: Eu acho que o sindicato me deu muito, que

---

<sup>149</sup> Interessante notar que Amarício omitiu a agressão física que sofreu por parte da polícia, falando apenas de sua prisão.

talvez, se eu não tivesse entrado no sindicato, morrer de fome com certeza eu não morreria, porque sempre fui um cara de batalha! Mas se eu talvez não tivesse entrado no sindicato, eu poderia até hoje não está aposentado, em função da minha forma de ser..Um cargo onde eu ia ficar na Fagip ganhado, acomodado, aceitando tudo...Eu ia questionar, reclamar. Poderia ter sido demitido, ia ter dificuldade de arranjar emprego. Poderia até ter arrumado um emprego melhor, mas poderia também ter ficado desempregado! Aí eu estaria, quem sabe vivendo hoje no mercado informal...Sei lá! Num sei! A verdade é que pelo menos eu ganhei estabilidade, pude aprender muita coisa. Hoje eu conheço um pouco de leis e tal e ganhei estabilidade de emprego, consegui me aposentar graças a deus! Eu acho que uma coisa compensou a outra”.

Apesar de se orgulhar da reconquista da Convenção Coletiva no ano de 2005, Amarício não se mostra muito otimista em relação ao futuro em função de questões mais gerais inerentes à sua categoria, mas, também, em função de problemas específicos relacionados à realidade da FAGIP:

“Enfim, a situação hoje dos trabalhadores desse setor, por conta de tudo que eu disse, por falta de emprego, por conta do baque que sofreu o segmento, o fechamento de muitas empresas. Nós já chegamos a ter na categoria cerca de 15 mil trabalhadores, uma quantidade de empresas bem menor. Hoje, você tem uma quantidade de empresas maior, mas o número de trabalhadores na base diminuiu por conta da automação de algumas empresas e as grandes empresas que absorvia muita mão de obra, elas enxugaram seu quadro, sobrecarregou os trabalhadores. Por exemplo, eu poderia citar o exemplo da Fagip, onde os trabalhadores, eles tinham, era um fiador, por exemplo, um fiador com um ajudante pra operar duas máquinas, tá certo. Hoje é um operador pra operar três máquinas sem ajudante (...). As empresas foi demitindo os determinados trabalhadores e transferindo a responsabilidade daquele setor onde tirou alguém pra outros trabalhadores, essa questão da habilidade. Eles dizem que a maioria dos trabalhadores pode exercer mais de uma função, ou seja, operar mais de uma máquina. E a partir daí, eles dão estímulos às vezes insignificantes, 3% sobre um salário, pra que os trabalhadores possam exercer mais de uma função (...) A Fagip é uma empresa, é a única empresa, aliás é a única não,

nós temos no estado da Bahia hoje a Fagip e temos a CVI (Companhia Industrial Valença), são as duas únicas empresas que produz ainda tecido de algodão no estado e ela não se modernizou, não comprou fiaves novos, não procurou se modernizar. Em função disso, ela começou a sofrer concorrência, além da concorrência de produtos que vinham da Ásia, com máquinas mais modernas e começou a produzir mais, com mais qualidade, aí ela foi perdendo mercado. Aí, foi tendo que demitir pessoas. E ela precisa de muita mão de obra pra fazer o produto dela. Aí tem o custo de energia que com a terceirização da energia encareceu muito, enfim. E aí para que eles pudessem manter a empresa - inclusive lá teve concordata aí por quatro anos -, eles tiveram que exatamente que ir achatando o salário, achatando o salário, retirando direitos e os trabalhadores sem reagir, sem reagir, sem reagir...Olha, as minhas expectativas com relação a categoria eu diria pra você que elas não são boas não!”.

### **Os Diretores de Salvador: Vazquez e Jenuíno**

A data em que começou a trabalhar na industria têxtil, ficou bem fixada na memória de Jenuíno. Em 08 de agosto de 1984, tornou-se ajudante de manutenção da FAGIPE, empresa de fiação e tecelagem de algodão. Tempos depois, assumiu a função de operador de caldeira.

No final dos anos 1980, tornou-se diretor do Sinditêxtil. Hoje, diretor convidado do sindicato, Jenuíno, assim como Barbosa e - como veremos adiante – Vazquez, vivenciou a militância sindical como serviço, luta e uma espécie de sacrifício<sup>150</sup> do próprio corpo, muitas vezes, da sua própria vida. Neste trecho, Jenuíno associa a militância sindical com a idéia de sacrifício, renúncias e, até mesmo, de graves perdas materiais. É possível perceber a existência de um grande sentimento de frustração, contido por uma forte racionalização através da qual busca compensar as perdas sofridas na esfera individual com os ganhos sociais obtidos para o sujeito coletivo da classe trabalhadora:

---

<sup>150</sup> Ver MAUSS (2001, p.225): “Em todo sacrifício, há um ato de abnegação visto que o sacrificante se priva e se dá. Mesmo esta abnegação, às vezes lhe é imposta como um dever. (...) O sacrifício se apresenta portanto, sob um duplo aspecto. É um ato útil e é uma obrigação. O desinteresse se mistura aí com o interesse. Daí porque com tanta freqüência foi amiúde concebido sob a forma de contrato. No fundo, talvez não haja sacrifício que não tenha alguma coisa de contratual. As duas partes em presença trocam serviços e cada uma tem aí a sua conta”.

“E na minha vida, assim pessoal, houve muito doação, porque eu vejo que eu poderia galgar, eu podia ter a oportunidade de galgar, de fazer um curso, fazer uma faculdade, de avançar, de ter um projeto, que esse meu projeto em decorrência da atividade sindical, que parece que é um câncer, que quanto mais você tá, você se aprofunda, você vai se aprofundando, eu fui deixando de lado (...) Então eu era uma dessas pessoas naquela época lá da Fagip, que cada empresa tinha coisa, que precisava fazer luta sindical, luta associativa, algumas frente que independente lá na fábrica eu tinha um bom relacionamento no bairro que eu morava, tudo e eu fui deixando... Então o meu prejuízo foi que eu deixei, eu deixei de viver assim a minha vida, assim profissional pra galgar alguma coisa pra viver pra o sindicato. Então eu acho que é um câncer que eu me aprofundei e a maioria de todos que entram com o objetivo de construir, porque eu entrei no sindicato, eu moro na mesma casa, não tenho carro, não tenho, o celular que eu tenho é um celular daquele todo arrebitado, não tenho dinheiro em conta, devo como o que e não tenho nada ta entendendo, mas tenho essa vontade, é isso. Mas o meu intuito quando eu vim, depois que eu comecei a conhecer a luta e eu sempre digo eu sou sindicato, um bocado de coisa que acontece mas eu sou sindicato, eu defendo o sindicato porque é a essência, sem sindicato eu vejo assim que muitas coisas que acontece no nosso país, que aconteceram, que a gente conquistou, que a gente tem foi por causa dessa luta, essa luta que vem aí há mais de 200 anos, foi que conseguiu manter esse mínimo que a gente tem”.

Como Jenuíno, Vazquez também se recorda da data em que se tornou operador de produção da FISIBA: 01 de novembro de 1979. Mas, enquanto Jenuíno era trabalhador da indústria de fibras naturais, Vazquez era operário da indústria de fibras sintéticas. Hoje aposentado, sente que o seu próprio corpo, que a sua saúde foram corroídos pela atividade sindical. Do mesmo modo que Barbosa, atribui ao adoecimento do seu corpo a finalização da sua militância sindical. Para ele, a vida sindical impõe graves danos à saúde dos sindicalistas:

“Ah, pelo menos é o seguinte: hoje... por exemplo, é... no meu caso eu saí do diretor do sindicato porque eu peguei uma diabete tipo dois... Eu tenho que dar um tempo na minha vida pra me cuidar um pouco, se não eu podia até morrer... Porque a preocupação que você tem... Você já pensou que é que é você tá dirigindo uma greve e você se preocupando ali,

enfraquecido indo pra casa, você fica... Quem não tem, quem não pensa não ta nem aí, mas se você pensa você... Entendeu? E teve sim... eu tive crises que quase... fui fulminado mesmo! Depois que eu me aposentei é... saí do sindicato, entrei na associação dos aposentado. É... eu vou um pouco no interior, né? Cuido um pouco da minha saúde, cuido da minha roça também, eu tenho lá uma rocinha, e aí você mata o tempo, né?”.

Uma das afirmações contundentes de Barbosa é a de que o “partido foi o seu grande professor”. Em seu depoimento, Vazquez também destaca a importância do partido como estruturador das ações políticas do Sindicato veremos, logo adiante, como Jenuíno também compartilha dessa compreensão:

“Aí é que eu digo que a escola é... do Partido Comunista do Brasil, viu, nós tinha essa escola (...). Eu digo a você que... é... muitas coisas que eu apreendi foi o partido porque é... eu tomei vários cursos do partido pra dirigir os trabalhos do sindicato (...) Eu tomei curso sobre filosofia política, sobre filosofia financeira, sobre o curso de mais-valia, o lucros né...viu... . Mas essa orientação que o partido deu pra gente foi fundamental...”.

Vazquez explica que as ações praticadas pelos sindicalistas nos anos 1980 e atribuídas por Tristã e Hilda a Elizete, como a obstrução dos ônibus que transportam a força de trabalho, eram planejadas e executadas sob orientação partidária, dela participando tanto os homens como também a própria Elizete. O contexto histórico que instigava essas ações ousadas através das quais os sindicalistas confrontavam, simultaneamente, o patronato e a Polícia Militar, era o momento repressivo da ditadura militar brasileira e é como uma reação a esse regime que essas ações são lembradas:

“Aí enfrentamos a eleição, depois da eleição a gente ganhou a eleição, aí no dia da apuração lá no sindicato enfrentamos também a ditadura como eu presenciei lá na porta do sindicato pessoas da... soldados da polícia militar com revólver na mão lá, com metralhadora na mão lá... certo... mas não pra defender não pra defender a gente e sim defender o cara que tava saindo porque era... era um dos é... de confiança dos patrão, que devia



ser de confiança dos trabalhadores mas dos patrão, viu (...) Rapaz a luta era difícil! Primeiro você tinha a... o... o regime militar contra você. Se você ia fazer uma ação na fábrica, porque quem primeiro chegava era a polícia! O patrão tinha todas as armas dele. É... muitas vezes nós enfrentava problema pra fazer uma assembléia porque o patrão mandava os ônibus entrar, muitas vezes nós deitou em frente de ônibus. Deitamos na frente dos ônibus muitas vezes! Não foi uma vez só não! Daniel mesmo foi, numa época que a gente fez, se eu não me engano foi em oitenta e sete... oitenta e sete? Eu não sei, porque eu fiquei de cá torcendo pela vida de Daniel que ele segurou no pára-brisa naquele no limpador e saiu até o cara lá levando né? Quer dizer, pode um motorista que também tinha uma luta dos motoristas né, que a gente fazia, nós era solidário, naquela hora ele foi um cara insólito com o... Porque, se Daniel cai ali, o carro mata ele!”.

Barbosa e Vazquez compartilham um poderoso sentimento, o de terem protagonizado um tempo muito especial, em que foram sujeitos de transformações históricas importantes que resultaram na construção de um sindicato reconhecido como uma referência política para os demais sindicatos. Orgulham-se desse passado e do fato de pertencerem até hoje à uma mesma e sólida organização partidária, o PC do B. Nas diferentes narrativas, podemos observar a construção de um “eu protagonista” que é descrito ao lado de sujeitos históricos, para eles, reconhecidos como importantes, a saber: Daniel Almeida e Elizete. No trecho abaixo, Jenuíno fala sobre as relações entre o partido, o Sinditêxtil e os demais sindicatos, ressaltando o pioneirismo e a liderança dos têxteis na vida política do período dos anos 1980. Também se recorda de um fato já narrado por Barbosa e Vazquez e que ocorreu antes da sua própria entrada no sindicato: a luta de Daniel Almeida contra “os pelegos” pela conquista da direção do Sinditêxtil:

“Da Fagip era eu, Amarício, nós tínhamos dois, passamos a ter quatro e o fato é que no momento de inscrição da chapa o Amarício foi demitido pela Fagip, a Fagip soube que ele ia se inscrever na chapa e o demitiu. E aí já nós conseguimos reverter essa situação e conseguimos garantir colocar ele na chapa, o Amarício... Como nós conseguimos? Nós fomos pra empresa, fomos lá, eu e os outros dois e o Daniel e apresentamos que o documento dava garantia, mesmo a pessoa

que recebeu o documento tenha omitido pra direção da empresa e naquele oportunidade existia o Sinditêxtil tinha uma força política porque o sindicato que organizava as lutas, mesmo depois da retomada com Daniel no primeiro mandato, o Sinditêxtil que era o organizado dos sindicatos da Bahia, era aqui o Sinditêxtil. Então aqui praticamente era um fórum, era fórum de militância do PC do B, aonde conseguia se organizar, era aqui no Sinditêxtil conseguiu organizar bancários, sindicato de bebidas, parte de químicos e petroquímicos, metalúrgicos, professores. Então era aqui que era a concentração de todo sindicato. Hoje não, mas não tem aquele fórum mas era um sindicato que pra fazer qualquer coisa tinha que se consultar o Sinditêxtil (...) Foi aquele problema lá do militarismo e os sindicatos aqui na Bahia não, no Brasil, só conseguiram se re-organizar a partir de 70 não, de 80, 81 ainda com muita dificuldade. O Sinditêxtil na época era, o Madeira, que era o presidente, falecido já, e que tava no sindicato há mais de 30 anos, ele era presidente do sindicato e com a vinda do Daniel, o Daniel perdeu a primeira eleição em 79, e isso aqui ele colocou uma pessoa aqui dentro, lá no quartinho, que eles ganharam a eleição mais de manhã os voto sumiu, que tinha uma pessoa que tava com, tirou os voto todo da urna e aí em 82 foi que a composição com Daniel, Verdugo veio ganhar esse sindicato e aí veio a partir daquele momento da intervenção, quer dizer, derrubou aquele interventor e aí deu o primeiro passo. Mas o Sinditêxtil foi um dos primeiros sindicatos da retomada do movimento sindical baiano, então foi o Sinditêxtil! Existia algumas associações, algumas organizações, mas de fato foi o Sinditêxtil. E aí quando o Sinditêxtil organiza aqui e aí com aquela dificuldade ainda, porque eles eram militantes do PC do B e naquela época ainda não tinha PT (...) Então naquele momento ali, tomou desse interventor o Sinditêxtil e aí começou a dar o caráter da luta. E aí o que acontece? Na Fagipe, que é uma empresa há quase 40 anos, acontece a primeira greve em 1984, acontece a primeira greve em 1984. Em 1984 também acontece a primeira greve do Pólo que é na COBAFI e foi por esse sindicato. Teve uma empresa se instalou em 82, acontece a primeira greve com quase vinte dias de greve lá na COBAFI, a primeira greve de 84 acontece na COBAFI e posteriormente acontece a greve na FISIBA. Aí em 85 assume o Romano e aí acontece a primeira greve do Pólo”.

Há, contudo, particularidades importantes nesses depoimentos. O de Vazquez, por exemplo, permite-nos entrever como o espaço sindical era e é recortado por intensos processos de generificação que tornavam o desempenho da função de diretor sindical um processo mais confortável para os homens do que para as mulheres. Vimos no capítulo anterior como usualmente, as mulheres encontravam, em sua organização familiar, vários empecilhos para o exercício de sua vida política. No caso dos homens, existia uma realidade diametralmente oposta. Não só conseguiam conciliar a vida sindical com a vida familiar, como a própria solidariedade construída com os companheiros de sindicato servia como anteparo para que os homens casados mantivessem relações extraconjugais:

“Na vida política de sindicato a minha vida. A minha vida eu passei mais tempo fora de que, quase que meus filho não via, só via de noite. As vez quando eu chegava já tava dormindo. Saia de casa já tava dormindo. Tinha semana que eu ia pra Salvador passava cinco, seis, oito dia sem vim em casa. Por causa da greve, entendeu ? Agora nisso aí não. Agora teve colega meu que teve problema. Teve colegas meus que teve problema sobre negócio de sindicato. Que tava pensando que o cara, se o cara era acostumado sair é...Trabalhar, sair de manhã, chegar de noite, de tarde, sair de tarde chegar meia noite, sair meia noite chegar de manhã, não tinha outra atividade pra fazer, nem política nem nada entendeu. Aí quando entrou no sindicato que passou a rolar vinte e quatro horas dois, três dia sem vim em casa a mulher não gostou. Tava pensando que tava que tava com outra namorada, rapariga, namorada aí... Teve e não foi um só não, teve vários. Uns saíram do sindicato, outro a mulher largou, teve disso também. E também era problema porque nós, a gente que ainda que tinha resolver os problemas às vezes né, quando tinha problema, conflito né? Por causa que, que ligava pro sindicato. E na verdade também às vezes o cara também se viu, se viu... é... liberto né, com a chave e aí eles às vezes aprontava e não avisava né, no sindicato. Eu mesmo peguei vários telefonemas de várias pessoas, dona de casa né, esposa de sindicalista e eu nunca entreguei nenhum, dava sempre uma saída. Dizer por exemplo: -Vocês tão em greve?. Aí eu já sabia e respondia :- Tomos! É... e tava na casa da outra nega. Aconteceu!”.

Jenuíno, como Barbosa, também se recorda da luta do Sinditêxtil contra o emprego de menores pela Fagipe, uma força de trabalho que, em sua maioria, já apresentava um quadro de lesão auditiva. Acrescenta à sua narrativa o fato de que a reação desfavorável dos pais à ação do Sindicato foi, em larga medida, um comportamento induzido pela própria empresa, servindo-se do trabalho infantil, beneficiava-se com o não pagamento de encargos trabalhistas e com o pagamento de um salário menor. Jenuíno se recorda que fatos não reportados ou esquecidos por outros sindicalistas, a exemplo de uma outra mulher que integrou a diretoria do Sinditêxtil nos anos 1980. Seu depoimento, coletado no primeiro andar do sindicato, beneficiou-se da proximidade de Alana na sala ao lado. Neste trecho, Jenuíno se serve do mecanismo da solidariedade mnemônica, apoiando-se nas lembranças de Alana para recordar HALBWACHS (1990). Graças a essa interação, conseguiu lembrar da diretora do Sinditêxtil que os demais diretores esqueceram:

“Jenuíno: Os outros diretores? Da Fagipe a gente; da COBAFI, Romano, Elizete, Daniel, Barbosa, que era Verdugo, Jose Mariano, cinco, Mariano e Bebeti chegaram comigo em 89 e uma menina que ela mora até o Cabula. Como é o nome daquela, você lembra Alana? Aquela menina da COBAFI que era secretária, que foi da nossa chapa em 89, não né? Que era loira, que era secretária?

Alana: Da COBAFI?

Jenuíno: Sim, da COBAFI ela! É uma menina, agora eu não estou bem lembrado o nome dela. Tinha outra empresa na época...

Alana: Acho que era a mãe daquela...

Jenuíno: De Emily, a filha dela era deficiente até.

IV: Ah é!

Jenuíno: Era Emily, eu lembro bem. Então COBAFI, da antiga FISIBA que era a que Vazquez trabalhava, foi Vazquez, esse...

Alana: Seu Adimar, o seu Adimar.

Jenuíno: Heim?

Alana: Adimar, o seu Adimar.

Jenuíno: O Adimar né, Vazquez, Primo, Sátiro, o outro era, lá eram quatro agora o outro, Ferreira, ah, o outro da COBAFI era Ferreira, o Ferreira, Ferreira, da COBAFI era Ferreira.

Alana: Pedrito!

Jenuíno: Pedrito.

Alana: Pedrito, seu Adimar.

Jenuíno: Na antiga FISIBA que hoje é SULDAMERICANA e que tá fechada. Foi a primeira empresa do Pólo Petroquímico da Bahia; em 1972 foi inaugurada a FISIBA.

Helyom: Foi a Primeira?

Jenuíno: A primeira. Do setor têxtil, do setor têxtil não, do setor têxtil no Pólo foi ela e a melhor empresa também no Pólo, que o Pólo foi inaugurado em 78, e ela foi inaugurada em 72.

Alana: Acho que era a Zuleide num era não?

Jenuíno: Ah Zuleide, era Zuleide mesmo, da COBAFI, Zuleide!”.

De todos os entrevistados, Jenuíno foi o que mostrou conhecer mais sobre o passado do Sinditêxtil anterior aos anos 1980. Ele costumava freqüentar o arquivo do sindicato e com isso, passou a conhecer muito da história do sindicato nas décadas de 1940 e 1950, a exemplo da fundação do Sindicato dos Tecelões e sua transformação em Sindicato de Fiação e Tecelagem. Sabe também da importância que a assistência médica oferecida pelo sindicato possuía para os trabalhadores daquela época. No entanto, aquele período histórico não aparece para ele como revestido de alguma importância para o presente.

Jenuíno também se mostra o mais pessimista dos diretores em relação à atualidade e ao futuro dos têxteis na Bahia. Tendo trabalhado na Fagip, empresa que até ao anos 1980 ainda mantinha o sistema de vila operária<sup>151</sup> e uma cultura familiar, tanto na administração como na contratação dos trabalhadores<sup>152</sup>, Jenuíno assistiu à uma tentativa de modernização do maquinário ocioso da empresa que resultou na demissão de cerca de três quartos dos operários. Desde o início dos anos 1990, atuando como diretor sindical, testemunhou uma redução progressiva dos benefícios concedidos aos trabalhadores pelas empresas. Muitas delas recorreram à estratégia de repassar para os sindicatos a responsabilidade pela assistência médica dos trabalhadores, assistência antes oferecida pela própria empresa. Para Jenuíno, o

---

<sup>151</sup> Sobre o sistema de Vila Operária em Salvador ver SARDENBERG (1997). De acordo com LOPES (1988), as vilas operárias eram Instrumentos estratégicos de formação, educação, domesticação e transformação da classe trabalhadora.

<sup>152</sup> Segundo Jenuíno, a condição para o ingresso na força de trabalho da Fagip era ser descendente de um dos seus operários. Assim, a força de trabalho também era organizada dentro de um sistema de relações familiares. Segundo Jenuíno, ele foi um dos poucos trabalhadores contratados sem a observação desse princípio. Não morava na vila operária, nem era parente de algum operário da empresa.

quadro de crise geral do setor de tecelagem na Bahia coloca em questão a própria sobrevivência da profissão têxtil no Estado:

“Geralmente hoje as empresas do setor têxtil aqui da Bahia praticamente tão todas quebradas (...). Então era muito as empresas que a gente tinha, o setor, os setor de fiação e tecelagem da Bahia tinha muitos empregos, coisa que hoje não tem (...). A minha preocupação, que eu vejo com o que está acontecendo hoje é acontecer o que aconteceu com o gráficos, com sapateiros, calçados que praticamente acabou, acabou. São profissões que acabaram, você não vê mais! (...). Então é uma crise que está acontecendo aí no setor têxtil e os nossos parlamentares parece que não tão tendo ainda um olhar crítico pra essa situação, que tá se fechando os postos de trabalho. Há uma decadência total e pelo que nós estamos vendo com esses fechamentos assim de empresas, parece que, eu não quero ser muito pessimista mas eu acho que não dura 20 anos não! (...) A situação do sindicato ela é, ela não é igual aos demais segmentos de sindicatos, mas ele está numa situação de que está tentando se manter vivo, tá com a faca no pescoço pra não morrer! Então é necessário que haja essa dinâmica, que se traga mais projetos, se traga mais empresa, pra que de fato, se não tiver empresa não vai mais ter sindicato, essa é a preocupação!”

Jenuíno também discorre livremente sobre a fusão com o Sindifibras em 1995. Ele era um dos diretores do Sinditêxtil quando Américo Rabelo tornou-se presidente do sindicato, mudou a sede para o comércio e, segundo Jenuíno, passou a utilizar a máquina sindical em proveito próprio, vendendo vários bens do sindicato. Vazquez afirma que, nesse período, Américo queimou vários documentos importantes, referentes às ações e lutas do Sinditêxtil nos anos 1980. A disputa política com o Sindifibras apresenta-se como um marco significativo da sua memória. Jenuíno lembra que nesse período conheceu Isabel, a sua esposa atual, que também é diretora do Sinditêxtil e presidente do PC do B em Dias D’Ávila. Em suas recordações, as lembranças da vida política e da vida afetiva, familiar se mesclam:

“Venderam, destruíram, o carro sumiu, deixaram várias contas em posto, aí alugaram uma casa em Jauá com a verba do sindicato pra fazer lazer, que eles diziam que era o clube lá e tudo. Aí foram um carro de cheque que ficou aí amargurando aí quase dois anos na pendenga, pra tentar reorganizar isso aí.

Aí nesse ínterim aí eu conheci a Isabel, a gente já se conversando e tudo e aí fomos começando, não tinha relacionamento (...). Ela era diretora da Cata Nordeste, eu da Fagip. Houve um processo de uma greve em 1989, em 89 quando eu passei a conhecer ela na Cata-Nordeste, nós fizemos lá vinte e poucos dias de greve. O relacionamento aconteceu num dado momento que a gente saía sempre, que toda sexta-feira a gente tomava uma cervejinha e aí como ela vinha de Camaçari, a gente tinha amizade, um amigo nosso que era Bob, que era da coisa, que hoje ele é até perito da policia, esse colega da gente que era lá da Sul-Americana, e agente sempre gostava de tomar uma cervejinha, aí juntava sempre eu, ela, ele e a outra colega de Isabel e a gente ia assim. Morava ali em Amaralina, aí a gente dia de sábado ia pra casa dele, a gente ia pro Pelourinho, aí fosse nessa coisa aí que houve relacionamento, que a gente começou”.

Sendo casado com um sindicalista, Jenuíno explica que a relação dos casais com outros diretores e a conciliação da militância com o casamento nem sempre é fácil. O aparecimento de relações afetivas entre diretores e diretoras não era bem vista dentro da instituição sindical, gerando sérios desentendimentos. Muitas vezes, no contexto do racha de 1992, ocorreram agressões físicas às mulheres. O próprio Daniel Almeida teria protagonizado uma briga dentro do sindicato, motivada por um diretor que queria agredir Elizete, na época, a sua esposa. De acordo com Jenuíno ele teria “rolado as escadas” aos socos com o outro diretor. Aparentemente, a formação de casais entre diretores e diretoras atuando na militância sindical é algo que tende a acirrar as disputas políticas internas do sindicato:

“Também houve aqui dentro da entidade algumas pessoas, diretores que entendiam que não poderia haver o relacionamento de diretores, até porque quando o Daniel foi presidente, Elizete era esposa de Daniel, teve aqui várias vezes brigas aqui (...). Estávamos, estávamos, estávamos na direção do sindicato! A estrutura eles levaram, e aí a gente ficou e fomos discutindo, tinha vez que a gente ia pra porta da fábrica, não foi poucas vezes, teve muita briga, muita gente de cara quebrada, preso a gente foi, na Fagip teve uma briga mesmo. Porque esse Ferreira deu um murro em Isabel que partiu os óculos, partiu o rosto de Isabel. Porque as pessoas entendem que ali está se formando um grupo. Entendem que são dois na disputa, até das discussões políticas e aí tenta se ofender. Muitas vezes aqui, vários companheiros fez de várias atitudes

aqui pra prejudicasse Isabel. Porque as vezes não podia prejudicar a mim aí tentava prejudicar Isabel, porque sabia que eu ia na defesa de Isabel: - Se não vou atingir, não posso atingir ele atinjo ela! E assim também aconteceu com a Elizete também aqui no sindicato”.

No depoimento de Jenuíno é possível perceber que a presença das mulheres na direção do sindicato, termina por modificar alguns hábitos adquiridos por alguns diretores casados, que costumavam interditar o espaço sindicato às suas mulheres, invalidando uma lógica machista associada ao papel do militante, anteriormente revelada por Vazquez. Essa se apoiava, ao que tudo indica, em um tipo de solidariedade estimulada pela composição majoritariamente masculina da diretoria do sindicato. Jenuíno por exemplo, sentiu a sua liberdade diminuída com o início da relação com Isabel. Sendo também diretora, ela conhece a quase totalidade da sua agenda de trabalho no sindicato, forçando-o à mudança de atitudes e hábitos em relação à instituição:

“Tem momentos também que você por causa da sensibilidade da mulher, tem coisas que ela não consegue entender, mesmo tando na luta e aí quando passa o companheirismo, eu cito até um exemplo, eu tenho vários amigos que tem companheiras. Até a gente brincado assim, a gente brincando é tudo assim: - Vai dar o seu zignow! Aí ela conversando assim, que ela conversa com Isabel, aí eu vejo que as mulheres ficam, aí muitas vezes sabe que o cara tem outra mas não consegue absorver, não consegue entender, aí já vê a coisa de uma outra forma”.

Assim como o casamento tende a originar problemas na militância, a militância pode causar desavenças no casamento. Ao menos, é esse é o entendimento de Jenuíno sobre essa a relação casamento – sindicato. Para ele o resultado da equação é negativo e é possível perceber que responsabiliza a esposa pelos problemas. Acreditamos que seria muito importante ter ouvido Isabel falar sobre a sua experiência sindical, para entender melhor a lógica desses processos. Infelizmente, como explicamos no capítulo anterior, no período em que realizamos a pesquisa de campo, não foi possível colher o seu depoimento. Então, temos somente a versão de Jenuíno:



“Então eu vejo que na questão desse relacionamento (...) no meu caso ainda é imatura ela em alguns aspectos. No processo de discussão, tem coisas aqui que a gente vai discutir, ela tem uma proposta, ela entende que eu tenho que acompanhar, eu não posso nem lançar uma proposta. Então são essas coisas assim, pequenas coisa que a gente até se zanga mesmo e a coisa pega mesmo, mas, no mais, depois a gente concilia. E isso tem de ser assim é assim, você não pode, quando existe uma proposta a gente tem que vê o que é melhor, a gente de vê o que é o melhor pra entidade, não o que melhor pra gente, porque em primeiro lugar tá a entidade (...). Tem que entender que aqui na entidade nós somos diretores, nós somos diretores da entidade. A nossa relação de convivência, a gente tem que viver aqui harmoniosamente, mas nosso relacionamento é fora da entidade, na entidade tem que respeitar o estatuto e o que é praticado na entidade (...). Então até as vezes até quando a gente até, o que coincidência que se voto junto em uma proposta as pessoas já também absorvem, entende que: ah, tá votando porque é a mulher, tá protegendo! Não, as pessoas tem que entender que é a entidade, a gente tá zelando pela entidade. Então essas coisas assim que dificulta tanto na vida sindical e na vida partidária, porque ela também é militante do PC do B também, ela é presidente do PC do B em Dias D’Ávila. Aí tem algumas ações que quando às vezes assim, eu vou emitir até a opinião ela fica zangada e a gente já chegou até a discutir forte mesmo, se zangar mesmo”.

### **Os Diretores de Camaçari: Cleyson, Rodriguez e Joel**

A entrevista com Cleyson foi realizada na sede do Sinditêxtil em Camaçari, por indicação de Tristã. Ela, pessoalmente, telefonou para vários dos diretores de Camaçari. Ele, Rodriguez e Joel foram os únicos que manifestaram interesse em participar das entrevistas. Cleyson entrou no ramo têxtil em 26 de junho de 2002, trabalhando na empresa Qualit World, uma prestadora de serviço da Cata-Nordeste e, três meses depois, foi contratado pela própria Cata-Nordeste, em 1º de agosto de 2002, empresa na qual trabalha até os dias atuais, na produção de tecidos sintéticos desempenhando a função de operador de instrutor. Na CATANORDESTE produz sacaria para açúcar e café além de tecidos para produtos químicos. Neste trecho, ele descreve as etapas do processo de produção.

“Instrutor é um, é uma máquina, um equipamento que ela produz, ela inicialmente o polipropileno, a matéria-prima, chama matéria-prima é o polipropileno, ela entra pelo alimentador e de acordo com as temperaturas são programadas, ela é derretida e a onde sai o filme que é cortado por laminas que vira rafia (...). Isso é o processo que nós fazemos e fazemos o processo de bobinamento e aí elas são enviadas pra o setor de Tecelagem Leve, fazemos também pro tecelagem plana, Big-Beg e Urdideira”.

Não há mulheres trabalhando em seu setor. Ele acredita que isso se deve ao fato de que há necessidade de muita força física para trabalhar nesse setor, já que as bobinas precisam ser trocadas com frequência e, como pensam cerca de 12 a 17 quilos, seria uma tarefa muito difícil para ser realizada por mulheres. No entanto, em todos os outros setores, há mulheres trabalhando. No setor em que trabalha, são comuns os acidentes de trabalho, em particular com o estilete, instrumento que todo operador carrega. Segundo Cleyson os cortes com estiletes são frequentes e ele próprio já se cortou:

“A maioria dos casos são cortes, no setor de Tela Plana, o pessoal vai tirar um peso chamado, é um cilindro de ferro, onde ocorreu um acidente que caiu no pé de um companheiro de trabalho. Voltando agora para a Tecelagem Leve porque o pessoal da Tecelagem Leve eles utilizam o estilete pra limpar o restante de resíduos. Então a posição, geralmente eles cortam assim, então geralmente eles se cortam ou braço ou pernas. Então os acidentes são muitos”.

Foi a convite de Tristã que Cleyson entrou no movimento sindical. Ele lembra que a sua participação por dois anos na CIPA o instigou a lutar para a correção das “irregularidades” que via dentro da empresa, a exemplo das valas que deixadas abertas causavam inúmeros acidentes, porque as pessoas frequentemente caíam dentro delas. As lembranças da vida sindical são lembranças de lutas e conflitos com o patronato, a exemplo da paralisação de sete dias da CORDEBRAS em março de 2007:

“Nós fizemos uma paralisação lá, foi uma luta considerada de uma política vencedora, entendeu. Porque os trabalhadores eram feitos de escravos, eram tratados como cachorros,

entendeu. Os patrões mandavam os trabalhadores calar a boca, o pessoal chegava um minuto atrasado eles mandavam o pessoal dizer que perdeu a sexta, por causa de um minuto de trabalho. Tudo isso o pessoal foi passando pra diretoria do sindicato, o sindicato acionou os diretores, fizemos uma greve entendeu, saímos, foi uma luta política realmente vencedora”.

A entrada no movimento sindical foi vivenciada como uma experiência que intensificou tanto as relações de solidariedade com os outros trabalhadores, quanto os conflitos de classe com o patronato. No que diz respeito à sua vida familiar, também houve um distanciamento de sua esposa já que ser militante sindical não liberado implica na utilização de parte do seu tempo livre de trabalho para a realização das atividades sindicais. Essa situação que exigiu uma negociação - segundo ele, bem sucedida - com a sua esposa:

“Mudança sempre há né, as vezes você não está na empresa e você poderia está em casa, as vezes eu estou no sindicato. Como agora mesmo estava em casa, tava folgando, eu poderia está em casa mas é uma coisa que eu conversei com minha esposa, ela entendeu, falei pra ela que eu tava na entidade pra ajudar a base, a categoria que eu faço parte entendeu e foi pelo meu modo de vê foi bem aceito por ela, nós conversamos bastante, ela perguntou se não tinha perigo até de eu sofrer ameaças que partem da empresa, eu expliquei pra ela tudo e no meu modo de vê foi bem aceito (...) Com os colegas de fábrica mudou simplesmente que o pessoal, os colega de trabalho me procuram bastante pra saber de coisas que as vezes eles tão dentro da fábrica e não sabe. Me fazem bastante perguntas, eu também converso bastante com eles e tento explicar. Agora você me pergunta assim, se mudou bastante o comportamento da chefia comigo, aí vou falar que mudou também, bastante. Mas mudou no fato de que eles vinham, conversavam comigo, era supervisor, era gerente, é diretor entendeu e hoje em dia educadamente eles passam e da bom dia, boa tarde, boa noite mas num é aquela mesma coisa”.

Para Cleyson, a participação das mulheres na direção do sindicato é importante uma vez que acredita que há uma maior receptividade das trabalhadoras para com as diretoras do que para com os diretores. No entanto, Cleyson desconhece o papel de Elizete na história do Sinditêxtil. Na verdade, nunca ouviu falar dela. Sobre Daniel Almeida, sabe da sua

participação na direção do sindicato no passado, que ele colocou seu carro a serviço da instituição e nada mais. Também desconhece que Romano já foi presidente do Sindicato. Na verdade, estando em seu primeiro mandato como diretor, ele conhece muito pouco sobre o passado do Sinditêxtil e da sua sede em Salvador. Sobre ela, sabe apenas que é uma sede própria. Talvez, em função da sua recente entrada na direção do sindicato, Cleyson tenha uma perspectiva tão positiva em relação ao futuro do movimento. Ainda que reconheça as dificuldades de um presente marcado por demissões e dificuldades financeiras resultantes da diminuição da arrecadação, sua expectativa em relação ao futuro é muito otimista. Enquanto militantes mais antigos, que entraram no sindicato em décadas anteriores, experimentam a sensação de enfraquecimento da capacidade de mobilização do sindicato, Cleyson aposta no crescimento:

“A perspectiva que eu vejo é que o movimento sindical é um movimento bom, entende? Eu acredito nesse movimento e tenho plena certeza que temos que, precisamos de bastante ajuda pra até nos atualizarmos mais, cada vez mais, entendeu e consegui mais vitórias. Até porque o movimento sindical é um movimento forte, bom. A minha expectativa pro futuro é melhora, melhora bastante né, isso aí”.

Como Cleyson, Rodriguez está em seu primeiro mandato como diretor do sindicato. Nenhum dos dois é filiado ao PC do B ou a outros partidos. Rodriguez veio de São Paulo. Começou a trabalhar na indústria têxtil aos 16 anos, em 1979, como ajudante<sup>153</sup> de tecelagem, movido pelas dificuldades financeiras trazidas pela morte de seu pai. Somente a renda oriunda do trabalho da mãe não era suficiente para cobrir os custos da casa. Depois exerceu as funções de tecelão e enfiador<sup>154</sup> e hoje é encarregado de produção. Já ouviu falar de Daniel Almeida e Elizete, mas também conhece muito pouco sobre a história do sindicato e da sua sede. Na verdade, o desconhecimento do passado da instituição é algo que aparece para ele como um problema:

---

<sup>153</sup>De acordo com Rodriguez, Cabe ao ajudante manter sempre o local de trabalho limpo, a máquina limpa e observar a produção para que as máquinas não fiquem sem fio.

<sup>154</sup> Em São Paulo, designa-se por enfiador o operário responsável por passar o fio pelo orifício da barra de facetas. Segundo Rodriguez, nas indústrias daqui da Bahia, outro sistema é utilizado.

“Olha, nessa parte aí eu conheço bem pouco, bem pouco. Mas pelo o que eu já ouvi falar diz que esse sindicato já foi bom, muito bom mesmo, tem história, muitas coisa aconteceu, muitas conquista, pessoas que fizeram nome no sindicato, que hoje é conhecido, como o deputado federal Daniel Almeida. Diz que a esposa dele foi uma batalhadora muito grande também. A ex-esposa, melhor dizendo, a Elizete, entendeu! E outras pessoas né, que passaram aí e fizeram parte do sindicato. Isso foi segundo o que eu fiquei sabendo assim por cima, alguns comentários. Porque até mesmo dentro do nosso sindicato a gente não discute muito a história do sindicato. Eu acho que devia ter uma coisa assim, agora conversando com você é uma coisa que me chamou a atenção, isso aí, eu acho que a gente devia realmente saber realmente o que é o sindicato né, a sua história, a sua origem. Porque você saber que foi um sindicato respeitável, de grandes conquistas, então eu acho que tem que ser uma coisa memorizada isso aí...”

Rodriguez é funcionário da BMD Têxtil, empresa do Pólo especializada na produção de tecidos para impermeabilização. A posição que Rodriguez ocupa no processo produtivo dá a ele uma visão bastante diferenciada dos demais sindicalistas. Como encarregado de produção, Rodriguez tem acesso direto aos gerentes da fábrica e a sua função é a de fiscalizar o desempenho dos trabalhadores na produção. O que seria visto por outros trabalhadores como uma função repressiva, para Rodriguez é uma oportunidade de liderar e defender os interesses dos trabalhadores. Como encarregado, observou que, por diversas vezes, a empresa não honrou compromissos básicos com os trabalhadores, a exemplo do pagamento das horas extras. A insatisfação com esse tipo de incidente o levou à militância sindical.

Como sua esposa acatou sua decisão de entrar na vida sindical, a vida família de Rodriguez não foi atingida quando assumiu o papel de militante. A primeira greve de que participou como diretor sindical foi a da empresa Cordebrás, em 2007, para ele uma greve fracassada. Além de criticar o modo como a greve da Cordebrás foi conduzida pelo presidente do sindicato, Rodriguez acredita que é necessário haver uma renovação das relações do Sinditêxtil com a sua base, que é preciso ir além das visitas às fábricas na época da campanha salarial. Ele acredita que hoje, na direção do sindicato, faltam “pessoas de atitude”. E se refere a outros diretores que pensam como ele e desejam operar mudanças na instituição. Para ele, essa divergência se traduz como uma oposição entre o velho e o novo:

“Olha, dentro do nosso sindicato, eu, se depender de mim e de alguns companheiros novos a gente quer mudar a cara desse sindicato aqui, um sindicato mais de atitude. Não pra chegar na porta da fábrica pra fazer bagunça, não. Realmente lutar por coisas sérias e conquistar a vida, resgatar a confiança dos companheiros que estão dentro da fábrica, que são os verdadeiros pilares do sindicato, que é quem sustenta o sindicato com suas mensalidades, suas contribuições. Então eu acho que o sindicato, eu vejo que nós temos toda a força pra realmente mudar isso e ter aquela confiança de volta, eu acho que está um pouco desacreditado por parte dos companheiros (...) Não sei a idéia dos que são mais velhos, se já tão cansados, desgastados da luta, não sei, talvez pelo que já passaram. Mas é aquele negócio, quando o sindicato fica parado, não age, fica desacreditado, entendeu. Então eu acho que tem que ter sangue novo mesmo! Tem que chegar e ir até o trabalhador buscar a informação necessária, saber do que está acontecendo pra poder agir”.

Um aspecto importante, para Rodriguez, no processo de renovação da luta sindical é a questão dos benefícios ou serviços que a instituição deveria oferecer para os seus associados e suas famílias envolvendo educação, lazer e saúde. Rodriguez traz essas idéias a partir da sua experiência em São Paulo onde os trabalhadores, além de serviços médicos oferecidos pelo sindicato, podiam usufruir de uma colônia de férias. Ele observa que essas idéias não são recebidas de forma muito positiva pelos “velhos de sindicato<sup>155</sup>”. É interessante observar que as idéias de Rodriguez aproximam-se bastante da concepção de vida sindical defendida por Seu Valdo, pois a ausência de um programa de benefícios por parte do Sinditêxtil seria a medida exata da sua decadência:

“Acho que num é só brigar, só lutar, assim na porta da fábrica. A gente vai ter que brigar por ferramentas também pra conseguir ajudar a quem está lá fora, entendeu? (...) O sindicato também tem que criar benefícios próprios em prol da categoria (...) Através do que? Através de um curso, de qualquer coisa que incentive trazer informações, relacionado

---

<sup>155</sup>Ele identifica esse grupo como composto por Diretores como Tristã, Joel, Jenuíno, Isabel, Romano e principalmente o presidente, Amarício. Os diretores que se alinham com o seu pensamento são trabalhadores da empresa Kordsa, Osmar e Robson.

dentro daquele trabalho, procurar pessoas capacitada no ramo têxtil e ter palestras ou mesmo pequenos cursos. Os benefícios que eu vejo dentro do sindicato eu vejo muito pouco (...). Eu falo isso porque lá em São Paulo, eu trabalhava numa empresa que eu não tinha convênio, eu era associado, eu e minha família nós era bem atendido no sindicato, clinico geral, pediatra, dentista. Então são coisas que eu vi que hoje eu sendo sindicalista eu gostaria de trazer pro meu sindicato (...) Então, eu vejo que o sindicato devia ter um quadro clinico, pelo menos em geral, um médico especializado na saúde da mulher, ginecologista, qualquer coisa, um dentista (...) Então o sindicato realmente deixa muito a desejar, está uma decadência muito grande, uma carência muito grande...”.

Joel, atual coordenador da sub - sede do Sinditêxtil em Camaçari, entrou no ramo têxtil em 1992, mas está afastado do trabalho na KORDSA desde 2003, em função de um acidente de trabalho. O tempo verbal que utiliza para fazer referência às lembranças da atividade fabril é o passado, ao contrário de Rodriguez e Cleyson que, por ainda exercerem as suas funções produtivas, presentificam as suas lembranças. Nas recordações de Joel, o “chão da fábrica” é caracterizado como um lugar de dor e sofrimento, sobretudo no que se refere à empresa em que trabalhou anteriormente, a Cata Nordeste:

“Muita pressão de produção, encarregados, supervisores e as condições era as piores possíveis. Eu digo porque tenho essa experiência de trabalhar dois anos e sete meses lá e foi a pior empresa que eu trabalhei até hoje (...) Muito barulho, muito barulho! As máquina ali chegava a 105 decibéis, quando a situação era 85 o suportável, o suportável era 85, chegava a 105 (...) Tem uns colega meu que lesionaram aí, mandou tudo embora. Hoje mesmo teve um aqui (...) ele trabalhou um tempo, se afastou, aí mudaram ele de função porque num podia exercer mais a função. A empresa quando faz isso já chama pra fazer acordo, num respeita nem a estabilidade do cidadão. Infelizmente é assim, né! (...) Que o cara no acidente de trabalho ele tem uma estabilidade de dois meses. Mas a coisa lá hoje tá tão desordenada que o cara volto hoje, na semana ele chama. Diz que não tem mais interesse mais naquele funcionário e tal, e aí faz aquela pressão pra alguns fazerem acordo. Muitos fizeram, muitos colegas fizeram! A empresa tem em média, 60, 70 funcionário afastado hoje..”.

Tornou-se diretor sindical a convite de Barbosa, na época em que este era Presidente do Sinditêxtil. No momento, desempenha o seu terceiro mandato como diretor. Tendo mulher e filho, Joel lembra que os impactos da militância sobre a sua vida familiar foram negativos, já que as mobilizações comprometiam seu dia e, também, a sua noite. Várias discussões domésticas com a sua esposa ocorreram por conta disso. Por outro lado, a vinculação ao espaço sindical parece favorecer aos homens que, tinham relações extraconjugais e utilizavam a militância como álibi. Segundo ele, há um compromisso entre os homens para salvaguardar, ao mesmo tempo, suas atividades sexuais e sindicais: “Ninguém entrega o outro não, ninguém entrega! Não podia entregar o colega se não... a vida de sindicalista é complicada, ainda mais se entregar dentro de casa, aí é que, problema mais ainda...”.

Como Cleyson, acredita que a participação das diretoras é fundamental para conversar com as operárias de um modo muito particular:

“... mulher trabalhando junta, elas têm mais intimidade uma com a outra. O trabalhador convence também mas, já as mulheres tão dentro do banheiro, tão ali trocando idéia, tão conversando, tão dando um nozinho também né e aí passa a informação, convence a sindicalizar, participar lá fora. Então isso a mulher da a parcela de contribuição dela”.

Do mesmo modo que os outros diretores de Camaçari que entrevistamos, Joel não vê com bons olhos o atual momento pelo qual passa o sindicato. Reflete sobre as dificuldades de atender aos trabalhadores de cidades como Valente, Coité, Pirolândia, Queimadas, São Domingo, que, na prática, terminam por não ter representação sindical; sobre o distanciamento de políticos que poderiam fortalecer a luta sindical - a exemplo do próprio Daniel Almeida - e afirma que, hoje, o sindicato perde credibilidade ao perder negociações de datas-base, situação que leva a um desgaste com os trabalhadores. Não se recorda de greves vitoriosas, mas da agressão que o atual presidente do sindicato sofreu em uma greve:

“Lembrança, boas, tão boas eu num tenho. Porque infelizmente a gente, como eu digo, a gente somos de um sindicato que perdeu muita força e os nossos, nossos representantes infelizmente deixam muito a desejar, eles só aparecem nas horas de voto e a presença influência muito. Então os nossos parlamentares aí que infelizmente eles não



comparecem tanto. Porque hoje eu vejo alguns sindicatos, é deputado federal, estadual, vereadores, parlamentares infelizmente deixam muito a desejar. Então isso aí já também enfraquece um pouco. Porque tem uma greve hoje, por exemplo, vai ter um greve, um movimento na Cata Nordeste o ano retrasado, se tivesse um Daniel Almeida lá, um outro parlamentar num tinha acontecido o que tinha acontecido, chamarem a policia, que ia chamar a policia, deu empurram no presidente. Então isso aí...E pra mim foi uma péssima lembrança, num foi boa lembrança porque eu vendo um companheiro levar uma pancada de um policial e a gente infelizmente não poder fazer nada, porque até o policial do jeito que agiu com ele ali poderia, eu, dirigentes colegas que tava ali com a gente se partir pra cima vai tomar um tiro, infelizmente...”.

O passado da instituição aparece nebuloso para Joel. Ele acredita que a sede do sinditêxtil foi construída na década de 1940 e sabe que o sindicato teve diretores bastante combativos no passado, a exemplo de Daniel Almeida, Barbosa, Vazquez, Raul, Amarício e Elizete, personagens que pertencem a uma época muito diferente, em que o Sinditêxtil foi uma referência, no movimento sindical. O presente para ele é visto como um momento de perdas, em que o sindicato está “batendo cabeça”.

### **Um ex-sindicalista: Elenildo**

A indicação de Elenildo como depoente veio através de Romano. No entanto, o nome dele também foi sugerido pela banca de qualificação desta tese. A entrevista foi feita em seu local de trabalho, o CEFET, instituição da qual é professor. Ocupamos uma das salas de reuniões, de modo que alguns professores transitavam livremente pelo recinto, fato que gerou algumas interrupções na gravação. Elenildo nunca ocupou um cargo na direção do Sinditêxtil. No entanto, sendo militante do PC do B desde 1979, participou ativamente das lutas no final dos anos 1970, para obter o controle da entidade. Entre 1975 e 1976, trabalhou como técnico em instrumentação na empresa Safrontegin, situada no Centro Industrial de Aratú. Em 1979, atuava como estagiário de instrumentação na empresa FISIBA, empresa do Pólo Petroquímico e juntamente com o italiano Antônio Lazaroto mobilizaram os trabalhadores têxteis para

participarem de um acordo coletivo que seria celebrado entre o então Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem e as indústrias têxteis, uma vez que a lógica da diretoria do sindicato na época tendia a excluir os trabalhadores da negociação.

“E quando, quando descobrimos que esse, essa convocação, essa possibilidade de um acordo, de uma negociação de um acordo coletivo do sindicato com as empresas, que seria feito na surdina, em segredo, sem conhecimento dos trabalhadores, apenas num acerto fechado entre a diretoria dos sindicatos, nós quando descobrimos isso descobrimos também a chave para começar essa trajetória que vem até hoje de mudança, de nova, novo espírito de luta, de combatividade, do Sinditêxtil, desde então até hoje, começou aí (...). À noite, depois do trabalho, eu e Antonio Lazaroto, elaboramos lá mesmo na hora, no Sindiquímica, um boletim, um boletim informativo explicando o quê que estava acontecendo no movimento sindical, falando as reivindicações possíveis, falando da situação dos trabalhadores têxteis e conclamando os trabalhadores têxteis pra participarem de uma assembléia no sindicato localizado na Rua dos Fiaes, no dia tal, hora tal, dia e hora tal (...). Fizemos isso sem assinatura e tal e saímos depois pra distribuir esse boletim informativo nas empresas para os trabalhadores. Eu com o Antonio Lazaroto; Henrique, que era um petroquímico lá do Sindiquímica e Jaques Wagner, que é o governador hoje. Usando o carro do Jaques Wagner e ele dirigindo o carro, que era um fusquinha (...). Em agosto essa assembléia, lá no sindicato, o Largo da Rocinha dos Fiaes ficou superlotado de trabalhadores. Os trabalhadores aceitaram a convocação, se mobilizaram e compareceram em massa, foi uma grande festa, uma alegria, muito entusiasmo, animação. Há décadas, depois do golpe militar de 1964, nunca mais tinha havido absolutamente nada, nada, definitivamente nada na categoria têxtil na Bahia. Então foi uma virada de página, abriu-se um novo mundo, uma nova história”.

De acordo com Elenildo, a pauta de reivindicações podia ser considerada bastante avançada para a época, envolvendo como aumento de salário (60% de aumento), ganhos por produtividade, saúde, além do estabelecimento de uma data base que coincidissem com a dos bancários, petroleiros e petroquímicos, de modo a unificar as lutas sindicais como um todo. Além disso, a instalação das empresas de fibras sintéticas na Bahia levou à formação de um

operariado diferente das fibras naturais, com um processo produtivo e equipamentos que o aproximavam substancialmente do operariado do pólo petroquímico.

A partir da assembléia de agosto, foi organizada uma comissão de negociação salarial para dialogar com as empresas, uma vez que a pauta de negociação era estranha à diretoria do Sinditêxtil naquele período, para Elenildo, uma diretoria “pelega”, que evitava a todo custo a “mobilização dos trabalhadores”. O aumento constante do número de trabalhadores às assembléias fez o grupo procurar lugares, cada vez maiores, para as reuniões a exemplo do auditório da Associação dos Funcionários Públicos, na rua Carlos Gomes e o auditório do Sindicato dos Estivadores, no Comércio. O crescimento desse movimento levou à organização de uma chapa de oposição para concorrer á direção do sindicato:

“... Então nós conseguimos constituir uma chapa da oposição, o presidente que encabeçava a chapa era Edson Sales, engenheiro de produção lá na COBAFI e... Ah, o operário que fazia parte lá dos Fiaes era Sr. Edson, e Maria. Ou seja, aqueles membros da comissão de negociação se transformaram em membros da chapa na eleição pra diretoria do sindicato, entende? Eu, como era estagiário não pude participar desta reunião e, além disso, os pelegos sabiam que eu tinha a responsabilidade principal de dirigente daquele processo. Quando a campanha salarial acabou e o acordo salarial foi assinado, na semana seguinte em Outubro, o setor de recursos humanos da FISIBA me chamou e disse que tava cancelado o meu contrato de estágio. Não deixou mais nem eu falar nada, voltar, arrumar nada, me botou pra fora. Só que eu continuei, mesmo fora da empresa continuei frequentando o sindicato, continuei a organizar a oposição sindical, mantive as reuniões da oposição sindical, Criei um jornalzinho que se chamava *Fibra*. Depois, quando foi tomado afinal o sindicato, que esse nome que era do jornalzinho da oposição, passou a ser o nome do jornal oficial do sindicato. Mas as urnas dormiram dentro do sindicato e os membros da oposição dormiram na porta do sindicato, acampado na porta do sindicato. Só que tinham pelegos dentro do sindicato a noite e abriram as urnas, fraudaram os votos. Foi uma fraude escandalosa e perdemos pela fraude ! Em 1982 teve uma nova eleição no Sinditêxtil, houve essa nova eleição no Sinditêxtil, aí uma nova chapa da oposição conseguiu, conseguiu ganhar a eleição. Nessa nova chapa, ela estava encabeçado, o presidente dessa nova chapa que ganhou a eleição do Sinditêxtil, quem

era o presidente era Daniel Almeida, que hoje é deputado federal, PC do B, que era da COBAFI”.

É possível observar que a narrativa de Elenildo reafirma um sentimento e uma representação sobre o passado que são coletivamente compartilhados pelos diretores e diretoras do sinditêxtil, a saber, a idéia da grande ruptura dos anos 1980, a grande batalha contra os pelegos, liderada por Daniel Almeida. No entanto, é necessário notar a presença de importantes variações em sua narrativa. Primeiramente, a construção de um “eu” protagonista, através do qual Elenildo coloca-se como o grande mentor e a principal liderança que deu origem ao próprio movimento oposicionista. É possível ver isto no trecho em que ele se refere ao jornal “Fibra”:

“Aí fui eu que, o primeiro número foi eu quem redigiu todo ele, do começo ao fim, as quatro páginas e fui eu que fui na gráfica, negocieei a impressão, fizemos coletas de ajuda dentro das fábricas pra pagar a impressão. Impresso em gráfica, bacana, papel original, apresentando a chapa, os membros da chapa, com a plataforma, como uma análise da situação política do país, com denuncia sobre os pelegos, proposta de trabalho do sindicato. Então é um belo jornal...”.

A formulação desse “eu protagonista” pôde ser vista em vários trechos da narrativa de outros depoentes. Barbosa a utilizou de forma contundente quando afirmou “Eu comprei a briga, eu assumi o sindicato...”. Talvez Barbosa sendo candidato a vereador quando me ofereceu a sua entrevista sentisse a necessidade de mostra-se um líder político combativo, a alguém que poderia ser um dos seus eleitores. E no caso de Elenildo? Nas entrevistas que realizamos, seu nome foi citado apenas por Romano como alguém relevante na história do sindicato. Mas o próprio Romano não forneceu muitos detalhes sobre a natureza específica da sua contribuição. Em seu depoimento ele nos oferece informações importantes sobre a origem do jornal oficial do Sinditêxtil, o “Fibra” e sobre a importante significação histórica da mudança do nome do sindicato de “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem” para “Sinditêxtil” (à semelhança de Sindiquímica e Sindipetro).

Podemos supor que, ao assumir o controle da instituição, o grupo da oposição sindical entendeu que era necessário um novo nome para simbolizar a ruptura política que acreditavam

representar. Além disso, sua narrativa contradiz um elemento central nos depoimentos que colhemos nos quais há a afirmação de que Daniel Almeida teria perdido a primeira eleição, em 1979, para os “pelegos”. Barbosa por exemplo, chega a afirmar, sobre a eleição de 1979: “a primeira nós perdemos”. O que esse sujeito coletivo significa exatamente, já que ao que tudo indica, ele nem mesmo integrava a chapa do grupo da oposição sindical?

Provavelmente, esse “nós” diz respeito ao sujeito partidário do qual Barbosa acredita fazer parte. Nessa perspectiva, a afirmação de Barbosa não se mostra falsa, mas semanticamente não situada<sup>156</sup>. É também curioso que, em seu depoimento, Elenildo não tenha evocado inicialmente a figura de Elizete. Referiu-se à liderança de Daniel e fez menção a Elizete somente quando eu perguntei sobre ela.

“É, depois da derrota de 1979, por causa da fraude, aí apareceram, as duas pessoas que mais se destacaram na continuidade do trabalho na oposição, foi nas reuniões, nas portas de fábrica, nas campanhas salariais, nas comissão de negociação, no confronto com os pelegos e tal. Em diversos episódios a gente, que foram se legitimando, que foram, aos olhos dos trabalhadores das diversas empresas, exatamente Daniel Almeida e Elizete. Todos eles da COBAFI”.

No entanto, lembrou-se do Sr. Edson, Maria, Lazzarotto, nomes que não foram citados por mais nenhum depoente que entrevistamos. Apesar de Romano, Jenuíno e Vazquez fazerem referência à atuação de Raimundo Verdugo ao lado de Daniel, quando perguntei a Elenildo sobre ele, recordou-se que Verdugo havia saído do PC do B e se filiado ao PT e acrescentou:

“Mas não era um dos operários, um dos ativistas importantes... Sem sombra de dúvida, sem sobra de dúvida eu dúvida, eu acho que chegou o momento que ele foi pego por uma chapa do PT... Mas não tinha força assim, não tinha liderança... Esse Daniel, Elizete, Romano, Vazquez - depois apareceu Amarício, esse era o pessoal mais representativo...”.

---

<sup>156</sup> Aqui é preciso lembrar PORTELLI (1997, p.33) quando afirma que “não há falsas fontes orais” já que mesmo “as afirmativas erradas são psicologicamente corretas”, uma vez que a memória não é “um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações”.

No entanto, como já sabemos, Amarício entrou na militância no início dos anos 1990. É possível que, por detrás da seleção dos eventos que encontramos no depoimento de Elenildo, exista um princípio de seleção dos fatos orientado pela representação que o seu partido, o PC do B, possui desse período, representação na qual o partido ocupa o papel de principal protagonista.

## **História e Memória**

Do ponto de vista historiográfico, é preciso estabelecer um certo distanciamento e fazer a devida crítica a esses depoimentos. Devemos, primeiramente, indagar se realmente ocorreu uma fraude nas eleições do Sinditêxtil de 1979. A idéia de fraude também aparece no depoimento de Seu Valdo, mas no sentido inverso: Seu Valdo atribuiu a vitória de Daniel Almeida a uma fraude. Para ele, Daniel não teria o tempo de sindicalização necessário para se candidatar<sup>157</sup>. O famoso episódio das urnas fraudadas presente nas narrativas dos sindicalistas realmente aconteceu? Era Madeira um interventor ou um diretor eleito? Será que realmente, ao longo de toda a década de 1970, o sindicato não contribuiu para que houvesse avanços na categoria?

Ao afirmar que Madeira estava há quase 30 anos no poder, Jenuíno se mostra muito longe dos fatos. Sabemos que, em 1949, ele, Madeira, ainda não era o presidente do sindicato. A documentação anteriormente examinada no arquivo do sindicato revela que, até meados dos anos 1960, a presidência do Sindicato coube a Lourival. Portanto, o controle do sindicato por Madeira não poderia ser anterior a essa época. Logo, seria necessário investigar os documentos referentes às décadas de 1960 e 1970 para melhor compreender esses acontecimentos.

No entanto, não é possível negar a importância que esses depoimentos possuem para compreensão da importância do movimento sindical para o processo de redemocratização dos anos 1980 e para a construção de uma história da classe trabalhadora têxtil<sup>158</sup>. Grosso modo, entendemos que a entrada dos trabalhadores oriundos das indústrias de fibras sintéticas

---

<sup>157</sup> Esse argumento foi, em realidade, utilizado por Madeira para tentar impugnar a candidatura de Daniel Almeida.

<sup>158</sup> Para PORTELLI (1997), o valor do testemunho oral não está em sua “aderência aos fatos, mas em seu afastamento dele” enquanto expressão do imaginário e da vida simbólica.

situadas do Pólo Petroquímico trouxe para o sindicato uma orientação inteiramente nova, abrindo novas possibilidades de militância e oferecendo uma compreensão inteiramente diversa do significado da vida sindical amparada por uma visão mais ampla das necessidades e possibilidades de ação dos trabalhadores enquanto classe. O conceito de classe social que passou a ser compartilhado pelos sindicalistas a partir desse período extrapolava a noção de categoria profissional, uma vez que abarcava a classe trabalhadora como um todo!

No que diz respeito às narrativas dos homens, encontramos diferentes referenciais sociais para o enquadramento de sua memória (HALBWACHS, 2004). Os diretores de Camaçari, que parecem discordar da atual condução política do sindicato, recordam-se apenas de um passado mais próximo, referente aos anos 2000. Tendem a representá-lo de forma negativa, lembrando-se de ações fracassadas do sindicato. Também possuem uma relação mais distante em relação ao passado do sindicato ignorando a sua origem e da sua sede. Os que entraram mais recentemente, como Cleyson e Rodriguez tendem a mostrar-se otimistas em relação ao futuro do sindicato, confiando no sucesso que terão as suas ações enquanto sindicalistas, sustentando a necessidade de uma renovação nos quadros sindicais.

Há fissuras, lacunas na transmissão da memória dos diretores mais “antigos” para os mais novos. As diferentes gerações de diretores do Sinditêxtil não se recordam do mesmo passado. Essa oposição, velhos - novos assume uma significação política para Rodriguez. Ele e Cleyson não compartilham da narrativa da grande ruptura dos anos 1980, momento em que pelegos foram derrotados. Talvez, pelo fato de não pertencerem ao PC do B e, conseqüentemente, não disporem do suporte mnemônico (HALBWACHS, 1990) oferecido pela identidade - e tradição - partidária da qual os demais participam. Eles dividem com os demais da importância da atuação política de Daniel Almeida e Elizete para o passado do sindicato, apesar de não poderem dimensionar muito precisamente a natureza dessa importância<sup>159</sup>. Esses diretores têm em comum com os diretores mais “antigos” a idéia de que a participação política das mulheres enquanto diretoras é fundamental para o sindicato, uma vez que elas obtêm mais sucesso panfletando junto às operárias do que os diretores. Além disso, acreditam que a atuação delas enquanto diretoras deve ser exercida em condições de igualdade para com os homens.

---

<sup>159</sup>. No caso de Cleyson, ele não possui referências sobre Elizete.

No caso dos “velhos diretores”, a significação atribuída ao passado é outra. De modo geral, eles se recordam dos anos 1980 como uma época dourada, permeada de greves vitoriosas, avanços e sucessos, não apenas do Sinditêxtil, mas do movimento sindical como um todo. O marco para o início dessa história foi a eleição do sindicato de 1982, eleição que deu ao PC do B, o controle do sindicato e que representou, para eles, a derrota dos pelegos. Daniel Almeida e Elizete aparecem, nessas narrativas como modelos que encarnam as virtudes desejadas entre os sindicalistas, a saber: serviço, luta e sacrifício. Ocorreu, entretanto, um esquecimento coletivo referente às demissões em massa que, como vimos no segundo capítulo, tiveram lugar ao longo dos anos 1980<sup>160</sup> (POLLAK, 1989; YERUSHALMI, 2006). Outro marco significativo dessa memória é a fusão com o Sindifibras em 1992 e a conseqüente cisão interna que ocorreu dentro da direção do sindicato e recuperação do controle da instituição em 1995. A sua memória é perpassada por um forte enquadramento partidário (HALBWACHS, 1990).

Se há orgulho em relação ao passado, em relação ao presente e ao futuro, existe um sentimento de perda, pessimismo e declínio da capacidade de luta da instituição como um todo. No caso de Jenuíno e Amarício, esse pessimismo mostra-se mais acentuado. Oriundos da indústria de fibras naturais que está em crise há décadas no Estado da Bahia e tendo testemunhado um ciclo contínuo de demissões por parte da FAGIP, eles colocam em cheque a própria possibilidade de continuidade da categoria, a saber, os trabalhadores das indústrias de fibras naturais. As suas narrativas sugerem a existência de importantes marcos sociais associados às lutas específicas que tiveram lugar apenas em sua fábrica, a exemplo da eliminação do salário por produtividade, que se entendeu desde o final dos anos 1980 até o ano de 2002. Isso torna relevante as observações de FRENTESS & WICKHAM (1992) sobre a necessidade de considerar os diferentes fulcros da experiência social do operariado urbano como produtores de memórias diferenciadas, decorrentes das diversas experiências grupais.

Particularmente, no caso de Jenuíno e Amarício, identificamos a existência de um sentimento de perda na vida do eu individual associado à militância sindical e a tentativa de compensar essas perdas através da identificação com um eu coletivo e abstrato, que teria sido favorecido pelas conquistas da militância. SARTORI (2001) encontrou resultados semelhantes

---

<sup>160</sup> A exemplo das demissões realizadas por empresas como Banylsa, Cobafi e Sizalana às quais já fizemos referência no capítulo 2.



analisando as trajetórias de homens e mulheres em sindicatos de Florianópolis. Detectou a tentativa de compensar o sentimento de perdas econômicas ocasionadas pela militância, com o ganho simbólico obtido através do avanço do sindicalismo.

A enunciação dessas narrativas também precisa ser pontuada. Entre os presidentes, Amarício, Romano, Barbosa usualmente assumem o papel de protagonistas da história do sindicato e desferem críticas veladas ou explícitas aos outros presidentes, o que permite a percepção da rivalidade existente entre Barbosa e Amarício.

Também há variações enunciativas que parecem ser típicas aos homens (PISCITELLI, 1993) que não costumam demonstrar suas fragilidades, à exceção dos problemas que atingem seu corpo, a exemplo das doenças. A relação entre vida sindical e adoecimento aparece freqüentemente entre os aposentados. Para eles, a militância deixa marcas no corpo e, em algum momento, determina a retirada do sindicalista da luta. As falas dos diretores usualmente apresentavam-se como análises, problematizações de sua trajetória de vida e das conjunturas políticas pelas quais a instituição atravessou.

Para todos os homens, em geral, a entrada na militância não suscitou distúrbios familiares. Ao contrário das mulheres que entrevistamos, os casamentos dos homens entrevistados (e todos eram casados e com filhos) sobreviveram, aparentemente com certa tranqüilidade, aos anos de militância sindical<sup>161</sup>. Muito ao contrário, sobretudo entre os diretores mais antigos, as relações entre os diretores podiam ser utilizadas até mesmo como suporte ou escudo para a manutenção de relações extraconjugais.

Em todos eles foi possível encontrar uma trajetória semelhante de ingresso no grupo profissional, usualmente através da indicação de um amigo ou conhecido. Do mesmo modo, a entrada no sindicalismo se dava através do convite de um diretor. A experiência do trabalho demarcou profundamente as suas memórias de modo que a data de ingresso era lembrada com muita precisão, assim como as demissões e mudanças de emprego. Não poderia ser diferente, já que essas experiências significam a inserção do indivíduo em um “sistema de relações econômicas e sociais” (BOSI, 1994).

Por fim, do que diz respeito à história do sindicato anterior aos anos 1940, 1950 é interessante notar que Amarício e Jenuíno conhecem parte dela, mas não conversam sobre isso

---

<sup>161</sup> O quadro encontrado aproxima-se muito do descrito por SARTORI (2001), a saber, a “naturalidade” do exercício da militância para os homens.

com os demais diretores. Nos esquemas de “narração e interpretação dos fatos” (BOSI, 1994 p.67) compartilhados pela maior parte dos entrevistados não há uma valorização desse passado. Seus acontecimentos não se mostram significativos, essa época figurando como um tempo que precisa ser esquecido. Existe, portanto um silenciamento em relação a esse passado (POLLAK, 1992) que resulta na impressão de que, a história da instituição de fato, tem início somente a partir dos anos 1980, mais precisamente, a partir da “tomada” do Sindicato por Daniel Almeida, o que parece configurar-se como um caso de esquecimento institucional (DOUGLAS, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS FORMAS ELEMENTARES DA MEMÓRIA

“A memória é uma corrente da imaginação febril: liga o passado ao presente, como uma ponte sutil”.

Filinto de Almeida

Na presente seção recapitularemos os resultados da pesquisa discutidos nos capítulos anteriores. No que diz respeito à história do Sinditêxtil, a revisão da pesquisa referente ao período de 1937 a 1953 apontou a importância da atuação política do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem na formação da classe operária têxtil, contribuindo para a construção de uma representação de classe entre os sindicalistas, processo que data da década de 1950. Em termos práticos, isso significou o entendimento da existência de interesses específicos relativos ao coletivo dos trabalhadores e bem distintos dos interesses da classe patronal. A mobilização para luta centrava-se na luta pela previdência social, pelo salário mínimo, pela aquisição de uma sede própria para o sindicato. É importante lembrar que até a década de 1990, empresas como a FAGIP mantiveram o sistema de trabalho por produtividade, o que na prática implicava no não pagamento do salário mínimo aos trabalhadores. Portanto, a importância das lutas travadas nos anos 1950, não pode ser desprezada.

A vitória da chapa Oposição Sindical nas eleições para a direção do sindicato em 1982, significou, não apenas a obtenção do controle do sindicato pelos operários oriundos das indústrias de fibras sintéticas, mas a atribuição de uma orientação partidária à luta sindical. Sob a tutela ideológica do PC do B, esse novo operariado, valendo-se da solidariedade propiciada pela identidade partidária, formou alianças importantes com categorias como os metalúrgicos, bancários e petroquímicos.

Além do vínculo ideológico propiciado pela identidade partidária, o fato de várias das indústrias de fibras têxteis localizarem-se no Pólo Petroquímico de Camaçari possibilitou a construção de uma pauta comum de reivindicações para trabalhadores de diferentes categorias, elemento importante para mobilizações coletivas como greves e paralizações que ocorreram nos anos 1980 em defesa dos direitos dos trabalhadores. É a partir desse período que o sindicato passa a ser chamado de Sinditêxtil. Através de sua atuação política, os sindicalistas conseguiram

celebrar importantes acordos coletivos de trabalho com o patronato. Além disso, conseguiram que várias empresas, que até então não cumpriam com os direitos trabalhistas, como FGTS e férias honrassem o pagamento desses direitos. Também promoveram melhorias nas condições de trabalho das empresas têxteis exigindo a adoção de uniformes e procedimentos de segurança. No entanto, esse também foi um período em que ocorreram inúmeras demissões e fechamento de empresas.

A vinculação partidária ofereceu aos trabalhadores a aquisição de representações mais vastas, que ultrapassavam a consciência coletiva do grupo profissional e que resultaram na construção de uma representação de classe social, que envolvia a condição da classe trabalhadora como um todo, representação dotada de um projeto histórico e político próprio. Uma vez que, nessa representação, as relações entre as classes sociais são pensadas enquanto ocupando posições antagônicas, as ações coletivas realizadas pelos sindicalistas eram inspiradas por esse antagonismo.

Contudo, na memória de seu Edvaldo, o ano de 1982 é lembrado como o momento em que o seu grupo político perde o sindicato para o PC do B. Para ele, esse é instante em que a história da instituição termina. Compartilhando dos valores da conciliação e entendimento obtido através da negociação, oriundos da ideologia trabalhista, Seu Edvaldo entende que a associação com o partido representou a derrota do sindicato, uma vez que o objetivo da instituição era defender os interesses dos trabalhadores e não os interesses partidários.

Trabalhador da indústria do velho ramo têxtil das fibras naturais, Seu Edvaldo discorda da eficácia da greve como instrumento de luta política considerando-a sinônimo de desordem. Sua representação de classe social situa patrões e empregados em pólos diferentes e opostos, mas não contraditórios, enquanto que a nova geração de sindicalistas, que são simultaneamente e militantes sindicais e partidários, concebe as relações entre patrões e empregados em termos antagônicos. Para eles a greve é uma importante estratégia de ataque aos patrões. Entendemos que as greves desencadeadas em 1980, reforçaram as diferentes posições políticas, sociais e econômicas ocupadas pelas classes, além de favorecerem a constituição dos trabalhadores enquanto sujeito coletivo, na medida que, através delas, o sindicato intervinha diretamente no funcionamento da fábrica, subvertendo, assim, a estrutura da disciplina fabril.

No olhar de Seu Edvaldo, fenômenos como o crescente do desemprego no setor têxtil nas últimas duas décadas e o fechamento das fábricas são conseqüências do descontentamento dos patrões causado pelas greves realizadas pelos atuais sindicalistas. Recordando-se do passado do sindicato que remete aos anos 1930, observa com tristeza a ausência de uma prática sindical essencial em sua época: a assistência, exatamente no momento em que se aposentou e mais precisou dela.

Suas recordações retratam em um passado idealizado, um sindicato grande e vitorioso liderado por Dyonisio Rodrigues Menezes, para ele, o fundador do sindicato e, ao mesmo tempo, revelam que na vida sindical, o próprio corpo do sindicalista é sacrificado.

Para os atuais dirigentes sindicais, Seu Edvaldo é visto como o “outro”, como integrante do grupo dos pelegos derrotados em 1982. Ele faz parte de um passado que os atuais sindicalistas acreditam que deve ser esquecido. Em função disso, para nós, Seu Edvaldo é o portador de uma memória silenciada ou subterrânea (POLAK, 1989) à qual procuramos dar voz. De fato, há várias discontinuidades entre eles. A memória de Seu Edvaldo representa uma contra-memória, uma memória “subterrânea” que nega a versão e o significado que os atuais diretores compartilham sobre o passado do sindicato. No entanto, há também uma continuidade notável. Ambos atribuem à experiência sindical os significados de serviço (trabalho desinteressado em prol da categoria), luta e sacrifício, sacrifício esse que é sentido no corpo. Daniel Almeida e Elizete Barbosa são destacados nas recordações de homens e mulheres como figuras heróicas e representados como indivíduos que encarnam essas virtudes. Há também a presença de um sistema de orientação temporal baseado na contagem da sucessão dos presidentes do sindicato e a atribuição de problemas de saúde à militância sindical.

Na memória dos atuais diretores e diretoras do Sinditêxtil, a história do sindicato tem início com a chamada “tomada do sindicato” liderada por Daniel Almeida e Elizete em 1982. Todo o passado anterior a este ano é relegado ao esquecimento e ao silêncio. A história do sindicato é contada a partir do ponto de vista do seu grupo político – partidário e é a história do controle do mesmo sobre a instituição. Os anos 1980 são lembrados como uma época de greves vitoriosas e grandes mobilizações coletivas, como um passado que deve ser rememorado com orgulho, ao mesmo tempo em que esquecem as demissões e fechamentos de

fábricas que ocorreram nesse período. Já os anos 1990 significam o início do refluxo das lutas sindicais, sendo vistos como uma época de disputas internas dentro do próprio sindicato.

Existe também um certo pessimismo em relação ao presente e ao futuro, compartilhado por aqueles que estão há mais tempo na direção do sindicato e que se voltam saudosamente para o passado lembrando-se de grandes conquistas. A atitude pessimista é acentuada nos que pertenceram ao ramo de fibras naturais. No entanto, os diretores que estão em seu primeiro mandato apresentaram uma expectativa bastante otimista em relação ao futuro. Para eles o passado recente vivenciado na militância sindical é visto sob o signo do fracasso.

Em muitos depoimentos foi possível observar sentimentos contraditórios no significado atribuído à militância por parte dos diretores mais antigos. Ao tempo em que se orgulhavam de sua trajetória política, lamentavam pelas perdas materiais que sofreram com a entrada na militância, pois ao tornarem-se militantes, abriram mão da possibilidade de ascensão profissional. Esse sentimento de perda individual é compensado com o sentimento de ganhos no plano coletivo, através dos avanços obtidos em prol da classe.

Rivalidades individuais, como a existente entre Seu Edvaldo e Itamar e discordâncias políticas, a exemplo de Barbosa e Itamar, dão tons diferenciados às suas narrativas e fazem com o que a luta pelo passado seja um elemento central das disputas pelo controle do presente. O pertencimento ao grupo partidário, ao grupo profissional e as relações de gênero contribuíram para a produção de diferentes enquadramentos nessa memória. Grosso modo, podemos falar em uma memória política, referente a acontecimentos eventos relacionados com o partido e a militância sindical, demarcando eventos como a filiação ao partido, a primeira eleição para a direção do sindicato, o ciclo da militância sindical, constituído pelas atividades de porta de fábrica, da campanha salarial e a realização de greves, sendo essa última atividade, a mais valorizada em suas recordações. O enfrentamento da repressão do Estado costuma ser sublinhado nas narrativas que se referem às referências às greves.

Há também uma memória referente ao trabalho, demarcando eventos como a entrada no grupo profissional, as demissões ou mudanças de emprego, o desempenho do processo produtivo, usualmente recordado com muitos detalhes e na maioria dos casos identificando a experiência do trabalho com o sofrimento e o local de trabalho, esse demarcado como um lugar de opressão, acidentes e doenças, uma situação de opressão da qual o trabalhador, muitas vezes só conseguiu emancipar-se ao tornar-se diretor sindical.

Nos depoimentos das mulheres, além da memória política e da memória trabalho, há também uma memória familiar que se mescla aos demais campos. Separações, casamentos, nascimentos de crianças, problemas com os filhos são importantes referenciais que balizam a construção das lembranças das mulheres. Elas colocavam-se no ponto de vista do seu grupo familiar e refletiam sobre como os problemas oriundos da militância sindical afetaram as suas familiares e amorosas. Não necessitavam ser inquiridas para problematizarem a sua condição de mulheres que atuaram no trabalho fabril. Isso era feito espontaneamente, enquanto os homens precisavam ser questionados sobre como era relacionar-se com as mulheres no ambiente de trabalho.

A experiência da sindicalização foi vivenciada de forma diversa por homens e mulheres. Usualmente, para os homens não era difícil conciliar trabalho, militância e família. Alguns, inclusive utilizavam-se do espaço do sindicato para acobertar suas relações extraconjugais. Para as mulheres, a situação era a oposta. Os maridos usualmente viam a sua participação na militância como algo incômodo e procurando cercear a sua participação nas atividades políticas do sindicato, situação essa gerava muitos conflitos. Enquanto nenhuma das mulheres conseguiu manter o seu casamento ou constituir outros, todos os homens ainda permanecem casados. Por outro lado, a formação de casais dentro da militância sindical é algo que pode ocasionar tensões entre os diretores e gerar desentendimentos na relação conjugal em função das constantes tensões políticas que têm lugar no espaço sindical.

Os homens reconhecem a importância da participação das mulheres na atividade. Em seus depoimentos está presente a idéia de que, além de fazerem tudo o que os homens fazem, as mulheres desempenham tarefas nas quais os homens costumam obter pouco sucesso, a exemplo da panfletagem junto a outras trabalhadoras nas fábricas. Hoje, o sindicato estimula a participação das mulheres como uma resposta, obedecendo à orientação do PC do B que defende a adoção de políticas de cotas para mulheres. Depois de Maria Aquilina em 1937, Elizete foi a primeira mulher a integrar a diretoria do sindicato. Nos anos 1980, a sua atividade enquanto militante sindical foi importante para a criação, na direção do sindicato, de um espaço para empoderamento das mulheres que, hoje, é ocupado por mulheres como Cremilda e Tristã. A presidência do sindicato, no entanto, ainda é uma via de atuação que permanece fechada para as mulheres.

Também há diferenças na enunciação das narrativas. Enquanto as mulheres expressavam dificuldades emocionais e sentimentos, os homens adotavam uma postura mais racional e distanciada, elaborando análises e explicações de caráter político e econômico, além de oferecerem descrições minuciosas sobre o processo de trabalho que vivenciaram.

Ao longo da história do Sinditêxtil, encontramos lideranças políticas que controlaram a instituição por longos períodos de tempo, a exemplo de Dyonisio, Lourival, Madeira e Daniel Almeida e Elizete, esses últimos permaneceram como Diretores do Sinditêxtil de 1983 a 2007. Romano, que se tornou diretor da instituição na década de 1980, permanece como seu diretor até os dias atuais.

### **Formas Elementares da Memória?**

O trabalho social de categorização da realidade produz a distinção entre tempos (passado, presente e futuro) sociais e lingüísticos. Se esses últimos são um epifenômeno dos primeiros, também contribuem para a reificação das categorias sociais de ordenamento do tempo na experiência ordinária dos agentes sociais.

A ordenação simbólica da experiência social também qualifica, ou seja, produz distinções e valorações selecionando, no passado, tempos, momentos, épocas como mais relevantes do que outros. O trabalho social de hierarquização do passado é o processo, através do qual eventos, pessoas e lugares são discriminados positivamente ou negativamente através das lembranças e dos esquecimentos. Esse processo não é pacífico, envolvendo um conjunto de lutas pelo poder nomeação e hierarquização do passado que é, também, a luta pela produção da lembrança e do esquecimento.

Dada a variedade de referências culturais e vínculos institucionais que configuram a experiência social nas sociedades complexas, os narradores têm à sua disposição variadas possibilidades de enquadramento social do seu passado. O resultado é a produção de um conjunto de narrativas bastante diferenciado e, em muitos casos, conflitante, de modo que a memória daí resultante é menos coletiva – no sentido da existência de um conjunto idêntico de lembranças compartilhadas - e mais social, ou seja, portadora de importantes diferenças que precisam ser analisadas pelo investigador. Ao assinalar como a memória passava por um processo de enquadramento social, Halbwachs centrou-se na descrição da ação de instituições



como a família, a religião e as classes sociais sobre ela, dando menor importância a experiências culturais igualmente importantes como o gênero, a raça - etnia e as gerações. Desse modo, sua abordagem da memória deixa pouco espaço para pensar as diferenças e os conflitos.

A observação da existência de nuances nas narrativas sobre o passado supostamente compartilhado por um grupo, levou alguns pesquisadores como SARDENBERG (1998) e FONSECA (2006) a qualificarem essa memória como polifônica ou divergente (GUERIOS, 2008). O conceito de polifonia é útil por iluminar o problema das diferenças. No entanto, não basta chamar a atenção para o fato de que na memória de um determinado grupo coexistem diferentes representações e práticas acerca do passado. É preciso pensar qual é a natureza dessas práticas e representações, como se relacionam entre si e qual a sua importância da posição que ocupam dentro do sistema simbólico ao qual pertencem.

Na escola sociológica francesa esse problema assumiu uma roupagem diferente, a saber, a distinção entre os conceitos de categorias do entendimento e representações coletivas. DURKHEIM (2003), além de considerar as categorias como “os quadros rígidos que encerram o pensamento” (DURKHEIM, 2003, p.513) e de demonstrar a sua produção social, entendendo-as como representações coletivas, também distingue as categorias e as representações uma vez que, enquanto as categorias seriam universais, as representações variam de acordo com a sociedade. Desse modo, ainda que entendidas no quadro mais geral das representações coletivas, as categorias são pensadas como as representações que possuem um caráter especial, consistindo nos parâmetros que presidem e ordenam as classificações que elaboramos sobre o mundo. Haveria aí uma relação forma-conteúdo. No primeiro termo estariam as representações e no segundo as categorias. Teríamos, portanto, um fundo invariável, por detrás de uma aparência de permanente mudança.

Durkheim e Mauss, em alguns momentos, atribuem a mesma importância às categorias e, em outros elegem uma delas como a categoria fundamental (OLIVEIRA, 1993). Contudo, não houve acordo entre Durkheim e Mauss sobre qual categoria estaria na base de todas as outras. Para Durkheim, seria a totalidade; para Mauss, a causalidade. Possivelmente, o debate sobre a essencialidade de uma ou outra categoria não seja tão profícuo quanto a intuição de presente no debate entre Mauss e Durkheim. A tese subjacente a essa discussão é a de que para compreender adequadamente o funcionamento de um determinado sistema

simbólico, é preciso levar em conta a hipótese da existência de níveis de hierarquização no plano das representações.

A psicologia social ofereceu uma contribuição para esse debate através da teoria do núcleo central das representações, entendidas enquanto representações sociais MOSCOVICCI (2001). Tentando estudar a organização interna das representações, essa teoria, inicialmente desenvolvida por ABRIC (2001) propõe um modelo baseado na idéia de centro-periferia. Nele, o núcleo central das representações é responsável pela estruturação da representação de uma dada situação, conferindo significados à interação social e possibilitando a interpretação dos eventos pelos sujeitos. Essa teoria procura compreender a coexistência do consenso e da variação individual, da estabilidade e da mobilidade em um dado sistema de representações. O sistema periférico se organiza ao redor do núcleo e é nele que ocorrem os processos de mudança. Nesse plano ocorre a elaboração de representações individuais e a adaptação do sistema central às necessidades do presente. Constituído por uma memória coletiva e por um sistema de normas, o núcleo central é a base comum, consensual e partilhada das representações sociais. Ele assegura a continuidade e permanência das representações (SÁ, 1996).

Enquanto a psicologia social entende a memória como importante constituinte das representações sociais, nós nos movemos no sentido contrário, o de dar conta das representações que constituem a memória social. A idéia de que representações individuais e, portanto, diferentes, para além dessas diferenças, possuem um núcleo comum e compartilhado nos interessa. No entanto, desejamos qualificar as diferenças encontradas, e compreender as suas relações.

O modelo proposto pela teoria do núcleo central das representações parece inspirar-se na descrição do átomo proposto por Ernest Rutherford em 1911, baseado na organização do sistema planetário: um núcleo positivo, em redor do qual os elétrons giram em órbitas elípticas, possibilitando as combinações entre os átomos. Mas essa problemática deveria ser pensada em termos menos, duros, atomistas e cognitivistas do que os encontrados na teoria do núcleo central das representações sociais. Além disso, confere pouca importância em sua análise a um elemento essencial no trato com a memória: a vida afetiva. A pesquisa sobre memória está mais próxima do estudo da música e do mito do que das experiências com o átomo.

Na teoria musical, a polifonia, em contraposição à homofonia, refere-se à utilização de diferentes vozes da harmonia contrapondo-se em linhas melódicas distintas. No entanto, para que a polifonia aconteça, é preciso que as vozes possuam o mesmo peso. Nenhuma pode ser mais importante que a outra. Em função do estatuto de igualdade inerente à polifonia ela não se mostra muito precisa para descrever o funcionamento da memória social. Há, no entanto, outro conceito musical que parece ser mais operacional, a saber, o conceito de acorde. Um acorde é uma forma musical em que três ou mais notas são executadas simultaneamente, porém de forma diferenciada. A exemplo, em um acorde de três notas, a tríade, a nota mais grave é a fundamental. A ela se sobrepõem a 3<sup>a</sup> (ou modal) que define se o acorde será maior ou menor e a 5<sup>a</sup>. Elas são o núcleo semântico do acorde, ou suas formas musicais elementares. A partir delas, a arquitetura sonora do acorde é construída.

A Antropologia não percebe com estranheza a analogia com a arte e a música para explicar fenômenos culturais. LÉVI-STRAUSS (1975) serviu-se dela para dar conta da especificidade da narrativa mítica. Para ele, o sentido dos mitos não pode ser obtido através da análise dos elementos isolados que o constituem, a saber, os mitemas. Os mitemas são “feixes de relações” cuja combinação confere significado ao mito. Um mito, diz Lévi-Strauss, se assemelha a uma partitura que precisa ser lida diacronicamente (pagina após página, da esquerda para direita) e sincronicamente (de cima para baixo). Na música, é essa combinação que produz a harmonia. No entanto, o mito possui ainda um terceiro nível de leitura, que é aquele formado pelas suas variações. Tomado juntamente com os outros, esse nível confere ao mito a dimensão da profundidade, fazendo com que assumam uma forma tridimensional. Lévi-Strauss define o mito como o “conjunto de suas versões”. Ou seja, é preciso levar em conta a variedade de narrativas que constitui o mito para poder entendê-lo:

“Mas a experiência prova que os afastamentos diferenciais, que não se deixarão observar, oferecem entre si, correlações significativas, que permitem submeter seu conjunto a operações lógicas, por meio de simplificações sucessivas e de chegar finalmente à lei estrutural do mito considerado” (1975 p.252).

É por ver as combinações entre os mitemas, a sua oposição diferencial como constituintes do mito que Lévi-Strauss sustenta a existência de um mesmo sentido em suas

variadas versões. O mito possui uma estrutura que regula a produção de suas variações. Ora, a existência das palavras não sugere a inexistência da estrutura da língua. Na verdade, é em função dessas mesmas regras estruturais que elas se constituem. Uma intuição semelhante está presente na distinção entre a fábula e a trama. No primeiro caso temos o conjunto dos acontecimentos narrados, enquanto a trama, consiste em um “arranjo particular dado a esses acontecimentos” por determinado autor (TODOROV, 2004, p.61). Do mesmo modo que o Mito, a existência de uma variedade de pontos de vista dos narradores que compõem uma dada memória social não trai o seu sentido, além de poder ampliar a nossa compreensão sobre o passado quando eles se referem, em suas narrativas, a fatos não contados por outros.

A forma musical do acorde é útil para referir-nos ao problema da ordem, das relações de hierarquia e oposição que existem entre as representações e que produzem o sentido. O conceito de polifonia situa-se no pólo oposto da homogeneidade da memória sugerida por Halbwachs evidenciando as divergências em lugar das convergências. No entanto, não explicita a necessidade de analisar as inter-relações entre as representações que integram uma determinada memória social. Em termos hipotéticos, consideramos metodologicamente útil para a pesquisa sobre a produção social memória, indagar sobre a presença de notas tônicas, sobre a existência de formas elementares, que à semelhança da nota tônica no acorde, semelhante à função dos mitemas ou do idioleto da obra de arte (ECO, 1991) produzem uma unidade semântica que confere significado às demais narrativas e, ao mesmo tempo, permite dar conta das contradições existentes entre elas. Podemos encontrá-las em um conjunto de narrativas, práticas, rituais, sentimentos em relação a um tempo, lugar, pessoa ou evento ou, como diz LÉVI-STRAUSS (1997) a respeito do mito, um signo. Caso seja necessário nomeá-los, podemos chamar a esses centros semânticos da memória social de *mnemosemas*.

No caso do Sinditêxtil, os diretores que são também militantes do PC do B, comungam de uma narrativa fundadora que pensa a origem da instituição a partir de uma transformação operada nos anos 1980 e protagonizada por Daniel Almeida e Elizete, a chamada “a tomada do sindicato”, que levou à derrota dos pelegos e à politização da instituição. Há também um sentimento compartilhado de orgulho nostálgico em relação às lutas políticas travadas na década de 1980 contra a ditadura, o patronato e os pelegos que integra todas as suas narrativas ainda que esses indivíduos não narrem necessariamente os mesmos eventos e não o façam do

mesmo modo. Essas representações e sentimentos em relação ao passado vivido por alguns como Barbosa, Braz, Romano ou passado que foi recebido através das narrativas de outros, como o caso de Cremilda e Tristã, subsistem em meio à diferenciação que o trabalho sócio-cultural de enquadramento da memória operou através distintas experiências de gênero, das disputas de poder entre presidentes, das diversas categorias de trabalhadores (fibras sintéticas, fibras naturais), das diferentes lembranças de experiências de trabalho produzidas pela experiência fabril. As narrativas fundamentais ou elementares da memória social do Sindicato, a saber, a “tomada do Sinditêxtil” e as “lutas dos anos 1980”, e o sentimento de orgulho heróico em relação ao passado atravessam todas essas particularidades e entrelaçam as suas identidades com a memória institucional. São as formas narrativas essenciais que constituem a memória do Sinditêxtil.

É verdade que os diretores de Camaçari entrevistados, que não pertencem ao partido, constituem um bloco de oposição na atual direção e não comungam da mesma orientação para lembrar. O silêncio dos demais em relação ao passado anterior aos anos 1980 chega até eles como o desconhecimento da história da instituição anterior a esse período. Teríamos aqui uma outra melodia, um outro acorde da memória de natureza dissonante? Uma futura investigação poderá revelar que, dado o seu pouco tempo na direção do sindicato, no momento em que os seus depoimentos foram colhidos, o trabalho de enquadramento social da sua memória ainda estava por fazer.

## FONTES

FALCÃO, Ivani. depoimento [jan. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

PATRÍCIO. Antônio Estevão. depoimento [ago. 2007]. 2 fita cassete (90 min).

REIS, Itamar Oliveira. depoimento [ago. 2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

SILVA, Manoel Barbosa da. depoimento [mar. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SILVA, Silvânia Rosa da. depoimento [jan. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SILVA, Tony Cleyton. depoimento [mar. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, Erivaldo Balbino dos. depoimento [jan.2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (90 min).

SANTOS, Braz Gonçalves dos. depoimento [jan.2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, Cremilda Batista dos. depoimento [jul. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

\_\_\_\_\_. depoimento [nov. 2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, Edvaldo Ribeiro. depoimento [ago .2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

\_\_\_\_\_. Depoimento “b” [ago .2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

\_\_\_\_\_. depoimento “c” [nov .2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, José Souza dos. depoimento [nov. 2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles e Isabele Cardoso. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, José Souza dos. depoimento “b” [nov. 2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles e Isabele Cardoso. Salvador, 2007. 1 fita cassete (60 min).

SOUZA, Antônio Cortês de. depoimento [jan.2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SOUZA, Antônio Renildo Santana. depoimento [mar. 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SOUZA, Cristina Cardoso de. depoimento [jan.2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

\_\_\_\_\_. depoimento [mar.2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

SANTOS, Cremilda Batista dos. depoimento [julho 2008]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

\_\_\_\_\_. depoimento [nov. 2007]. Entrevistador. Helyom Viana Telles. Salvador, 2008. 1 fita cassete (60 min).

## Referências

ABRAMO, Laís. A situação da mulher Latino-americana. In: **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 111-134.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004 A.

\_\_\_\_\_.O que documenta a história oral: a ação da memória. In: \_\_\_\_\_(Org).**Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004 B, p.33-43.

ABRIC, JC. O estudo experimental das representações sociais. In.: JOADELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p.173-186.

BAUER; GASKELL & ALLUM. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In. BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.17-36.

BERTAUX – WIAME, Isabelle. La perspectiva de la historia de vida en el estudio de las migraciones interiores. En: MARINAS, José Miguel y SANTAMARINA, Cristina. **La Historia Oral. Métodos y experiencias**. Madrid: Debate, 1993.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Divisão sexual do trabalho - práticas simbólicas e práticas sociais”. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia. e CAPPELLIN Paola (org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 155-176.

BECKER. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A memória coletiva. In.: **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987, p.106-126.

\_\_\_\_\_.**História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

\_\_\_\_\_.Reflexões de um Historiador Sobre as Falsas Notícias de Guerra. In. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p.41-57.

\_\_\_\_\_.Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p78-83.

\_\_\_\_\_.Um sintoma social: o suicídio. In. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p.234-238.



\_\_\_\_\_. O engano coletivo do grande medo com sintoma de um estado social. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p.301-304.

\_\_\_\_\_. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade; lembranças de velhos**. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. História como memória social. In.:\_\_\_\_\_ **Variedades de História cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.64-89.

CAMPOS, Maria Cristina S. de Souza C, Mulheres de diferentes classes sociais em São Paulo: a família e a penetração no mercado de trabalho. In: (org) MEIHY. José C. S. B., **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. “As Categorias do Entendimento Humano e As Nocoos de Tempo e Espaço Entre Os Nuer”. **Série Antropologia**, BRASÍLIA, DF, nº 7. 137, p. 02-15, 1993.

CANDAU, Joel. **Memória e identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

\_\_\_\_\_. **Antropologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CASTRO. Nadya Araújo e GUIMARÃES, Iracema Brandão. “Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução”. In: **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 47-72p., 1997.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer 2ª ed**. Petrópolis: Vozes, 1996.

D’ALMEIDA SANTANA, Charles. **Fatura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações Bahia: 1950-1980**. São Paulo, Annablume, 1998.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1990.

DI LISCIA, María Herminia. **Género y memorias**. Aljaba (Luján), ene./dic. 2007, vol.11, p.141-166.

DOMINGUES, José Maurício. Sociologia da cultura, memória e criatividade social. In.: **Dados**, vol. 42, Rio de Janeiro, 1999.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: I O campo do signo (1945-1966)**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.

\_\_\_\_\_. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru: EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. Entre histoire et mémoire: une histoire de la mémoire. **Raison Present**, Setembro, 1998, p.5-24. Disponível em <http://www.ihtp.cnrs.fr/historiographie/spip.php?article55&lang=fr>

DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. 1ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

DUBY, Georges. **Le demarche de Bouvines**. Paris: Galimard, 1973.

DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs). **História das mulheres no ocidente**. Lisboa: Afrontamento, 1995.

\_\_\_\_\_.DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990, p.9-17.

ECO, U. **A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiótica**. São Paulo. **Perspectiva**, 1991.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERREIRA, Jorge Luiz. A Cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In.: **Estudos Históricos**,Rio de Janeiro,vol.3,n.6,p.180-195,1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

FLICK. Entrevista episódica. In. BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.114-136.

FRENCH John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**, 2ª Ed. Unicamp, 1999.

FONSECA, Inês. Identidades e memórias em torno de uma mina: o caso de Aljustrel. In.: **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, Vol. 1, Nº. 3, 2006. Disponível em <http://www.aibr.org/antropologia/01v03/articulos/010308>.

FENTRESS, James & WICKHAM, Cris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FREUD. S. **Sobre a Psicopatologia da Vida cotidiana**. São Paulo: Imago, 2006.

\_\_\_\_\_. “Lembranças encobridoras”. Em J. Salomão (Org.). **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud** (Vol. III, pp. 329-354). Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FUSELL, Paul. **The great war and the modern memory**. Oxford, 1975.

GASKEL, G. Entrevistas individuais ou grupais. In. BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.64-89.

GOMES, A. M. Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUERIOS, Paulo Renato. As condições sociais de produção das lembranças entre imigrantes ucranianos. **Mana** [online]. 2008, vol. 14, no. 2 [citado 2009-02-06], pp. 367-398. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200004&lng=pt&nrm=iso).

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

GOMES, A.M. CASTRO. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUTERRES, Simone Bastos. **Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

HARRITS, Kirstenfolke; SHARNBERG, Dittie. Encontro com o contador de histórias: um processo de aprendizado mútuo. In.: **História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, nº 3, Julho de 2000, pp.25-34.

HALBWACHS, M. **Los orígenes del sentimiento religioso según Durkheim**. Traducción de Miguel López de Atocha. Madrid: Editorial Hernando, 1927.

\_\_\_\_\_. **Las classes sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.

\_\_\_\_\_. **The psychology of social class**. Glencoe: The free press, 1958.

\_\_\_\_\_. **Les causes du suicide**. New York: ARNO Press, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

\_\_\_\_\_. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HAMID, Sônia Cristina. **Entre a guerra e o gênero: memória e identidade de mulheres palestinas em Brasília**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Março de 2007.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E & RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p 9-24.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HUTTON, Patrick. **History as an art of memory**. Hanover: Vermont, 1993.

JAMES, Clifford. Sobre a experiência etnográfica. In.:\_\_\_\_\_. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro; UFRJ, 1998.

JELIN, Elizabeth. “El genero en las memorias de la represion politica”. **Mora, Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género**, No 7, octubre. Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2001, pp. 127-137.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI. 2002.

JOUCHELOUITCH, S; & BAUER, M. Entrevista narrativa .In. BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.90-113.

JOUTARD, Phillipe. **La légend des camisards, une sensibilité ao passé.** Paris: Galimard, 1977.

KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memórias e experiências”. **Cadernos Pagu** (8/9) 1997: pp. 343-354.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

LACERDA, Lílian. **Álbum de Leitura.** São Paulo: Unesp, 2003.

LAVABRE, Marie\_Claire. **Le fil rouge de la memorie communiste.** Paris: Press de INSP,1994.

LE GOFF, Jacques. **História Novos Objetos.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. **História e memória,** 3 ed.Campinas, UNICAMP, 1994.

LEVY, Pierre. **Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto.**[online] Junho. 1998. Available from world wide web ,<http://www.hotnet/pierreLevy/nossomos.html>.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: memória e ritmos.** Lisboa: Edições 70, 1987.

LE VEN, Michel M. Dirigentes sindicais: produtores da história e contadores de histórias. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 12, n. 1, p. 96-103, jan./mar. 1998.

LÉVI -STRAUSS. **Antropologia Estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem.** 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

LOPES, João Sérgio Leite. **A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** Brasília: UNB, 1988.

MALINOWSKY, Brownislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

MASSOLO, Alejandra. “Testimonio autobiografico. Un camino de conocimiento de las mujeres y los movimientos urbanos em Mexico”. **La Ventana. Revista de estudios de género,** N° 1. Mexico: Universidad de Guadalajara, 1995,pp. 62-84.

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. Ensaio Sobre a Natureza e a Função do Sacrifício (1899). In: **Ensaio de Sociologia**, 2º ed., São Paulo, Perspectiva, 2001, pp. 141-227.

MARCUS, George E. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. São Paulo: USP, **Revista de Antropologia**, nº 34, 1991, p.197-221.

\_\_\_\_\_. O que vem depois do pós. In.: **Revista de Antropologia**, vol.7. São Paulo:USP, 1994, p.7-34.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. Portugal/Brasil: Ed. Presença/Martins Fontes, 1976, Vol.I.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDONÇA, Lygia. Luta de Gênero e Classe. In: **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, p. 6-11, 1998.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

MORIN, Edgard. **Problema epistemológico da complexidade**. 2ª ed. Lisboa. Europa-América, 1996.

NEVES, Lucília de Almeida. Sujeito: substrato da identidade. **História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História oral, nº 3, Julho de 2000, p.109-115.

NIETHAMMER,Lutz. Conjunturas de identidade coletiva. In.: **ProjetoHistória**.São Paulo:PUC, 15, abril,1997,pp.119-144.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **As Categorias do Entendimento Humano e a Noção de Tempo e Espaço entre os Nuer**. 1993.Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie137empdf.pdf>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 1998, p.17-35.

PERGHER, Giovanni Kuckartz; STEIN, Lilian Milnitsky. Compreendendo o esquecimento: teorias clássicas e seus fundamentos experimentais. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set.1989, p. 9-18.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In.: **História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História oral, nº 3, Julho de 2000, p.109-115.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 149-173, 1993.

PINHEIRO FILHO, Fernando. “A noção de representação em Durkheim”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 61, 2004 ,p;139-155.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo - uma abordagem evolucionária**. São Paulo: Edusp, 1975.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História – Cultura e Representação**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. **Projeto História: Cultura e Representação**. São Paulo, nº 14 , fev.1997, p.25-40.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: PERELMUTTER, Daisy & ANTONACCI, Maria Antonieta. **Ética e história Oral - Projeto História (15)**. São Paulo: PUC-USP, 1997, p.13-50.

ROSA ,Alberto;BRESCO, Ignácio. F.C.Barlett, uma antropologia desde la psicologia experimental. **AIBR, Revista de Antropologia Iberoamericana**. Ed. Eletrônica Num. Especial Noviembre-Dicembre, 2005.

ROUSSO, Henry. **Le síndrome de Vichy**. Paris, 1990.

RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro; Ediouro, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memória y giro subjetivo, una discusión.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** 12<sup>a</sup> ed. Lisboa: Afrontamento, 2001.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.13, n 38, 1998. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 Sep 2006.

\_\_\_\_\_. **Memória coletiva e teoria social.** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Anna Blume, 2003.

SARDENBERG, Cecília M.B. Da critica feminista à ciência à uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice A. e SARDENBERG, Cecília M.B. (org.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Redor e Núcleo de Estudos Interdisciplinas sobre a Mulher FFCH/UFA, 2002.

\_\_\_\_\_. O Gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: ELIZETE PASSOS, IVIA ALVES E MARCIA MACEDO. (Org.). **METAMORFOSES: GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE.** SALVADOR: NEIM/UFBA - COLECAO BAHIANAS NO.3, 1998, v. , p. 147-164.

\_\_\_\_\_. **In the Backyard of the Factory; gender, class, power and community in Bahia, Brazil,** Ann Arbor, Michigan, UMI Dissertation Services, 1997.

\_\_\_\_\_. “O Bloco do Bacalhau: ritualized protest among women textile workers in Bahia, Brazil.” Trabalho apresentado ao 95th Annual Meeting, American Anthropological Association, 21-24 de novembro, San Francisco, California,. 1996a.

SADER, E. e PAOLI, M.C. Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINE, C e PINTO, C.R. (org.). **Tempos e lugares de gênero.** São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001, p. 217-240.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A crise da consciência histórica e a posição da disciplina História no campo intelectual francês. In.: **Diálogos**, vol.2. Maringá:UEM, 1988, p.81-93. Disponível em [http://www.dhi.uem.br/publicações/dhi/diálogos/volume01/vol02\\_atg3.htm](http://www.dhi.uem.br/publicações/dhi/diálogos/volume01/vol02_atg3.htm)

\_\_\_\_\_. Rememoração, comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol 22, nº 44, 2002, p 425-438.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil.** Porto Alegre: LP&M, 2008.



STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SORGENTINI, Hernám. Reflexion sobre la memória y autoreflexion de la historia. In: **Revista Brasileira de História**, v.23, nº 45. São Paulo, 2003, p.103-128.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo. Companhia das Letras, 1986.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991

STORA, Benjamin Stora. **La grangréne de l'oubli**. Paris: La Découverte, 1991.

THOMPSON, E. P. A Formação da classe operária inglesa. Vol. A “Árvore da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: PERELMUTTER, Daisy & ANTONACCI, Maria Antonieta. Ética e história Oral – **Projeto História** (15). São Paulo: PUC-USP, 1997, pp13-50.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

\_\_\_\_\_. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TURNER V. and BRUNER, E.M (eds). **The Anthropology of Experience**. Urban and Chicago, University of Illinois Press, 1986.

VAZQUEZ, Petilda, Serva. **Intervalo democrático e sindicalismo na Bahia (1942-1947)**. Salvador, 1986. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

VIANA-TELLES, Helyom. **Justiça e Humanidade! As lutas políticas do Sinditêxtil (1937-1953)**. Salvador: 2004. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. Reflexiones sobre el olvido. In: **Usos del olvido**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006, p. 13-26.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA: ANTIGOS SINDICALISTAS

### Preparação

1. Explicação da investigação.
2. Solicitar autorização para gravar.
3. Explicar o procedimento.

### I. Dados Biográficos

1. Gostaria de começar do início, qual seu nome?
2. Poderia me dizer sua idade?
3. Onde nasceu?
4. Casado (a)?
5. Tem Filhos?
6. Onde mora?
7. Ocupação atual?
8. Tempo de trabalho na indústria têxtil?
9. Tempo de Sindicalização?
10. Possui alguma filiação partidária?
11. Professa alguma crença religiosa?
12. Define-se racialmente?

### Apresentação do Tópico Inicial

#### Narração Central.

**Indagar se o interlocutor tem mais alguma coisa a dizer.**

**Questionamento (Acontecimentos, palavras, nomes, pessoas).**

**Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o passado do Sinditêxtil.**

### 2. Experiência no Mundo do Trabalho

#### Narração Central.

1. Poderia falar sobre como começou a trabalhar na indústria têxtil?
2. Qual foi a melhor época para você, a que lembra com mais saudade?
3. Qual era a empresa?
4. Onde estava localizada?
5. Era uma empresa importante na época?
6. Quais as empresas mais importantes naquela época?
7. E hoje?
8. Poderia descrever o local da fábrica?
9. A empresa possuía vila operária (Como era? Morou lá?)
10. Conheceu a Cia. Fabril dos Fiaes?
11. Poderia falar mais sobre como era o processo de trabalho na indústria?
12. Como era a rotina de trabalho naquela época (hora de acordar-chegar-sair-transporte)?

13. Que tipo de trabalho realizava (Quais eram os postos de trabalho naquela época) ?
14. Como era a função de mestre e a de contra-mestre?
15. Havia um plano de carreira na indústria?
16. Muitas pessoas trabalhavam lá?
17. Como era o turno de trabalho?
18. Havia alguma roupa especial para trabalhar?
19. Que tipo de tecido era produzido?
20. Recorda-se de haver muitos acidentes?
21. E sobre a questão das doenças? Há muitas receitas médicas no arquivo do Sindicato...Qual era a substância ou remédio mais comprado? Lembra para que isso era receitado? Qual era a doença mais comum? A maioria das receitas era para mulheres. Por que elas adoeciam mais?
22. O Senhor disse que adoeceu em função de “preocupações”.Como assim?
23. No sindicato, há um documento que fala sobre a implantação de um cartão de ponto na Companhia Progresso e União fabril em 1951. Quem se atrasasse perdia o dia de trabalho e o repouso remunerado e o aumento de 27 %. Que cartão e que aumento de 27 % era esse?
24. Você gostava do trabalho que fazia?
25. Possui algum objeto ou foto daquela época?
26. O que fazia na época do Governo Vargas?
27. Como eram os salários naquela época?
28. Como gastava isso?
29. A empresa respeitava o salário mínimo instituído pelo governo federal?
30. A empresa cumpria com os direitos trabalhistas?
31. Chegou a entrar na justiça alguma vez?
32. E os seus colegas?
33. Oferecia algum tipo de benefício aos trabalhadores?
34. Você se lembra quem eram os proprietários da empresa?
35. Chegou a conhecê-los pessoalmente?
36. Conheceu o Comendador Bernardo Martins Catarino (Companhia Progresso e união Fabril)?Como era ele?
37. Como era a relação dele com os trabalhadores?
38. Qual o motivo mais comum para demissões?
39. Como era a relação dos administradores com os trabalhadores?
40. Como é aquela história da Cia. Empório dar uma casa a aqueles que trabalhavam mais de um ano e eram “bons”trabalhadores?
41. O Senhor conheceu a creche de Plataforma?
42. Eu lhe perguntei isso, por que no arquivo do Sindicato, há um documento que fala sobre uma trabalhadora Maria Odete Santos que havia sido vítima de tentativa de homicídio por parte de um porteiro da Fábrica Boa Viagem em 1952, fato que inclusive resultou em greve. O senhor conhecia a Maria?
43. Como essa situação se resolveu?
44. O senhor participou da greve?
45. Como eram as suas relações com os colegas de trabalho?
46. O que vocês faziam para se divertir naquela época?
47. Havia algum time de futebol?

48. Muitas mulheres trabalhavam nas fábricas?
49. O que elas costumavam fazer?
50. Elas ganhavam o mesmo salário que os homens?
51. Com o era a relação dos homens com essas mulheres no trabalho?
52. O que fazia na época da chegada da indústria de tecidos sintéticos?
53. Quais as diferenças para o trabalho com os tecidos de algodão?
54. Em que momento decidiu se aposentar?
55. O que mudou em sua vida com a sua aposentadoria?
56. Ainda mantém contato com seus amigos e colegas de trabalho?

## II. Experiência Sindical

1. Poderia falar sobre o que levou você a decidir se sindicalizar?
2. Em que ano isso se deu?
3. Sua sindicalização trouxe alguma mudança nas suas relações com colegas de trabalho?
4. Sua sindicalização trouxe alguma mudança nas suas relações com a empresa?
5. O que o levou a se tornar diretor sindical?
6. Quais as responsabilidades de um diretor?
7. Qual o cargo que ocupava? Quais as funções?
8. Quando se tornou diretor, houve mudanças em suas relações com colegas de trabalho?
9. Quando se tornou diretor, houve mudanças no tratamento da empresa em relação a você?
10. Havia festas ou comemorações no Sindicato?
11. Qual a negociação mais importante de que participou?
12. No arquivo do Sindicato há vários documentos mencionando perseguição da Empresa Empório Industrial Norte (carta de José Magalhães Castro) aos sindicalizados e diretores. O senhor disse que sofreu “perseguições”. Pode falar mais sobre isso? Isso era algo comum?
13. A função de diretor sindical era remunerada?
14. O que pode me dizer sobre relação que do Sindicato com outros sindicatos da época?
15. Quais os maiores sindicatos naquele período (anos 1940-1950)?
16. E o Sindicato de Couros e Peles? Vocês sublocavam uma sala para eles? Como isso começou?
17. Poderia falar sobre as relações do Sinditêxtil com o Sindicato da Leste Brasileiro?
18. Quais as greves mais importantes de que se recorda?
19. Qual teria sido a época mais difícil da História Sindicato?
20. E qual teria Sido o melhor período?
21. O sindicato foi fundado em 1933 com o nome de Sindicato dos Operários Tecelões (foi reconhecido pelo ministério do trabalho em 1936). O Senhor conheceu a sede da Rua Pedro I, nº2?
22. O Senhor conheceu alguns dos primeiros diretores do sindicato? E Maria Aquilina? Com eram eles?
23. Qual a razão de Dionísio ter assumido a presidência em 1938?
24. Quais eram as principais preocupações dele como diretor?
25. O que pensava da presidência de Dionísio?
26. Durante a instalação do Estado Novo de Vargas em 1937 o que o Senhor estava fazendo?
27. Ser diretor sindical é fazer política. Como era fazer política naquela época?

28. Recordar-se de alguma greve importante nos anos 1930 (Em 1937 houve uma greve de operários da fábrica São Braz por melhores salários. O sindicato posicionou-se contra a greve)?
29. Recordar-se de alguma greve importante nos anos 1930 (Em 1937 houve uma greve de operários da fábrica São Braz por melhores salários. O sindicato posicionou-se contra a greve)?
30. Qual a razão da mudança para sede da Rua Barão de Cotegipe nº 198, em 1939?
31. Quais as lembranças que guarda de lá?
32. Por que escolheram a sede da Associação dos Empresários da Leste Brasileiro?
33. O Sindicato de Couros e peles também dividia o espaço com vocês?
34. Conhecia o pessoal do Sindicato do Fumageiros? E o pessoal dos Carpinteiros “Navaes”?
35. Quais os motivos da aproximação com esse sindicato?
36. O senhor se recorda de algo importante em 1941 (Instituição do salário Mínimo por Vargas)?
37. Em 1942 o nome do Sindicato foi alterado para Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Qual a razão dessa mudança?
38. O senhor se recorda de alguma greve importante nos anos 1940?
39. Nos anos 1940 era necessário pedir com 8 dias de antecedência autorização policial para realizar as assembleias (Autorização do Delegado da Ordem Pública e Social; o Delegado da 11ª realmente comparecia às sessões)?
40. O senhor participou da greve de 1946 pelo “abono de natal”?
41. O que era esse abono?
42. Quem estava à frente dessa greve?
43. O que era o IAPI? Tem alguma coisa a ver com o nome do bairro? Como era a relação do Sindicato com essa instituição?
44. O senhor participou do dissídio coletivo (10.00 tecelões) naquele período por 10% de aumento e abono de natal?
45. Muita gente foi demitida (sobretudo pela Fiaes)?
46. Como foi a preparação para o III Congresso Sindical?
47. O senhor participou do Congresso Nacional Sindical que ocorreu no Rio de Janeiro em 1946?
48. O Senhor participou do movimento de apoio à greve dos bancários de 1946?
49. O sindicato esteve sob intervenção federal na década de 1940?
50. Em 1943 o sindicato recebeu a visita do Delegado da Comissão Técnica de orientação sindical Manoel Bitencourt. O senhor estava presente a essa visita?
51. Em 1945 Dionísio e Miguel arcanjo eram presidentes e vice-presidente do sindicato. Como foi essa gestão?
52. Por que Dionísio renunciou em 10/1945 (Arcanjo Assumindo)?
53. Em 26/11/1945 Dionísio assume a Junta Governativa provisória com presidente. O que era essa junta? Por que ele foi escolhido?
54. Diosínio enviou um telegrama para Vargas em 1944 (de felicitações). O Senhor escreveu a Vargas alguma vez?
55. Em 1948 os processos à justiça do trabalho se tornam frequentes.] Era comum na época o trabalhador entrar na Justiça pelos seus direitos?
56. Quem eram essas pessoas?

57. Em 1949, o Senhor participou do Movimento dos Trabalhadores da Fábrica Boa Viagem (Comissão Pró-Aumento de Salários)? Quem estava à frente desse movimento?
58. Com que o Sindicato gastava mais?
59. Houve algum problema com as máquinas das fábricas nos anos 1950?
60. O Senhor comia carne verde? O que era isso? Era verdade que em 1950 o preço estava muito caro?
61. Conheceu a tecelã baleada pela polícia na década de 1950?
62. Na década de 1950 a frequência das mulheres às assembléias aumentou muito, juntamente com o número de afiliações. O Senhor tem idéia de porque isso aconteceu?
63. Quem eram essas mulheres?
64. Ainda tem contato com alguma?
65. Havia mulheres na direção do Sinditêxtil?
66. Qual a relação do Sinditêxtil com a Federação dos Trabalhadores nas Industrias do Estado da Bahia (Fundada em 1948 e reconhecida em 1949)?
67. Vocês mantinham relação com o Círculo Operário? Pode falar mais sobre isso?
68. Em 1951 José Nerval de Oliveira assumiu a direção do Sindicato (Lourival era o 1º Secretário). O Senhor o conheceu? Com o era sua relação com ele? Poderia descrevê-lo?
69. Quais eram as principais preocupações dele como diretor?
70. E Lourival?
71. Quando vocês sentiram a necessidade de obter uma sede própria?
72. A forma de negociação na época, com os patrões, era diferente da dos dias atuais?
73. O Sindicato tinha um posto médico na Calçada, dirigido pelo Dr. Joselito Miranda, que atendia a cerca de 500 pessoas diariamente (“de Alagoinhas até a Vizinhança”). O que havia em Alagoinhas? Qual o motivo de tantos atendimentos?
74. O Sindicato também tinha um posto médico-dentário em Plataforma dirigido pelo Dr. Amaral Muniza Junior e Pedro Pinheiro Filho. O senhor conheceu esses médicos? Por que na época vocês acreditavam ser necessário arcar com todos esses custos?
75. Quais os maiores gastos do sindicato naquele período?
76. O que senhor pensava sobre o imposto sindical? Como ele era utilizado?
77. O que era o “aparelho sanitário” que vocês alugavam?
78. Em 1952, o Sindicato enviou a Vargas um abaixo-assinado reclamando de um “salário de fome” (CR\$ 23,00). As coisas estavam tão ruins assim naquela época?
79. O Senhor esteve presente ao jantar oferecido ao Ministro do Trabalho em 1953? Pode me contar como foi?
80. O senhor mencionou anteriormente um presidente do Sindicato chamado Madeira. Pode falar mais sobre ele?
81. Como o Senhor vê a relação entre partido e Sindicato?
82. E o problema das greves?
83. Como o senhor viu a eleição de Daniel Almeida em 1983 para a direção do Sindicato?
84. Como senhor vê as negociações sindicais nos dias de hoje?
85. Como é a sua relação com o Sindicato atualmente?
86. O que pensa da atual direção?
87. Pode indicar pessoas que participaram da direção do Sindicato na sua época?

## **Fala Conclusiva**

Agradecimento.

Carta de autorização.

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA: NOVOS SINDICALISTAS

### Preparação

1. Explicação da investigação.
2. Solicitar autorização para gravar.
3. Explicar o procedimento.

### I. Dados Biográficos

1. Gostaria de começar do início, qual seu nome?
2. Poderia me dizer sua idade?
3. Onde nasceu?
4. Casado (a)?
5. Tem Filhos?
6. Onde mora?
7. Ocupação atual?
8. Tempo de trabalho na indústria têxtil?
9. Tempo de Sindicalização?
10. Possui alguma filiação partidária?
11. Professa alguma crença religiosa?
12. Define-se racialmente?

### Apresentação do Tópico Inicial

#### Narração Central.

**Indagar se o interlocutor tem mais alguma coisa a dizer.**

**Questionamento (Acontecimentos, palavras, nomes, pessoas).**

**Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o passado do Sinditêxtil. De que se recorda.**

### 2. Experiência no Mundo do Trabalho

#### Narração Central.

1. Poderia falar sobre como começou a trabalhar na indústria têxtil?
2. Qual foi a melhor época para você, a que lembra com mais saudade?
3. Qual era a empresa?
4. Onde estava localizada?
5. Era uma empresa importante na época?
6. Poderia descrever o local da fábrica?
7. Quais as empresas mais importantes naquela época?
8. E hoje?
9. Poderia falar mais sobre como era o processo de trabalho na indústria?
10. Como era a rotina de trabalho naquela época (hora de acordar-chegar-sair-transporte)?
11. Que tipo de trabalho realizava (Quais eram os postos de trabalho naquela época)?
12. Quais as ocupações mais importantes?



13. Havia um plano de carreira na indústria?
14. Muitas pessoas trabalhavam lá?
15. Como era o turno de trabalho?
16. Havia alguma roupa especial para trabalhar?
17. Que tipo de tecido era produzido?
18. Recorda-se de haver muitos acidentes?
19. E doenças?
20. Você gostava do trabalho que fazia?
21. Possui algum objeto ou foto daquela época?
22. O que pensa da remuneração?
23. Como gastava isso?
24. A empresa cumpria com os direitos trabalhistas?
25. Chegou a entrar na justiça alguma vez?
26. E os seus colegas?
27. A empresa oferecia algum tipo de benefício aos trabalhadores?
28. Você se lembra quem eram os proprietários da empresa?
29. Chegou a conhecê-los pessoalmente?
30. Como era a relação deles com os trabalhadores?
31. Como eram as suas relações com os/as colegas de trabalho?
32. O que vocês faziam para se divertir naquela época?
33. Havia algum time de futebol?
34. Muitas mulheres trabalhavam nas fábricas?
35. O que elas costumavam fazer?
36. Elas ganhavam o mesmo salário que os homens?
37. Com o era a relação dos homens com essas mulheres no trabalho?
38. Em que momento decidiu se aposentar?
39. O que mudou em sua vida com a sua aposentadoria?
40. Ainda mantém contato com seus amigos e colegas de trabalho?

## **II. Experiência Sindical**

1. Poderia falar sobre o que levou você a decidir se sindicalizar?
2. Em que ano isso se deu?
3. Sua sindicalização trouxe alguma mudança nas suas relações com colegas de trabalho?
4. Sua sindicalização trouxe alguma mudança nas suas relações com a empresa?
5. O que o levou a se tornar diretor sindical?
6. Quais as responsabilidades de um diretor?
7. Qual o cargo que ocupava? Quais as funções?
8. Quando se tornou diretor, houve mudanças em suas relações com colegas de trabalho?
9. Quando se tornou diretor, houve mudanças no tratamento da empresa em relação a você?
10. Havia festas ou comemorações no Sindicato?
11. Qual a negociação mais importante de que participou?
12. Fale sobre a situação das mulheres no Sindicato. Há uma secretaria...?
13. Havia mulheres na direção do Sinditêxtil?
14. De que direção mais se recorda?
15. Quais são as preocupações principais da atual direção?

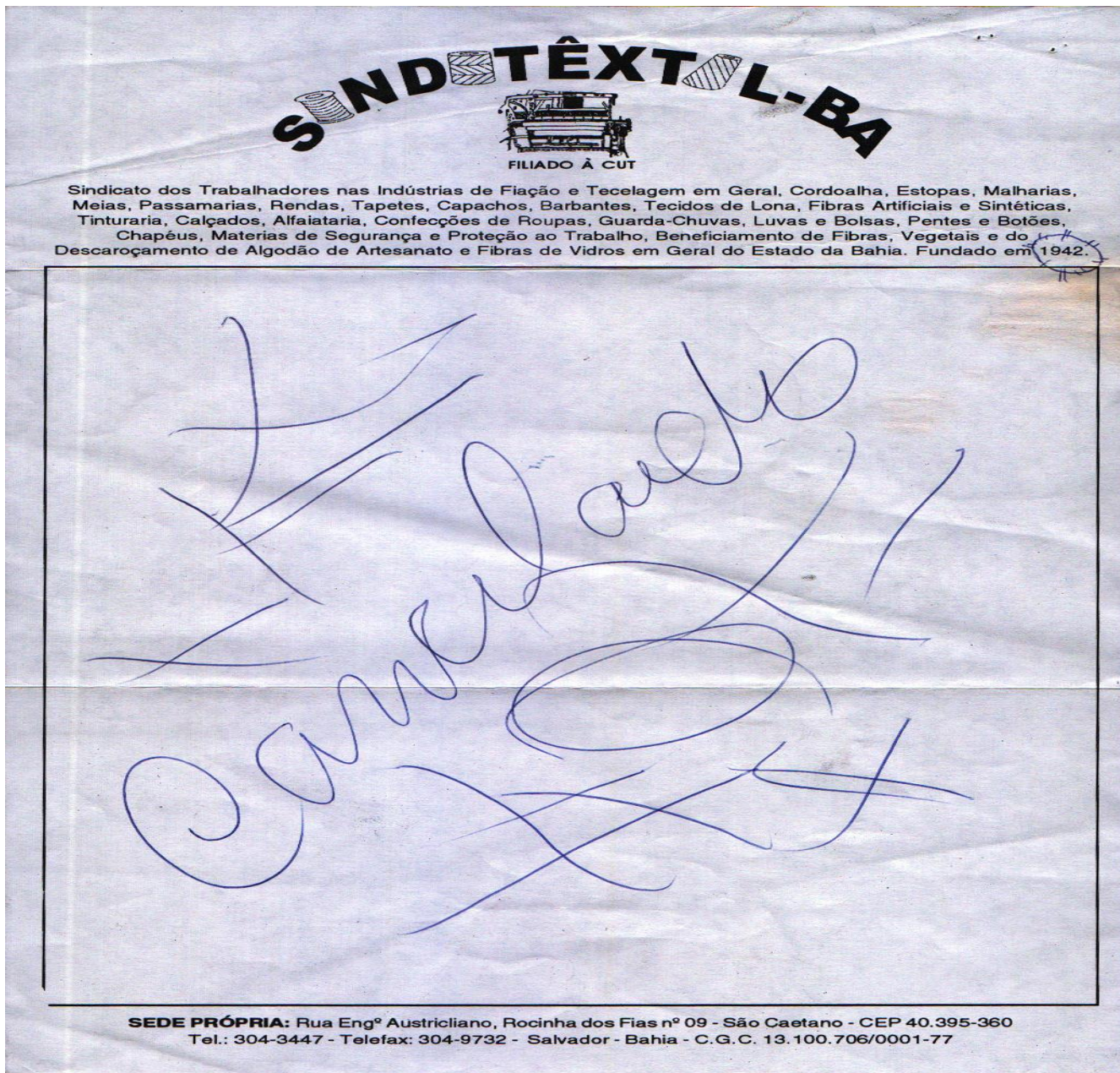
16. Quais são as áreas de maior gasto do Sindicato?
17. Ainda existe o imposto sindical? O que pensa sobre ele?
18. Como vê a relação entre partido e Sindicato?
19. E o problema das greves?
20. Como o viu a eleição de Daniel Almeida em 1983 para a direção do Sindicato?
21. Como vê as negociações sindicais nos dias de hoje?
22. Como é a sua relação com o Sindicato atualmente?

### **Fala Conclusiva**

Agradecimento.

Carta de autorização.

**APÊNDICE C - PAPEL RISCADO POR SILVÂNIA NO PRIMEIRO CONTATO.**



## **ANEXO A - SINDITÊXTIL: MAIS DE DUAS DÉCADAS DE LUTAS.**

Na tarde do dia 15 de março de 1983, na sede da Delegacia Regional do Trabalho, tomou posse para a direção do Sinditêxtil dezesseis combativos operários, com concepções sindicais classistas, testados e experimentados na luta desde 1979, através da participação das Campanhas Salariais, das CIPA's e das denúncias de arbitrariedades cometidas pelos patrões contra os trabalhadores, visando unir e organizar a categoria têxtil para conquistar melhorias de salários, de condições de trabalho de qualidade de vida e contribuir para derrubar o regime militar implantado com o golpe de 1964, época em que o sindicato foi assumido por interventores, que jamais prestaram qualquer tipo de assistência aos trabalhadores. Muito pelo contrário, firmavam acordos salariais diretamente com os patrões sem a mínima participação da categoria. E o que é pior: tais acordos eram firmados sempre em índices abaixo do INPC.

Liderada pelo atual deputado federal Daniel Almeida, operário da multinacional holandesa Cobafi (atualmente Kordsa), a diretoria do Sinditêxtil, pela sua atuação combativa e conseqüente, representava uma ameaça aos altos lucros e mordomias dos patrões. Por isso, muito dos seus membros foram duramente perseguidos, alguns até hoje lutam na justiça pelo resgate dos direitos trabalhistas suspensos em função da atividade sindical, como é o caso da diretora Cremilda Batista, da Fiação Pinheiro e a ex-diretora Elizete Souza, da Cobafi (atual Kordsa).

Ao assumir o Sinditêxtil, encontramos a entidade arrasada, fruto de 18 anos de assalto dos pelegos à categoria. Só para se ter uma idéia podemos citar que o telefone encontrava-se cortado por falta de pagamento e a luz e água sujeitos a corte; os salários dos funcionários atrasados há 3 meses e encargos sociais (PIS, FGTS e INSS) há 8 meses; prestação de contas feita com recibos sem assinaturas, totalmente irregulares; boicote de documentos indispensáveis ao funcionamento da entidade (estatutos, livro de patrimônio e de caixa etc); o principal pelego e um certo corretor de seguros, com a ajuda dos patrões, entraram na justiça pedindo indenização, uma das quais levou a sede e os bens do sindicato à penhora, ação judicial que foi repudiada a nível nacional e derrotada, sobretudo graças à ação política da direção da entidade.

Além dessas adversidades, com o avanço da tecnologia enfrentamos o crescimento do desemprego, afinal a automação foi criada não para auxiliar o trabalho do homem, mas para tirá-lo. A categoria vivia (e vive) rondada pelo fantasma do desemprego. Como consequência, entre a década de 80 e 90, a insegurança em relação à manutenção do emprego elevou o índice de acidentes no setor em até 77%. Uma categoria que contava com cerca de 50 mil trabalhadores nas décadas de 50 e 60 quase foi extinta. Fábricas como a Companhia Fabril dos Fiaes, Fisiba, Banylsa, Celanese, Fatibrás, Nordisa, Fábrica de Tecidos Nazaré, Empório do Nordeste, Unisal etc, fecharam as portas, reduzindo a categoria a 6 mil trabalhadores. Se não bastasse os patrões desrespeitavam as leis trabalhistas, explorava mão-de-obra infantil e de mulheres, pagava salários aviltantes (em certas empresas, abaixo do salário mínimo), tratava a segurança e a saúde dos trabalhadores com descaso, muitas rescisões de contrato eram feitas fora do sindicato, enfim a o quadro era de caos total.

Mesmo com todas as dificuldades, após afastarmos o peleguismo do sindicato, assumimos um programa de mudanças e transformações na entidade, e com um trabalho sério e transparente, voltado para a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, boa parte dos nossos compromissos foram atingidos, o que resultou na saída da categoria do anonimato para se transformar numa categoria das mais avançadas, combativa e respeitada da Bahia. Exemplo disso é o fato do seu líder maior, Daniel Almeida, pela sua autenticidade sindical, firmeza e convicção dos ideais de liberdade, ter sido credenciado pelos trabalhadores para ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Salvador por três mandatos consecutivos e atualmente estar cumprindo o seu segundo mandato como Deputado Federal.

Estivemos à frente de todas as lutas contra os decretos leis e a política de arrocho imposto pelos governos passados a mando do FMI (Fundo Monetário Internacional). Fomos às ruas pelas Diretas já e em apoio a Tancredo Neves, nos colocando contra o regime militar e em defesa de um país soberano. Participamos da campanha e elaboração da Assembléia Nacional Constituinte. Lutamos pelo Fora Collor, Fora FHC e a implantação do neoliberalismo no país, combatendo seu modelo de governo que só resultou no aprofundamento do arrocho, do desemprego e da precarização das condições de trabalho, para atender as imposições do FMI, beneficiando os ricos, o grande capital nacional e estrangeiro. Não poupamos esforços na busca da organização dos trabalhadores a nível regional e nacional, tendo participado de diversos eventos, defendendo sempre o ponto de vista de que os trabalhadores necessitam da

unidade nas suas lutas para fazer frente à política de arrocho, garantir a liberdade de organização, com o fim da lei de greve e lei de Segurança Nacional, existentes na época, que serviam como instrumentos para reprimir e amordaçar o avanço das lutas dos trabalhadores e do povo em geral contra a exploração capitalista. Enfrentamos várias tentativas de divisão na categoria. Umas feitas pelos patrões, outras pelo governo e às vezes até por companheiros com idéias e concepções equivocadas. Felizmente nenhuma delas prosperou. O funcionamento democrático e aberto das instâncias de deliberação da categoria sempre foi uma vacina poderosa. Um dos fatores para essa trajetória vitoriosa foi a unidade conquistada e mantida na sua direção sindical e suas lutas.

Vale ressaltar que em mais de duas décadas de atuação o Sinditêxtil mobilizou a categoria com a realização de fortes campanhas salariais, tendo feito inúmeras greves de até 42 dias, como foi o caso da Cata Nordeste. Adicional de periculosidade e/ou insalubridade em algumas empresas, complementação salarial para trabalhadores afastados por doença, fornecimento de Equipamento de Proteção Individual, alimentação, acréscimo de adicional de horas extra, limite anual de demissão, implantação de 5 turmas em algumas empresas, unificação da categoria (fibras sintéticas e fibras vegetais), extensão da base territorial para todo o Estado da Bahia, prêmio de assiduidade e/ou de férias, proibição da utilização do venenoso pentaclorofenato de sódio (pó da china) nas indústrias de sisal, enquadramento dos trabalhadores do setor sisaleiro no Sinditêxtil, fixação de Piso Salarial, melhoria das condições de prevenção a saúde e segurança do trabalho etc, são algumas conquistas importantes deste período, sendo que muitas delas foram suprimidas em função da pouca participação dos trabalhadores nas lutas pela manutenção de direitos, já que as empresas, sutilmente, adotam cada vez mais políticas de criação de instrumentos de gestão para manter os trabalhadores sob controle, a exemplo do Plano de Habilidade praticado pela Kordsa, que se traduz em exploração requintada.

Mais recentemente o Sinditêxtil contribuiu para a eleição e reeleição de Lula. Porém, independentemente do governo, o trabalho do Sinditêxtil por um país mais justo vai continuar. Neste segundo mandato do governo Lula, as reivindicações precisam ser ampliadas para repor as perdas salariais passadas e defender melhorias na qualidade de vida dos cerca de 5 mil trabalhadores têxteis, além de sanear seus diversos problemas específicos, tais como: elevar a média salarial das empresas que hoje está no patamar de R\$ 800,00 nas fibras sintéticas e R\$

570,00 nas fibras naturais, exigir uma política efetiva de prevenção a saúde e segurança dos trabalhadores, acabando com os acidentes com mutilações e doenças ocupacionais a exemplo das LER/DORT, lombalgia, discopatia, disacusia, sinusite, distúrbio neurológico, etc, lutar contra as demissões em massa, que somente este ano já levou praticamente ao fechamento de algumas empresas ou extinção de setores da produção , acabar com a exigência de realização de horas extras, lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, enfim exigir o cumprimento da nossa Convenção Coletiva de Trabalho e da legislação trabalhista, para impedir prejuízos trabalhistas como atualmente acontece na APAEB que há anos atrasa o pagamento dos salário e não deposita o FGTS dos trabalhadores.

Mesmo que todas as nossas lutas tenham custados baixas como demissões, perseguições de trabalhadores, prisões de dirigentes sindicais, inclusive processados judicialmente, indiciados em Lei de Greve e Lei de Segurança Nacional, valeu e vale a pena continuar lutando por um Brasil melhor!

**Elizete Souza**



**ANEXO B - Elizete Souza, Iglesias Cabelo e Henrique Santana exibem as marcas da violência policial. Foto Publicada no Jornal A Tarde de 18 de março de 1983.**



**PMs espancam e picham sindicalistas**



**NEXO C - LOGOMARCA DO SINDITÊXTIL INDICANDO O ANO DE 1942 COMO  
A DATA DA FUNDAÇÃO**

